

# Interseções

REVISTA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES



## UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### **Reitor**

Prof. Ruy Garcia Marques

### **Vice-Reitora**

Prof<sup>a</sup>. Maria Georgina Muniz Washington

### **Sub-Reitora de Graduação**

Prof<sup>a</sup>. Tania Maria de Castro Carvalho Netto

### **Sub-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa**

Prof. Egberto Gaspar de Moura

### **Sub-Reitora de Extensão e Cultura**

Prof<sup>a</sup>. Elaine Ferreira Torres

### **Centro de Ciências Sociais**

Prof. Domenico Mandarino

### **Instituto de Ciências Sociais**

Prof<sup>a</sup>. Maria Claudia Pereira Coelho

Prof. Ronaldo de Oliveira Castro

### **Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais**

Prof<sup>a</sup>. Clara Maria de Oliveira Araújo

Prof. João Trajano de Lima Sento-Sé

ISSN 2317-1456

# Interseções

REVISTA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

ano 19 número 1  
junho de 2017

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

## Interseções

### Revista de Estudos Interdisciplinares

*Interseções: revista de estudos interdisciplinares* é uma publicação organizada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Seu objetivo é divulgar estudos baseados na interdisciplinaridade das ciências humanas, considerada indispensável para a reflexão sobre a realidade sociocultural dinâmica, cambiante e complexa do mundo contemporâneo.

### Editores

Helena Bomeny, Maria Cláudia Coelho e Paulo D'Ávila

### Assistente Editorial

Fabiola Cordeiro

### Estagária

Maira Esteves

### Revisão e Diagramação

Metatexto Revisão e Editoração de textos

### Publicação Semestral – 2017.1

## Conselho Editorial

Anália Torres (Instituto Universitário de Lisboa)  
Bernardo Ferreira (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)  
Cecília Loreto Mariz (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)  
Carlos Aurélio Pimenta de Faria (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)  
Cynthia Sarti (Universidade Federal de São Paulo)  
Clara Araújo (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)  
Clara Cristina Jost Mafrá (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) – *in memoriam*  
Clarice Ehlers Peixoto (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)  
Cláudia Barcellos Rezende (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)  
Guy Bellavance (Universidade de Quebec)  
Hector Leis (Universidade Federal de Santa Catarina)  
Helio R. S. Silva (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)  
Ítalo Moriconi (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)  
João Trajano Sento-Sé (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)  
José Machado Pais (Universidade de Lisboa)  
José Reginaldo Gonçalves (Universidade Federal do Rio de Janeiro)  
Josué Pereira da Silva (Universidade Estadual de Campinas)  
Jurandir Freire Costa (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)  
Leonardo Avritzer (Universidade Federal de Minas Gerais)  
Luiz Eduardo Soares (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)  
Luiz Flavio Costa (Universidade Federal do Rio de Janeiro)  
Maria Josefina Gabriel Sant'Anna (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)  
Maria Luíza Heilborn (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)  
Marjo de Theije (Universidade Livre de Amsterdã)  
Maurício Tenório-Trillo (Universidade de Chicago)  
Myrian Sepúlveda dos Santos (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)  
Nélida Archenti (Universidad de Buenos Aires)  
Paulo Henrique Novaes Martins de Albuquerque (Universidade Federal de Pernambuco)  
Ricardo Benzaquen de Araújo (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)  
Roberto DaMatta (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)  
Sergio Costa (Universidade Livre de Berlim)  
Sidney Chalhoub (Universidade Estadual de Campinas)  
Susana Durão (Universidade de Lisboa)  
Valter Sinder (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

## CATALOGAÇÃO NA FONTE

I61 Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares. – Ano 19, n.1 (2017.1).  
- Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, 1999-

Anual (1999), Semestral (2000)  
Publicação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ.  
ISSN 2317-1456

1. Ciências humanas - Periódicos. 2. Ciências Sociais - Periódicos. I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

CDU (30) 05

UERJ / REDE SIRIUS / PROTAT

## Indexação:

Índice de Ciências Sociais do IUPERJ;

CLASE – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades;

LATINDEX – Sistema regional de información en línea para revistas científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal;

EBSCO;

OPEN EDITION / Revues.org;

Cengage-Learning

Homepage: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/index>

# Sumário

## Homenagem a Ricardo Benzaquen de Araújo

Luz de Inverno: sonatas para Ricardo .....	7
Helena Bomeny; Ronaldo Oliveira de Castro DOI: 10.12957/irei.2017.30330	
Primórdios de um professor. Os primeiros cursos de Ricardo Benzaquen de Araújo na PUC-Rio .....	9
Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti DOI: 10.12957/irei.2017.30393	
Lembranças e histórias: Ricardo Benzaquen e o CPDOC.....	15
Lucia Lippi Oliveira DOI: 10.12957/irei.2017.30332	
Ziguezagueando com Ricardo Benzaquen no Departamento de História da PUC-Rio .....	20
Marcelo Jasmin DOI: 10.12957/irei.2017.30368	
Ricardo Benzaquen de Araujo, breve homenagem à sua memória .....	26
Luiz Eduardo Soares DOI: 10.12957/irei.2017.30394	
Ricardo Benzaquen, presença no IUPERJ .....	33
Maria Alice Rezende de Carvalho DOI: 10.12957/irei.2017.30427	

## Dossiê Emoções, Política e Trabalho – estudos em antropologia das emoções

Organização: Maria Cláudia Coelho; Susana Durão

Introdução ou Como Fazer Coisas com Emoções.....	44
Maria Cláudia Coelho; Susana Durão DOI: 10.12957/irei.2017.30337	

### Parte I: emoções e movimentos sociais

O humanitário no centro das emoções: uma leitura crítica .....	61
Jaqueline Ferreira DOI: 10.12957/irei.2017.30395	
Afirmando-se a vida, constrói-se o tempo: emoções, política e memória contra a AIDS no século XXI .....	77
Carlos Guilherme Octaviano do Valle DOI: 10.12957/irei.2017.30396	

Teorias que Libertam: narrativas de intelectuais brasileiros sobre engajamento em Direitos Sexuais .....	106
Bruno Dallacort Zilli	
DOI: 10.12957/irei.2017.30397	

## **Parte II: emoções e policiamento**

“O Cume dos Heróis”: a escritura emotiva de um relato policial.....	129
Mariana Sirimarco	
DOI: 10.12957/irei.2017.30398	
Percepções e afetos de policiais federais: interações com estudantes estrangeiros .....	150
Silvia Nogueira	
DOI: 10.12957/irei.2017.30399	
Entre o perigo da indiferença e o risco de ser afetado: a gestão das emoções em investigações policiais de pornografia infantil.....	171
Laura Lowenkron	
DOI: 10.12957/irei.2017.30400	

## **Parte III: emoções, instituições e trabalho**

Trajatórias e emoção em uma instituição tecnocientífica argentina.....	188
Ana Spivak L'Hoste	
DOI: 10.12957/irei.2017.30401	
“O mercado é nosso amigo, nós é que não sabemos compreendê-lo”: o trading financeiro entre o otimismo quantitativo e a descrença .....	209
Daniel Seabra Lopes	
DOI: 10.12957/irei.2017.30403	
A Sagrada Inveja: reflexões sobre emoções e interações competitivas entre trabalhadores fabris .....	233
Beatriz Rodrigues Kanaan	
DOI: 10.12957/irei.2017.30404	
As Emoções Diárias: ensaio sobre a etnopsicologia do jornalismo.....	252
Geraldo Garcez Condé	
DOI: 10.12957/irei.2017.30405	

## **Resenha**

Anthropology and Nostalgia .....	274
Eduardo Moura Pereira Oliveira	
DOI: 10.12957/irei.2017.30406	

# Contents

## Tribute to Ricardo Benzaquen de Araújo

Light of Winter: sonatas to Ricardo .....	7
Helena Bomeny; Ronaldo Oliveira de Castro DOI: 10.12957/irei.2017.30330	
Early Days of a professor. The first classes of Ricardo Benzaquen de Araújo at PUC-Rio .....	9
Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti DOI: 10.12957/irei.2017.30393	
Memories and stories: Ricardo Benzaquen and the CPDOC.....	15
Lucia Lippi Oliveira DOI: 10.12957/irei.2017.30332	
Zigzagging with Ricardo Benzaquen in the Department of History of PUC-Rio .....	20
Marcelo Jasmin DOI: 10.12957/irei.2017.30368	
Ricardo Benzaquen de Araujo, short tribute in his memory .....	26
Luiz Eduardo Soares DOI: 10.12957/irei.2017.30394	
Ricardo Benzaquen, presence in the IUPERJ.....	33
Maria Alice Rezende de Carvalho DOI: 10.12957/irei.2017.30427	

## Dossiê Emotions, Politics e Work – studies on anthropology of emotions

Coordinator: Maria Claudia Coelho; Susana Durão

Introduction or How to do things with emotion .....	44
Maria Claudia Coelho; Susana Durão DOI: 10.12957/irei.2017.30337	

### Parte I: emotion and social movements

The humanitarianism at the core of emotions: a critical reading .....	61
Jaqueline Ferreira DOI: 10.12957/irei.2017.30395	
When life is affirmed, time is created: emotions, politic and memory against Aids in the XXI Century .....	77
Carlos Guilherme Octaviano do Valle DOI: 10.12957/irei.2017.30396	

When theories set one free: professional trajectories on gender and sexuality issues ..... 106  
Bruno Dallacort Zilli  
DOI: 10.12957/irei.2017.30397

## **Parte II: emotions and policing**

“The Heroes' Peak”: the emotional writing of a police report..... 129  
Mariana Sirimarco  
DOI: 10.12957/irei.2017.30398

Perceptions and affections of Federal Police Officers: interactions with Foreign Students. 150  
Silvia Nogueira  
DOI: 10.12957/irei.2017.30399

Between the danger of indifference and the risk of being affected: How emotions are managed in police investigation regarding child pornography.....171  
Laura Lowenkron  
DOI: 10.12957/irei.2017.30400

## **Parte III: emotions, institutions and work**

Trajectories and emotion in an argentinian technical and scientific institution ..... 188  
Ana Spivak L'Hoste  
DOI: 10.12957/irei.2017.30401

“The market is our friend, We're the ones who can't understand it”: the financial trading between quantitative optimism and disbelief ..... 209  
Daniel Seabra Lopes  
DOI: 10.12957/irei.2017.30403

The holy envy: reflections regarding emotions and competitive interactions amongst factory workers ..... 233  
Beatriz Rodrigues Kanaan  
DOI: 10.12957/irei.2017.30404

The daily emotions: essay on etnopsicology journalism ..... 252  
Geraldo Garcez Condé  
DOI: 10.12957/irei.2017.30405

## **Book Review**

Anthropology and Nostalgia .....274  
Eduardo Moura Pereira Oliveira  
DOI: 10.12957/irei.2017.30406

# Homenagem a Ricardo Benzaquen de Araújo

## Luz de Inverno: Sonatas para Ricardo

Helena Bomeny\*

Ronaldo Oliveira de Castro\*\*

Como contar uma vida? Num romance clássico do século XIX narrar uma vida significaria abarcar sua totalidade, enredando “episódios dispersos e isolados”<sup>1</sup> constituindo uma estrutura narrativa que reuniria “todos os fios soltos do texto [ou da vida] para criar uma imagem absolutamente coerente, regulada e compreensível da realidade, uma imagem onde tudo, até o acaso [...] deve fazer sentido”. Colocar a vida em narrativa num romance, ou numa história desse período implicaria na produção de um discurso que se move para a frente “de maneira absolutamente consistente e ordenada culmina[ndo] com uma disciplinarização do real, direcionando todos os episódios, sequências e configurações da narrativa no rumo de seu final”. Um final que aparece como polo de atração de toda a narrativa, dando o verdadeiro significado de cada um dos episódios e reconfigurando todo o sentido da história ao constituir uma visão do real “como algo regular, plena e coerentemente ordenado”. A narrativa dá forma à vida ao apreendê-la como uma totalidade cujo significado é revelado em seu final.

Mas a modernidade nos ensinou que há outras formas possíveis de captar o sentido de uma vida. Podemos nos lembrar do último capítulo de *Mimesis*, de Erich Auerbach, que através de Virginia Woolf nos mostra como se pode, a partir de alguns fragmentos de alguns ângulos ou mesmo a partir de um único dia configurar uma vida.

---

\* Helena Bomeny é professora titular do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); e co-editora de *Interseções* - revista de estudos interdisciplinares. E-mail: helena.bomeny@gmail.com.

\*\* Ronaldo Oliveira de Castro é professor e vice-chefe do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: ronaldooliveiradecastro@gmail.com.

<sup>1</sup> Os trechos entre aspas são todos de “Ronda Noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu”, escrito por Ricardo Benzaquen de Araújo e publicado em *Estudos Históricos* n.1, 1988.

O dossiê que aqui apresentamos não pretende dar conta da totalidade de uma obra, nem dar conta de toda uma trajetória, não irá construir um todo que se perdeu. A ideia que norteou esta homenagem foi que uma vida tem entrelaçamentos múltiplos e, evidentemente, não poderemos recuperar todos. Mas Ricardo Benzaquen de Araújo tocou, formou e transformou não apenas pessoas em sua trajetória acadêmica. A trajetória de Ricardo tocou diversas instituições acadêmicas do Rio de Janeiro de tal forma que fragmentos possíveis de sua vida são capítulos da história da PUC-Rio, do antigo IUPERJ, do CPDOC, do Museu Nacional... Esta homenagem é então um esboço de história de instituições através de uma vida ou uma pequena coleção de fragmentos de uma história de vida através das lembranças de alguns que nessas instituições foram companheiros do professor, pesquisador, orientador, amigo Ricardo Benzaquen de Araújo.

**Recebido em**  
março de 2017

**Aprovado em**  
maio de 2017

# **Primórdios de um professor. Os primeiros cursos de Ricardo Benzaquen de Araújo na PUC-Rio.**

Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti\*

Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia / IFCS / UFRJ

Conheci Ricardo no primeiro semestre de 1974 como monitor de minha turma de História Moderna I na PUC-Rio. Vinda do curso de Desenho Industrial, eu ingressara no curso de História no segundo semestre de 1973. Ricardo vinha da Sociologia, concluiria seu curso de História no final de 1974, e já no ano seguinte começaria a lecionar regularmente as disciplinas de História Antiga e Medieval como professor do Departamento de História da PUC. Eu me formei no final de 1976 e, assim, entre 1974 e 1976 pude testemunhar como aluna a transformação de meu monitor, que a essa altura já era meu amigo, em um jovem e estimulante professor. É sobre isso que quero falar, pois esses cursos revelam toda a amplitude e mesmo ousadia de interesses e o profundo e atualizado conhecimento bibliográfico de Ricardo que inovava, com seus cursos tão marcantes, a própria forma de ensino de História que se adotava até então e mesmo a concepção do que até então se entendia por História.

Aqueles eram ainda os anos de chumbo. No início da administração Geisel a ditadura iniciava um certo abrandamento, mas as prisões de estudantes ainda ocorriam, o movimento estudantil estava banido, as histórias de prisões e torturas corriam entre nós a boca pequena - eu tinha experiências na minha própria família - e o medo de delações fazia parte de nosso cotidiano. Sabíamos geralmente identificar quem eram os policiais infiltrados nos cursos, que buscavam em vão aproximações. Mesmo a realização de grupos de estudo nos preocupava e era cercada de cuidados. Nesse contexto, as leituras marxistas (extraclasse e por vezes intraclasse também) eram o credo obrigatório de todo estudante que quisesse integrar

---

\* Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti é professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

E-mail: contato@lauracavalcanti.com.br

a oposição à ditadura e, no segundo semestre de 1973, recém chegada ao curso, já me vi tendo às mãos os livros de introdução ao materialismo histórico de Marta Harnecker e dos demais autores que se seguiam a essa iniciação (Louis Althusser, Nikos Poulantzas, entre outros).

O prédio da ala Frings da PUC abrigava o departamento de História e a maior parte das disciplinas do curso. As cadeiras de Filosofia, Letras, Pedagogia que eventualmente cursávamos eram no prédio Cardeal Leme. Uma parte do curso era um tanto antiquada com professores que seguiam visões mais fatuais ou mesmo uma história centrada em personalidades.<sup>1</sup> Mas lá estavam também Francisco Calazans Falcon, que ministrava as cadeiras de História Moderna e Contemporânea, e Ilmar Rholloff de Mattos, responsável por parte das cadeiras de História do Brasil. Eles integravam a ala intelectual mais contemporânea do curso, traziam uma visão mais ampla e arejada dos assuntos abordados e uma bibliografia atualizada. Ricardo era monitor das disciplinas de Falcon.<sup>2</sup>

Ricardo, logo Ricardinho, a quem logo depois de uma das primeiras aulas de História Moderna I, no primeiro semestre de 1974, encontrei num cafezinho no bar no subsolo dos Pilotis que dava para a pequena rua da então Vila dos Diretórios que aos poucos reiniciavam sua movimentação. Não me lembro exatamente do que nos dissemos, apenas da prosa fácil, fluente, que trouxe o sentimento imediato de um encontro verdadeiro. Nossa amizade nasceu ali, e aquela conversa tão acolhedora, despreziosa e estimulante prolongou-se através dos anos e só se interrompeu com a internação de Ricardo no final de 2016. Poucos meses antes dessa internação, no final de julho de 2016, quando estava no aeroporto de Nova Iorque voltando para o Rio, recebi o telefonema em que ele me contou do diagnóstico desfavorável que lhe dera o médico. Com seu fino senso de humor, retrucara ao ouvir o prognóstico de um ano de vida: “Mas só isso?” Não pretendia desistir tão facilmente; afinal, estava habituado a driblar, disse-me ele, a indesejada das gentes desde há muito “pelo menos desde os tempos da Var Palmares!”.

---

<sup>1</sup> Vale dizer que nem todos que considerávamos “antiquados” o eram de fato. Lembro especialmente o Prof. Arthur César Ferreira Reis, professor de História das Américas, um americanista muito interessante, especialista na história da Amazônia, que nos abria sua biblioteca particular, instalada em seu apartamento, na Rua Cesário Alvim, no Humaitá, para nossos estudos e seminários.

<sup>2</sup> O grupo de colegas era muito estimulante e algumas amizades duradouras se estabeleceram com Angela Loureiro, Maria Luiza Heilborn, Maria Helena Castro, Maria Alice Rezende de Carvalho, Marco Antônio Pamplona, Eduardo Schnoor, e Ovídio de Abreu Filho que viria a ser pai de minhas duas filhas, Joana e Maria Clara.

Creio que se referia também não apenas ao seu sempre instável quadro de saúde, mas a sua recuperação diante da tristeza da perda súbita em setembro de 2005 de Silvana Miceli de Araújo, sua esposa e mãe das gêmeas Alice e Carolina, nascidas em 25 de março de 1980 (quando já éramos todos contemporâneos na pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional). E também à sua superação da perda de sua mãe, sempre muito próxima dele, Dona Sol, em 2008.<sup>3</sup>

Em 1974, Silvana cursava Sociologia e Ricardo já a namorava. Ele já era então o Ricardo de quem sempre me lembrarei: discreto e envolvente, bem branquinho, com os olhos castanhos miúdos que olhavam de fato com quem falava, com sua barba e cabelos sempre um tanto despenteados, gordinho e muito ágil física e intelectualmente, gaguejava um pouco e ofegava sempre no correr das aulas que proferia substituindo o professor. No ano seguinte, Ricardo tornou-se professor do Departamento de História e fui sua aluna em três disciplinas: “Fundamentos de História Antiga e Medieval”, em 1975.01; “História Medieval” em 1975.02; “História Antiga”, em 1976.02.

Em “Fundamentos de História Antiga e Medieval”, uma das primeiras leituras foi *A cidade Antiga*, de Fustel de Coulanges (1975 [1864]) que acabava de ser traduzido para o português. Ricardo organizou uma lista dos interessados em comprar o livro, encomendou os exemplares a D. Vana na Livraria Leonardo Da Vinci, na Avenida Rio Branco, que ele frequentava regularmente aos sábados de manhã; foi buscá-los e trouxe-os para a sala de aula! Queria que lêssemos aquela maravilha. Guardo até hoje o exemplar sublinhado e anotado a lápis com alguns de seus comentários e explicações. A primeira anotação na folha de rosto diz “autor incorporado à tradição da história e da antropologia, onde permanece mais vivo”. Na leitura que meu jovem professor nos propunha: “em vez de opor economia e religião iríamos tentar descobrir o que ele, Fustel de Coulanges, está entendendo

---

<sup>3</sup> Ricardo era filho único de pais amazonenses. O pai nascera em Manaus e Dona Sol, como a chamávamos, era natural de Parintins, onde passou a infância e a juventude. Entrevistei-a certa feita por conta de minha pesquisa sobre o Bumbá de Parintins. O pai de Dona Sol era comerciante de ascendência judaica sefaradin, tinha comércio em Parintins, tendo depois se estabelecido em Manaus. Jovem ainda ela era seu braço direito e encarregada das contas. O bisavô materno de Ricardo era regatão na Amazônia, percorrendo com sua embarcação os rios e igarapés até os mais distantes rincões da região. De tal modo que cada um de seus filhos nascera em um país diferente. O avô de Ricardo, no Brasil. Dona Sol me disse que Ricardo se parecia demais com um de seus tios-avôs, que amava os livros e os estudos. O pai de Ricardo trabalhava numa empresa de seguros tendo sido deslocado para o Rio de Janeiro quando Ricardo era ainda criança. Foram morar em Copacabana, onde Dona Sol, antes de se estabelecer como contadora, era doceira.

por religião em uma abordagem não moralizante”; “mesmo que associado a um esquema evolucionista (numa linha evolutiva não mundial, mas só ocidental) ele está pensando somente a civilização ocidental” e quer revelar “regras e uma maneira de operar particulares”, que, como nos diz o próprio Fustel de Coulanges, “jamais voltarão a reger a humanidade” (p. 7). A morte e o culto aos mortos ligando o visível ao invisível; a importância dos ritos a vincularem os grupos sociais; a autoridade como uma construção social; o fogo como símbolo sagrado da religião doméstica; o culto que buscava apagar a diferença entre as gerações articuladas num princípio comum através das linhagens; a religião, enfim, como o grande articulador das regras sociais, da transmissão dos direitos de herança, da vida política da cidade, da economia, da guerra e da paz. A Roma antiga nunca fora tão diferente e ao mesmo tempo tão acessível a meus olhos encantados com aquela nova possibilidade de compreensão de um passado tão distante.<sup>4</sup>

Em 1976.02, cursei com Ricardo como professor a disciplina “História Antiga”. Ricardo era muito amigo de Théo Santiago – que havia sido monitor junto com ele. Théo participava da coordenação da Coleção Ciências Sociais<sup>5</sup> da Editora Francisco Alves que publicou naquele mesmo ano a tradução dos três volumes da série organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora *História: novos problemas; História novas abordagens; História: novos objetos*. A série tinha sido publicada na França, pela Gallimard em 1974 e sua tradução integrou nosso curso. Lembro-me bem da leitura do volume *História: novos objetos*. Tenho no sumário assinalados os artigos que me competiram trabalhar: “Os jovens: o cru, a criança grega e o cozido” de Pierre Vidal-Naquet (1974, p. 116-133) e “O mito: Orfeu no mel” de Marcel Detienne (1974, p.52-67). Surpreendo-me hoje vendo anotadas nas margens da página 123 do artigo de Vidal-Naquet as referências a Arnold Van Gennep, ressaltando o tempo e o espaço próprios dos ritos de passagem. E as discussões de Edmund Leach acerca dos disfarces e inversões rituais! O artigo de Detienne foi objeto de um trabalho de curso que infelizmente não guardei. Em suas páginas vejo anotado “não se trata da atribuição de valores mas da relação entre Natureza e Cultura”; “o casamento como

---

<sup>4</sup> Muitos anos depois, já no mestrado, eu voltaria a ter encantamento semelhante com a leitura de *As formas elementares da vida religiosa*, de Émile Durkheim, que trazia essa mesma amplitude de horizontes para a compreensão da religião dos povos ditos primitivos. E aquela abordagem me soava muito familiar.

<sup>5</sup> Os outros coordenadores eram Roberto Oswaldo Cruz, Ana Maria de Castro e Alba Zaluar Guimarães.

efetuando a passagem da natureza para a cultura no tempo lógico e não cronológico do mito” (p.52). O texto se inicia com a discussão dos estudos da mitologia em antropologia, discussão que por sinal Detienne conhece como poucos e resultou em seu belíssimo livro *A invenção da mitologia* (1992) [primeira edição francesa de 1981]. Détienne falava do “contexto etnográfico”, que revelava a “estreita relação entre a conduta das abelhas e o comportamento sexual do apicultor” e conduzia ao encontro de Aristeu e de Eurídice (p. 56). Tudo era perturbadoramente inovador. Como era possível que um mito sintetizasse e abrigasse tamanho conjunto de relações e sentidos insuspeitos? Não é à toa que poucos anos depois, já no Museu Nacional, num curso de Roberto DaMatta, vi redespertar, com um exercício de análise estrutural do conto “João mais Maria” em uma versão coletada por Sílvio Romero, o amor pelo estudo dos mitos que, como os sonhos, se desdobram em múltiplos sentidos quanto mais interrogados.

Entre esses dois cursos, houve também o decisivo curso de História Medieval no segundo semestre de 1975: leríamos *A feiticeira* de Jules Michelet e *A inquisição e os cristãos novos em Portugal* de Antônio José Saraiva. Os livros foram como de praxe encomendados por ele para os alunos interessados em tê-los. O livro de Michelet acabara de ser editado pelo Círculo do Livro em 1974 e me surpreendeu, pois sua capa dura e rosa-*shocking* trazia uma bela imagem psicodélica em que se misturavam contra o fundo azul de uma noite escura nuvens, um fiapo de lua, duas estrelas e o rosto de uma mulher com três olhos azuis que nos fitavam bem abertos, emoldurados por muitos fios de cabelos rosados como que soltos ao vento. E assunto era dos demônios! “Dessa forma, o cristianismo penetrou pelo solitário caminho do celibato, combatido em vão pelas leis dos imperadores, e acabou lançando-se à vida monástica. Mas o homem estava sozinho no deserto? Não. O demônio o acompanhava, com todas as suas tentações” (p. 22). E feminista!: “Singelo e comovedor começo das religiões e das ciências. Depois tudo se dividirá; ver-se-á o homem especial, jogral, astrólogo ou profeta, nigromante, sacerdote, médico. Mas a princípio a mulher é tudo” (p.5).

Aquela escrita exuberante, semi-ficcionalizada, cheia de fortes imagens e de juízos era mesmo a de um historiador? Ricardo nos assegurava que sim. Não se tratava apenas de lançar nova luz sobre a transição da Idade Média para o Renascimento através de um tema obscuro e inusitado. A história narrada era claramente interpretada e o contato com aquela escrita tão inventiva dentro de uma disciplina acadêmica era também uma novidade absoluta que desorganizava esquemas mentais preconcebidos.

Da *Feiticeira*, fomos direto para a *Inquisição e os cristãos novos*, de José Saraiva. Quando abro agora o livro acho um bilhete com a letra de Ricardo com uma indicação bibliográfica: “‘Uma longa guerra social. Os retornos da repressão inquisitorial em Portugal’, José Veiga Torres. IN *Revista de História Econômica e Social*, Lisboa, Sá da Costa, 1978, n. 1.” Creio que Ricardo me indicou essa leitura para ajudar a relativizar a ideia de Saraiva de que aquele passado da inquisição portuguesa fora encerrado para sempre. Saraiva era mais moderno, ordenado, seu em estilo assumidamente polêmico e igualmente fascinante e convincente: “Nosso propósito, nas páginas seguintes, é problematizar a Inquisição, problematizando do mesmo passo o conceito de Cristãos-novos. Na copiosa literatura publicada sobre ambos os temas raramente se ouvem as perguntas: O que é a Inquisição? O que são os Cristãos-novos? Dão-se os problemas como previamente resolvidos. Pôr a pergunta e propor uma resposta – tal é a nossa intenção” (p. 12). Uma época distante revivia através de uma pesquisa notável que, ao fornecer respostas muito fundamentadas, abria também o conhecimento para a possibilidade de mais perguntas com outras respostas possíveis.

Minha amizade com Ricardo foi a de uma vida cheia de muitos encontros, de deliciosas conversas e muitos livros, e mútuas dívidas de gratidão. Mas essa já é outra história e quis aqui apenas registrar o tanto que aprendi com meu jovem professor. Naqueles anos 1970, sem alarde, ousada e muito livremente, Ricardo Benzaquen de Araújo abria e explorava para si e para nós, com imenso prazer, horizontes intelectuais inteiramente novos.

## REFERÊNCIAS

- DETIENNE, Marcel.  
(1992). *A invenção da mitologia*. Rio de Janeiro/ Brasília: José Olympio Editora/Ed. Unb.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre.  
(1976). *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora.
- COULANGES, Fustel de; DENIS, Numa.  
(1975). *A cidade antiga*. São Paulo: Livraria Editora Hemus.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre.  
(1976). *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre.  
(1976). *História: Novas Abordagens*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre.  
(1976). *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora.
- MICHELET, Jules.  
(1974). *A FEITICEIRA*. São Paulo: Círculo do Livro.
- SARAIVA, Antônio José.  
(1969). *Inquisição e cristão-novos*. Coleção Civilização Portuguesa. Porto: Editorial Nova Limitada.

**Recebido em**  
março de 2017

**Aprovado em**  
maio de 2017

## Lembranças e histórias: Ricardo Benzaquen e o CPDOC

Lucia Lippi Oliveira\*

Na cerimônia religiosa realizada na sinagoga por ocasião da morte de Ricardo Benzaquen o rabino mencionou que, segundo a tradição judaica, nós só podemos falar do outro e do passado a partir da lembrança. E é isto que tentarei fazer aqui!

Para lembrar a presença de Ricardo Benzaquen no CPDOC tenho que me reportar aos anos iniciais daquele Centro de Pesquisa e Documentação ainda nos anos 1970. Ali se reuniu um grupo de jovens pesquisadores, a maioria fazendo mestrado em Ciência Política no então IUPERJ. Grande parte dos que vieram a fazer parte do Centro foi convidada por Aspásia Camargo, então coordenadora do setor de pesquisa, que ministrou um curso de teoria no mestrado do IUPERJ. Foi entre seus alunos que ela selecionou e convidou muitos que foram integrar o quadro de pesquisadores do Centro que acabava de receber seu primeiro financiamento da FINEP em 1976. Helena Bomeny, só para citar um caso, foi uma das que foi convidada a partir do curso acima mencionado.

Entre as linhas de pesquisa então iniciadas estava o estudo do pensamento social brasileiro. Um dos primeiros projetos denominado *Brasiliiana* estava ocupado em fazer o levantamento e a análise da bibliografia sobre a Revolução de 1930, saber como tal Revolução tinha sido interpretada no seu tempo por seus contemporâneos. A este projeto se seguiu outro relativo à ideologia do Estado Novo e aos seus intelectuais. Desse modo, este grupo de pesquisa do CPDOC esteve, em suas origens, ocupado em analisar a produção intelectual dos anos 1920, 1930 e 1940 em torno dos pensamentos liberal, católico, conservador, integralista. O pensamento político expresso em livros, artigos e revistas era objeto central das pesquisas assim como a complexa e multifacetada relação entre os intelectuais e a política.

Aqui começa a conexão entre o CPDOC e Ricardo Benzaquen. Ele chega ao Centro por indicação de Gilberto Velho, seu orientador de mestrado no PPGAS, respondendo à demanda de Aspásia Camargo interessada em cooptar jovens promissores dos centros de pós-graduação existentes

---

\* Lucia Lippi Oliveira é doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) e pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), na Fundação Getúlio Vargas (FGV). E-mail: lucia.lippi@fgv.br.

à época. Ricardo foi integrado na equipe do projeto Brasileira, então coordenado por mim. Chegou para nós já como figura notável no campo da História. Aluno do Prof. Francisco Falcon e monitor da cadeira de História Contemporânea ministrada no curso de História da Puc/RJ. Um tipo que pode ser chamado de “jovem prodígio” com cultura erudita muito acima de seus colegas.

É preciso lembrar que quando Ricardo entrou no CPDOC ele fazia o mestrado no PPGAS-Museu Nacional, como já mencionei, sob orientação de Gilberto Velho. Gilberto, organizador do livro *Arte e Sociedade* (Zahar, 1977), publica naquela coletânea o artigo “Romeu e Julieta e a origem do Estado”, assinado por Eduardo Viveiros de Castro e Ricardo Benzaquen de Araújo.

Tudo isto vai compondo uma colcha de retalhos de fatos da trajetória de cada um de nós. Quero, entretanto, registrar que a forma pela qual Ricardo entra no grupo e na instituição guarda traços particulares. Fala macia, ele exercia seu poder de sedução fazendo o outro se sentir a pessoa mais importante do mundo. Isto não significa que não fosse capaz de ser crítico, apontar problemas quando isto se fazia necessário.

Ele chegou devagar e foi conquistando passo a passo, um a um, pela sua capacidade de ouvir e sugerir autores que apresentavam uma reflexão fundamental, inovadora para que o projeto de pesquisa de cada um pudesse ter continuidade. Traços estes que o fizeram um excepcional orientador de dissertações e teses mais adiante. Conviver com ele era, por assim dizer, entrar em contato com um representante típico da sabedoria, do humor e da autocrítica do intelectual judeu.

Ele trouxe para os pesquisadores do Centro, marcados pela temática e pelas questões da Sociologia e da Ciência Política, a contribuição da historiografia francesa, entre outras. Jacques Le Goff e seus intelectuais na Idade Média, Mannheim e o pensamento conservador, Jacob Burckhardt e o renascimento italiano, Isaiah Berlin e os pensadores russos passaram a fazer parte de nosso universo. Ah sim, foi Ricardo quem primeiro me falou sobre Edward Said e o orientalismo!

Eu mesma me beneficieei muito da presença de Ricardo e de sua “orientação”, ou seja, das “dicas” sobre autores que até então eu desconhecia. Fazia meu doutorado sobre a questão nacional e suas sugestões de bibliografia sobre nazismo e fascismos - Stanley Paine, Juan Linz, George Mosse e Walter Laqueur entre outros-, foram fundamentais para compreender a força do conservadorismo e do nacionalismo na Europa após Primeira Guerra e no Brasil dos anos 20 e 30.

Foram também importantes os debates a propósito dos livros de Hannah Arendt *Entre o passado e o futuro*, *Sobre a Revolução*, *As origens do totalitarismo* e *Eichmann em Jerusalém* que estavam na ordem do dia e que com Ricardo se tornavam mais presentes no cotidiano do Centro.

Só para dar um exemplo do que estou lembrando e tentando transmitir. Foi Ricardo quem me apresentou ao *Dictionary of The History of Ideas* e à *Enciclopédia Einaudi* onde estão publicados verbetes sobre o universo das ideias e da cultura escritos por autores oriundos dos campos da filosofia política, história cultural, antropologia histórica, sociologia da cultura. Desde então, qualquer novo tema a ser pesquisado por mim passou a ter como primeiro passo a consulta a tais fontes.

Voltando ao trabalho de Ricardo no CPDOC. No projeto Brasiliana ele foi instado a pesquisar, a dar conta do pensamento integralista e foi o que fez ao centrar sua análise na produção de três principais intelectuais da AIB: Plínio Salgado, Miguel Reale e Gustavo Barroso.

Sobre Miguel Reale escreve o artigo "In medio virtus: uma análise da obra integralista de Miguel Reale", escrito em 1983 e publicado cinco anos depois em *Textos CPDOC*, um instrumento de divulgação das primeiras versões de textos de pesquisas. Sobre Gustavo Barroso escreve "Os mercadores do Mal: os judeus na obra de Gustavo Barroso". Ainda que não tenha avançado na análise deste autor, tal pesquisa vai ter continuidade quando Ricardo orientou a dissertação de mestrado de Marcos Chor Maio no IUPERJ sobre o pensamento antissemita de Gustavo Barroso publicada em 1992. Vale notar aqui a criatividade de muitos de seus títulos. Intitular era um desafio que ele enfrentava bravamente!

Sua pesquisa em torno do pensamento integralista foi sendo apresentada no GT da Anpocs sobre Elites políticas. O trabalho sobre Plínio Salgado o levou a publicar finalmente o seu primeiro livro, *Totalitarismo e Revolução: o integralismo de Plínio Salgado* (Zahar, 1987). A bibliografia ali citada dá ideia do arsenal mobilizado por ele para dar conta da obra de Plínio, tratado quase sempre como cópia tupiniquim do ideário fascista europeu.

Benzaquen procura demonstrar os limites da categoria conservador para dar conta do pensamento de Plínio Salgado e vai mostrar sua inserção na lógica do pensamento totalitário. Se Plínio Salgado fazia uma crítica ao liberalismo e à sociedade dos indivíduos, como fazia a maioria dos intelectuais dos anos 20 e 30, a solução proposta pelo movimento por ele liderado na década de 1930 (AIB) não visava manter uma sociedade fundada em uma hierarquia, típica do pensamento conservador. Ao contrário a vertente de Plínio Salgado recusava o elitismo, defendia uma igualdade

pensada como uniformização e o ideal de transformar todos os indivíduos em cidadãos. Para Plínio era fundamental a criação de uma sociedade de militantes mobilizados na participação política e afeitos a princípios que deveriam regular todas as esferas da vida. Assim, segundo análise de Ricardo a noção de totalitarismo daria mais conta do pensamento de Plínio Salgado já que a sua proposta era revolucionária, visando criar uma nova totalidade.

A qualidade, a seriedade, a relevância desta pesquisa, a inovação da análise de Ricardo sobre Plínio Salgado foi ressaltada por Francisco Falcon, seu professor na Puc-Rio, no prefácio e por Amaury de Souza, então seu colega no IUPERJ, na orelha do livro publicado em 1987. Este livro perdeu-se na poeira dos tempos! Teve pouca recepção. Foi esquecido pela academia e, creio, também por seu autor já que seus interesses foram migrando para outros temas – para a análise da obra de Gilberto Freyre que desenvolveu em seu doutorado em antropologia-, e com suas novas atividades e inserções institucionais – como professor de sociologia no IUPERJ.

Ele escreveu nos Agradecimentos do livro acima mencionado esclarecendo as origens do texto e reafirmando que o trabalho sobre o integralismo e Plínio Salgado foi inteiramente concebido e elaborado dentro do CPDOC, estendendo-se ao longo de dois de seus projetos de pesquisa, o Brasiliana e o Estado Novo. Lembro que ao me dedicar este livro no fim dos Agradecimentos Ricardo menciona minha “mineira” sabedoria para aplacar sua “arrogância e obsessão” e seu “udenismo existencial”. Eu, na chave do pragmatismo mineiro, dizia: Ricardo, o ótimo é inimigo do bom! Mas eu, ainda bem, nunca obtive muito sucesso nessa admoestação. Ao contrário, Ricardo almejava tudo saber e acreditava que isto era possível... Nosso convívio diário no Centro possibilitou-me acompanhar passo a passo o andamento de sua reflexão, a autocrítica, a cobrança, as exigências extremadas que por vezes o paralisava, que o obrigava a refazer mais uma vez o esquema do artigo, do texto. Sim, Ricardo montava o roteiro completo do texto e se algo não se encaixasse adequadamente no roteiro original considerava necessário reorganizar tudo, refazer tudo... Isto talvez explique o relativo baixo número de suas publicações, o que nada tem a ver com a alta qualidade de seus textos, de suas aulas e de suas orientações.

Outro artigo de autoria de Ricardo, ainda produzido nos tempos do CPDOC e de seu doutoramento no Museu Nacional, que marcou as reflexões e as análises sobre a Era Vargas foi “O dono da casa – notas sobre a imagem do poder no “mito Vargas”. O texto faz uma correlação entre a figura de Vargas, objeto central de construção do aparato ideológico do Estado

Novo e um dos temas centrais do campo da religião e da antropologia – os mitos. Fez uma aproximação abordando semelhanças e diferenças com a hagiografia, antigo modelo cristão de contar a vida dos santos. Acionou Michel de Certeau, Marcel Detienne e Michel Foucault entre outros assim como focou em Francisco Campos para analisar um livro escrito para crianças intitulado *História de um menino de São Borja*, editado pelo DNP (Departamento Nacional de Propaganda), precursor do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) em 1939, tendo uma Tia Olga apresentada como autora do texto. Vale notar que este foi o primeiro trabalho de Ricardo apresentando no GT Pensamento Social no Brasil da ANPOCS em 1985 e publicado na revista *Religião e Sociedade* (v.13, n.2, 1986). A partir de então o GT Pensamento Social contou com Ricardo apresentando comunicações, sendo debatedor de sessões e coordenador do GT.

Simultaneamente aos textos produzidos em decorrência de seu trabalho no CPDOC, Ricardo pesquisou e escreveu sua dissertação de mestrado “Os gênios da pelota: um estudo do futebol como profissão”.

E vale também lembrar que ao mesmo tempo nasciam Alice e Carolina, suas filhas gêmeas com Silvana Miceli. Imaginem o sucesso que isso fez em uma instituição com predominância feminina!

Além de seu envolvimento intelectual, acadêmico, Ricardo tinha abertura para ouvir, para discutir, para sugerir medidas e providências no campo da política institucional como veio a fazer em todas as instituições por onde atuou. Seu envolvimento institucional o levava a pensar e propor políticas, isto independente de fazer ou não parte da direção. O número de vezes que saíamos da FGV e íamos a algum lugar para conversar e debater sobre os choques que se apresentavam cotidianamente em ambientes acadêmicos onde a honra é a principal moeda de troca, a situação de atraso no repasse de verbas para a pesquisa, a situação de incerteza dos contratos de trabalho dos pesquisadores. Desse modo, o ser político, o envolvimento com o bem comum permaneceu para sempre como traço marcante de sua inserção nas diversas instituições acadêmicas por onde andou.

Por tudo isto, tenho também que lembrar que fui uma das que votou contra, desaconselhou, lamentou sua saída do Cpdoc e ida para o IUPERJ. Com ou sem razão mas esta é uma outra estória...

**Recebido em**  
março de 2017

**Aprovado em**  
maio de 2017

## Ziguezagueando com Ricardo Benzaquen no Departamento de História da PUC-Rio

Marcelo Jasmin\*

O convite para escrever sobre a presença institucional de Ricardo Benzaquen de Araújo no Departamento de História da PUC-Rio produziu muitos temores. Em primeiro lugar, porque a vida profissional de Ricardo se confunde com a própria história daquele Departamento. À exceção de um período de licença entre 1988 e 1994, Ricardo viveu na PUC-Rio desde o início dos anos 1970 até a sua morte em 2017. Além disso, e talvez mais significativo, é que a sua presença como professor extrapola qualquer das narrativas quantitativas da vida profissional tão em voga hoje em dia. Qualquer um que vá aos registros numéricos não terá a menor possibilidade de avaliar a força e o impacto dessa presença. É verdade que Ricardo participou de inúmeras bancas de mestrado, de doutorado e de qualificação, e estas foram, em grande parte, registradas. Mas a natureza de suas arguições, as aulas, por vezes pequenas conferências, que pronunciava em cada uma destas ocasiões, costumava deixar seus ouvintes maravilhados, quando não embasbacados. A sua capacidade de aliar a imensa erudição, preservada por uma memória incomum, à criatividade intelectual, e a sua perícia em tomar um pequeno ponto da tese em questão para colocá-lo num contexto problemático extremamente complexo e bibliograficamente informado, são qualidades que não podem ser conhecidas pelas quantificações atuais. Sem falar de que isso envolvia uma performance muito própria que aliava momentos de aparente sonolência e desatenção com intervenções loquazes, radicalmente precisas em seus pontos, conceitualmente sofisticadas e dirigidas, sempre, para tornar mais digno intelectualmente o ponto em questão. Por vezes Ricardo demorava dois ou três minutos, no início de suas arguições, sem propriamente apontar para onde ia seu raciocínio, como se estivesse esquentando os motores de sua fala, deixando seus ouvintes um pouco perdidos. Mas de um momento para outro, em questões de segundos, aquela aparente preguiça e leseira se transformava para dar lugar a um gigante do pensamento e da argumentação. Só quem assistiu

---

\* Marcelo Jasmin é professor do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: jasmin@puc-rio.br.

sabe do que digo aqui. Tratava-se de presença, de um corpo e uma voz que ocupavam um espaço físico, que o preenchiam, e que jamais estiveram registrados nos anais digitais das avaliações.

E isso não se referia apenas às teses e dissertações. A qualquer momento do dia, ou mesmo da noite (pois Ricardo costumava sair da Universidade após as 22:00 horas quando fechava a biblioteca) encontrávamos o professor conversando com um aluno ou um colega sobre praticamente qualquer assunto para o qual ele tinha o que dizer e contribuir. Quantas vezes encontrei Ricardo, especialmente quando eu fazia a minha pós-graduação, e sofri uma imensa ansiedade porque, tendo contado a ele sobre algum argumento que eu elaborava, ele logo me respondia com uma enxurrada de ideias – que muitas vezes me levavam para longe do caminho que eu imaginava dever percorrer – e uma lista de referências bibliográficas apontadas para várias alternativas ao meu argumento e que eu sabia que jamais daria conta de ler. Por vezes era necessário insistir que o caminho era outro e que embora aquilo que ele me dizia fosse interessantíssimo, eu buscava outras hipóteses e conexões intelectuais. Então Ricardo respirava um pouco mais fundo, dizia algo como “Então vamos lá”, e travava um diálogo para dentro da conversa que eu propunha, desenvolvendo possibilidades e sugestões bibliográficas que, se não eram as suas preferidas, eram absolutamente úteis para o seu ouvinte.

E esse era o cotidiano de Ricardo. Fosse numa reunião de Departamento, num cafezinho nos pilotis, num encontro no corredor ou no restaurante Couve-Flor, dentro do campus, em frente de um prato de comida sempre de tom amarelado e regado a latas de Guaraná Antártica Zero, ele estava sempre pronto a conversar, ensinar, orientar, problematizar, mostrar o que havia de preconceituoso ou de impreciso no que se falava e, especialmente, mostrar alternativas. Nada disso foi quantificável, nada disso foi avaliado pelas muitas comissões responsáveis, dentro ou fora da Universidade, e sou testemunha de sua infelicidade, por vezes aguda, nascida pela ausência de reconhecimento desse seu trabalho diário, intenso, público, formador. A produção acadêmica e intelectual tem sido contada por artigos publicados em periódicos qualificados por pares e pontuados em função de critérios compartilhados pelos comitês de que fazemos parte. Por vezes se dá importância ao número de teses e dissertações orientadas como parte da produção de um professor. A participação em congressos e seminários também é vista, mas como uma espécie de contexto geral da interação, e em escala muito secundária as bancas de que se participa. E boa parte, senão a maioria, dos jovens professores e pesquisadores de hoje já operam como se

isso fosse tudo.

Mas não é. Sem dúvida Ricardo publicou livros e artigos, alguns dos quais são referências obrigatórias como o “seu” premiado Gilberto Freyre, o “seu” Capistrano de Abreu, e o “seu” Joaquim Nabuco que começava a aparecer de modo inovador e no contexto da discussão contemporânea da subjetividade e do direito natural. Digo o “seu” porque de fato esses autores tão lidos e já clássicos da literatura histórica e sociológica brasileira ganharam em suas mãos uma identidade distinta, a partir de um viés de leitura preocupado, por vezes obsessivamente, de mostrar o que ninguém vira antes, mas que estava lá e que podia ser examinado a partir de um olhar formado por uma deglutição bibliográfica rara. Seus livros e artigos continuarão sendo lidos por qualquer um que se interesse pela vida brasileira e por suas expressões intelectuais, e gerarão os institucionalmente desejáveis “fatores de impacto”. Mas talvez devêssemos prestar mais atenção ao que não se quantificou, nem se quantificará. Os títulos de seus textos, por exemplo, mereceriam ser premiados: “Ronda noturna”, “O linho e a seda”, “Terra de ninguém”, “Raios e trovões”, “Castelos no ar”, “A cidade secreta”, “Chuvas de verão”, “O mundo como moinho”...

Ricardo atravessou muitas sendas distintas, sempre mantendo uma relação dialógica entre a história, a sociologia e a antropologia, e o livro de escritos recolhidos que ele organizava antes de morrer já tinha título sonoro e significativo: Zig-zag. Ricardo ziguezagueou um bocado na sua trajetória profissional na PUC, naquela sua parte que não deixa rastros estatísticos, nas suas falas cotidianas, em suas intervenções nos debates de todo dia, em suas conversas fortuitas ou programadas, em suas arguições. Eu devo a Ricardo Benzaquen as primeiras leituras de Alexis de Tocqueville e de Reinhart Koselleck que são inseparáveis de minha trajetória e a de meus alunos. E o seu tesouro intelectual se prolonga nas inúmeras teses e dissertações que orientou com enorme e raríssima dedicação e que constituem uma tradição particular de pesquisa cultural. Neste próximo semestre acadêmico de 2017, ex-alunos de Ricardo ministrarão em conjunto um curso na Pós-graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio, cada um deles apresentando um dos inúmeros textos que marcaram as suas formações. Uma homenagem bela, intelectualmente digna e que também não contará para nenhum índice que hoje se considera relevante por aí.

\*\*\*\*

Quando resolvi escrever esse brevíssimo registro da passagem de Ricardo pelo Departamento de História da PUC, me dei conta de como muitas de suas contribuições estão sendo esquecidas na passagem do tempo, pela

mudança geracional por que passa o Departamento e a Universidade, e pela natureza dessa presença que nem sempre deixou registros documentais. Resolvi, então, registrar alguns poucos fragmentos da presença institucional de Ricardo antes do início das atividades do Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura em 1985, do qual ainda temos boa memória.

Ricardo ingressou como estudante de Sociologia no início da década de 1970 e transferiu-se para o curso de História, segundo alguns de seus colegas, fugido das disciplinas de estatística de que não gostava ou para as quais não se sentia vocacionado. Formou-se Licenciado em História em dezembro de 1974 e já no ano seguinte foi contratado pelo Departamento como professor horista. Ricardo já fora monitor em algumas disciplinas daquele Departamento no ano anterior e demonstrara que sua já notória vitalidade intelectual se encontrava com a vocação do professor. Contratado, sua estreia como professor foi lecionando a disciplina de Fundamentos da História Antiga e Medieval, quando apresentou uma leitura de *A cidade Antiga*, de Fustel de Coulanges, entre outras, e no semestre seguinte, na disciplina de História Medieval, um curso sobre Michelet e a feiteiceira, dando início à sua longa trajetória, jamais abandonada, de lidar com os temas históricos privilegiando a leitura de obras clássicas ou de grande densidade intelectual. (Foi assim que, em 1980, quando fui seu aluno em História da América III, tive contato com *A democracia na América* de Alexis de Tocqueville). Foi um sucesso.

A partir de então, Ricardo lecionou disciplinas de praticamente todas as áreas de conhecimento do Departamento – Antiga, Moderna, Contemporânea, América e Teoria da História, além da Medieval – com a notória exceção de História do Brasil, o que causava, para ele e para alguns de seus colegas, certo estranhamento dado que suas pesquisas, desde a época do CPDOC, estiveram voltadas para o pensamento brasileiro. Talvez não houvesse muito espaço para o tipo de reflexão mais teórica e mais temática de Ricardo nas disciplinas obrigatórias da área, marcadas pela formação mais abrangente nos períodos da história brasileira – colônia, império e república. Talvez houvesse um excesso de reverência de Ricardo à erudição documental e historiográfica necessária para enfrentar tais cursos com seriedade, como ele reconhecia no seu antigo professor, e decano da área de História do Brasil no Departamento, Ilmar Rohloff de Mattos. O fato é que nem mesmo disciplinas eletivas sobre as suas pesquisas sobre Plínio Salgado ou sobre Gilberto Freyre aconteceram na graduação, e essa “lacuna” perdurou até o fim de sua vida.

Em meados dos anos 1980 Ricardo já estava associado à área de

estudos de Teoria da História, na qual ele se sentia mais à vontade tanto para dar asas à sua infinita erudição, como para ministrar cursos que não apresentavam uma inscrição disciplinar unívoca, permitindo um trabalho acadêmico nas interseções entre a história, a sociologia e a antropologia, esta última a área de sua formação pós-graduada no Museu Nacional. Foi nesta área de Teoria da História que Ricardo também pode rever e renovar, com sua notória criatividade, os ensinamentos que aprendera com dois de seus antigos mestres puquianos, Francisco Falcon e Luiz Costa Lima, sendo que Luiz permaneceu como a sua principal referência intelectual brasileira até o final da vida.

Foi também esse trânsito livre entre as diversas áreas de conhecimento que levaram Ricardo a ser convidado como assessor do Decanato do Centro de Ciências Sociais, entre 1983 e 1987, quando participou ativamente da criação, e posteriormente da coordenação, de uma nova disciplina, iniciada em 1984, nomeada “Introdução às Ciências Sociais”. “ICS”, como a chamávamos pela sigla, tinha a duração de dois semestres e era oferecida no primeiro ano de todos os cursos daquele Centro, no momento em que uma reforma curricular dissolveu o antigo Ciclo Básico que, ao longo de muitos anos, ofereceu cadeiras de História, Sociologia, Antropologia, Ciência Política e Economia aos alunos do Centro de Ciências Sociais. O decano, à época, o professor Isaac Kerstenetzky, montou uma equipe integrada por Otavio Velho e Isabel Ribeiro (e talvez por outros professores), para levar a cabo a reforma curricular, e Ricardo participou da elaboração do programa da nova disciplina, coordenou a sua implantação e a ministrou. Uma das ideias inovadoras era a de que a disciplina deveria ser oferecida por professores de vários Departamentos, e isto de fato aconteceu (minha memória talvez se engane e certamente há esquecimento, mas do que recordo, nos anos iniciais da disciplina foram seus professores: José Carlos Rodrigues, Marcio Goldman, Marcos Veneu, Ovídio Abreu, Ricardo Barbosa, Roberto Magalhães, Sonia Giacomini, Wandir Hagge e eu...) No primeiro semestre, tratávamos de discutir a historicidade ou o caráter socialmente construído dos saberes, da verdade, das ciências sociais e dos fenômenos humanos, e leituras como *A grande transformação*, de Karl Polanyi, *A verdade e as formas jurídicas* de Michel Foucault e “Tempo, disciplina do trabalho e capitalismo industrial” de E. P. Thompson, se combinavam com um grupo mais variável a depender do professor. No segundo semestre, ministrávamos autores clássicos da tradição das ciências sociais, especialmente Durkheim, Marx e Weber, organizados a partir de temas que cada professor escolhia. Para mim, este foi um momento decisivo

de inflexão intelectual, quando deixei de ministrar cursos gerais de História do Mundo Contemporâneo marcados, à época, por perspectivas de viés mais econômico, com suas bibliografias sobre a transição feudal-capitalista e sobre a passagem do capitalismo liberal para o capitalismo monopolista.

Não sei dizer exatamente quanto tempo durou a experiência de ICS, mas ao longo da década seguinte as várias reformas curriculares, quase sempre orientadas para a especialização disciplinar e a formação de profissionais para as exigências de mercado, acabaram por esvaziá-la. A disciplina ainda existe e é ministrada por professores do Departamento de História aos alunos de graduação do curso de Economia da PUC-Rio, em um semestre, mas o ímpeto de reunir um corpo docente de várias origens disciplinares para uma experiência intelectual e pedagógica comum esmaeceu neste caso, permanecendo a sua ideia inicial de tratar de temas comuns às ciências sociais de um ponto de vista interdisciplinar.

A interdisciplinariedade, entretanto, jamais foi abandonada na atuação profissional de Ricardo e marcou a história do Departamento de História desde os anos 1980. Momento precioso dessa perspectiva foi a criação, em 1985, do programa de mestrado em História Social da Cultura que apostou, de modo inovador, no diálogo entre áreas diversas e compôs o seu corpo docente com profissionais oriundos de tradições disciplinares diversas, como a Economia, a Sociologia, a Antropologia, a Ciência Política, a Arquitetura, a Literatura e a Arte, além, é claro, da própria História. Ricardo teve um papel determinante na defesa de uma experiência desta natureza, raríssima em nosso meio acadêmico, e foi um dos formuladores mais ativos da estruturação da pós-graduação, de sua área de concentração e de suas linhas de pesquisa. Dentre os professores do Departamento de História que fundaram aquele programa, certamente era ele quem tinha maior familiaridade com os temas da história da cultura. Mas este é um outro capítulo da história da presença institucional de Ricardo que merece um exame muito cuidadoso. Fica para outra oportunidade.

**Recebido em**  
março de 2017

**Aprovado em**  
maio de 2017

## Ricardo Benzaquen de Araujo, breve homenagem à sua memória

Luiz Eduardo Soares\*

Essas lembranças são uma pequena homenagem à memória de Ricardo Benzaquen de Araújo, amigo da vida toda. Se me incluo no relato, é porque não seria capaz de escrever uma descrição distante e objetiva do autor e de sua obra. Só me resta prestar um testemunho parcial e comovido. A tarefa de uma apresentação intelectual digna desse nome, como ele e sua obra merecem, fica reservada a estudiosos no futuro ou a colegas mais aptos do que eu na tarefa de desvencilhar-se das emoções.

Conheci Ricardo nos pilotis da PUC, no Rio de Janeiro, no início dos anos 1970. Eu, calouro, ele já na metade do curso; eu em Letras, ele em História. A despeito das escolhas diferentes, logo nos encontramos nas admirações comuns, entre elas, e com destaque, o professor Luiz Costa Lima. Lembro das conversas animadas com nosso grupo de amigos. Apesar da atmosfera carregada – afinal, vivíamos os anos mais sombrios da ditadura –, havia ali uma vitalidade apaixonante. Éramos ambiciosos, irônicos e críticos corrosivos de quase tudo, e nos divertíamos, sem perder a conexão com o sentido dramático do tempo.

Pessoalmente, eu não queria muita coisa, só mudar o mundo, e Ricardo, cujos sonhos de mudança não eram menos ardentes, tinha, mais que eu, os pés no chão e a cabeça no lugar: ele me dava a mão e me devolvia à realidade, em sua extraordinária complexidade, suas contingências, variações, incertezas, em sua imprevisibilidade. Ele me ensinava, sem assumir tom professoral, que entre cores opostas e polos antagonicos havia todo um gradiente, cuja percepção exigia sensibilidade refinada e adestrada pela erudição. Ricardo mostrava que sob a grandiloquência das ideologias germinava a despotencialização do pensamento, debaixo do manto sagrado das utopias heroicas ocultavam-se pesadelos totalitários. Nossa amizade era o mais poderoso antídoto às tentações da Hybris. Por outro lado, o ceticismo

---

\* Luiz Eduardo Soares é professor do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); e co-coordenador do curso de Pós-graduação em Gestão e Políticas de Segurança Pública da Universidade Estácio de Sá.  
E-mail: luizebmsouares@gmail.com

de Ricardo era risonho e leve, delicado e afetuoso, nunca ríspido, jamais arrogante, e não conduzia ao imobilismo ou à resignação. Esse híbrido formava um cristal precioso, uma obra holográfica que resultaria em auto-construção original e luminosa. Por isso, no âmbito de nossa relação, desde o primeiro dia e para sempre, Ricardinho, o diminutivo que humaniza.

Só havia uma nota destoante: Ricardo era o vascaíno do grupo, o que contrastava com suas inclinações céticas. Ele nascera para ser botafoguense, dizíamos; um acidente infantil provavelmente confundira, em seu espírito, os pretos e brancos.

Voltaríamos a nos encontrar no PPGAS do Museu Nacional, estudando antropologia, e, bem mais tarde, compartilhando laços afetivos e intelectuais com Otavio Velho, seu orientador no doutorado, meu orientador no mestrado, nosso mentor e amigo. Entretanto, o convívio estreitou-se no IUPERJ. E aqui chego ao âmago desse breve depoimento.

Em julho de 1987, ingressamos juntos no corpo docente do IUPERJ, ao lado de nossa colega Maria Alice Rezende Carvalho, também egressa da PUC. Fomos recepcionados, os três, numa cerimônia tão simples quanto tocante, por mestres que se tornavam colegas. Estiveram presentes antigos parceiros de trajetória e representantes de instituições próximas. Abria-se um novo ciclo. Uma etapa nova de promessas e desafios, coincidindo com o momento particularmente intenso e promissor da história política brasileira: a Assembleia Constituinte avançava a todo vapor, completando a transição para a democracia. A superposição entre os tempos pessoal e nacional, privado e público, nos conferia e aos colegas, e à própria instituição, uma energia única, que se retroalimentava, atravessando distintas dimensões, estimulando o trabalho intelectual, dinamizando a docência, motivando a pesquisa e impelindo à criatividade e à ousadia. Por exemplo, a ousadia de transgredir distinções disciplinares.

Outro aspecto relevante do contexto era a valorização internacional crescente de autores e pensamentos que expressavam e produziam mais que uma crise, um abalo sísmico nas ciências sociais institucionalizadas: a filosofia política feminista, o desconstrucionismo, a difusão das obras de Foucault e Deleuze, o neopragmatismo americano, a filosofia da linguagem pós-wittgensteiniana, a psicanálise lacaniana, o aprofundamento do diálogo entre história e antropologia, resgatando a tradição que focalizava as “mentalidades”, e o pós-estruturalismo –leituras reducionistas buscaram homogeneizar (e, frequentemente, desqualificar) essa constelação rica e diversa sob o título genérico “pós-modernismo”.

Observe-se ainda que, nesse ambiente difuso e desestabilizador, estavam no ar duas contradições entre o momento brasileiro e a emergência dessa nebulosa intelectual tão fecunda: (1) no plano político, em sentido amplo, a sociedade brasileira percebia as instituições (e lidava com elas ou as construía a partir dessa percepção) como a imposição de limites ao Estado (o Leviatã ditatorial), a saudável construção do Estado democrático de direito. Enquanto isso, a visão predominante –embora não exclusiva– nas correntes de pensamento internacional citadas definia as instituições como formas de repressão do desejo e da liberdade, ou de engendramento de novos poderes (macro e micro), no sentido negativo do termo. (2) Por outro lado, enquanto desde maio de 1968 as tradicionais cátedras acadêmicas eram queimadas, simbólica e praticamente, no Brasil, os cientistas sociais esforçavam-se por institucionalizar as ciências sociais, edificando parâmetros, regulamentando a organização de departamentos e definindo critérios de avaliação e instâncias que os aplicassem. Nossos mestres e colegas não estavam errados. A institucionalização seria necessária para a consolidação de nossa vida acadêmica, assim como foi a explosão de maio de 1968 para as universidades européias e norteamericanas. Por outro lado, haveria efeitos perversos, cujo sintoma atual talvez seja aquilo que alguns denominam “ditadura Lattes”. Não se evolui na contramão do mundo desenvolvido impunemente. Tende-se a copiar seu passado, tomando-o como tipo ideal, intempestivamente.

Dois desdobramentos naturais do quadro apresentado acima, no Brasil, eram: a valorização do liberalismo, dentro e fora da academia, e a afirmação, na academia, ressaltadas exceções, de certa predisposição refratária a transgressões disciplinares e ousadias intelectuais desestabilizadoras. Era o momento de validar a natureza científica das ciências sociais. Justamente o contrário do que sugeriam as energias mudancistas que emanavam do processo constituinte. Note-se que professores do IUPERJ –em parceria com colegas de algumas outras instituições, como o PPGAS da UFRJ– estiveram entre os líderes da institucionalização acadêmica, cujo movimento logo desembocaria na criação da ANPOCS. Destaque-se aí o papel central do saudoso Olavo Brasil de Lima Jr.

É imperioso assinalar que a implantação das pós-graduações entre nós, no campo das ciências sociais, foi em boa medida financiada pela FINEP e a Fundação Ford, o que era em si mesmo bastante interessante. A FINEP, órgão governamental, foi relativamente preservada pela ditadura, em nome da ideia de desenvolvimento nacional, para o qual seriam decisivas

a ciência e a tecnologia. Por outro lado, a Ford Foundation representava, nesse período, o que de melhor havia no legado do governo Carter e da tradição liberal norteamericana, no sentido que lhe emprestava, por exemplo, John Stuart Mill. O IUPERJ não existiria sem a visão, a iniciativa, o compromisso democrático e o arrojo de Candido Mendes de Almeida, mas tampouco teria fôlego sem o suporte financeiro, sobretudo das duas entidades mencionadas.

Incluo essas reflexões sobre nosso momento e as dinâmicas em curso porque retratam também o que Ricardo pensava. Estávamos plenamente de acordo e atuávamos em sintonia fina.

O IUPERJ era considerado uma instituição de excelência, caracterizada pelo pluralismo de valores e concepções, acadêmicas e políticas. A questão que se colocava imediatamente para nós era, tendo em vista a rede de contradições descritas acima: até onde vai a abertura da instituição? Qual o limite da tolerância e do convívio harmonioso na diferença?

Foi nessa conjuntura complexa, estimulante mas eivada de contradições, que chegamos ao IUPERJ como docentes. E é apenas considerando esse contexto que podemos aquilatar a importância, o brilho e a originalidade de Ricardo Benzaquen como autor, professor, pensador, pesquisador e ativista da prudência e da “philia”.

Ricardo graduou-se em história pela PUC, fez o mestrado no PPGAS, Museu Nacional, com uma dissertação sobre futebol, sob orientação de Gilberto Velho, e doutorou-se pelo PPGAS com uma tese sobre o pensamento de Gilberto Freire, sob orientação de Otavio Velho. Quando tornou-se professor do IUPERJ ainda não havia concluído o doutorado, mas já escrevera sobre Plínio Salgado e acumulara considerável experiência acadêmica. Na ANPOCS, anos depois, ocuparia posições de liderança nos debates sobre o pensamento social brasileiro. Graças a seu período no Museu Nacional, Ricardo herdou de Gilberto Velho o fascínio por Simmel e, de Roberto DaMatta, o interesse por Marcel Mauss e Dumont. Naqueles anos, escreveu com Eduardo Viveiros de Castro um artigo brilhante sobre a emergência do indivíduo -figura eminentemente moderna- em Romeu e Julieta de Shakespeare.

Com essa formação variada, vocacionado para a erudição e guiado por sua sensibilidade aguda e crítica, interessado em cultura e subjetividade, filosofia, literatura e estética, pensamento judaico e a questão da identidade judaica na história, assim como pelas dimensões narrativas e formais do discurso histórico e etnográfico, não era simples adaptar-se às expectativas

da nova instituição. O que deveria ensinar um professor de sociologia? Como deveria pensar um sociólogo? O que era, afinal, sociologia? O que distinguia o dileitante do acadêmico rigoroso? Evidente que o terreno era espinhoso, até porque, se havia legitimidade intelectual na própria incerteza, havia também práticas padronizadas, concepções estabelecidas e currículos já definidos. Para a felicidade de Ricardo e seus alunos, a bibliografia indispensável e consensual reunia clássicos extraordinários como Durkheim e Weber, cujas obras permitiam e, mais que isso, reclamavam reflexões transdisciplinares e abordagens não escolásticas. Biografias recentes de Weber lhe permitiam aproximar o grande autor alemão de Thomas Mann e Nietzsche, por exemplo, facultando ao professor acesso a vias vicinais capazes de iluminar e ultrapassar as exegeses canônicas. Graças à sua incansável paixão bibliográfica e à excelente biblioteca do IUPERJ (a mais completa em periódicos e a segunda mais ampla em livros –superada apenas pela USP), numa época em que o acesso à bibliografia era um trunfo extremamente valioso para docentes e estudantes, Ricardo foi encontrando meios de combinar o respeito a autores clássicos e temáticas consagradas, atendendo portanto a expectativas mais tradicionais, com inovação, ousadia e criatividade. Seus alunos tiveram o privilégio de navegar por oceanos vastos de sabedoria mesmo quando o programa aparentemente lhes promettesse o repertório usual.

Para que se tenha uma ideia de quão original, fértil e transformadora foi sua estratégia de combinação entre clássico e contemporâneo, entre seu desejo e as regras do jogo, basta compartilhar um testemunho pessoal. Um de nossos colegas era o professor Edmundo Campos Coelho, notável pesquisador e leitor voraz, aberto a abordagens heterodoxas, como a etnometodologia, que dialogava com a antropologia e a filosofia da linguagem, identificando os processos de invenção da “realidade” que transcorriam nos exercícios interlocucionários. Edmundo era capaz de questionar a própria noção de “realidade”, subvertendo pressupostos que lhe atribuíam positividade *ex-ante*, estabilidade e consistência ontológicas. Nosso colega Edmundo era apaixonado por Dostoiévski –em 1991, quando viajei à Suécia, xeroquei muitos livros na universidade de Upsala a seu pedido sobre o grande escritor russo. Contudo, nada disso se manifestava em seus escritos. Sua persona acadêmica se separava de suas inclinações pessoais, ou melhor, refletia inclinações divorciadas e não contaminadas pelas demais. Sua obra, cuja qualidade não está de modo algum em questão aqui, seguia outras linhas metodológicas e teóricas. Certamente, Edmundo

não era o professor típico, mas seu modo de ser revela aspectos significativos da instituição e da organização disciplinar.

Ricardo navegou com perícia entre as contradições a que me referi, e também entre os limites institucionais, e os atravessou, demonstrando seu compromisso –prático, ético e reflexivo– com a desconstrução de polaridades e classificações. O retorno à PUC como professor de história foi fruto e, de certo modo, pré-condição dessa caminhada. Ele não pretendia a superação dialética, em cujo movimento a síntese suprassume polaridades e contradições. Buscava identificar o gradiente formado por nuances e sutis distinções sobre um continuum. O espectro farto de diferenças tampouco era fixo. E as tensões não se diluíam: elas resistiam à solução, à univocidade e à superação. Aqui percebo não apenas uma recusa de fundo cético às ideias de evolução ou progresso, de aperfeiçoamento progressivo, mas também uma aposta na continuidade do diálogo e da reflexão como uma conversa com os pares e a tradição. Nesse ponto, vale destacar o diálogo proveitoso de Ricardo com a obra de nosso colega Renato Lessa. Aliás, o convite do IUPERJ a Renato para ingressar em seu corpo docente foi um dos projetos (este bem sucedido) em que mais nos empenhamos juntos, seguindo estratégia que concebemos em detalhes e aplicamos, sincronizadamente. Acalentávamos à época o sonho de criar uma terceira área na instituição, além de sociologia e ciência política. A chegada de Renato fortaleceria essa possibilidade. Entretanto, a ideia não prosperou. De todo modo, a contratação de Renato foi uma conquista importante para o IUPERJ.

Se o trabalho de (re)leitura da tradição, o trabalho da interpretação, necessariamente imerso na longa conversa da humanidade, pode constituir um fim em si mesmo, é porque seus efeitos colaterais (e/ou seus pressupostos) apontam para a paz, não a guerra, o convívio, não a exclusão mútua. Ricardo se equilibrava sobre esse fio tênue não porque fosse Habermasiano, nem Rortyiano, mas talvez porque a imagem que acalentava da história, vista da perspectiva do universo cultural judaico, o situava dentro e fora, acolhido e estranho, nas bordas, entre polos e territórios. Não por acaso foram centrais em sua formação autores como Walter Benjamin, Hannah Arendt e Gershom Sholem.

Ricardo, tal como o via, esteve sempre dividido pelo reconhecimento sincero da própria finitude e pela ânsia generosa e apaixonada de conhecer e abraçar o outro e o mundo. Não creio que ele pudesse ter sido o intelectual refinadíssimo que foi, introduzindo sempre mais um matiz na observação dos fenômenos e na interpretação dos textos, se não tivesse sido a pessoa

extraordinária, generosa e afetuosa que foi. Jamais o vi brigar com colegas ou alunos. Jamais o vi humilhar um candidato, nas inúmeras bancas de que participou. Tampouco foi casual que tenha se dedicado, em seus estudos, ao tema da philia.

A docência era sua vocação: Ricardo se realizava mais nas aulas do que na escrita. E não havia aula que não merecesse preparação devotada, mesmo que o programa fosse repetido e ainda que já conhecesse os textos. Relia-os todos, virando a noite, como era seu hábito. Chegava exausto diante de seus alunos, mas pronto para dividir o banquete que preparara.

Durante 14 anos, entre 1987 e 2000, como professores do antigo IUPERJ, fomos vizinhos de sala, separados por uma divisória fina e frágil. Passávamos dias e, tantas vezes, noites, lado a lado, às vezes os fins de semana, compartilhando o cafezinho e diálogos intermináveis. Desde então, penso em nosso convívio como uma única e longa conversa que se estende e desdobra, sem fim, apenas interrompida para os ossos do ofício. Mesmo quando a vida nos afastou, sua voz ressoava, risonha e melancólica, me alertando para o fato de que nada está resolvido, jamais suficientemente compreendido, e, por isso, convém evitar julgamentos e sentenças definitivas. Conhecimento é ciclo infinito da leitura dos leitores de sucessivas gerações e da escuta paciente das múltiplas vozes. Ricardo Benzaquen exerceu a erudição como poucos em nosso país, não como atletismo da soberba, mas, ao contrário, como antídoto à onisciência.

Agora, o intervalo, a conversa interrompida, resta a tarefa de ajudar tantos irmãos, órfãos de sua amizade, a fazer ecoar o rumor generoso, doce e amargo, de sua sabedoria e de seu amor.

**Recebido em**  
março de 2017

**Aprovado em**  
maio de 2017

## Ricardo Benzaquen, presença no IUPERJ<sup>1</sup>

Maria Alice Rezende de Carvalho\*

Em 1987, o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ era um centro isolado e muito influente de pesquisa e ensino pós-graduado em Sociologia e Ciência Política. Fora criado no final da década de 1960, na vigência da ditadura militar, com uma agenda intelectual dedicada à questão da democracia política, suas instituições e procedimentos. Tal agenda se materializara em pesquisas sobre partidos políticos, dinâmica legislativa, sobre a burocracia e a forma do Estado no Brasil, logo complementadas por outras tantas, relativas à questão social brasileira, gênero, raça, pobreza e violência urbana, que, como se sabe, ganhavam destaque no debate público sobre as democracias contemporâneas. Era um centro cosmopolita, com grande número de professores formados em instituições estrangeiras, notadamente norte-americanas, cujo empenho na institucionalização das ciências sociais no país se traduzia num excessivo zelo pelas fronteiras disciplinares. A lógica da especialização disciplinar era dominante, ainda que, vez por outra, tal princípio fosse tensionado por alguma atividade, um seminário ou uma tese defendida.

Naquele ano, como desfecho de um processo de discussão sobre a reprodução institucional e a necessidade de ampliação do corpo docente, o IUPERJ resolveu contratar três cientistas sociais mais jovens, ainda em estágio de formação – pois nenhum deles havia defendido sua tese de doutorado – e detentores de trajetórias que não espelhavam exatamente o entendimento majoritário da Casa quanto ao que deveria ser o perfil de um sociólogo ou de um cientista político. Dizia-se que era esse, afinal, o objetivo: trazer para a instituição um novo conjunto de temas e preocupações capazes de fertilizar a produção de conhecimento nas referidas áreas. Mas se a intenção era essa, não deve ter sido consensual...

---

\* Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPG-CIS) da PUC-Rio e coordenadora do Núcleo de Estudos e Projetos da Cidade (CENTRAL), no Centro de Ciências Sociais daquela universidade. E-mail: malice@puc-rio.br.

<sup>1</sup> Todas as declarações de ex-alunos de Ricardo Benzaquen que constam deste texto foram extraídas do site [sociofilo.iesp.uerj.br](http://sociofilo.iesp.uerj.br).

Ricardo Benzaquen de Araújo, contratado pelo IUPERJ em 1987, tinha uma trajetória bastante distante das pesquisas e das disciplinas – se estritamente consideradas – que davam nome àqueles programas de pós-graduação. Era bacharel em história, formado pela PUC-Rio, e mestre em antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional, tendo completado lá também os créditos que o credenciavam à elaboração e defesa de sua tese de doutorado. Tinha 35 anos de idade e trabalhava no Departamento de História da PUC-Rio, onde fora personagem decisivo na modelagem do curso de Pós-Graduação em História Social da Cultura, gozando de muito prestígio entre seus pares. Portanto, após aceitar o honroso convite que lhe fez o IUPERJ, Ricardo passou a se dividir entre três planetas distintos: o da sociologia, em que se dispusera a trabalhar; o da antropologia, em que mantinha uma expectativa forte em relação ao reconhecimento que poderia advir de um bom trabalho de conclusão do doutorado; e o da história, em que experimentava o genuíno prazer de avançar na construção de uma realidade institucional do seu gosto e tamanho. Ricardo, como se sabe, jamais deixará o Departamento de História da PUC-Rio.

É claro que IUPERJ e Museu Nacional eram instituições pioneiras na pós-graduação em suas respectivas sub-áreas – ciência política e antropologia social –, o que lhes garantia uma posição privilegiada no sistema nacional de ensino e pesquisa, incluídas aí agências de fomento e instâncias de legitimação. Isso significava que um convite do IUPERJ era uma via de consagração da trajetória do convidado, além de lhe abrir oportunidades futuras. Era, pois, um chamamento irresistível contra o qual Ricardo não gastou argumentos, mesmo sabendo que já acumulava um conjunto razoável de atribuições, tornadas ainda mais custosas pelo rigor que emprestava, ou pretendia emprestar, a cada uma de suas tarefas.

A tese de Ricardo Benzaquen – *Guerra e Paz: Casa Grande & Senzala e a Obra de Gilberto Freyre nos Anos 30* – foi escrita no IUPERJ, no tempo possível, entre as aulas e uma quantidade impressionante de sessões de orientação de alunos de mestrado e doutorado, a que ele se entregava sem restrições. Nas palavras de um desses alunos, Paulo Henrique Granafei, autor da tese *A Ironia como Vocação: mais uma epistemologia das ciências sociais* (IESP, 2012, Renato Lessa), se entrevê a rotina de Ricardo:

“Benzaquen era famoso por sua disponibilidade. Era bastante comum passarmos pelo seu gabinete e vermos uma pequena

fila de alunos aguardando para falar com ele. Pequena fila em se tratando da quantidade de pessoas; pois se considerássemos o tempo que ele iria gastar com cada um, sabíamos que aquilo lhe tomaria uma tarde inteira. Ele, no entanto, parecia não se importar. Não marcava o tempo no relógio, ficava com o aluno o quanto fosse necessário. Às vezes era capaz de dar praticamente uma aula particular, tão erudita quanto eram as coletivas.

Tive o privilégio de algumas dessas longas palestras em privado. Na última, como ninguém esperasse depois de mim e, pelo horário, ele não fosse mais trabalhar, achei oportuno perguntar sobre sua mãe, idosa, pois sabia que ela vinha passando por problemas de saúde. Perguntei por certa preocupação com ele e como maneira de retribuir a atenção. Falou-me um pouco da mãe, das filhas, sem esconder o orgulho que sentia por elas, jogamos um pouco de conversa fora.

Era um modo de expressar minha gratidão.”

Ricardo orientou 23 dissertações de mestrado e 15 teses de doutorado no IUPERJ, entre os anos de 1987 e 2010, quando a instituição passou por uma reconfiguração administrativa conduzida pela Universidade Cândido Mendes. O desempenho de Ricardo Benzaquen já seria impressionante não fossem suas orientações nos demais programas de pós-graduação em que atuou: o Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP, da UERJ (2009-2012), e, principalmente, o programa de História Social da Cultura, da PUC-Rio (1986-2017). Somadas todas elas, Ricardo Benzaquen é coautor de 50 dissertações e 29 teses, deixando ainda incompletos quatro trabalhos de conclusão de mestrado e três de doutorado, alguns deles em estágio bastante avançado de elaboração.

Sua primeira experiência como professor-orientador, aliás, foi no IUPERJ, com a dissertação de mestrado de Mirian Sepúlveda, intitulada *História, tempo e memória: um estudo sobre museus*, defendida em 1989. A ela se seguiram:

1	Marcos Chor Maio	<i>Nem Rotschild nem Trotsky: o pensamento antisemita de Gustavo Barroso</i>	Ciência Política	1991
2	Gilson Pinto Gil	<i>Memórias<sup>2</sup>: "Aventura e Civilização. Individualismo e Racionalização em Robinson Cruzo"; e "Fragmento Social, Utopia e Responsabilidade. Ética e Modernidade no Pensamento Social de Georg Simmel, Georg Lukács e Max Weber".</i>	Sociologia	1991
3	Manuel Eduardo Aires	<i>Espaço Político e Espaço Privado: Uma Abordagem Comparativa das Concepções de Richard Semet, Hannah Arendt e Jürgen Habermas</i>	Ciência Política	1993
4	Robert Wegner	<i>Teoria sociológica na Escola de Chicago: a obra de William Isaac Thomas</i>	Sociologia	1995
5	Anthony Albert Fischer D'Andrea	<i>O self perfeito e a Nova Era: individualismo e reflexividade em religiosidades pós-tradicionais</i>	Sociologia	1996
6	Alexandre Húngaro da Silva	<i>A ordem social na Commercial Society: uma leitura a partir de Edmundo Burke</i>	Sociologia	1996
7	Eduardo Condé	<i>Argos e Polifemo. Política e cultura no pensamento de José Guilherme Merquior</i>	Ciência Política	1996
8	José Mauro de Freitas Jr.	<i>Tragédia e Utopia: a trajetória do pensamento o jovem Lukács</i>	Sociologia	1997
9	Augusto C. Freitas de Oliveira	<i>A sociologia do branco e a questão moral no Pensamento de Álvaro Bomilcar</i>	Ciência Política	1999
10	Ricardo José de Azevedo Marinho	<i>Gilberto Freyre político</i>	Sociologia	2002
11	Bianca Cristina Vieira Pereira	<i>A casa, a rua, e a bola: carnavalização da linguagem e brasilidade nas crônicas de Nelson Rodrigues</i>	Sociologia	2002

<sup>2</sup>O IUPERJ admitia, para a finalidade de ingresso de seus alunos no Doutorado, a substituição da dissertação de Mestrado por duas Memórias elaboradas pelo candidato ao longo do curso e selecionadas pelo orientador para comporem o dossiê de admissão.

12	José Fernando Rodrigues de Souza	<i>Paixão e fragmentação: análise comparativa do pensamento social de Capistrano de Abreu e Paulo Prado</i>	Sociologia	2002
13	Fernando Cesar Vasconcelos	<i>Trânsito, ritmos desiguais e violência no asfalto</i>	Sociologia	2003
14	Maurício Maia Aguiar	<i>José de Alencar e a invenção romântica da tradição brasileira</i>	Sociologia	2004
15	Vinícius Bogéa Câmara	<i>Otto Maria Carpeau: exílio, adaptação e modelagem do self no Novo Mundo</i>	Sociologia	2004
16	Valéria da Silva Paiva	<i>Sociabilidade, retórica e modelagem da identidade na sociedade de Corte: uma leitura de Baldasare Castiglione e Torqueto Accetto</i>	Sociologia	2005
17	Arthur Coelho Bezerra	<i>Modernizar o passado: movimento Mangue e a Antropologia revisitada</i>	Sociologia	2005
18	Eduardo Fernandes Nazareth	<i>A ideia de mestiçagem na obra de Gilberto Freyre de Casa Grande &amp; Senzala à segunda edição de Sobrados &amp; Mocambos</i>	Sociologia	2005
19	Charlles da Fonseca Lucas	<i>O Processo de auto-modelagem em Noebert Elias</i>	Sociologia	2006
20	Kelly Pedroza Santos	<i>A Peste Branca: um estudo de "Vozes de Campos de Jordão" de Oracy Nogueira</i>	Sociologia	2008
21	Alessandro Garcia da Silva	<i>O pensamento econômico de Alceu Amoroso Lima</i>	Sociologia	2008
22	Fernando Antonio de Queiroz Randau	<i>Viagem redonda – Notas sobre a subjetividade e a tradição católica em "Minha Fé", de Joaquim Nabuco</i>	Sociologia	2009
23	Jairo Luiz Brod	<i>A cátedra e a tribuna: sociologia, política e língua em Gilberto Freyre</i>	Ciência Política	2009

Dados extraídos da Plataforma Lattes, <http://lattes.cnpq.br/1936292018521131>, em 02.06.2017.

No mesmo período, as teses de doutorado orientadas por Ricardo Benzaquen no IUPERJ foram as seguintes:

1	Marcelo Gantus Jasmin	<i>A historiografia de Tocqueville como ciência da política</i>	Ciência Política	1995
2	José Augusto Valladares Pádua	<i>A degradação do berço esplendido. Um estudo sobre a tradição original da ecologia política brasileira 1786-1888</i>	Sociologia	1997
3	Barbara Musumeci Soares	<i>Mulheres Invisíveis: Violência Familiar e Formações Subjetivas</i>	Sociologia	1997
4	Santuza Cambraia Naves	<i>O violão azul: modernismo e música popular</i>	Sociologia	1997
5	Gilson Pinto Gil	<i>Humildes, mascarados e gênios. Ética, história e identidade nacional na obra de Mário Filho.</i>	Sociologia	1997
6	Paulo Kramer	<i>Homo Democraticus, Homo Burocraticus. Tocqueville, Weber e a política como arma contra o individualismo e o desencantamento</i>	Ciência Política	1999
7	Silvana Gonçalves de Paula	<i>O campo na cidade. Esportes, country e ruralidade estetizada.</i>	Sociologia	1999
8	Carmen Lúcia Tavares Felgueiras	<i>O Futuro e suas Ilusões. Os Estados Unidos de Monteiro Lobato e Eduardo Prado</i>	Sociologia	1999
9	Robert Wegner	<i>Artifício e Natureza: A Conquista do Oeste Brasileiro segundo Sérgio Buarque de Holanda</i>	Sociologia	1999
10	Fernando Lattman- Weltman	<i>Jequitibá em Mato Miúdo: Vocaçào Intelectual e Retórica Política em Afonso Arinos</i>	Ciência Política	2000
11	Margareth de Almeida Gonçalves	<i>Império da fé: misticismo e narrativas do feminino em Goa e no Rio de Janeiro (Séculos XVII e XVIII)</i>	Sociologia	2002
12	Sonia Maria Giacomini	<i>A alma da festa. Família, etnicidade e projetos num clube social da Zona Norte do Rio de Janeiro: o Renascença Clube</i>	Sociologia	2004
13	Ronaldo O. de Castro	<i>A Experiência Literária : formação da literatura e construção da ordem na crítica literária de Antônio Candido</i>	Sociologia	2006

14	Ana Christina Darwich Borges Leal	<i>Na corda dos bambas : tradição e modernidade na construção social da malandragem.</i>	Sociologia	2007
15	Luciana Quillet Heymann	<i>De arquivo pessoal a Patrimônio Nacional: reflexões sobre a construção social do "legado" de Darcy Ribeiro</i>	Sociologia	2009

Dados extraídos da Plataforma Lattes, <http://lattes.cnpq.br/1936292018521131>, em 02.06.2017.

Esses quadros dizem muito acerca dos interesses intelectuais de Ricardo Benzaquen e das amizades que construiu na sua passagem pelo IUPERJ. Embora se saiba que dissertações e teses nem sempre guardam estreita proximidade com as pesquisas desenvolvidas pelo orientador, é possível toma-las como um sumário das suas preocupações naquele contexto. Esporte e futebol, por exemplo, preocupações presentes, porém não em número significativo dentre os títulos arrolados, constituíam um tópico que Ricardo, vez por outra, visitava e parecia mesmo querer retomar após tanto tempo desde a sua dissertação *Os gênios da pelota. Um estudo do futebol como profissão* (1980). Segundo Eduardo Fernandes Nazareth, em depoimento extraído do site *Sociolfilo*,

“... na época em que nos conhecemos, Ricardo ensaiava uma tentativa de retomar o tema do futebol, com o qual se envolvera no seu mestrado. Ele era um apaixonado pelo esporte bretão. Ter tido contato com ele nesse momento foi definidor do caminho que trilharia. No segundo ano do mestrado ele me perguntou se eu não gostaria de escrever sobre esporte. Naquela ocasião eu achei que não teria tempo hábil para começar a tratar de um novo assunto. Mas a ideia ficou. De certo modo ele me fez crer que o esporte, mais do que uma memória dos grandes tempos ou uma paixão viva, poderia ser um objeto de estudos sociologicamente riquíssimo e com o qual, segundo ele, eu parecia me identificar. Minha tese de doutorado (mais tarde premiada e publicada) seria sobre esportes coletivos.”

Se os trabalhos sobre futebol foram escassos, o chamado pensamento social no Brasil, por outro lado, nomeia um conjunto numeroso e bastante heterogêneo de dissertações e teses orientadas por Ricardo – algumas delas tão bem-sucedidas, que passaram a constar como referência obrigatória em trabalhos posteriores. A simples listagem dos autores brasileiros tratados

por aqueles orientandos permite avaliar o controle que Ricardo detinha sobre história intelectual no país, em suas diferentes dobras, isto é, na literatura, na crítica, no jornalismo, na invenção, enfim, do Brasil: *Darcy Ribeiro, Antônio Cândido, Monteiro Lobato, Eduardo e Paulo Prado, Sérgio Buarque de Holanda, José Guilherme Merquior, Mario de Andrade, Afonso Arinos, Mario Filho, Capistrano de Abreu, Oracy Nogueira, Alceu de Amoroso Lima, Nelson Rodrigues, Otto Maria Carpeaux, para não falar de Gilberto Freyre e Joaquim Nabuco – esses dois últimos, sim, objetos de sua permanente e particularíssima inquirição.*

Mas são as questões sobre subjetividade, auto-modelagem, elaboração da personalidade as que recortam tanto as teorias e teóricos abordados pelos orientandos de Ricardo – *Georg Simmel, Georg Lukács, Max Weber, Norbert Elias* –, quanto a reflexão que empreendem acerca dos pensadores brasileiros. De fato, no IUPERJ, Ricardo manteve ativa a agenda intelectual que trouxe do seu mestrado, acrescida de questões pertinentes à teoria da história. E, conquanto procurasse repartir entre seus orientandos objetos mais compatíveis com o perfil (SIC) de um ou outro Programa, se percebe que no IUPERJ ou na PUC-Rio o conjunto da sua atividade esteve sempre marcado pelas aquisições intelectuais que fizera na sua passagem pelo Museu Nacional. O impacto daquela experiência será permanentemente lembrado por Ricardo, como na entrevista concedida à Revista de História da Biblioteca Nacional:

“... [Havia sido formado] em uma instituição muito próxima do marxismo [...] e começara a trabalhar com autores ligados à sociologia francesa [...], em que as categorias e classificações eram bem armadas e definidas. [Assim] ler *Casa-Grande & Senzala* foi uma experiência inesquecível [a que se associaram autores como Simmel e Gabriel Tarde] que “continham uma fluidez e uma ambiguidade ausentes na tradição do marxismo e da escola sociológica francesa”.

Sob a orientação de Gilberto Velho, sua dissertação acionou discussões travadas por um grupo de professores e alunos do Museu Nacional sobre o individualismo, entendido como categoria básica da sociedade ocidental. Dentre os aspectos que melhor traduzem aquele trabalho está a percepção de que o mundo do futebol é regido por valores individualistas, sendo o jogador brasileiro, mais do que o europeu, a expressão exasperada disso, uma vez que dele se espera o brilho pessoal, singular, em contraste com o

estilo de jogo mais coletivo que tem lugar em outros contextos nacionais. Está aí, como se vê, a fricção entre dimensões contrapostas – singularidade e equipe, por exemplo – que, atuando na conformação do jogador, não se excluem ou anulam: construção analítica que comparece na leitura que Ricardo fará de *Casa Grande & Senzala*.

Contudo, o encontro de Ricardo com Gilberto foi, de início, tenso. Seu texto lhe parecia confuso, pois não oferecia grandes planos da vida social. E sua “[...] *prosa era marcada por certo tipo de narrativa oral, que ia e voltava:[...] tive dificuldade [para] compreender a melhor maneira de lidar com aquilo.*” A familiaridade com o ziguezague de Freyre, porém, foi sendo conquistada com a ajuda de Simmel, mais precisamente de um Simmel ainda pouco explorado no nosso debate intelectual de então, cujos textos dialogam com as artes e os movimentos de vanguarda na sociedade alemã, e conferem positividade a paradoxos e ambivalências. Durante a elaboração de sua tese de doutorado, Georg Simmel será o autor da predileção de Ricardo, que pôde se valer da preciosa biblioteca do IUPERJ e ainda ampliar aquele patrimônio com um razoável número de títulos que poucas instituições no Brasil teriam podido adquirir. A contribuição, aliás, de Ricardo à ampliação e racionalização do acervo da biblioteca da Rua da Matriz deverá ser, um dia, aquilatada por uma pesquisa sensível sobre aqueles livros e seus leitores. O fato é no primeiro semestre de 2004, Ricardo proporá uma disciplina eletiva a que deu o nome de **A herança de Simmel: cultura, tragédia e experiência no pensamento alemão**, com a qual pretendia ...

“Considerar a contribuição oferecida por alguns filósofos e historiadores a problemas de natureza especificamente sociológica, qual seja, o papel desempenhado pela biografia, pelo romance e pelo cinema, por exemplo, em um possível esforço de reencantamento do mundo.”

Os anos seguintes ainda veriam algumas disciplinas eletivas propostas por Ricardo, saltadas, porém, em semestres específicos, que coincidiam com o agravamento de seus problemas de saúde. Em 2009, cursos, orientações e pesquisa parecem convergir, gradualmente, para a questão da modelagem da personalidade de intelectuais brasileiros de diferentes gerações. Vários de seus orientandos se encontravam alinhados pela ideia de analisar textos de caráter confessional, como memórias, diários, relatos de viagem e, sobretudo, cartas – algo que já vinha sendo posto em prática por Ricardo na análise que empreendeu do livro *Minha Formação*, de Joaquim Nabuco. O

plano frutificou e o melhor exemplo disso é o fato de que o último projeto que Ricardo encaminhou ao CNPq, solicitando a renovação de sua Bolsa de Produtividade, data de 2012 e tem como título *Cinzas e diamantes. Escravidão, aventura e direito natural no jovem Joaquim Nabuco*. 2009 foi, por isso, o ano em que Ricardo começa a definir o tema da sua nova pesquisa e a desenhar um modo mais eficiente de estabelecer o seu cotidiano, trazendo seus orientandos para uma posição mais ativa na organização das atividades concernentes ao grupo.

Aquele, porém, foi também um ano que assistiu o término de uma experiência muito importante para a vida acadêmica brasileira e para a cultura científica e intelectual do Rio de Janeiro, pois o IUPERJ, da maneira como havia sido construído e se consolidara nos últimos 20 anos, ruína. Tal fato não deverá ter sido facilmente assimilado por Ricardo, cujo gosto analítico pela fluidez, instabilidade e ambivalência convivia, em outro plano, com sua preferência por um cotidiano estável – e até certo ponto previsível –, em que ambiguidades, conflitos e transbordamentos fossem contidos em prol do trabalho. Desmontada a biblioteca do IUPERJ, é de se imaginar a sensação de orfandade que o acometeu... Tudo isso teve impacto nos anos que se seguiram, coincidindo com um momento de revitalização da pós-graduação em História Social da Cultura e com a chegada de alguns de seus jovens amigos, ex-orientandos, a posições institucionais no circuito disciplinar da História. A saúde mais debilitada e a reaproximação intelectual e afetiva com a PUC-Rio o conduziram de volta – e, dessa vez, integralmente – à Gávea.

Em resumo, o IUPERJ foi o cenário das grandes “passagens” de Ricardo, vividas ali, porém, com muita divisão. Foi lá que se tornou ampla e nacionalmente conhecido pela presença em instituições de representação, como a ANPOCS, ou de fomento, como nos comitês de avaliação da Capes, de que participou; foi lá que sua agenda intelectual se complexificou enormemente, inclusive pelo embate com outras referências disciplinares; foi lá que concluiu sua tese de doutorado e viu seu trabalho ser reconhecido dentro e fora da academia, como ganhador do Prêmio Jabuti; e foi lá também que pôde ler e estudar como sempre planejava, em virtude da disponibilidade de livros, tempo e jovens aplicados a esse objetivo. Mas a divisão sempre se impôs a ele. Como percebeu um de seus alunos, Paulo Henrique Cassimiro:

“[...] lembro-me que, em uma das muitas conversas que tivemos no começo de suas aulas, eu comentava com ele sobre a obra de Isaiah Berlin, que lia naquela altura em razão da dissertação de mestrado. Ele me dizia que considerava Berlin um autor superestimado, opinião com a qual eu concordava, lembrando-o, contudo, de um belo ensaio que o emigrado russo havia publicado nos anos 50 sobre Dostoievski e Tolstoi, no qual utilizava as imagens da raposa e do ouriço para comparar os dois tipos de intelectuais: se o ouriço se caracterizava por se concentrar no conhecimento de uma só coisa muito importante, a raposa era marcada pelo pluralismo e a dispersão de interesses.

Aquele momento foi um dos poucos em que ouvi Ricardo falando de si mesmo, ao confessar-me que ele encarava sua trajetória intelectual e acadêmica à semelhança da raposa de Berlin, cercado de muitos interesses e temas diversos, sem se estender perpetuamente em nenhum deles, sem se tornar um acadêmico marcado pelo signo do “especialista” [...]”

**Recebido em**  
março de 2017

**Aprovado em**  
maio de 2017

# Dossiê

## Emoções, Política e Trabalho – estudos em antropologia das emoções

### Introdução ou Como Fazer Coisas com Emoções<sup>1</sup>

Maria Claudia Coelho\*

Susana Durão\*\*

Os campos da sociologia e da antropologia das emoções vêm conhecendo, desde os anos 1970 e 1980, respectivamente, um forte desenvolvimento na cena norte-americana. Diversos são os modelos teóricos propostos para a análise das emoções, tais como, na antropologia, o relativismo representado, entre outros, pelos primeiros trabalhos de Michelle Rosaldo (1984), Lila Abu-Lughod (1986) e Catherine Lutz (1988), baseados na noção de uma “construção cultural das emoções” ou, poucos anos depois, o contextualismo proposto por Lutz e Abu-Lughod (1990), cuja âncora teórica seria o conceito de “micropolítica das emoções”, engendrado a partir da noção foucaultiana

---

\* Maria Claudia Coelho é professora associada do Departamento de Ciências Sociais da UERJ. Doutorou-se em Sociologia pelo IUPERJ e é mestre em Antropologia Social pelo Museu Nacional da UFRJ. É autora de *A Experiência da Fama – individualismo e comunicação de massa* (Ed. da FGV, 1999) e de *O Valor das Intenções – dívida, emoção e identidade* (Ed. da FGV, 2006), co-autora de *Antropologia das Emoções* (Ed. da FGV, 2010) e co-organizadora da coletânea *Cultura e Sentimentos – ensaios em antropologia das emoções* (Ed. Contra Capa/FAPERJ, 2011). Seu trabalho mais recente é a organização do volume *Estudos sobre Interação – textos escolhidos* (EdUERJ, 2013). Email: mccoelho@bighost.com.br.

\*\* Susana Durão é doutora em Antropologia pelo Instituto Universitário de Lisboa (Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa), professora associada do Departamento de Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP, São Paulo) e pesquisadora colaboradora do PAGU: Núcleo de Estudos de Gênero e do CEMI: Centro de Estudos em Migrações Internacionais. É pesquisadora convidada do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. É autora do livro *Patrulha e Proximidade. Uma Etnografia da Polícia em Lisboa* (Ed. Almedina, 2008) e organizou a obra *Polícia, Segurança e Ordem Pública. Perspectivas portuguesas e brasileiras* (Imprensa de Ciências Sociais, 2012). Email: ssbdurao@gmail.com.

<sup>1</sup> Esse dossiê foi originalmente concebido como uma coletânea, contemplada em janeiro de 2015 com o auxílio-editoração da FAPERJ (APQ 3).

de discurso.<sup>2</sup> Na sociologia das emoções, há uma profusão de propostas teóricas, tais como o trabalho de Arlie Hochschild (1979) baseado nas noções de “trabalho emocional” e “regras de sentimento”, o modelo “estrutural” de Theodore Kemper (1990) voltado para o exame das relações entre o poder e o *status* e a emergência de sentimentos específicos, ou o “sistema de deferência-emoção” proposto por Thomas Scheff (1990) para dar conta da dimensão emocional da conformidade às regras sociais, em que a vergonha desempenharia papel central.<sup>3</sup>

No Brasil, o campo dos estudos socioantropológicos das emoções é de constituição mais recente, tendo como polos principais o Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções (GREM), fundado por Mauro Koury junto à Universidade Federal da Paraíba, em 1994, e a linha de pesquisa “Transformações da Intimidade”, criada junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais por Maria Claudia Coelho e Claudia Barcellos Rezende, em 1998. Os pesquisadores desses núcleos iniciaram, a partir do início dos anos 2000, um trabalho regular de organização de atividades junto às reuniões das principais associações científicas, tais como Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM) e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), entre outras.

Este Dossiê é fruto de um conjunto de iniciativas dessa natureza, empreendidas em parceria pelas organizadoras e composto por cinco Grupos de Trabalho na área de antropologia das emoções. As atividades foram organizadas na ABA, em 2010 e 2012; na EASA (Associação Europeia de Antropologia Social), também em 2010 e 2012; e na SIEF (International Society for Ethnology and Folklore), em 2011.

As propostas dos referidos Grupos podem ser entendidas como acompanhando as tendências mais recentes da área. Assim é que o primeiro grupo organizado na ABA intitulou-se “Antropologia das Emoções”, com

---

<sup>2</sup> Para um mapeamento do campo da antropologia das emoções, ver Coelho e Rezende (2011); para uma introdução ao tema, ver Rezende e Coelho (2010). Para uma discussão sobre o percurso da antropologia das emoções na cena norte-americana, ver a entrevista (e sua apresentação) concedida por Catherine Lutz a Maria Claudia Coelho e Susana Durão, publicada na revista *Mana* (LUTZ, 2012).

<sup>3</sup> Para um mapeamento das diversas vertentes da sociologia das emoções, ver Turner e Stets (2005).

uma proposta que abarcava objetos de pesquisa que incluíam a saúde/doença e o gênero; experiências de lazer e consumo; o mundo do trabalho e das instituições; e a violência e ação política. O desenho desse GT tinha assim, no cerne de sua “identidade” intelectual, uma preocupação mais geral de exploração dos contornos do campo, dos limites e possibilidade de se pensar a emoção como um objeto de estudo socioantropológico.

Dois anos depois, a atividade proposta à ABA apresentava contornos bastante distintos, trazendo para a linha de frente um conjunto mais específico de temáticas: aquelas entendidas como ligadas à “esfera pública”. Com essa preocupação (expressa já na alteração do título do GT, que em 2012 chamou-se “Emoções, Política e Trabalho”), a chamada do GT privilegiava os seguintes temas: movimentos sociais; violência urbana; organizações e trabalho; e lazer/consumo.<sup>4</sup>

As atividades organizadas no âmbito das associações europeias de antropologia refletiram, como era de se esperar, as diferenças no “estado da arte” do campo nessas diversas cenas institucionais. Assim foi que, em nossa primeira iniciativa na SIEF, o painel proposto já recortava, entre as temáticas possíveis da antropologia das emoções, aquelas ligadas à esfera pública, ou seja, aos movimentos sociais, à violência e ao universo do trabalho. Na EASA, em 2010, o *workshop* foi voltado para a dimensão emocional das experiências de violência e vitimização, enquanto que em 2012 privilegiamos o tema da relação entre emoções e temporalidade, com uma chamada voltada para as “etnografias da esperança”.

O breve percurso aqui narrado teve, como mola propulsora fundamental, a percepção de que, como apontou Craig Calhoun (2001) em texto incluído em coletânea voltada para a discussão do lugar das emoções nos movimentos sociais (GOODWIN; JASPERS; POLLETTA, 2001), as ciências sociais precisariam “transcender” as representações nativas ocidentais das emoções, pelas quais estariam sendo “contaminadas”, em particular sob dois aspectos. O primeiro seria a atribuição às emoções de uma natureza disruptiva, o que obscureceria sua importância para a estabilidade das instituições; o segundo seria a alocação das emoções no interior dos indivíduos, o que dificultaria a percepção do trabalho das relações

---

<sup>4</sup> Esse mesmo desenho foi mantido na Reunião Brasileira de Antropologia de 2014, em que o Grupo teve o mesmo título e propostas temáticas semelhantes.

emocionais nas organizações e outros “campos de relacionamento” (os movimentos sociais).

Em outro lugar (COELHO, 2010a), discutimos a forma como essas questões aparecem na trajetória da antropologia das emoções no campo brasileiro. Assinalamos então a predominância das questões ligadas ao gênero e à saúde/doença nos primeiros trabalhos de autores brasileiros, tais como as reflexões de Rezende sobre a amizade (2002) e sobre a gravidez (2009) ou os trabalhos de Menezes (2006) sobre a gestão das emoções no ambiente hospitalar.<sup>5</sup>

Este Dossiê reúne um conjunto de textos apresentados nos Grupos de Trabalho discutidos, acrescidos de algumas colaborações de pesquisadores com quem estabelecemos interlocuções sob outros formatos da vida acadêmica. Tem por objetivo fundamental apresentar a fecundidade, para o campo da antropologia das emoções, da atenção para com temas que vimos até então entendendo como da “esfera pública” – os movimentos sociais, o policiamento e o trabalho/as organizações.

Trata-se, evidentemente, de um recorte, orientado essencialmente pelos temas que surgiram como resposta às chamadas dos Grupos de Trabalho. Essa resposta, contudo, evidencia nada haver de “idiossincrático” no desenvolvimento do campo na cena brasileira, com diversas temáticas “ecoando” os objetos de pesquisa que, em outras cenas acadêmicas, na Europa e nos Estados Unidos, nos permitem fazer essa distinção entre a gama de objetos ligada à vida íntima/privada e o rol de temáticas da vida pública.

É assim, então, que podemos mencionar o Dossiê organizado por Jack Barbalet, o qual traz trabalhos voltados para a percepção da relevância das emoções em diversos ambientes da vida profissional, tais como as grandes corporações (FLAM, 2002), a economia (PIXLEY, 2002), a ciência (BARBALET, 2002) e a academia (BLOCH, 2002). Nessa mesma rubrica, podemos citar o trabalho de Graham (2002) sobre o lugar das emoções na burocracia sueca. Todos esses trabalhos desafiam o senso comum que

---

<sup>5</sup> Essa predominância não exclui naturalmente a presença, entre os autores pioneiros da área nas ciências sociais brasileiras, de atenção para a dimensão emocional de fenômenos de natureza pública, como por exemplo, o estudo de Koury (2008) sobre as formas do medo e a sociabilidade na cidade de João Pessoa.

representa esses universos como refratários à força das emoções, sugerindo a importância de se repensar tanto as teorias clássicas a seu respeito quanto sua fecundidade como objetos de pesquisa, em esforço intelectual afinado com os alertas de Calhoun expostos.

Adentrando o terreno da ação política, podemos encontrar trabalhos que articulam as emoções ao militarismo, como a etnografia de Eyal Ben-Ari (1998), que discute as gramáticas emocionais presentes no treinamento militar de uma unidade israelense; o trabalho de Catherine Lutz e Matthew Gutmann (2010) sobre os veteranos da guerra no Iraque e seu questionamento do diagnóstico da “síndrome do estresse pós-traumático”; ou estudos sobre as metáforas emocionais utilizadas no treinamento militar (KATZ, 1990) e sobre as estratégias desenvolvidas pelas mães de soldados soviéticos mortos em guerras estatais (Afeganistão, Chechênia) para prantear seus filhos (OUSHAKINE, 2006). Guardando uma relação algo próxima com essa temática do militarismo, podemos lembrar também a coletânea organizada por M. Svasek (2006), que reúne artigos sobre as emoções suscitadas pelas transformações geradas pelo fim do regime comunista nos países do Leste europeu.

Os movimentos sociais são outro tema que vem merecendo a atenção dos sociólogos e antropólogos interessados no estudo das emoções. Exemplar desse esforço é a coletânea, já mencionada, organizada por J. Goodwin, J. Jaspers e F. Polletta, orientada pela preocupação com uma questão central: as formas de articulação entre as dimensões cognitiva e emocional nas interpretações das motivações para o engajamento em movimentos sociais. Essas preocupações integram o conjunto de questões discutidas por Durão e Coelho (2012) em estudo sobre o Grupo Cultural AfroReggae, em que as autoras examinam as produções discursivas sobre o grupo, sugerindo a existência de uma “fábula” que coloca a esperança como “mola emocional” de suas ações. Outro exemplo de uma conjugação fecunda entre a análise antropológica das emoções e a ação política é o estudo de Jimeno (2010) sobre vitimização e construção de comunidades emocionais em movimentos sociais na Colômbia.

A violência urbana é outro tema que vem também merecendo a atenção dos estudiosos. Exemplos seriam os trabalhos de Coelho (2010b, 2012) sobre as gramáticas emocionais ligadas às experiências de vitimização em assaltos a residências no Rio de Janeiro, em que a autora discute a emergência de sentimentos, tais como o desprezo e a compaixão, como forma de “restauração” de uma ordem hierárquica que a condição de vítima teria

vindo romper, bem como a articulação entre gênero e controle emocional na vitimização; e o estudo de Jimeno (2004) sobre os crimes passionais na Colômbia e no Brasil, em que a autora discute a imbricação entre gênero e (des)controle emocional nos discursos sobre as motivações para esse tipo de crime.

Finalmente, o policiamento é um problema da “esfera pública” que vem também merecendo a atenção dos antropólogos interessados no estudo das emoções. Aqui, podemos citar o artigo de Durão (2013) sobre o sentimento de impotência que perpassa o atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica por policiais em Lisboa; a análise de Coelho, Sento-Sé, Silva e Zilli (2013) sobre a articulação entre riso e polidez na forma de exercício da autoridade policial no contexto da *blitz* da Operação Lei Seca no Rio de Janeiro; e, com uma temática “vizinha”, o texto de Sirimarco (2005) sobre o papel do corpo na formação do “sujeito policial” em escolas policiais argentinas.

Foi tendo em mente essa trajetória do campo da antropologia das emoções e seu momento atual, com a emergência de um expressivo conjunto de objetos de pesquisa provenientes do “mundo público”, que concebemos o presente Dossiê. Reunimos aqui dez textos divididos em três seções - “Emoções e Movimentos Sociais”; “Emoções e Policiamento”; “Emoções, Trabalho e Instituições” -, cujas ideias centrais passamos a expor.

\* \* \*

A primeira seção é composta por três textos que abordam dimensões emocionais da participação em movimentos sociais. Essa seção abre com um texto voltado para o exame das emoções que presidem as ações humanitárias; os dois trabalhos seguintes analisam movimentos da área dos chamados “direitos sexuais”.

O primeiro texto, de autoria de Jaqueline Ferreira, apresenta uma análise dos movimentos humanitários representados por organizações como “Médicos sem Fronteiras” e “Médicos do Mundo”. Seu foco está nas representações midiáticas dessas iniciativas, em particular na díade “boas vítimas” e “médicos heróis”. A questão central do texto é o problema da atitude emocional diante do sofrimento alheio, em seu entrelaçamento com a questão da visão do Outro. O sentimento-chave da gramática emocional que preside o humanitarismo seria a compaixão, que Ferreira trata a partir da oposição entre piedade e compaixão, proposta por Hannah Arendt e reapropriada por Luc Boltanski. Duas são as questões centrais abordadas

na análise da midiaticização do sofrimento. A primeira é a tensão entre a espetacularização do sofrimento visando provocar identificação e, com isso, engajamento e ação, e a possibilidade de um “contra-efeito”, ou seja, o esgotamento do público diante de uma hiperexposição à dor alheia. A segunda questão é a concepção de vítima presente nesses discursos: quais seriam os contornos da “vítima humanitária”? Ferreira estabelece aí um diálogo com teses recentes sobre a vitimização, sugerindo ser a concepção de “vítima humanitária” pautada pela linguagem dos direitos humanos: tratar-se-ia de um sujeito cuja marca essencial seria o desamparo, incapaz de cuidar de si (sem quaisquer outros marcadores específicos tais como etnicidade, gênero ou idade) e por isso capaz de suscitar a compaixão.

Em seguida, Carlos Guilherme Octaviano do Valle discute o papel das emoções em ONGs cuja área de atuação está ligada ao HIV/Aids, tomando como caso principal o Grupo Pela Vidua. Apoiando-se em uma linha de reflexão que enfoca a articulação entre ideias e emoções nos movimentos sociais, o autor examina as emoções vinculadas ao ativismo nessa área sob dois ângulos. O primeiro deles diz respeito às emoções associadas à investigação/descoberta da soropositividade e o trabalho emocional realizado para “formar” um ativista a partir da descoberta da soropositividade, enquanto o segundo aborda o papel das emoções nos diversos tipos de manifestações públicas como estratégia de obtenção de adesões e de mobilização da solidariedade pela causa defendida. No contexto analisado, as emoções gozam de um status ambivalente: são, por um lado, objeto de preocupação na medida em que associadas, em determinado período de atuação da ONG, a uma “desestruturação” do sujeito por ocasião da testagem positiva de HIV; por outro, são valorizadas pelo seu potencial político, uma vez que objetos de canalização e mobilização. Valle discute ainda, apoiando-se nas teses já clássicas de Susan Sontag sobre as metáforas associadas à AIDS, as dinâmicas emocionais associadas à testagem positiva, tais como nojo, raiva ou desprezo (para os acusadores), ou medo, culpa e vergonha (para os acusados). Um tema central é o problema da “reorganização” emocional (que o autor distingue do “controle”), entendida, no trabalho realizado pela ONG, como uma reação às dinâmicas emocionais “transtornadas” que seriam provocadas pelos discursos vigentes no senso comum, potencializados pelas narrativas midiáticas, que representavam a AIDS como uma “condenação” de forte valoração moral. Em relação ao “uso” das emoções nas manifestações públicas do grupo, o autor destaca a importância da solidariedade, associada à compaixão, ao companheirismo

e à confiança. A análise aborda ainda a relação entre memória, política e emoção, da qual é exemplar um artefato idealizado para as manifestações: as “colchas de retalhos”, compostas pelos nomes de pessoas falecidas em decorrência da AIDS.

O terceiro texto dessa seção, de autoria de Bruno Zilli, aborda o ativismo no campo dos direitos LGBT por um outro ângulo, tomando como objeto as trajetórias de personagens centrais na constituição do campo dos direitos sexuais das minorias no Brasil. O autor analisa um conjunto de relatos integrantes de um banco de entrevistas organizado no âmbito do Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (IMS/UERJ). Sua inspiração teórica é também o problema da articulação cognição-emoção, a partir da discussão empreendida pelos autores da coletânea citada *Passionate Politics*. O ponto de partida da análise do autor é a constatação da recorrência, nos relatos analisados, de um sentimento de inquietude diante de problemas sociais e formas de sofrimento que ganhará clareza a partir do encontro com formulações teóricas que lhes darão inteligibilidade, em um processo que Zilli aproxima da cura xamânica discutida por Lévi-Strauss. O ponto central é que essas teorias – “teorias que libertam”, como o autor as chama – oferecem uma possibilidade de *nomeação* para aquele sentimento difuso de inquietação. Essa nomeação, contudo, não basta para mobilizar para o engajamento: o segundo passo é a vivência de um “choque moral”, o contato com uma experiência que provoca ultraje e compaixão, injetando assim, segundo Zilli, “afeto na ideia”. Trata-se, assim, de um texto que procura identificar, em uma forma específica de ativismo – a militância acadêmica na área dos direitos sexuais –, uma gramática emocional que mobilizaria o engajamento na luta pelo reconhecimento desses direitos e que teria como sentimentos fundamentais a inquietude e a compaixão.

Chama a atenção, nesse conjunto de textos que integram a primeira seção, a recorrência da temática da compaixão, em que pesem os tratamentos teóricos distintos. A importância desse sentimento na análise dos movimentos sociais pode ser entendida pela sua natureza de “sentimento moral”, nos termos mesmo de Adam Smith, ou seja, trata-se de uma forma específica de atitude emocional diante da dor alheia. Os três textos teriam assim um eixo central, que seria a discussão das gramáticas emocionais capazes de suscitar o envolvimento em “causas”, ou seja, capazes de trazer para a cena pública dores e sofrimentos identificados pela linguagem dos direitos humanos em “roupagens” distintas – o “desamparo” dos movimentos humanitários, a “exclusão” e “discriminação” dos movimentos pelos direitos sexuais.

Os textos mostram também percursos diferentes que os militantes (em um sentido amplo que recobre desde o ativismo *per se*, no sentido do pertencimento formal a um movimento, até outras formas de apoio, como a contribuição financeira à distância típica dos movimentos humanitários ou os antigos “simpatizantes” dos movimentos LGBT) podem trilhar, que variam aqui entre os efeitos da espetacularização midiática, o “trabalho emocional” realizado por uma ONG como parte da “formação para o ativismo” a partir do sofrimento pessoal, ou a experiência do “choque moral” como forma de associação estreita entre afetos e ideias.

\* \* \*

A segunda seção é composta também por três textos, que tomam por objeto as emoções associadas ao trabalho policial. O primeiro trabalho discute as emoções presentes em um “relato institucional” da Polícia Federal argentina; os dois artigos seguintes abordam aspectos emocionais em duas áreas distintas de atuação da Polícia Federal brasileira.

O primeiro texto é de autoria de Mariana Sirimarco e tem como objeto a diversidade de relatos em torno da história de um cão policial de nome “Chonino”. Chonino é uma espécie de “herói institucional” da polícia argentina: seus restos se encontram no Museu da Polícia Federal; há uma rua batizada em sua homenagem em um quartel policial; e o dia de sua morte foi instituído na Argentina como o “dia do cachorro”. A própria natureza da construção do objeto torna difícil relatar aqui sua história, mas, arriscando falar em uma “empíria mínima”, trata-se da história de um cão policial que, durante uma patrulha em que acompanhava dois agentes, morre em decorrência de um confronto a tiros entre os policiais e dois “suspeitos”. Mais não é possível contar aqui sem ferir o tratamento teórico dado pela autora, que recorre à comparação entre três formas de narrar: uma crônica a respeito do ocorrido escrita por um delegado aposentado; a ata que registra os acontecimentos que levaram à morte de Chonino e de um dos agentes a quem acompanhava; e a placa que está ao lado de seus ossos no Museu. A comparação realizada pela autora evidencia a existência de fortes discrepâncias entre o texto que sustenta a construção de uma verdade jurídica – a ata – e o texto literário que visa imortalizar e emocionar – a crônica. É assim que diversos elementos são omitidos, acrescentados, adjetivados ou associados, produzindo a imagem de um cão leal, valente e heroico, que se sacrifica para proteger os companheiros, e cujas ações permitem que a Lei prevaleça. Trata-se, assim, de uma

análise sobre a transformação de acontecimentos corriqueiros em um relato institucional, em que, ao narrar as ações de Chonino como heroicas e motivadas por sentimentos caros à corporação policial – a lealdade, a valentia, a solidariedade aos companheiros – a instituição narra a si mesma, construindo sua imagem por meio desse relato.

Em seguida, Silvia Nogueira aborda o universo da Polícia Federal brasileira. Seu campo é a Delegacia de Polícia de Imigração da Paraíba (Delemig/PB), com ênfase nas interações entre os policiais federais e os estudantes imigrantes. O estudo parte de questões da área de Relações Internacionais – as particularidades do deslocamento do eixo das cooperações internacionais, na política externa brasileira, da diáde “Norte-Sul” para a diáde “Sul-Sul” – para refletir sobre os princípios que orientam o tipo de atendimento prestado pelos policiais aos estudantes imigrantes. O pano de fundo da discussão proposta é a representação recorrente dos universos burocráticos como “impessoais” e “formais”, com o qual a autora contrasta os resultados de sua pesquisa. Embora, entre os policiais federais, haja aqueles que defendem a distância e a impessoalidade como recursos adequados ao bom desempenho profissional, Nogueira evidencia a presença de elementos alheios a essa lógica, em particular a solidariedade, no atendimento prestado por vários policiais, solidariedade essa expressa no auxílio, ocasionalmente sob a forma de apoio financeiro, para renovação de vistos e outras providências necessárias ao atendimento de exigências legais para permanência no país. A essa valorização da solidariedade vem se somar um apreço pelo ideal da “hospitalidade”, orientado pela importância atribuída à “empatia”, ou seja, à capacidade de compreender a experiência do “outro”, ocasionalmente inspirada pelo ideário dos direitos humanos.

O último texto dessa seção, de autoria de Laura Lowenkron, examina também o universo da Polícia Federal em uma outra modalidade de sua atuação profissional: a investigação de crimes de pedofilia via internet. Com base em etnografia realizada no Núcleo de Prevenção e Repressão a crimes via internet (NUNET), a autora examina o processo de constituição das denúncias, com ênfase no papel central das imagens como “materialidade do crime”. O foco da análise está na articulação entre trabalho moral e gramáticas emocionais no processo de investigação e constituição dos autos, uma vez que os policiais que se dedicam a esse tipo de investigação sentem-se confrontados com uma ameaça de “poluição”, qual seja, como distinguir seu “olhar investigativo” do “olhar do pedófilo” diante de imagens supostamente as mesmas. Lowenkron discute, então, a importância do

“suporte” da visualização para mostrar que uma imagem que, ao circular em sites na internet, pode ser caracterizada como “pornografia infantil”, ao integrar os autos resultantes de uma investigação policial, pode ser transformada em “materialidade de crime”. Para produzir essa alteração, contudo, é preciso olhar e lidar com o desconforto que as imagens provocam – como se houvesse aqui uma inversão e não fossem mais as imagens que fossem expostas ao olhar do espectador pedófilo, mas sim o espectador investigador que fosse exposto ao perigo poluidor das imagens. Entre as formas desse desconforto, a análise da autora destaca duas: a repulsa e o medo de se deixar “contaminar” pela intenção pornográfica atribuída às imagens. Diante disso, o percurso trilhado pelos policiais é o aprendizado de um distanciamento, de uma frieza que lhes permite expor-se àquelas imagens afastando o risco de poluição que elas representam. A autora inclui ainda, em sua análise, uma reflexão inspirada na noção de “ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada, sobre o modo como incorporou em seu trabalho de campo aprendizado semelhante para lidar com a exposição às imagens, trazendo assim para a cena um terceiro olhar – o olhar do antropólogo.

O tema da tensão entre envolvimento e distanciamento emocional atravessa, assim, essa segunda parte do livro. Está presente, sob duas formas distintas, nos estudos sobre policiamento. Na história de Chonino, surge do contraste entre a narrativa “jurídica” e a narrativa romanceada de sua morte. Nos dois casos etnográficos sobre a atuação da Polícia Federal brasileira, essa tensão pode ser reconhecida, no caso do atendimento a imigrantes, nas representações “nativas” que ora preconizam a impessoalidade como condição para o bom desempenho profissional ora valorizam a solidariedade na relação com seu “público”; ou, no caso das investigações de pedofilia, na ambivalência da relação com o *olhar*, que, para ser legítimo, deve obedecer a gramáticas distintas, rejeitando o fascínio, a atração e deixando-se orientar pela frieza, que afasta o risco da contaminação moral.

\* \* \*

A atividade do policiamento, se, por um lado, pode ser pensada em toda a sua complexidade política e em associação com o tema das políticas públicas de segurança, por outro é uma atividade profissional. Foi essa a razão por que decidimos colocá-la, na estrutura deste Dossiê, como uma “passagem” entre os temas dos movimentos sociais e do trabalho/ organizações, em torno do qual se estrutura a terceira e última parte desse livro, composta por quatro artigos.

Nossa entrada na dimensão emocional dos universos institucionais e profissionais se dá através do estudo de Ana Spivak L'Hoste sobre a Comissão Nacional de Energia Atômica (CNEA) da Argentina. A autora revisita duas entrevistas em profundidade realizadas com funcionários da CNEA com foco em suas trajetórias profissionais. O ponto-chave da análise é identificar as categorias da emoção que perpassam seus depoimentos, com atenção para os momentos ou aspectos dos relatos que deslancham o uso dessas categorias. A inspiração para esse veio analítico vem da obra de Vincent Crapanzano, com sua sugestão de que as emoções expressariam não só a relação do sujeito com os outros, mas, também, com eventos e contextos sócio-históricos. É assim que, em seus relatos, suas escolhas e trajetórias profissionais se entrelaçam com as transformações políticas por que passa a Argentina, em particular o período da ditadura militar (1976-1983) e o período imediatamente posterior. A autora, contudo, não busca recorrências ou tipicidades na dimensão emocional das narrativas: ao contrário, enfatiza a possibilidade de vivências distintas de um mesmo período histórico em uma mesma instituição. A natureza da instituição é, aliás, peça importante da análise, uma vez que os projetos aí desenvolvidos na área da energia nuclear (tanto de pesquisa básica quanto aplicados), em seu entrelaçamento com as políticas internacionais que visavam regulamentar a possibilidade de seu desenvolvimento nos países periféricos por parte dos países centrais, falam de projetos de nação e, portanto, de posturas políticas. Assim, é possível articular o nível macro das políticas internacionais ao nível micro das vivências individuais, através das concepções expressas pelos entrevistados quanto ao papel da instituição, sua vocação e objetivos, e as escolhas pessoais quanto a quais projetos desenvolver e seus sentimentos – temores, angústias, frustrações, esperanças – relativos a suas trajetórias profissionais.

O texto seguinte, de autoria de Daniel Seabra Lopes, toma como objeto o mercado financeiro. Lopes adota o método do trabalho de campo e realiza uma etnografia de uma sala de mercados (onde se realizam os investimentos no mercado financeiro) de um banco português. Em sua análise, nos apresenta o cotidiano de um corretor, descrito em minúcias durante uma situação inesperada em um contexto de crise no mercado financeiro. Dois são os pontos principais destacados por Lopes: em primeiro lugar, está a existência de uma “epistemologia”, que teria como axioma a racionalidade do mercado, a crença inabalável na existência de uma lógica cujo princípio basilar seria a “complementaridade” (“se um tipo de ativo

sobe, outro deve descer para equilibrar”), lógica essa que resiste a um sem-fim de situações em que os atores desse mercado lutam, muitas vezes sem sucesso, para interpretar as oscilações de diversos ativos financeiros. O segundo ponto é a identificação de um conjunto de sentimentos que acompanham a movimentação financeira, em um *continuum* que vai do medo (e sua versão mais acirrada, o pânico), passando pela confiança e chegando à esperança e ao otimismo (até seu extremo, a euforia). Mas a importância das emoções vai além da mera convivência com a suposta “racionalidade” do mundo das finanças (cuja identificação, por si só, já seria uma contribuição relevante para o estudo antropológico das emoções): nesse mundo, as emoções chegam mesmo a servir como qualificador dos próprios indicadores técnicos, como destaca o autor ao apontar a alcunha de “indicadores do medo” utilizada pelos corretores para se referirem a um determinado tipo de derivativos. É como já dizia Delumeau (citado pelo próprio autor): “Os movimentos da Bolsa, de que dependem tantos destinos humanos, não conhecem afinal senão uma regra: a alternância de esperanças imoderadas e de medos irrefletidos” (1989: 22). Em termos da preocupação central que nos orienta nessa compilação, o tema não poderia ser mais provocador: encontrar as emoções no cerne mesmo do palco da racionalidade econômica e examinar seu papel nas dinâmicas cotidianas dos profissionais desse mercado, realizando assim movimento semelhante àquele empreendido por Spivak L’Hoste em relação aos cientistas cujas trajetórias nos apresenta.

A perspectiva etnográfica é também a escolha feita por Beatriz Kanaan para discutir o papel desempenhado pela inveja nas relações de trabalho, tanto no nível das práticas quanto no plano discursivo, entre migrantes recém-chegados e trabalhadores de ascendência italiana na cidade de Farroupilha, no Rio Grande do Sul. A autora discute a importância atribuída, no *ethos* local, à competitividade como mola propulsora do sucesso profissional e aborda o processo gradual de adaptação dos recém-chegados a esse *ethos* que lhes parece, durante algum tempo, muito desagradável porque guardando pouco espaço para a solidariedade e a camaradagem. Para os “locais”, contudo, trata-se de uma inveja “sagrada”, considerada benéfica na medida em que impulsiona a busca pelo sucesso, legitimando assim toda sorte de “trapaças” e “deslealdades” nas relações no mundo do trabalho. A autora discute ainda um momento de intensa “dramatização” desse *ethos*: a festa anual conhecida como “Gincana”. Trata-se de uma competição entre equipes, formadas especificamente para esse fim, que desempenham uma

série de tarefas atribuídas pela organização com o único fim de conquistar o primeiro lugar, sem que isso signifique qualquer forma de premiação material. A “Gincana”, descrita por um morador como o “carnaval local”, é um momento de enorme mobilização local e forte ritualização, com direito a um “desfile” inicial das equipes participantes. Kanaan nos reconta episódios de “trapaças” cometidas pelos participantes em busca da vitória, episódios esses que lhe são relatados com grande orgulho. Reside aí, a nosso ver, a contribuição que o texto dá ao campo da antropologia das emoções: um caso etnográfico em que a inveja, “pecado capital” envolto em fortes condenações morais em tantos contextos ocidentais, é descrita como um “sentimento sagrado” e positivada devido ao papel que lhe é atribuído no êxito no mundo do trabalho.

A seção se encerra com o estudo de Geraldo Condé sobre as emoções no mundo do jornalismo. Trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica, que examina o lugar das emoções em três tipos de produções: os estudos do jornalismo, o discurso dos jornalistas e os trabalhos que procuram associar as emoções no jornalismo às características da sensibilidade moderna. O conceito-chave mobilizado pelo autor para a construção do seu problema de pesquisa é a noção de “etnopsicologia” proposta por Lutz (1988), referente às concepções “nativas” da vida emocional. Os contornos do grupo, contudo, não são geopolíticos, como na antropologia clássica, sugerindo a aplicabilidade do conceito para se pensar em uma “etnopsicologia profissional”. A etnopsicologia do jornalismo seria, para Condé, marcada por uma ambiguidade fundamental. De um lado, estaria a desvalorização das emoções usadas para hierarquizar produtos em um *continuum* que parece ir do mais emotivo – o jornalismo que confere lugar central às emoções, tanto do ponto de vista da estruturação de seu conteúdo quanto do ponto de vista da forma como pretende conquistar seu público – ao menos emotivo – o jornalismo sério, das notícias relatadas sob o signo da “objetividade”, “imparcialidade” e “neutralidade”. Do outro lado, estaria a percepção, mais ou menos nítida, de que o jornalismo teria a capacidade de envolver o seu público, de “emocionalizar a esfera pública”, motivando-o assim para a ação, o que deveria inspirar cuidado e responsabilidade ao jornalista. A hipótese central das reflexões de Condé é que faltaria a esses estudos ligar o tema do lugar atribuído às emoções nessa etnopsicologia do jornalismo ao problema mais amplo da sensibilidade moderna, tal como discutido por autores como Luc Boltanski, Colin Campbell, Norbert Elias e John Thompson. Para ele, o ponto-chave reside na ideia de “experiência

mediada”: atentar para a natureza desse tipo de experiência permitiria simultaneamente colocar em questão a suposição de que a fruição de notícias seria uma experiência “racional” e “cognitiva” e dar a devida atenção ao papel da mídia na configuração da esfera pública em sua dimensão emocional.

A análise do lugar das emoções no universo do trabalho e das instituições parece, assim, retomar aquela temática que atravessa os estudos sobre policiamento: o problema do distanciamento emocional, entendido, em tantos ambientes, como um atributo do bom profissional. Trata-se, contudo, daquela tensão, velha conhecida dos antropólogos, entre “prescrição” e “costume”, entre o que se preconiza e que se faz. É assim que podemos reconhecê-la no ideário dos jornalistas, que se pretende “sério” ao exorcizar o fantasma das emoções, mas que, ao mesmo tempo, entende a responsabilidade profissional como envolvendo cuidado com a mobilização emocional do público que se imagina capaz de provocar; ou no cotidiano dos corretores das bolsas de valores, perpassado por drásticas oscilações emocionais decorrentes das flutuações de um mercado cuja racionalidade, ainda assim, insistem em descobrir.

\* \* \*

Haveria, assim, uma grande problemática de fundo nesse conjunto de textos? Parece-nos que sim. Se, por um lado, as emoções parecem ser vistas, nesse amplo espectro de objetos tratados, como disruptivas ou perigosas, sendo, por isso, alvo de práticas de controle ou organização, são, por outro, entendidas como poderosas, como capazes de mobilizar, envolver, chamar para a ação. Ressurge, assim, a dupla oposição, já canônica nos estudos da área, entre a “boa emoção” controlada e a “má emoção” descontrolada (porque perigosa), que encontra seu espelho invertido na “boa emoção canalizada” e na “má emoção contida” (porque mobilizadora). É esse par de oposições que, segundo Lutz (1988), organizaria a percepção ocidental da vida emocional.

Para Lutz, contudo, essa oposição controle/descontrole estaria atravessada por marcas de gênero, com o feminino/masculino trocando de posição em função da valoração alternada entre distanciamento analítico e envolvimento compassivo. Nos vários universos aqui tratados, chama a atenção a quase total ausência das marcas de gênero, sugerindo que o problema do distanciamento/envolvimento ocupa um lugar mais fundamental, como que um “princípio estruturante” dessas diversas gramáticas emocionais presentes em espaços públicos.

As emoções, assim, parecem *fazer coisas*. Agimos ao sentir, bem como ao não sentir, ou ao controlar as demonstrações do que sentimos, ou até a natureza mesma daquilo que sentimos. E esses sentires são regidos, como de há muito a antropologia das emoções advoga, não pelas flutuações do íntimo, não de maneira idiossincrática, mas por formas codificadas e perpassadas por códigos morais e convicções ético-políticas, que prescrevem, avaliam, condenam, exigem e até mesmo proscrevem reações emocionais.

*Fazemos coisas ao sentir*. É esse o sentido da paráfrase à qual recorreremos para dar título a essa introdução, evocando o tão conhecido título do livro de John Austin sobre os atos de fala: assim como fazemos coisas ao falar, estabelecendo novas realidades por meio das palavras, intervimos no mundo ao sentir, por meio daquilo que sentimos ou, em tantas outras vezes, não sentimos, bem como de quando, com quem ou por quem sentimos. É o desvendamento dessas complexas gramáticas e dinâmicas emocionais que entendemos ser a tarefa primordial de uma antropologia das emoções.

## Referências

- CALHOUN, Craig. (2001). Putting Emotions in Their Place. In: Jeff Goodwin; James M. Jasper; e Francesca Polletta (Orgs.); *Passionate Politics – emotions and social movements*. Chicago and London, The University of Chicago Press. p. 45-57.
- COELHO, Maria Claudia. (2012). Gênero, Emoções e Vitimização: percepções sobre a violência urbana no Rio de Janeiro. *Sexualidad, Salud y Sociedad* (Rio de Janeiro), v. 10, p. 10-36.
- (2010a). As Emoções e a Ordem Pública: uma investigação sobre modelos teóricos para a análise sócio-antropológica das emoções”. Trabalho apresentado na 27ª. *Reunião Brasileira de Antropologia*. Belém do Pará, Brasil.
- (2010b). Narrativas da Violência: a dimensão micro-política das emoções. *Mana* (UFRJ. Impresso), v. 16, p. 1-20.
- COELHO, Maria Claudia; REZENDE, Claudia Barcelos (Orgs.). (2011). *Cultura e Sentimentos – ensaios em antropologia das emoções*. Rio de Janeiro, FAPERJ / Editora Contracapa.
- COELHO, Maria Claudia Coelho; SENTO-SÉ, João Trajano, SILVA, Anderson Castro e; ZILLI, Bruno. (2013). Autoridade policial, riso e polidez – notas sobre interações entre polícias e cidadãos na Operação Lei Seca no Rio de Janeiro. *Análise Social*, v. 209, p. 900-920.
- DELUMEAU, Jean. (1989). *História do Medo no Ocidente, 1300-1800: uma Cidade Sitiada*. São Paulo, Companhia das Letras.
- DURÃO, Susana. (2013). Violências privadas como se fossem direitos públicos: perspectivas antropológicas. *Mana* [online]. 2013, vol.19, n.2, p. 277-302.
- DURÃO, Susana; COELHO, Maria Claudia. (2012). Moral e emoção nos movimentos culturais: estudo da “tecnologia social” do Grupo Cultural AfroReggae. *Revista de*

- Antropologia* (USP. Impresso), v. 55, p. 899-935.
- GOODWIN, Jeff; JASPER, James M.; POLLETTA, Francesca (Orgs.).  
(2001). *Passionate Politics – emotions and social movements*. Chicago and London, University of Chicago Press.
- GUTMANN, Matthew; LUTZ, Catherine.  
(2010). *Breaking Ranks – Iraq veterans speak out against the war*. California, University of California Press.
- JIMENO, Myriam.  
(2010). Emoções e política: a vítima e a construção de comunidades emocionais. *Mana*, Abr 2010, vol.16, no.1, p.99-121.
- (2004). *Crimen Pasional – contribución a una antropología de las emociones*. Bogotá, Universidad Nacional de Colombia.
- HOCHSCHILD, Arlie.  
(1979). Emotion Work, Feeling Rules, and Social Structure. *The American Journal of Sociology*, Vol. 85, No. 3 (Nov., 1979), p. 551-575.
- KEMPER, Theodore D.  
(1990). Social Relations and Emotions: a Structural Approach. In: T. Kemper (Org.); *Research Agendas in the Sociology of Emotions*. New York, State University of New York Press. p. 207-237.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro.  
(2008). *De que João Pessoa tem medo? – uma abordagem em antropologia das emoções*. João Pessoa, Editora Universitária da UFPB.
- LUTZ, Catherine.  
(2012). Antropologia com emoção. *Mana*, Abr 2012, vol.18, no.1, p.213-224.
- (1988). *Unnatural Emotions: everyday sentiments on a Micronesian atoll and their challenge to Western theory*. Chicago, University of Chicago Press.
- LUTZ, Catherine; ABU-LUGHOD, Lila (Orgs.).  
(1990). *Language and the Politics of Emotion*. Cambridge, Cambridge University Press.
- MENEZES, Rachel Aisengart.  
(2006). *Difíceis Decisões – etnografia de um Centro de Tratamento Intensivo*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz.
- REZENDE, Claudia Barcellos.  
(2009). Corpo e emoção na (re)produção de vidas: uma análise da “Revista da Gestante”. Trabalho apresentado no 32º. *Encontro da ANPOCS*. Caxambu, outubro de 2008.
- (2002). *Os Significados da Amizade*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getulio Vargas.
- REZENDE, Claudia Barcellos; COELHO, Maria Claudia.  
(2010). *Antropologia das Emoções*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getulio Vargas.
- ROSALDO, Michelle Z.  
(1984). Toward an Anthropology of Self and Feeling. In: RICHARD A. Shweder; Robert A. LeVine (Eds.); *Culture Theory – essays on mind, self and emotion*. Cambridge, Cambridge University Press. p. 137-157.
- SCHEFF, Thomas.  
(1990). Shame and Conformity: the deference-emotion system. In: *Microsociology – discourse, emotion, and social structure*. Chicago and London, University of Chicago Press, p. 71-95.
- SIRIMARCO, Mariana.  
(2005). Milongas: pedagogía del sufrimiento. Construcción del cuerpo legítimo en el contexto de socialización policial. *Interseções*, No. 2, Vol. 7, p. 53-67.
- SVASEK, Maruska (Org.).  
(2006). *Postsocialism – politics and emotions in Central and Eastern Europe*. New York, Berghahn Books.
- TURNER, Jonathan H.; STETS, Jan E.  
(2005). *The Sociology of Emotions*. Cambridge, Cambridge University Press.

**Recebido em**  
dezembro de 2016

**Aprovado em**  
março de 2017

## Parte I: emoções e movimentos sociais

### O Humanitário no Centro das Emoções: uma leitura crítica

Jaqueline Ferreira\*

#### Resumo

As organizações humanitárias médicas, cujos principais representantes são os Médicos Sem Fronteiras e Médicos do Mundo, possuem muita visibilidade mundial graças à midiaticização de suas ações. Um dos fatores de impacto das reportagens, sobretudo televisivas, é que elas fornecem a transmissão em tempo real de desastres e guerras, descontextualizados de suas causas, transformando-os em espetáculos globais com forte apelo emocional. As representações difundidas pela mídia buscam mobilizar emoções com o fim de sensibilizar o público e engajá-los em sua causa. Constrói-se uma informação superficial com mensagens padrões reforçando as representações do público em relação à população-alvo como vítimas impotentes e aos médicos humanitários como heróis. O objetivo deste artigo é refletir à luz de uma literatura da antropologia das emoções os aspectos que envolvem essas representações. Conclui-se que é necessário pensar em como não ser indiferente diante das tragédias humanitárias, mas também não reificar o outro em sua essência de vulnerabilidade ou em uma máquina de intervenção. Só assim será possível superar a ideia do Humanitário reduzido às emoções que ele suscita circunscritas a um aspecto puramente de piedade dos ocidentais em relação aos povos oprimidos.

#### Palavras-chave

Humanitário. Mídia. Emoções.

---

\* Jaqueline Ferreira é professora adjunta do Instituto do Estudos de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutorou-se em Antropologia Social pela École des Hautes Études em Sciences Sociales, Paris. É autora de *Soigner les Mal-Soignés: Ethnologie d'un centre de soins gratuits* (L'Harmattan, 2004) e co-organizadora, com Patrice Schuch, do livro *Direitos e Ajuda Humanitária: perspectivas sobre família, gênero e saúde* (Ed. FIOCRUZ, 2010). Suas áreas de interesse são no âmbito da Antropologia Social, com ênfase em Antropologia da Saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: representações sociais sobre o corpo; saúde/doença e cura; direitos humanos e saúde; e tecnologias diagnósticas. Email: jaquetf@gmail.com.

## Abstract

The medical humanitarian organizations, whose major representatives are Doctors Without Borders and Doctors of the World, have worldwide visibility thanks to the media coverage of their actions. One of the impact factors of the news coverage, especially on TV, is that they provide real-time broadcasting of disasters and wars decontextualized from their causes, turning them into global spectacles with a strong emotional appeal. The representations disseminated by the media aim to mobilize emotions with the purpose of sensitizing the audience and engage people in their cause. Superficial information is based on standard messages reinforcing the audience's representations, referring to the target population as powerless victims and the humanitarian doctors as heroes. In the light of the literature concerned with anthropology of emotions, the aim of this essay is to reflect upon those aspects involving these representations. It is concluded that not only is it necessary to think about how not to be indifferent in face of these humanitarian tragedies, but also not to reify the other in their essence of vulnerability or in an intervention machine. It is only through this way that it will be possible to overcome the idea of Humanitarians reduced to the emotions evoked by them when they're circumscribed in an aspect of pure Western pity regarding the oppressed.

## Keywords

Humanitarian. Media. Emotions.

## Introdução

As organizações humanitárias médicas cujos principais representantes são os Médicos Sem Fronteiras (MSF) e Médicos do Mundo (MDM) possuem muita visibilidade na Europa graças aos livros escritos por seus interventores, seu próprio material publicitário e os meios de comunicação de massa. Essas organizações, também conhecidas como *French Doctors*, marcam o nascimento das grandes estruturas humanitárias, fundadas exclusivamente por médicos primando pelo envio de pessoal em campo para atuação em uma medicina de urgência que intervém em regiões de conflitos ou catástrofes naturais. A mídia, obras produzidas pelos seus integrantes e material publicitário difundem representações específicas sobre essas missões, os médicos e a população-alvo. Essas imagens veiculadas buscam mobilizar emoções com o fim de sensibilizar o público e engajá-los em sua causa. O objetivo deste artigo é analisar os aspectos que envolvem essas

representações.

Para fins de contextualização, é importante uma breve reconstituição histórica sobre o surgimento dessas organizações e de como elas difundiram o “Humanitário” como um movimento e práticas diante das populações vulneráveis. Em seguida, o texto busca contextualizar o tratamento da mídia dado às causas humanitárias e as representações presentes nas obras que relatam missões humanitárias em relação às populações socorridas como “vítimas humanitárias” e os médicos como “heróis salvadores”. Para finalizar, apresentarei as discussões existentes sobre o caráter global/local e sua relação com os direitos humanos e como isto se articula com o plano das emoções. O texto buscará dialogar com a literatura crítica existente sobre o tema<sup>1</sup>.

## **Breve história das organizações humanitárias médicas**

A Cruz Vermelha surgiu no século XIX e é considerada a primeira organização de caráter humanitário. Sua origem está relacionada à batalha de Solferino para atender os soldados feridos de guerra. Tratava-se de um princípio de solidariedade internacional tomando a vida humana como valor, isto é, não seria questionada a legitimidade dos conflitos, e os assistidos seriam todos os que necessitassem de ajuda sem exceção, não importando o pertencimento de sua causa. No entanto, nas missões sucessivas, integrantes da organização passaram a questionar o caráter de neutralidade política da mesma, desejando intervir não somente nas questões médicas mas também testemunhar e denunciar as injustiças que presenciavam (BRAUMAN, 1999). Com esse intuito, em 1971, Bernard Kouchner e um grupo de médicos rompem com a Cruz Vermelha, fundando o Médicos Sem Fronteiras (*Médecins Sans Frontières*). Em 1980, devido a uma outra dissidência interna dessa organização, Bernard Kouchner e um outro grupo de médicos fundam os Médicos do Mundo (*Médecins du Monde*). Apesar da divisão, as duas organizações possuem os mesmos objetivos: tratar doentes, vítimas de guerras e catástrofes, denunciar e testemunhar a violação dos Direitos Humanos de maneira que a solidariedade não seja

---

<sup>1</sup> Agradeço à leitura e comentários de Maria Claudia Coelho e Susana Durão.

limitada por fronteiras internacionais, interesses estatais ou imperativos diplomático-estratégicos (KOUCHNER,1980).

Os princípios que animam o movimento Humanitário integram as ideias de universalidade dos Direitos Humanos difundidas nos séculos XIX e XX. Nesse contexto, a ideia do próximo passa a ser compreendida em um sentido amplo, ou seja, abrangendo todo o ser humano. Desta maneira, a concepção de que o sofrimento deva ser aliviado não importa onde e quem seja a vítima leva a tratar o problema da pobreza, especificamente no “Terceiro Mundo”, como um problema global. Consequentemente, durante todo o século XX, há uma difusão de intervenções filantrópicas nos países não europeus, tanto de caráter laico como religioso, com uma nova perspectiva: a assistência não é mais uma questão de doação, mas um direito, uma exigência de equidade por parte dos pobres e um dever moral dos ricos. Neste sentido, a assistência privada é preferível, uma vez que ela pode agir, ignorando e até mesmo se opondo ao Estado. O Humanitário moderno é parte dessas intervenções e atualiza concepções religiosas da assistência ao outro. Dessa maneira, o conceito “Humanitário” contempla a ideia de beneficência, filantropia, caridade, conforme esta definição:

“Humanitário vem substituir tanto uma nuance sentimental ao conteúdo racional do termo filantrópico, caro ao século das Luzes, como também o significado paternalista da palavra beneficência e à limitação sociológica do termo solidariedade. A conotação propriamente humana da palavra ‘humanitário’ resulta das atitudes cristãs de compaixão (compartir = sofrer com) e caridade, que levam o homem a se ocupar do sofrimento de outros homens, por simpatia e por amor (caritas)”. (MOLLAT, 1993, p.37).

Durante o século XX, assiste-se a tentativas de intervenção filantrópica de caráter laico como também religioso nos países pobres. De acordo com Bronislaw Geremek (1987), a concepção segundo a qual o sofrimento deva ser aliviado não importa onde e quem sejam as vítimas leva a tratar o problema da pobreza nesses países como um problema global e com novas concepções. O autor retoma representações do século anterior: uma questão, por exemplo, era se a ajuda dispensada aos países pobres não vai desmobilizá-los, levando-os a um estado de “apatia”. A política aos países do Terceiro Mundo é marcada assim pelo temor de que a miséria torne-se perigosa para a paz mundial. É esse temor que intensifica a ação caritativa, mas também uma política de repressão em relação a essas populações,

favorecendo o seu isolamento.

No mundo contemporâneo, a miséria aparece ainda como uma ameaça, no entanto, um sentimento de unidade penetra pouco a pouco nas mentalidades. Tanto mais é difundida e compreendida a miséria dos países pobres, mas a opinião pública ocidental prontifica-se a engajar-se na luta contra a pobreza mundial. É com essa perspectiva que nascem movimentos sociais, políticos e organizações desejosas de aportar socorro a essas populações desfavorecidas. Ao que tudo indica, no momento em que um problema que diz respeito a estratégias socioeconômicas torna-se um problema ético, torna-se assim uma manifestação de um sentimento de fraternidade e de solidariedade.

No Humanitário é muito presente a noção de humanismo (humanidade compartilhada com um outro semelhante), o universalismo (que compreende a todos os homens), generosidade (capacidade de dar sem receber nada em troca), compaixão (comiseração pelo outro que sofre).

Segundo Ruffin (1986), mesmo que essa conotação ainda englobe a noção de caridade, uma vez que a justificativa da intervenção humanitária está muito próxima dos princípios básicos do mundo ocidental cristão, o direito à vida, ela se desenvolve em sentido inverso: enquanto a caridade aceita a ordem das coisas, o Humanitário visa transformá-la, na perspectiva de aliá-la a um projeto político e social.

Mas como articular engajamento com a consciência política e ao mesmo tempo negar o religioso? É o que se pergunta o próprio fundador de MSF, Bernard Kouchner, no livro em que relata a missão a Saigon destinada a tratar os refugiados vietnamitas: “Eu amo os homens que eu encontrei esta noite e que nós viemos de tão longe ajudar. No entanto eu não os amava à Saigon quando eles foram identificados como reacionários. O sofrimento transforma a ideologia?” (KOUCHNER, 1980, p.110)

A ideia de direito e da defesa da vida humana, ignorando os pertencimentos políticos e religiosos como valor fundamental, perpassa toda a ideologia dessas organizações. De acordo com Seitenfus:

“Foi transposto para o direito internacional um princípio jurídico, uma regra dos países ocidentais, que é a da obrigatoriedade de prestar socorro às pessoas em perigo para justificar essa intervenção humanitária. Ele está sintonizado com um dos princípios básicos do mundo ocidental cristão, o direito à vida”. (SEITENFUS, 2002, p.20).

Essa é uma questão crucial para essas organizações, uma vez que são acusadas de não se desvencilhar da imagem de caridade cristã. O seu financiamento derivado de doações é outra questão que coloca em xeque essas organizações sob esse aspecto<sup>2</sup>. De acordo com Jacques Godbout (2000), essas doações que caracterizam as organizações humanitárias são um tipo moderno: de estrangeiros para estrangeiros. Há um esforço de seus membros para transformar essa linguagem enfatizando a piedade como um sentimento de respeito ao Outro, à autonomia, e ao empoderamento (FERREIRA, 2004; SAILLANT, 2010). Essas são retóricas utilizadas frequentemente por seus membros para superar essa possível dimensão assistencialista e caritativa.

## A midiáticação do sofrimento

Piedade e Compaixão são conceitos que foram desenvolvidos por Hannah Arendt e retomados por Luc Boltanski para explicar as formas de benevolência veiculadas pelas organizações humanitárias na mídia. De acordo com Arendt, piedade é a resposta emocional “loquaz”, diante do sofrimento de uma população distante. A Compaixão, ao contrário, é dirigida aos grupos singulares, através de gestos simples e concretos, isentos de emoções exaltadas e sem necessidade de espetacularização dessas ações. Retomando a autora:

“A história nos diz que de modo algum é uma coisa natural que o espetáculo da miséria mova os homens à compaixão; mesmo durante os longos séculos em que a religião cristã de misericórdia impôs padrões morais à civilização ocidental, a compaixão se manifestava fora do domínio político”. (ARENDRT 1990, p.56).

Assim, de acordo com o pensamento de Arendt, a compaixão não conduz à mobilização política, ela restringe-se ao individual. A compaixão é

---

<sup>2</sup> Os grandes movimentos históricos de benevolência criados por Saint Vincent de Paul no século XVII já contavam com certa coleta de fundos como mostra Ruffin (1999). Atualmente, a maioria das organizações humanitárias possui um sistema de donativos muito visíveis nos seus sites na internet.

exercida em contextos particulares entre os que sofrem e os que não sofrem. Diferentemente da piedade, ela não é loquaz, não necessita de discursos e assim não mobiliza grandes emoções coletivas.

Luc Boltanski, ao retomar essa perspectiva, sustenta que a “retórica da piedade” visa provocar um modo particular de implicação com o Outro distante e de admiração por aqueles que prestam ajuda. É a perspectiva central do Humanitário, em que a exposição do sofrimento do Outro é um trabalho de construção e seleção para a sua mediação. Como diria o autor, o “espetáculo do sofrimento alheio fornece a cada um a possibilidade de se emocionar com sua própria piedade, reforçando seu próprio self” (BOLTANSKI, 1993, p. 08). E, como bem lembra Adam Smith (1960), o mérito de uma ação é reconhecido pela simpatia direta em relação à pessoa que age e uma simpatia indireta pela gratidão da pessoa para quem a ação é direcionada. São aspectos que fundamentam a ideologia do Humanitário tendo em vista que, dado o caráter de voluntariado que por muito tempo permeou essas organizações, o pagamento da ação humanitária só poderá ser pelo reconhecimento da benevolência dirigida ao Outro.

As organizações humanitárias buscam sem cessar financiamento para as suas ações, o que lhes permite dominar as técnicas do marketing entrando em concorrência entre elas próprias, sendo constantemente incitadas a procurar os bons posicionamentos e as boas vítimas de forma a engajar os doadores em favor de suas causas. Dessa forma elas aprenderam a utilizar o poder dos meios de comunicação de massa a fim de dar visibilidade ao seu trabalho. A mediação tornou-se integrante da ação dessas organizações médicas onde a *mise en scène* dos eventos dramáticos, corpos esfomeados, feridos, em sofrimento, tem por objetivo sensibilizar e suscitar emoções coletivas para obter apoio político e engajar a população nas suas causas, seja na forma de doações ou voluntariado. Vários debates existem sobre esse assunto, tendo em vista que as exigências midiáticas para esse fim podem regular as ações humanitárias quanto ao seu impacto e à legitimidade das mesmas (KOUCHNER, 1986; BRAUMAN, BACKMANN, 1996; JOUSSAN, 1989). Melhor dizendo, é certo que as organizações humanitárias não inventam os problemas aos quais se referem, no entanto, nem todos os problemas que resultam em sofrimento e exclusão social são capazes de sensibilizar o público. Neste sentido, muitos desses eventos passam por um tratamento da mídia de forma a mobilizar a opinião pública e inspirar a piedade, legitimando a ação humanitária na sua ingerência.

Isto leva a efeitos perversos na medida em que alguns eventos mais

mediáticos são priorizados em detrimento de outros (ABÉLES, 2006). Ricardo Seitenfus argumenta, por exemplo, como a eficácia da Organização das Nações Unidas (ONU) é duvidosa e seletiva na solução das crises internacionais: “Atualmente grassam no mundo pobre mais de três dezenas de conflitos sangrentos, distantes da mídia internacional, sem que a ONU demonstre capacidade de intervir” (SEITENFUS, 2002, p.13). O autor também concorda que a mídia influi sobremaneira na mobilização pública, na medida em que as imagens reproduzidas repetidamente pela mesma criam uma homogeneização da opinião pública:

“O elemento fundamental dessas iniciativas é a divulgação dessas situações desumanas. Por exemplo, se o mundo ocidental tivesse sabido do genocídio nazista em toda a sua dimensão e seu horror, é provável que teria tomado atitudes, que, no contexto do passado, restaram impossíveis. O cotidiano da imagem, reproduzindo infinitas vezes pela televisão, cria uma espécie de opinião pública mundial”. (SEITENFUS, 2002, p.20)

Um dos fatores de impacto das reportagens televisivas, particularmente, é que elas fornecem a transmissão em tempo real de desastres e guerras, transformando-os em espetáculos globais com forte apelo emocional. Por razões técnicas e comerciais, a televisão se concentra nesses aspectos em detrimento às explicações ou análises sobre os fatores estruturais que geraram a crise: a mãe que chora a morte do filho, o depoimento de quem teve sua casa bombardeada, o resgate de uma vítima aplaudido pela população que observa. Constrói-se uma informação superficial com mensagens padrões reforçando as representações do público em relação à população-alvo como vítimas impotentes e aos médicos humanitários como heróis. Ou seja, há uma forte tendência de as crises serem descontextualizadas de sua causa, perdendo assim o seu caráter político, sendo então apresentadas como catástrofes “naturais”, em que há vítimas e não culpados. Isto estimula governos locais e internacionais à ajuda de emergência de curto prazo e não às intervenções voltadas para o desenvolvimento em longo prazo na superação das causas estruturais que geraram a vulnerabilidade. Da mesma forma, como uma crise substitui a anterior, tampouco são noticiados os processos de reabilitação e de apoio internacional, que vão diminuindo à medida que o tempo passa (SAILLANT, 2010). Por outro lado, a mídia pode também ser uma ferramenta para os grupos de poder na defesa de seus interesses, legitimando suas ações junto às populações. Um exemplo foi o

uso da rádio em Rwanda como propaganda sectária para estimular o ódio e a violência, o que incitou o massacre contra os tutsis (HERITIER, 2005).

Outro aspecto importante é que a sucessão continuada de exposição da crise pode gerar indiferença e cansaço na opinião pública, o que alguns autores denominam “fadiga da piedade”, dando origem a uma reticência em seguir fornecendo ajuda para paliar “crises absurdas e irracionais” (MOELLER, 1999, p.2). Assim, se por um lado a televisão humaniza e personaliza as histórias, também as despolitiza, afetando a compreensão baseada na empatia e o compromisso moral prolongado (IGNATIEFF, 1998, p.295). Neste sentido, Tom Gjleten (1998) mostra como as informações trágicas e negativas sobre a África geram frustrações e descrença na população sobre a possibilidade de que a ajuda de seu governo possa resolver os problemas que parecem permanentes e sem solução, prejudicando assim o apoio a esses países.

Outro aspecto relevante é como a midiaticização tem uma forte incidência no modo como as sociedades dos países em desenvolvimento percebem seus próprios problemas e as respostas dadas a eles. Segundo autores como Francine Saillant (2010) e Ricardo Seitenfus (2002), isso vem aumentando desde os anos 90 por vários motivos. Um deles é o fim da Guerra Fria, na medida em que houve certa despolitização dos problemas de subdesenvolvimento do Terceiro Mundo e a ampliação da intervenção humanitária dos países ocidentais. Isto coloca em questão o que certos autores chamam de “ocidentalização” das crises humanitárias, como desenvolveremos adiante. Neste contexto, fala-se de um “triângulo da crise” formado pelos governos doadores, meios de comunicação e organizações humanitárias, que se influem mutuamente na busca de seus próprios objetivos. Para os primeiros, legitimidade política e interesse nacional, para os veículos de comunicação de massa audiência e para as organizações, respaldo social e doações (AGUIRRE, 1999).

Enfim, a mídia restringe a relação espaço-tempo, globaliza as interações e mostra aos espectadores das guerras ou catástrofes naturais que a sua impotência pode ser superada pelo seu apoio e doação às organizações humanitárias. As imagens midiáticas bem como aquelas que servem para ilustrar as obras dos interventores sempre anunciam representações associadas ao humanitário: exotismo dos países pobres, guerras, fome, cuidados médicos, corpos famintos e feridos, ou seja, elementos que mostram tanto a diversidade da atuação como a dos atores. No entanto, uma característica é sempre presente a esses: a de heróis e vítimas.

## Os atores do Humanitário: heróis e vítimas

“Os aventureiros dos mares do Sul e os médicos instalados em campo, são a mesma coisa”.

*Bernard Kouchner*<sup>3</sup>

As missões humanitárias em países de Terceiro Mundo são marcadas pela difusão de imagens de médicos urgentistas e salvadores. Nos anos 80, várias obras de alguns deles surgiram retratando essas missões e reforçando essas representações. O conteúdo das mesmas centrava-se nos cuidados médicos realizados em condições precárias e difíceis, difundindo e popularizando a imagem de “médicos heróis” e ressaltando o contexto de “aventura”, como registra a epígrafe anterior. A capa da obra de Olivier Weber, jornalista que registrou várias missões humanitárias, é um exemplo que chama a atenção do leitor: “...revelar a coragem de um punhado de heróis que sempre se recusaram a ser tomados como heróis” (WEBER, 1995). Yves Laurent, igualmente, reconstitui a trajetória dos Médicos Sem Fronteiras a partir da primeira missão a Biafra, em um livro que ele intitulou com a frase que foi por muito tempo slogan da organização: “Lá où les autres ne vont pas”<sup>4</sup>, referindo-se aos médicos:

“Eles pertencem a uma categoria de homens que acreditam que possuem uma missão. Homens ingênuos e generosos, receosos de imagens nobres, desejosos da dor e dos grandes eventos históricos. Eles se vêm em um cenário épico onde atuam como heróis. Eles queriam ser belos, eles queriam ser grandiosos, mesmo que fosse no fim do mundo em um canto perdido da África...”. (LAURENT, 1980, p.18).

Ou seja, a intervenção médica é restituída de forma a mostrar como a coragem e o engajamento na causa do Outro dignificam esses profissionais em relação aos demais. Da mesma forma, é ressaltado o contexto em que o médico humanitário atua (catástrofes, guerras) bem como a dimensão

---

<sup>3</sup> Frase atribuída a Bernard Kouchner citada em Weber (1995, p.435). A tradução da frase é minha, bem como de todas as outras referências.

<sup>4</sup> A tradução literal da frase seria: “Aqui, aonde os outros não vêm”. Optei pela frase: “Ir aonde ninguém vai”, pois traduz melhor a ideia que o autor divulga no livro.

relacional que esses possuem com a população-alvo (o outro que sofre).

“(…) Eles não tinham a intenção de se restringir a um consultório de maneira mesquinha buscando a promoção social. Para eles, o que enriquecia o saber e a prática médica era a aventura. Na época, somente as terras distantes, e particularmente o Terceiro Mundo, eram dignos de oferecer tais ambições. Assim, eles começaram a viajar.” (LAURENT, 1980, p.59).

Esses aspectos – o caráter de “aventura” das missões e o “heroísmo” dos médicos pela sua coragem em enfrentar terras inóspitas, arriscar a vida em prol do outro e abandonar o conforto da medicina privada – são sublinhados em muitas outras obras autobiográficas desses médicos. Yves Laurent dá voz aos médicos para expressar essa ideia de forma mais eloquente. Ele relata em sua obra o trecho de uma carta de um deles à sua mãe durante uma missão e que é ilustrativo desse aspecto:

“Eu descobri aqui qual o verdadeiro sentido em ser médico: salvar a vida contra a loucura dos homens. Aqui nós somos guerreiros, nós lutamos todos os dias para salvar estas vidas que outros insistem em destruir. E, se mesmo assim continuam a matar por todos os lugares, mesmo se os cadáveres dos mártires são cada vez mais numerosos, nossa missão de guardiões e defensores da vida é cada vez mais essencial. Eis por que eu não poderei jamais ser uma máquina de prescrever receitas”. (LAURENT, 1980, p.44).

Assim, essa figura de médico “herói” é amplamente reforçada pelos seus integrantes e divulgadores. Segundo Jean Christophe Ruffin, essa imagem de heroísmo advém do fato de que médicos e a população socorrida se confundem como “vítimas” em um contexto de catástrofes e de guerras:

“Esses médicos, essas enfermeiras vieram partilhar o mesmo sofrimento, passar pelos mesmos riscos, se enfiar, em caso de ataque, nos mesmos abrigos de terra. Eles provam que civis e combatentes formam uma mesma categoria sob as bombas: são vítimas. Ao estado de graça, os médicos adicionam o estado de urgência. Eles testemunham a luta de um povo unido tanto no sofrimento como na coragem”. (RUFFIN, 1986, p.104).

Não podemos negligenciar o fato de que essa exaltação das qualidades dos médicos representando-os como “heróis” mostra como o nascimento dos “French Doctors” nos anos 70 impactou a sensibilidade coletiva em

relação à doença, ao sofrimento e à medicina de forma a restituir a esta última um prestígio social que a mesma havia perdido (DESCHAMPS, 1994).

Se buscarmos a definição da palavra “herói”, encontraremos no Dicionário da Língua Portuguesa, por exemplo, como um termo derivado do grego antigo, significando “homem com qualidades magnânimas”, “homem extraordinário por seus feitos guerreiros”, e ainda “homem admirável por feitos e qualidades nobres”. Outras definições podem ser encontradas, mas é certo que, como refere Jean-Pierre Vernant e Pierre Vidal-Naquet (1999), o herói é aquele que tenta ultrapassar a condição humana em que as sagas heroicas são retratadas e exaltadas colocando em pauta representações sobre ética e valores de determinada sociedade.

Nessa perspectiva, Pierre Centlivres, Daniel Fabre e Françoise Zonabend (1998) salientam que diversos heróis que atravessaram a história passaram por muitas releituras em campos diversos e muitas vezes servindo a causas radicalmente opostas. Melhor dizendo, é preciso avaliar e caracterizar os momentos e circunstâncias da história que salientam algumas particularidades em detrimento de outras, promovendo novos heróis e colocando outros em esquecimento. De acordo com esses autores, em nosso contexto atual e ocidental, as representações de herói são relativas às profissões que se dedicam a salvar vidas, como os bombeiros, médicos e paramédicos. Mas o que caracteriza o heroísmo desses indivíduos não é a dimensão da responsabilidade profissional propriamente dita, e sim quando suas ações extrapolam o cotidiano e mobilizam emoções públicas.

Por outro lado, Anne Muxel (1988) desenvolveu um estudo buscando evidenciar quais os personagens que encarnam os heróis para os jovens franceses. Os médicos, voluntários, militantes políticos e jornalistas são os principais representantes. Aos direitos humanos, à paz e ao Humanitário é acordado um lugar especial. Assim, apesar de grandes nomes históricos, os personagens salientados por esses jovens são aqueles que de alguma forma guardam alguma proximidade com eles próprios. Eles são desmistificados e encarnam experiências que não são completamente estranhas à sua realidade, seu modo de vida e de apreender o mundo. Há lugar para uma diversidade de experiências possíveis, culturas e origens, competências e ações. E essa diversidade comporta a maneira que os mesmos valorizam: a experiência do encontro com o Outro, o enfrentamento da injustiça e da exclusão social, do racismo e da miséria, seja no seu bairro, cidade ou nos confins do planeta. A autora chama a atenção que os atributos clássicos das

panóplias dos heróis que constituem uma fonte identitária dos mesmos são reatualizadas por esses jovens. Assim, se armas como a espada foram muito tempo objetos simbólicos associados ao heroísmo, hoje os textos escritos são igualmente mencionados. Da mesma forma, se a ideia de combate físico com risco de vida foi por muito tempo mobilizada para definir a identidade do herói, os valores preponderantes da modernidade são o engajamento moral, o pacifismo, a exigência de um humanismo universal (MUXEL, 1998).

Todos esses aspectos podem ser encontrados no material dessas organizações e nas obras dos interventores ressaltando essas representações em relação ao médico humanitário.

Evidenciando esse cuidado com o Outro, a dimensão relacional com a população-alvo assume um caráter preponderante. Assim, a categoria de “vítima humanitária” dá aos seus interventores um lugar indispensável e legítimo de atuação.

É certo que a construção da vítima constitui-se de elementos e qualificações, muitas vezes atribuídos por diferentes universos profissionais: médicos, jurídicos, políticos, administrativos que se articulam e opõem-se entre si.

Em primeiro lugar, a vítima deve ser reconhecida por um público que se aliará à sua causa. Um dos aspectos importantes nesse sentido é que a vítima supõe a passividade, uma garantia de inocência: o menor indício de que ela própria pode ser a propulsora da violência da qual ela é atingida, uma forma de responsabilidade lhe é atribuída, e assim coloca-se em xeque a necessidade de ajuda. (LEFRANC, MATHIEU, 2009). O aspirante a vítima deve provar que de forma alguma ele provocou a ação do seu algoz do qual é exigida uma reparação. Enfim, a vítima é uma figura em que certos discursos e comportamentos são reivindicados e pelo qual tomam-se posições<sup>5</sup>.

Coelho, Russo, Sarti e Víctora (2013) chamam a atenção para três pontos fundamentais no que diz respeito à vitimização e que podem ser assim resumidos: 1) os critérios levados em questão na construção da vítima; 2) o potencial político de reivindicação de direitos das mesmas; 3) os aspectos emocionais implicados (p. 243). Esboçarei alguns desses

---

<sup>5</sup> Exemplos que mostram a ambiguidade sobre essa questão são certos movimentos de prostitutas que se negam a ter o estatuto de “vítimas”.

elementos a seguir.

No que se refere à construção da categoria de vítima, Cynthia Sarti desenvolve como essa noção é dependente da gramática moral que lhe dá sustentação: “É uma maneira de dar inteligibilidade ao sofrimento de segmentos sociais específicos, em contextos históricos precisos, que se produzem ou são produzidos como tal, conferindo legitimidade moral às suas reivindicações” (SARTI, 2011, p.54). De acordo com a autora, essa figura desponta como uma das formas em que emoção e sofrimento estão circunscritos na contemporaneidade. Sarti ainda refere como a vulnerabilidade é sempre constitutiva de uma identidade ligada a determinados grupos sociais segundo gênero e idade: mulheres, crianças e idosos.

De fato, essas categorias mobilizam atenção particular, no entanto, no movimento humanitário, essas características não prevalecem sobre outras. Aqui as representações priorizadas na mídia e relatos são as do sujeito que sofre, desassistido e ignorado, antes de um sujeito étnico, racial, de gênero, marginalizado. A sua vulnerabilidade é tamanha que ele não tem condições de buscar e lutar por seus direitos, ou seja, a “vítima humanitária” tem características particulares pautadas pela linguagem dos direitos. Esses direitos podem ser assim listados: direitos aos meios de subsistência duráveis, direitos aos serviços sociais básicos, direito à vida e à segurança, direito de ser ouvido e direito a uma identidade. Dessa maneira, os agentes do humanitário podem se tornar “a voz dos sem voz”, tornando público o sofrimento presente nos confins mais recuados do planeta. É essa figura de vítima e do sofrimento que justifica a intervenção:

“O humanitário é a expressão da relação, justificável ou não, na medida em que o próprio fundamento de sua ação nasce de uma constatação: não deixar aqueles que sofrem no sofrimento, a indiferença seria a pior das atitudes... Uma das figuras do Outro neste circuito é ser antes de tudo um sujeito que sofre antes de um sujeito étnico, racial, de gênero, pertencente a uma minoria. É o ponto de partida do humanitário.” (SAILLANT, 2007, p.133)

Podemos datar o nascimento da noção de “vítima humanitária” desde a Guerra de Biafra (1967-1970), a “*primeira fome televisionada da história*” (BRAUMAN, 1999, p.59). A imagem de uma africana com seu filho à beira da morte com uma médica branca contém várias mensagens implícitas. Em primeiro lugar, dá a ideia de desamparo total dos atingidos, da dependência

total da ajuda externa, de que “sem nós eles morreriam”, melhor dizendo, da vítima completamente indefesa e desassistida. A “vítima humanitária” é produzida de acordo com seus próprios parâmetros de justiça e o impacto dessas organizações sobre as sensibilidades coletivas, de forma que a produção dessa vítima socialmente legitimada suplanta a ideia de doente.

## Referências

- ABÉLES, Marc  
(2006). *ONG, humanitaire et global-politique: enjeux et ambiguïtés d'une politique de la survie*. Paris, Ed. EHESS.
- AGUIRRE, Mariano.  
(1999). *Los medios periodísticos y el espectáculo humanitario*. Los desafíos de la acción humanitaria. Un balance. Icaria, Barcelona. p.203-226.
- ARENDT, Hanna.  
(1990). *A revolução*. São Paulo, Ática.
- BOLTANSKI, Luc.  
(1993). *La Souffrance à Distance*. Morale Humanaire, Medias et Politique. Paris, Métailié.
- BRAUMAN, Rony.  
(1999). *L'action humanitaire*. Paris, Flammarion.
- BRAUMAN, Rony.; BACKMANN, René.  
(1996). *L'Humanitaire et les médias*. Paris, Éditions du CFPJ.
- BRAUMAN, Rony.  
(2002). *Humanitaire et dilemme: entretien avec Philippe Petit*. Paris, Textuel.
- COELHO, Maria Cláudia; RUSSO, Jane; SARTI, Cynthia; VICTORA, Ceres. (2013). Apresentação. Dossiê Vitimização: Políticas de Moralidade e gramáticas emocionais. *Interseções*, Vol.15, n.2; p.231-251.
- DESCHAMPS, Catherine.  
(1994). Vocation médicale et choix professionnel. In: Aiach, Pierre; Fassin, Didier. (Dir.); *Les métiers de la Santé, Enjeux de pouvoir et quête de légitimité*. Paris, Anthropos Economica. p.87-119.
- FASSIN, Didier.; BOURDELAIS, Patrice.  
(2005). *La construction de l'intolérable*. Paris, La Découverte.
- FERREIRA, Jaqueline.  
(2010). O Humanitário no Brasil: entre o ideal universal e a cultura local. In: Ferreira, Jaqueline; Schuch, Patrice (Orgs.); *Direitos Humanos e Ajuda Humanitária: perspectivas sobre família, gênero e saúde*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ. p.49-76.
- GJELTEN, Tom.  
(1998). *Professionalism in War Reporting*. A Correspondent's View. Carnegie Commission on Preventing Deadly Conflict, Washington.
- GODBOUT, Jacques  
(2000). *Le don, la dette et l'identité*. Montréal, Boréal.
- HÉRITIER, Françoise  
(2005). *De la Violence*. Paris, Odile Jacob.
- HOURS, Bernard.  
(1998). *L'Idéologie Humanitaire ou le spectacle de l'altérité perdue*. Paris, L'Harmattan.
- HUNT, Lynn  
(2009). *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo, Companhia das Letras.
- IGNATIEFF, Michael.  
(1998). The Stories We Tell. Television and Humanitarian Aid. In: Moore, Jonathan (Ed.); *Hard Choices*. Moral Dilemmas in

- Humanitarian Intervention. Oxford / Nueva York; Rowman / Littlefield. p. 287-302.
- JOUSSAN, David.  
(1989). Les ONG médicales: entre le géopolitique et les médias. *Lettre Temps Présent*. p. 14-18.
- KOUCHNER, Bernard.  
(1980). *L'Île de Lumière*. Paris, Ramsay.
- KOUCHNER, Bernard.  
(1986). *Charité Business*. Paris, Le Pré aux Clercs.
- LAURENT, Yves.  
(1980). *Médecins Sans Frontières – Là où les autres ne vont pas*. Paris, Ed. Robert Laffont.
- LEFRANC, Sandrine ; MATHIEU, Lilian.  
(2009). De si probables mobilisations de victimes. In: Lefranc, Sandrine; Mathieu, Lilian (Orgs.); *Mobilisation de Victimes*. Rennes, Presses Universitaires de Rennes. p. 11-26.
- LIPOVETSKI, Gilles.  
(1992). *Le crépuscule du devoir*. L'éthique indolore des nouveaux temps démocratiques. Paris, Gallimard.
- NADER, Laura.  
(1999). Num espelho de mulher: cegueira normativa e questões de direitos humanos não resolvidas. *Horizontes Antropológicos – Diversidade cultural e cidadania*, 5(10), p. 61-82. MOELLER, Susan.  
(1999). *Compassion Fatigue*. How the Media Sell Disease, Famine, War and Death. Nova York / Londres, Routledge.
- MOLLAT, Michel.  
(1993). Naissance de l'acte humanitaire en direction des exclus du Moyen Âge, Idée Compulsionnelle et de rachat de l'Occident chrétien. *Ingérence, Revue bisannuelle de MDM*, n.1, p.35-40.
- MUXEL, Anne.  
(1988). Les héros des jeunes français. Vers un humanisme réconciliateur. In: *La Fabrique des Héros*. Centlivres, Pierre; Zonabend, Françoise. (Dirs.); . Paris, Ed. de la Maison des sciences de l'homme. p.79-100.
- REZENDE, Cláudia. Barcelos.; COELHO, Maria Claudia.  
(2010). *Antropologia das Emoções*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- RUFFIN, Jean-Christophe.  
(1986). *Le Piège Humanitaire*. Paris, Hachette Pluriel.
- RUFFIN, Jean-Christophe.  
(1999). Aux Racines de l'humanitaire. De Saint Vincent de Paul aux French Doctors. In: Tsikounas, Myriam. (Dir); *Les ambiguïtés de l'humanitaire*. Paris, Coll. Panoramiques. p. 25-27.
- SAILLANT, Francine.  
(2010). A responsabilidade na intervenção humanitária: indiferença ou engajamento. In: Ferreira, Jaqueline.; Schuch, Patrice. (Orgs); *Direitos e Ajuda Humanitária: perspectivas sobre gênero, família e saúde*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, pp. 49-75.
- SARTI, Cynthia.  
(2011). A vítima como figura contemporânea. *Cadernos CRH*, vol.24, n.61, p. 51-61.
- SEITENFUS, Ricardo.  
(2002). *Direito nas Relações Internacionais*. Porto Alegre, Editora Livraria do Advogada.
- SMITH, Adam.  
(1996). *Theorie des sentiments moraux*. Paris, Ed'Aujourd'hui.
- VERNANT, Jean-Pierre.; VIDAL-NAQUET, Pierre.  
(1999). O deus da ficção trágica. In: *Mito e tragédia na Grécia Antiga*. São Paulo, Perspectiva.
- WEBER, Oliver.  
(1992). *French Doctors*. Paris, Robert Laffont.

**Recebido em**  
dezembro de 2016

**Aprovado em**  
março de 2017

# Afirmando-se a vida, constrói-se o tempo: experiência, emoções e ativismo político contra a AIDS<sup>1</sup>

Carlos Guilherme Octaviano do Valle\*

## Resumo

Este artigo tem o objetivo de discutir a relação entre o ativismo biossocial e político de HIV/AIDS e a linguagem cultural das emoções. Minha proposta enfoca dois eixos específicos de análise: 1) a formação de sujeitos soropositivos, isto é, a sua automodelação como pessoas “vivendo com HIV” e, em razão disso, 2) a sua inserção e formação como ativista no movimento biossocial de HIV/AIDS. Por um lado, a testagem anti-HIV é um evento central de um longo processo de automodelação e construção identitária que evidencia a importância das emoções. Por outro lado, a participação de pessoas de diversos *status* sorológicos em atividades das ONGs, grupos de ajuda mútua, redes ativistas, possibilita entender a micropolítica das emoções, dos corpos e das performances culturais que estão diretamente associadas à epidemia. Este artigo está baseado em pesquisa que vem sendo conduzida pelo autor.

## Palavras-chave

AIDS. Emoções. Ativismo.

## Abstract

This article aims to discuss the relationship between biosocial and political activism regarding AIDS and the cultural language of emotions. My proposal is focused on two specific axes of analysis. Firstly, the formation of HIV-positive individuals, in other words, their self-shaping

---

\* Carlos Guilherme Octaviano do Valle é professor associado IV, vinculado ao Departamento de Antropologia e Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). É graduado em Ciências Sociais (UFRJ) e Mestre em Antropologia Social (Museu Nacional/UFRJ). Fez seu doutorado na Universidade de Londres, defendendo a tese *The Making of 'People Living with HIV and AIDS: identities, illness, and social organization in Rio de Janeiro, Brazil* (2000). Possui interesse de pesquisa em antropologia da saúde e doença, AIDS, biossocialidades, doenças raras, antropologia das emoções, ativismo e movimentos sociais, sexualidades e corpo. Email: cgvalle@gmail.com.

<sup>1</sup> Este texto é uma versão do trabalho apresentado no Seminário Temático 5 - “Corpo, saúde e emoção”, 34º Encontro Anual da ANPOCS (Caxambu, 2010), coordenado por Maria Cláudia Coelho (UERJ) e Cynthia Sarti (UNIFESP). Gostaria de agradecer à debatedora e aos participantes do GT por seus comentários, que contribuíram para a reformulação do texto. Agradeço também as sugestões a uma nova versão feitas pelas organizadoras. Este artigo faz parte da produção do projeto de pesquisa “Memória, Moralidade e Política: reconsiderando o ativismo HIV/Aids na década de 2010”.

as people "living with HIV" and, because of that, secondly, their insertion and formation as activists in the HIV/AIDS biosocial movement. On one hand, the anti-HIV test is a central event of a long process of self-shaping and identity building, which substantiates the importance of emotions. On the other hand, the participation of people in various HIV-positive status in NGO activities, mutual help groups and activist networks make it possible to understand the micropolitics of emotions, bodies and cultural performances that are directly associated with the epidemics. This article is based on the research the author has been leading.

## Keywords

AIDS. Emotions. Activism.

## Introdução

No presente artigo, discuto a relação entre emoções e o problema da infecção do HIV a partir de dois focos distintos, mas que se intersectam: a automodelação de uma pessoa com HIV, isto é, *soropositiva*<sup>2</sup>, e o modo como ela se forma como ativista em termos de suas práticas e significados político-ideológicos. Darei ênfase, por um lado, aos aspectos e efeitos que envolvem a testagem anti-HIV, e, por outro lado, ao processo de inserção em organizações, grupos e redes ativistas, qual seja, o chamado movimento social de HIV/Aids. Nos dois focos, reflito sobre a dimensão crucial das emoções para se entender a formação de sujeitos e da existência do ativismo político.

Entendo as emoções como sendo definidas e vividas em termos culturais e sociais. O papel da cultura na experiência das emoções é visto normalmente como secundário e “mesmo que as emoções possam ser frequentemente vistas como evocadas através da vida social, são raramente apresentadas como um índice de relações sociais, tematizadas mais como um signo de estado pessoal ou individual” (LUTZ, 1988 – tradução minha). Deve-se salientar que há estreita relação entre a construção das emoções e seus modos de enunciação discursiva (ABU-LUGHOD; LUTZ, 1990; COELHO, 2010; COELHO; REZENDE, 2010). Entendo que a linguagem e as práticas

---

<sup>2</sup> *Soropositivo* e *soronegativo* eram as categorias identitárias mais empregadas no mundo social que pesquisei. *HIV positivo* e *HIV negativo* eram termos também usados.

discursivas têm importância crucial para este artigo, pois expõem como as emoções estão associadas a contextos e experiências sociais particulares que descortinam as socialidades e as relações de poder em jogo. Assim, privilegiando as práticas discursivas, as conversações, os modos de enunciação e as textualidades, considero sua dimensão cultural, política e poética simultaneamente em termos de sua força pragmática, expressada através de um foco direto nas emoções como práticas discursivas (ABU-LUGHOD e LUTZ, *ibid*, p.10), que comunicam explicita e publicamente sobre a vida social, justificando sua evidente eficácia societária através de performances emocionais.

Além disso, precisamos destacar a relação entre emoção, corpo e discursividade. Pode-se entender as emoções como uma prática ideológica, que envolve uma economia e um trabalho específico, entendido, segundo Lutz, como um ‘trabalho emocional’ (1988) que se apresenta através da complexidade das linguagens, sejam elas orais/verbais como corporificadas através de gestos, posturas, expressões físicas, etc. Se o corpo precisa ser encarnado em termos de suas significações culturais, não somente em termos de sua objetividade física, sua própria materialidade exprime a significação pela qual as emoções podem ser experimentadas. Nesse sentido, a experiência é emocional e, também, relacionada a significações definidas em termos sociais e culturais particulares. Devo destacar que as emoções são definidas conceitualmente – amor, raiva, medo, nojo, tristeza – implicando ideias ou:

“elementos de prática ideológica local, que envolvem negociação sobre o significado dos eventos, sobre direitos e moralidades, sobre o controle de recursos – em resumo, envolvem lutas sobre o mais amplo conjunto de questões concernentes aos grupos humanos e sociais”. (LUTZ, 1988, p.5).

Elas podem ser entendidas, compartilhadas, contestadas e silenciadas, emergindo através das próprias interações entre pessoas e as coletividades que representam. Desse modo, darei mais ênfase às interações, às práticas discursivas e aos significados emocionais produzidos em contextos historicamente específicos, o que supõe considerar as dinâmicas societárias e as relações de poder na vida cotidiana.

Cientistas sociais têm mostrado que os estudos sobre os movimentos sociais em sua relação com as emoções se fortaleceram a partir da década de 1990, destacando que a ação política é permeada pela dimensão das emoções

(GOODWIN *et al.*, 2001; FLAM; KING, 2005; GOODWIN; JASPER, 2006). Não se aceita, assim, o dualismo entre uma proposta política vista como “racional” e o plano da expressão emocional, entendida como “irracional”. Em minha pesquisa, abordei inicialmente a mobilização societária e política a partir da epidemia do HIV/Aids (VALLE, 2000; 2002; 2008), que constituiu um mundo social específico, composto por entidades civis, as ONGs Aids, grupos de ajuda mútua e redes de pessoas com HIV, que interagiam com esferas clínicas e de tratamento, agências governamentais e globais, muitas delas de financiamento internacional. Esse mundo social heterogêneo compôs a etnografia que conduzi na década de 1990 e sofreu mudanças significativas até os dias correntes (VALLE, 2013). Ao considerarmos a história social e cultural da epidemia do HIV/Aids, pode-se enfocar sua dimensão política, relevando-se as diversas articulações entre políticas públicas, estruturas de saúde, o alcance das intervenções biomédicas, além dos efeitos das mais variadas formas de organização civil (PARKER, 1994; GALVÃO, 2000; SILVA, 1999).

Assim, refleti a respeito das relações existentes entre os efeitos da mobilização sociopolítica e as dinâmicas identitárias, desenroladas muitas vezes de modo extremamente tenso e emocional. Modelos ideológicos distintos de construção identitária foram operantes, alguns reforçando particularismos da experiência ‘soropositiva’ e outros, ao contrário, estimulando o compromisso solidário do ‘viver com Aids’, independente do *status* sorológico da pessoa. Esses dilemas político-identitários estiveram presentes na trajetória de boa parte das ONGs Aids brasileiras, especialmente as do Rio de Janeiro. A ideologia do Grupo Pela Vidda (GPV, daqui em diante)<sup>3</sup>, que salientava o valor universalista da ‘solidariedade’, opunha-se a outras formas de organização e significação, mais particularista, do ‘viver com Aids’, tal como privilegia a *Rede Nacional das Pessoas Vivendo com Aids* (RNP+). Esse antagonismo político entre modelos ideológicos e societários, cujos princípios resguardavam questões identitárias, tiveram paralelos em uma esfera global, embora apresentando-se de modo singular em outros contextos societários (ARISS; 1997; GOULD, 2009; NGUYEN, 2010).

---

<sup>3</sup> O Grupo Pela Vidda (Rio) foi criado em 1989 por iniciativa do escritor Herbert Daniel, que atuava, então, na Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA). Junto do GIV (Grupo de Incentivo à Vida), fundado em São Paulo, o GPV foi uma das primeiras ONGs a estimular a participação de “pessoas vivendo com HIV e AIDS”.

Independente dos conflitos entre organizações, entidades e modelos ideológicos de construção e representação do ‘viver com Aids’ e das identidades em jogo, as emoções, entendidas como elaboradas e reconstituídas social e culturalmente em práticas cotidianas, foram sempre canalizadas e mobilizadas como uma linguagem para dar sentido aos modos de se engajar e atuar, em termos socialmente plurais, diante dos efeitos da epidemia e do cotidiano de mal-estar, das enfermidades e das variadas desestruturações da vida social. Por um lado, as emoções seriam foco de preocupação na medida em que se pensava que a doença desestabilizava e reordenava de modo não esperado trajetórias e projetos de vida, previamente delineados e/ou estruturados, o que vem colocar uma questão própria da temática antropológica da experiência das doenças. As ONGs Aids e as estruturas de saúde montaram estratégias, cada uma partindo de seus próprios modelos de ação e das suas condições de possibilidade, para lidar com o caráter ‘subjetivo’ da doença e do sofrimento social que a Aids pode acarretar. Essas estratégias podiam estimular atividades de caráter terapêutico-reflexivo, muitas vezes coordenadas por especialistas como psicólogos, psicanalistas e assistentes sociais, que disseminavam sua própria interpretação dos efeitos psicológicos da Aids. Essas práticas, que estou chamando de terapêutico-reflexivas, que se aproximam da ideia de tecnologia confessional proposta por Vinh-Kim Nguyen (2010), investiam na construção de sujeitos mobilizados através de ações e ideias que mobilizavam emoções em prol de uma vida mais “saúdável”, apesar da doença, contrariamente aos significados de fatalidade e morte cristalizados pela identidade estigmatizada do “aidético”, criada no contexto brasileiro na década de 1980 (VALLE, 2002; SEFFNER, 1995).

Por outro lado, as emoções seriam alvo de canalização e reorientação em termos da sua apropriação política, quando a conscientização e o engajamento das pessoas HIV positivas eram considerados em vista da sua autoconstrução como modelos e figuras exponenciais de ativismo social. Às vezes, tornavam-se “figuras emblemáticas da Aids” (SILVA, 1999), que nem Herbert de Souza e Herbert Daniel, duas lideranças importantes do ativismo de HIV/Aids, cujas trajetórias estiveram associadas à criação de ONGs, como a ABIA e o GPV. Certamente, as ideologias ativistas se constituem a partir da força e mobilização de emoções expressadas e exibidas por pessoas, lideranças e agentes específicos (GOODWIN *et al.*, 2001, p.18). Em minha pesquisa, vergonha, medo, tristeza, raiva foram algumas das emoções mais aludidas a fim de falar da Aids, da infecção do

HIV, da experiência singular da soropositividade, etc. Mas as atividades de caráter público, tais como protestos e manifestações, participação em eventos, divulgação do ativismo por meio dos meios de comunicação de massa ou de projetos mais específicos (teatro, performances) poderiam produzir, em termos mais gerais, um compromisso diante da epidemia, além de criar forte ressonância cultural e emocional que ajudasse a entender a epidemia e, ainda mais, constituísse a dinâmica própria do movimento social (EPSTEIN, 1996).

Nessas duas formas de foco, que não podem ser separados e envolvem tanto experiências particulares como práticas ativistas públicas, as emoções podem ser vividas, performatizadas e ritualizadas diferentemente. Contudo, os dois focos possuem elementos convergentes no que diz respeito a seus objetivos, significados e intenções. Evitando-se qualquer dualismo que perfaça uma diferença substancialista, os focos apontados devem ser pensados como construções analíticas, ou seja, tal como diria Elias (1994, p.11), ideias e emoções são “duas camadas inseparáveis, interdependentes” que constituem as vidas das pessoas em termos de suas ações. Em suma, as emoções precisam ser consideradas de modo complexo, enfatizando as práticas sociais e os agenciamentos pessoais como sendo inevitáveis para seu entendimento, quando a família, as redes de relações e as inserções em grupos e instituições variadas são perpassadas por uma dimensão afetiva. Isso acontece no caso do mundo social da Aids e dos grupos, ONGs e redes que eu pesquisei. De fato, as relações familiares, as parcerias sexuais e as amizades também estavam incorporadas nas dinâmicas que constituíam esse mundo social, pois pais, mães, irmãs, namorados e esposas têm sido presença frequente do cotidiano das ONGs e nos contextos médicos. Deve-se considerar, então, uma micropolítica das emoções (COELHO, 2010; COELHO; REZENDE, 2010), o que exige uma etnografia das dinâmicas societárias e das relações de poder entre pessoas e grupos, mobilizados através de um trabalho emocional.

## **Doença, Estigma e Emoções: contra o medo, buscando ajuda e tornando-se *ativista***

No início da década de 1980, a epidemia da Aids tornou-se grave problema global de saúde. Logo o Brasil se tornou um dos quatro países com maior incidência de casos de Aids no mundo, o mais alto na América

Latina. Até junho de 2016 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016), o número acumulado de casos de Aids chegou a 842.710: 548.850 homens (65,1%) e 293.685 mulheres (34,9%). Embora associada à homossexualidade, a epidemia afetou heterossexuais desde o início. Assim, as mulheres têm sido infectadas, sobretudo, por transmissão heterossexual (GUIMARÃES, 2001; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016). Uma das mais notáveis características do perfil brasileiro da epidemia é a heterogeneidade social na transmissão do HIV (PARKER, 1990).

Desde sua eclosão, pode-se afirmar que o senso comum da Aids envolve valores negativos de conotação moral, salientando significados de morte e doença. Talvez o senso comum fosse mais notavelmente circulado através da imprensa, disseminando-se como modo de compreensão cultural da epidemia. A partir da década de 1980, os meios de comunicação de massa passaram a produzir, circular e cristalizar imagens, discursos e significados de medo, perigo e violência sobre a epidemia da Aids, o que nos permite pensá-la como um fenômeno cultural que vem sendo reconfigurada historicamente nas últimas três décadas (VALLE, 2000; 2002). O caráter inevitável da morte por Aids foi um dos temas mais repetidos na imprensa, caracterizando um senso comum, difuso e ambíguo, obviamente estigmatizante sobre a síndrome. A Aids era considerada uma “doença 100% fatal”, “traíçoeira”, uma “batalha inútil contra a morte”. Assim, metáforas de crime e condenação moral eram associadas à Aids. Muitas vezes, o “portador de Aids” era considerado uma pessoa “condenada à morte”. Foi o cantor do pop-rock brasileiro, Cazuza, aquele que mais corporificou publicamente a concepção cultural da doença de decadência física e da fatalidade que a Aids produzia. De 1989 a 1990, quando faleceu, a imprensa cobriu regularmente sobre ele em tom dramático e, muitas vezes, negativo. A reportagem de capa da *Veja* chegou a afirmar: “Cazuza, uma vítima da Aids agoniza em praça pública” (VEJA, 1989). A “cara de Cazuza” como a “face da AIDS” tornou-se a mais conhecida imagem cultural corporificada de um “aidético”.

Segundo Sontag (1983), nenhuma doença deve ser compreendida através de metáforas que descrevam a realidade de modo obscuro. Mas como escapar do sentido emocional que se adquire através da compreensão de tais metáforas culturais? A Aids foi constituída como um fenômeno cultural de forte conotação moral, expressando significados negativos sobre sexualidade e estilos de vida específicos, visto sua longa associação com a ideia de *promiscuidade*. Esses significados eram associados de modo

acusatório e direto, sobretudo, às homossexualidades, a certas pessoas e grupos, o que explica como sua dimensão moral podia remeter-se às emoções que envolviam nojo, raiva, desprezo ou medo, vergonha e culpa, respectivamente, para seus acusadores e seus acusados. Os discursos, as textualidades (tal como da imprensa) e as práticas narrativas que abordam a Aids produziam significados de medo e agressividade identificados a certas pessoas e grupos moralmente condenáveis, explicitando as dimensões de violência simbólica e das relações de poder em termos de uma linguagem e retórica emocional, condizente de um verdadeiro “pânico moral” (COHEN, 1972). Todos esses discursos da Aids eram citados entre meus interlocutores como elementos centrais de compreensão cultural do estigma e do medo, vergonha e culpa associados aos riscos de infecção do HIV e da doença.

Em minha pesquisa, foi possível notar o quanto a descoberta da infecção do HIV, a evidência biomédica do *status* sorológico e a confrontação da *soropositividade*, a ser construída e experimentada em vida, seriam tomadas como eventos relevantes, dramáticos, para meus interlocutores de pesquisa. Em nossas conversas e entrevistas, percebi como tais eventos e situações associavam-se a certas emoções, tais como medo, tristeza e sofrimento. Quase narrativas, as falas recuperavam fatos e contextos que desnudavam um suposto risco de infecção pelo HIV, o medo rondando a testagem e a descoberta do *status* sorológico e, sobretudo, o impacto que causava na vida e nas trajetórias pessoais, considerando as relações com a família, com os parceiros sexuais, com amigos, etc. Nas conversas, apresentava-se uma interação complexa entre a aquisição gradativa de conhecimento técnico-codificado, sobretudo biomédico, e a construção cultural das emoções, o que poderia elucidar o modo como a Aids tem sido construída e interpretada, quando as emoções poderiam ser apresentadas, contestadas ou controladas através de estratégias discursivas socialmente compartilhadas.

Em 1985, a testagem laboratorial foi introduzida para diagnosticar a presença de anticorpos do HIV e, depois disso, essa tecnologia biomédica tornou-se amplamente aceita pelas políticas públicas de saúde. Na década de 1980, era muito comum, porém, a desconfiança sobre a precisão do teste anti-HIV. Mesmo a imprensa chegou a divulgar que um resultado “falso positivo” podia levar “centenas de pessoas a passarem por momentos de desespero”. Assim, a testagem anti-HIV tratava-se de um evento que foi construído culturalmente como crucial, um marco nas vidas das pessoais atingidas pela epidemia. Cheguei a constatar sua importância para meus interlocutores de pesquisa. Quando perguntava como souberam de seu *status*

sorológico, muitas pessoas respondiam por meio de relatos e narrativas que descreviam o período anterior e posterior ao exame. Mesmo em contextos informais, muitos *HIV positivos* falavam da incerteza que rondou o período de testagem. Confirmei a mesma apreensão entre pacientes soropositivos de hospitais sem qualquer afiliação a uma ONG.

Quando a testagem era abordada nas conversas, aparecia uma nítida diferença, embora articulada através de uma linha de continuidade temporal, entre a decisão e a ação concreta de fazer o exame anti-HIV e a obtenção, também concreta, do resultado. No Brasil, o período entre a testagem anti-HIV e a entrega do resultado costumava ser longo, sobretudo até meados da década de 1990, especialmente se a testagem era realizada em um serviço público de saúde. Normalmente, levava mais de um mês para uma pessoa receber o resultado do exame. Esse tempo de espera era longo e entendido como um evento de enorme intensidade emocional. Em muitos casos, esbarrando em práticas de segredo e recobrimento social. Essa etapa de incerteza “sorológica” podia ser prolongada, indicando uma situação de liminaridade, quando o resultado era considerado indeterminado e, portanto, o exame tinha de ser refeito, um problema comum na primeira década da testagem anti-HIV. Os resultados “indeterminados” e o temor quanto aos resultados “falso-positivos” ou “falso-negativos” aumentavam a suspeita sobre a confiabilidade dos exames anti-HIV como uma tecnologia biomédica criteriosa. A indefinição sorológica podia ser, assim, estendida ao longo do tempo. Vários interlocutores reportaram longos períodos de indeterminação sorológica, quando os exames eram repetidos diversas vezes até a comprovação da soropositividade. Alguns deles buscaram confirmar os resultados pela segunda até mesmo uma terceira vez, o que sugere o valor estratégico do sentido de “esperança”. Essa estratégia era mais comum entre as pessoas que não estavam doentes, nem tinham passado por uma mudança substancial em sua rotina de vida. Evidenciava-se uma espécie de “tecnoneurose” (BIEHL *et al.*, 2001), quando o aparato de uma tecnologia biomédica específica, a testagem anti-HIV, produzia uma verdade (se o teste era positivo ou negativo etc.), que mobilizava emocionalmente a pessoa que desejava conhecer seu *status* sorológico.

Como um evento crítico (DAS, 1996), a testagem anti-HIV suscitava a ruptura de expectativas e de trajetórias, quando o próprio mundo que define a experiência da vida considerada saudável era desfeito. As expectativas de vida seriam ameaçadas e se fragmentavam quando as “explicações convencionais parecem inadequadas” (STRAUSS, 1999: 55). A experiência

da doença coloca em aberto um conjunto de certezas e expectativas. Como esses dilemas são descritos por meio de uma reconstrução narrativa do tempo, o evento dramático pode ser definido como momento de extrema densidade emocional, quando se acredita que as emoções dominam. Praticamente, nenhum interlocutor de pesquisa descreveu o contexto pós-teste como sendo tranquilo, com exceção daqueles que se descobriram *soronegativos*. Diversos interlocutores usaram metáforas espaciais, tanto de queda como profundidade, que caracterizavam o período da descoberta da soropositividade: “Tudo desmoronou completamente”; “Eu *entrei num maior buraco*, entende?”. Ou ainda as ideias envolvendo peso e volume: “[O resultado soropositivo] foi muito pesado no início”.

Meus interlocutores mostravam que as concepções culturais da morte apareciam de imediato após o recebimento do exame. A Aids era associada com uma morte rápida e terrível, reinterpretando as imagens culturais da imprensa brasileira. A decisão de escrever um testamento podia ser tomada ou, ao contrário, um resultado HIV-positivo levava a pessoa a um período de dilapidação dos recursos econômicos e de abertura ao excesso, “enquanto ainda havia tempo”. Significados de urgência pareciam prevalecer numa luz diferente do que se suspeitava antes. Os significados do ‘futuro’ tornavam-se problemáticos. De modo geral, essa incerteza era descrita por meus interlocutores como um contexto de crise. De acordo com vários relatos, um conjunto elevado de emoções descontroladas caracterizava a vida de cada pessoa. A experiência da Aids emergia como uma ruptura na vida emocional, que precisava, então, ser propriamente controlada ou reconstruída por uma forma ulterior de controle reflexivo e racionalizado.

Não podemos generalizar, pois as falas, os relatos e narrativas apresentaram diferenças em termos de gênero. Havia uma preocupação acentuada entre as mulheres heterossexuais do perigo de infecção de outros familiares. Homens heterossexuais e homossexuais mostraram mais preocupação quanto ao risco de infecção dos seus parceiros sexuais e de seu verdadeiro *status* sorológico. Contudo, era um pouco menos pronunciado do que entre as mulheres de evitarem a infecção de seus filhos e netos, o que levanta a questão dos valores e significados de cuidado associados à feminilidade. Essas especificidades eram apresentadas no bojo de um esquema narrativo estruturado que parecia ser bastante difuso. Quando eram relatados os riscos e a infecção do HIV podia estar presente, sobretudo, a culpabilização de certas pessoas, o que acentuava a raiva de quem era suspeito pela infecção. Emoções variadas podiam oscilar e mesclar entre

si, articulando significados tanto de pena, tristeza, raiva como amor, especialmente entre pessoas que se sentiam vitimadas pela infecção. Antigos parceiros, sobretudo homens, podiam ser vistos como responsáveis pela infecção do HIV. Aqui, a dimensão social e cultural da lealdade e do amor eram muito notados, expondo as hierarquias de gênero e relações de poder, anunciadas pela conjugalidade, sobretudo heterossexual (KNAUTH, 1998; GUIMARÃES, 2001).

Na maioria das entrevistas em que apareciam relatos sobre testagem anti-HIV e a descoberta do *status* sorológico, o período pós-exame e de entrega do resultado seria considerado uma trajetória complexa cheia de oscilações. Havia a descrição de um período marcado por transição e por contingência crítica, que, na reconstrução autobiográfica, era vivido intensamente, segundo os termos mais usados, como um “golpe, uma “pancada”, um “choque” pessoal, mobilizado por extrema tristeza. Todos esses estados expressavam o domínio de emoções fora de controle. Perturbador, esse estágio era parte de uma estrutura temporal que definia a trama por meio da qual as histórias biográficas da Aids seriam construídas. Elas podiam ser histórias de pessoas HIV positivas, mas podiam também estruturar histórias *soronegativas* e daqueles que não eram testados, mas interagiam intimamente com uma pessoa soropositiva, o que acontecia com frequência nas ONGs. Sob o signo da transição, meus informantes reportaram ter vivido um longo, lento e extremamente frágil período no qual a prática do teste anti-HIV era apenas uma parte de sua história, um amplo processo de viver com o HIV/Aids, um processo diferenciado por onde se elaborava uma experiência, que deve ser entendida, portanto, a ser construída social e culturalmente. O peso do tormento emocional, que podia consistir de formas particulares de medo, insegurança e tristeza, era enfatizado pelo significado cultural da Aids como um mal ameaçador, letal, misterioso e incurável.

Deve-se ressaltar que meus interlocutores associavam esse contexto de emoções descontroladas à falta de um correto conhecimento sobre Aids. Esse período transitório, pesado e negativo era também um estágio de ‘ignorância’, quando as pessoas reconheciam suas falhas e equívocos prévios na “prevenção”, isto é, na “informação” sobre o HIV. A fim de redimir esses equívocos anteriores e as falsas percepções que elas tinham, uma série de decisões pessoais e eventos, assinalados como cruciais, tornavam-se significativos para explicar outro movimento na reconstrução narrativa das práticas de vida, que envolviam tecnologias biomédicas,

tal como a testagem anti-HIV e da inserção progressiva em um regime disciplinado de tratamento médico, usando remédios antirretrovirais, fazendo exames de carga viral e de CD4, etc. (VALLE, 2010; ARISS, 1997). Era esse reconhecimento dos erros e dos equívocos passados o que iria motivar que as pessoas buscassem “ajuda” e adquirissem “informação”, tal como ouvi tantas vezes, ou seja, conhecer mais sobre a Aids e, por seu turno, provocar um exercício maior de reflexividade sobre a vida.

As questões que envolviam a experiência da doença podiam ser o vetor incisivo para a explicação da escolha de participação em uma ONG como o GPV, evocados em práticas comunicativas, a fim de registrar uma oposição aos significados de morte, doença e isolamento, salientados no senso comum da Aids e nas imagens estigmatizantes do *aidético*. A entrada na ONG implicava um sentido progressivo de autocontrole em termos da dimensão social, que se articulava à emocional, cuja intensidade girava, em grande parte dos casos, em torno das práticas terapêutico-reflexivas ou suscitadas através de práticas e tecnologias biomédicas. Elas servirão aqui para se entender a consolidação de estratégias de cuidado de si e de gestão das emoções, no contexto das ONGs Aids, onde se constituíram espaços e práticas mais específicas voltadas a um foco apropriado da subjetividade das pessoas soropositivas, qual seja, instâncias, contextos e ações, balizados por valores culturais sobre vida saudável e bem-estar, por onde as emoções poderiam ser expressadas e, ainda, canalizadas para o autocontrole pessoal, que reestruturasse momentos e situações passadas que eram compreendidos como emocionalmente perturbadores e desestruturados.

No caso do GPV, houve um estímulo, desde a criação da entidade em 1989, de que as pessoas pudessem se posicionar por meio de práticas discursivas que tivessem sentido terapêutico-reflexivo de autoexposição pessoal, consistindo verdadeiras tecnologias confessionais (NGUYEN, 2010). O próprio perfil social de classe média da maioria dos primeiros voluntários e diretores da ONG estimulava isso, que as pessoas pudessem expor suas ideias e formular conceitos que fossem discutidos coletivamente, embora articulados pela presença e direção carismática de seu principal fundador: Herbert Daniel. Essa discursividade reflexiva seria priorizada como uma meta a ser estimulada e alcançada em atividades de grupo.

A *Tribuna Livre* era a atividade mais concorrida, reunindo uma roda entre 30 a 50 pessoas, discutindo tema escolhido livremente. Essa atividade contribuiu para a modelação dos membros do GPV, enquanto ativistas e soropositivos, e, ao mesmo tempo, os formava através da discussão de

temas que priorizassem saber técnico autorizado e qualificado. Nesse sentido, havia a convergência de uma reflexão crítica sobre a Aids, a discussão sobre as formas de preconceito e discriminação, a questão central do estigma da doença, além de preocupações mais incisivas sobre corpo, saúde e *soropositividade*. É crucial alertar que o incentivo das práticas discursivas entre os voluntários do GPV esbarrava com as diferenças sociais que caracterizavam a ONG (classe, gênero, sexualidade, etc.), imprimindo a seleção de quem falava ou de quem se silenciava<sup>4</sup>.

O exame anti-HIV, as incertezas de fazê-lo ou não, de revelar ou não o status sorológico seriam matéria de discussão de diversas atividades de caráter discursivo-reflexivo, como a *Tribuna*. Mas elas também eram abordadas especialmente nas *reuniões de recepção e aconselhamento*, que eram consideradas a ‘porta de entrada’ do GPV. Pouco tempo depois da criação da ONG, a atividade se tornou relevante, pois eram abordados ali temas sensíveis e inquietantes, especialmente a descoberta do *status* sorológico positivo do HIV. Assim, jovens psicólogos em fase de formação profissional passaram a ser escolhidos para coordenar a atividade, o que contribuiu para ajustá-la a um perfil reflexivo-terapêutico, apesar da insistência de que a atividade não era um serviço de apoio psicológico. A *recepção* era entendida como um espaço de entendimento básico dos princípios ideológicos do GPV, além de ser pensada como um *lôcus* de transição entre dois mundos sociais, o exterior, da vida social e das ideias negativas sobre a Aids, encontradas no senso comum, e o mundo particular, privado da ONG. Esse *lôcus* seria a passagem inicial e transitória de, digamos, ‘descompressão’ emocional, quando os valores morais mais negativos poderiam ser colocados em suspensão e criticados na forma devida. Desse modo, o coordenador da recepção buscava corrigir o neófito quando ele empregava a categoria *aidético* como termo de auto-atribuição, informando que o modo correto de identificação era *soropositivo*. Tratava-se de um espaço de transição e de incorporação preliminar de *informação* correta, cujo sentido era o de reorientar as emoções da pessoa de uma suposta situação de descontrole para um nível de autocontrole, tanto estimulado pela presença da pessoa na *recepção*, ao ser orientada pelo coordenador da atividade, como depois pela

---

<sup>4</sup> A *Tribuna Livre* mostrou pujança por mais de dez anos, perdendo intensidade com as transformações históricas da ONG desde o início do século XXI.

integração do visitante ao GPV<sup>5</sup>.

Nas conversas, salientava-se de modo retrospectivo que as questões que envolviam o *status* sorológico e a experiência da *soropositividade*, sobretudo suas inquietações e temores, pudessem ser, aos poucos, redimensionadas por uma valorização da *vida*, o que explicaria a decisão de participação em uma ONG Aids. Esse aspecto é importante para pensar a inserção de uma pessoa em busca de *ajuda e informação* em uma ONG, tal como o GPV, primeiro como *voluntário*, mas essa participação, ao ser progressiva, levava a um processo de automodelação como *ativista*. Esse conjunto de expectativas e de valores de formação de uma pessoa comprometida, responsável e consciente sobre a prevenção da AIDS era um objetivo ideológico da ONG, que se articulava com a suposição de que o ativista tivesse alcançado um nível de consciência e, igualmente, de controle emocional. Deve-se ter cautela, porém, em dizer que o ativista se formava como um ator político “racional”, calculista e sem emoções (GOODWIN; JASPER, 2006). Não se trata disso e deve-se ter cuidado ao fazer o contraste entre desordem/ordem, descontrole/controlado de emoções, porque se trata mais de uma reorganização do trabalho emocional pelo qual passa cada pessoa a partir de um evento crítico, como a descoberta do *status* sorológico para o HIV. Era necessário lidar com a “ambivalência” emocional constitutiva da experiência e da construção de identidades HIV+, cujos sentidos e investimentos se davam em oposição ao estigma da Aids, que gerava medo, vergonha e culpa, o que mostra associação direta com os discursos e emoções diante das homossexualidades, definidas historicamente em termos de uma ambivalência complementar de emoções: vergonha versus orgulho (GOULD, 2001; 2009)<sup>6</sup>.

Muita cautela deve-se ter ao se referir a um processo de automodelação ativista como se ele fosse homogêneo e uniforme. Muitas pessoas eram

---

<sup>5</sup> Percebe-se aqui um tema sociológico clássico, que se encontra na obra de Max Weber e Norbert Elias, que sugerem a importância do autocontrole e da responsabilidade pessoal para entender a vida social ocidental moderna. Ver sobre o tema Duarte (1998). No caso da Antropologia das Emoções, os trabalhos de Lutz apontam para as mesmas questões, referindo-se a uma preocupação sobre controle/descontrole de emoções no âmbito da “etnopsicologia” ocidental (LUTZ, 1988). Ver também Coelho e Rezende (2010).

<sup>6</sup> Segundo Gould: “The emotional content of the political discourse, in fact, suggests an indissociable relationship between lesbian and gay politics, on the one hand, and lesbian and gay ambivalence about self and society, on the other” (2001, p.142).

consideradas *confusas* e eram relegadas a atividades *práticas*, sem envolver maior responsabilidade com o ideário da ONG, embora pudessem atuar nos seus eventos e manifestações. Estava em questão uma economia moral, que se expressava ao hierarquizar as pessoas através das ações que poderiam desempenhar, se elas tinham responsabilidade ou não, se elas tinham controle pessoal ou não. Contudo, o que vale ressaltar agora é esse investimento progressivo que a pessoa HIV positiva faz em sua formação pessoal (buscando *ajuda e informação*), em uma ONG Aids, cuja dimensão multifacetada envolve a reavaliação das emoções que antes constituíam uma experiência de vida pessoal em crise, e um projeto de conscientização pessoal que implica, aos poucos, sua automodelação como *ativista*. Em seu caráter denso, as emoções também precisam ser tratadas na ação política. Deve-se entender que a linguagem das emoções pode ser constituída através da dimensão política, associada a fenômenos e contextos sociais. Aqui, a “luta” ativista contra a Aids era uma recusa ao estigma que envolvia a pessoa com HIV, tal como acontece com os movimentos sociais que fortalecem identidades coletivas (GOODWIN; JASPER; POLLETTA, 2001), além da busca por direitos específicos e a garantia de sua “dignidade”, o que expõe o sentido moral que orienta o ativismo HIV/Aids. Há, então, uma articulação estreita da construção das emoções tanto em seu processo de reelaboração pessoal, após um contexto de crise provocado pela doença e pela deflagração de sua experiência, como na mobilização que elas passam a ter quando a pessoa se forma como *ativista*. Isso irá se expressar tanto na dinâmica societária interna da ONG como também em sua visibilidade pública, sobretudo em eventos coletivos de caráter político. Seguindo Gould, pode-se pensar que a automodelação como ativista de ONG Aids mobilizava uma nova configuração de emoções (2001), que se mostrava através de um investimento específico no autocontrole pessoal que neutralizasse minimamente o impacto causado pelo estigma e experiência da doença, sobretudo o medo, a vergonha, a culpa e a tristeza causados pela infecção do HIV. Essa nova configuração emocional tinha sua expressão discursiva pública. Dessa forma, as vidas e trajetórias pessoais encontravam um projeto político coletivo, cujas ações e discursos remetiam a uma configuração de emoções com uma dimensão pública relevante.

## Ativismo social de HIV/Aids: emoções, *solidariedade* e política

A sensibilização emocional faz parte inerente da vida política e da maioria dos discursos de protesto, dispondo-se a constituir vínculos de solidariedade, lealdade e articulação entre os membros dos movimentos sociais, sem deixar de angariar apoio através de sentimentos de compaixão, raiva e solidariedade entre as pessoas que assistem à uma manifestação (GOODWIN *et al.*, 2001, p.15). Trata-se de fator central para o ativismo social que estamos considerando, tal como constatou Gould (2009, p.439), apresentando-se através da correlação complexa entre os contextos abordados, sua historicidade e as emoções que se tornam mais visíveis e operantes. Desde a década de 1980, muitas ONGs AIDS buscaram sensibilizar e tornar mais públicas as demandas sobre doença, preconceito, descaso governamental, direitos das pessoas soropositivas e a circulação de ideias sobre *solidariedade*, cidadania e ativismo. Isso foi levado adiante por boa parte das ONGs, inclusive o GPV. Deve-se destacar que uma das estratégias das ONGs Aids foi a organização de eventos públicos que visassem à mobilização coletiva. Se esses eventos tiveram repercussão, dependeu dos contextos e das articulações com outros agentes, inclusive a imprensa, que foi, desde a eclosão da epidemia, um elemento institucional crucial para as definições culturais da Aids. Buscava-se posicionar-se social, política e culturalmente diante de discursos e imagens negativas da epidemia e das pessoas doentes, sobretudo aqueles que eram veiculados pela imprensa brasileira.

Em contraposição e reação a esse senso comum da Aids, a realização de eventos públicos por parte das ONGs era uma estratégia importante para a circulação social de concepções ideológicas, críticas sobre as políticas públicas e governamentais de saúde, além de estimular a formação dos seus membros, dotando-os pouco a pouco com o sentido de ‘voluntários’ e ‘ativistas’, termos interessantes para pensar as conexões com ideias e práticas de mobilização social e política da AIDS em termos globais (EPSTEIN, 1996; BASTOS, 1999; VALLE, 2000; GOULD, 2009).

Deve-se acrescentar que uma das questões que atormentava as lideranças das ONGs Aids, inclusive o GPV, foi a incorporação de pessoal, especialmente os *voluntários*, mas que ele fosse se *capacitando* e tornando-se um *multiplicador* de suas concepções e práticas. Tais agruras seriam compensadas pela formação de pessoal que teria atributos próprios de conscientização e *expertise*, próprios para difusão e mediação do saber

local, pautados em um ideário de conhecimento autorizado de *prevenção* do HIV/Aids, o que se aproxima de um modo de mobilização e controle de ‘competência social e técnica’ (BOURDIEU, 1989), a qual envolve a mobilização de capital cultural e social, o que consiste no dilema da lealdade e do recrutamento pessoal em grande parte dos movimentos sociais (GOODWIN; JASPER, 2006). Essa formação continuada de voluntários e pessoal ‘qualificado’, voltado e alinhado para práticas políticas e posicionamentos públicos, expressava-se na realização de eventos coletivos, que se tornaram socialmente significativos e historicamente marcados. No caso da epidemia, o evento que magnetiza isso de modo mais expressivo é o dia 1º de dezembro, consagrado em termos globais como o *Dia Mundial de Luta contra a Aids*.

Desse modo, a criação das ONGs Aids, cuja proposta era a de disseminação de conhecimento técnico autorizado de prevenção a doenças, conciliava-se com a apresentação das entidades e de suas equipes, majoritariamente de pessoal voluntário, em situações, contextos e eventos públicos. No final da década de 1980 e durante grande parte da década passada, uma importante estratégia de difusão de ideias e práticas ativistas envolvia a organização de eventos coletivos de caráter político-ideológico, muitas vezes agenciando modelos (ritualizados) de ação direta, tal como faziam os coletivos ACT UP<sup>7</sup> (GOULD, 2001; 2009), que foram criados em diversas cidades e países e tiveram repercussão também no Brasil. Citado em material escrito de ONGs, o ACT UP marcava-se pelas práticas de protesto e reivindicação política em contextos públicos estrategicamente definidos, buscando atingir, social e emocionalmente, determinadas entidades e instituições. Em uma entrevista, uma antiga liderança do GPV refere-se aos primeiros anos da ONG, quando a presença de Herbert Daniel, seu idealizador e um dos seus fundadores, foi marcante:

“Eram reuniões onde a gente discutia solto, mas sempre tentando caminhar para a política. Porque era a coisa do [Herbert] Daniel. Tinha o ACT UP. Estava em plena movimentação naquela época. Então, a gente tinha uma certa ideia de capturar esse espírito do ACT UP, de denúncias, das coisas de violação do direito civil, discutir a discriminação, discutir a questão do sangue. Era a

---

<sup>7</sup> ACT UP, AIDS Coalition to Unleash Power.

questão da sexualidade. Então, era preconceito mesmo. As drogas. Aparecia muita gente. A discussão era essa. Muito política! Mas era o que eu te digo: era o Daniel falando. (...) O Pela Vidda tem uma influência dessa ideologia do ACT UP, que é a forma de ver a soropositividade como uma questão política e que era intervindo politicamente que a gente trabalharia as coisas. A questão da soropositividade era uma questão de direitos. Sendo de direitos é uma questão da humanidade, uma questão de todos, porque os direitos humanos são de todos".  
[Homem; 36 anos; HIV+, Rio de Janeiro].

Junto de outras ONGs, o GPV notabilizou-se na organização de eventos com pessoal voluntário, mesmo em pequeno número, em locais públicos do Rio de Janeiro que tivessem impacto nos meios de comunicação de massa, buscando atingir as posições institucionais das autoridades e políticas governamentais ou, então, questionando criticamente empresas farmacêuticas. Como a literatura especializada reconhece, as emoções estão presentes em todo o processo histórico que constitui e refaz os movimentos sociais e políticos, que envolvem tanto práticas discursivas quanto expressões e mensagens de medo, temor, ansiedade, raiva, agressividade, etc. Muitas vezes, a questão moral trata-se de um aspecto central desses movimentos atravessados por fortes dimensões emocionais (GOODWIN *et al.*, 2001).

Na década de 1990, houve um evento no Cristo Redentor, outro no Aterro do Flamengo, quando um grande plástico imitando um preservativo foi inserido em um obelisco do parque; uma manifestação na Praça Nossa Senhora da Paz, quando ela foi cercada por voluntários e ativistas formando uma roda de mãos dadas; o Largo do Machado e o Largo da Carioca também tiveram eventos. De modo frequente, o espaço público da Cinelândia é palco de atividades, especialmente voltadas para o Dia Mundial de Luta contra a Aids. Para se posicionar contra a Igreja Católica, o GPV se reuniu ao grupo Atobá de militância homossexual, à ABIA e a outras ONGs e ‘crucificou’ uma jovem HIV positiva na Cinelândia no ano de 1994. Na Conferência Mundial de Meio Ambiente, a Eco-92, o GPV e outras ONGs montaram barracas no Aterro do Flamengo onde eram divulgadas as ideias ativistas de *solidariedade* e do *viver positivamente com Aids*. Eventos em *shoppings*, como o Rio Sul, foram organizados com a presença de artistas da TV e músicos, sem contar a participação desde 1995 nas paradas anuais LGBT da diversidade sexual. Entendemos que todos esses eventos buscavam

atrair e recrutar novos membros através de “expectativas emocionais” produzidas culturalmente (GOODWIN; JASPER, 2006). Com certeza, a ideia de *solidariedade* tinha forte sentido emocional, que evocava ao mesmo tempo compaixão, companheirismo e confiança, mobilizando e engajando pessoas, social e politicamente, na luta contra a Aids. Segundo Goodwin e Jasper (2006), pode-se dizer que “solidariedades afetivas” estavam sendo produzidas ao mesmo tempo que relações e vínculos societários eram criados e fortalecidos, gerando um ativismo social pautado em uma disputa moral sobre morte e vida, medo e vergonha, solidão e amizade.

Nos eventos coletivos e manifestações públicas, distribuíam-se grandes quantidades de preservativos. Algumas formas simbólicas foram eleitas e passaram a servir como elementos centrais de exibição, conferindo tangibilidade aos conteúdos propostos nas manifestações, tal como o laço vermelho, que é um ícone global da luta contra a Aids, disposto muitas vezes ao lado de embalagens de preservativos. Eram apresentadas, expostas ou exibidas as ideias-valor do GPV e de muitas ONGs Aids através de cartazes, faixas e performances teatrais com finalidade ‘educativa’ de ‘conscientização’ e com o pretexto de estimular, assim, o fim do preconceito com o uso ritual de frases de efeito político e simbólico: “Dinheiro faltando. Aids sobrando”, “Chega de Burocacia”, “Contra a vampiragem, a solidariedade”; “Responsabilidade e direitos: compartilhem”, “Tenho Aids, tenho pressa”, “Toda pessoa com Aids tem uma família”; “Somos todos iguais”; “O pré-conceito afasta”; “Aceite a diversidade”; “Evite a Aids, Viva a Vida”; “Todo mundo convive com a Aids”. Ao mesmo tempo, posicionava-se publicamente contra o descaso das agências governamentais, por exemplo na distribuição irregular de remédios antirretrovirais. Em alguns eventos, foram usadas grandes caixas de papelão imitando caixas e frascos de remédios (AZT, DDI, Viread, Atazanavir, Kaletra, Efavirenz, etc). Nessas situações, colocava-se em questão a mudança de uma posição passiva das pessoas soropositivas, deslocando o sentido de doente/paciente para o de ativista HIV positivo, comprometido socialmente, cuja agência repercutia na ideia de lutar por *direitos* e ter conhecimento autorizado, dotado na própria experiência da doença, sobre o próprio tratamento e o consumo de medicamentos (EPSTEIN, 1996; NGUYEN, 2010).

Os corpos dos ativistas e voluntários serviam constantemente de suporte e instrumento técnico das questões a serem destacadas nas manifestações e eventos públicos: rostos pintados, máscaras de palhaço, véus negros ou cor de pele, aparentando preservativos, cobrindo as pessoas, atores de sunga e

biquínis encenando uma performance 'extrema', digamos, nas escadarias da Câmara Municipal, litros de tinta vermelha jogados no chão. Segundo Flam (2005), certos movimentos sociais esperam chocar o público de modo performativo, a fim de tirá-lo de sua rotina cotidiana, buscando, assim, transformar o enquadramento emocional do mundo vivido. Nos eventos públicos do ativismo de HIV/Aids, havia a intenção de desestabilizar e criticar o preconceito e as práticas de estigmatização, além de estimular, através da presença corporal e da própria performance, uma mudança de atitude e favorecer o posicionamento crítico diante da epidemia. Com certeza, esses fatos relacionam-se com uma preocupação autorreflexiva e inquieta sobre o corpo, em sua materialidade, na medida em que ele colocava a própria discussão sobre o cuidado de si e a finitude, considerando a visão carregada de conotações morais e fatalidade que esteve associada à Aids por muito tempo, especialmente nas décadas de 1980 e 1990. Concordo com Pierre Bourdieu, quando afirma: "Aprendemos pelo corpo. A ordem social se inscreve nos corpos por meio dessa confrontação permanente, mais ou menos dramática, mas que sempre confere um lugar importante à afetividade e, mais ainda, às transações afetivas com o ambiente social" (1999, p.172). Gostaria ainda de salientar que se reaprende através do corpo, pois me parece uma questão crucial para se entender as reelaborações societárias pelas quais passam as pessoas com HIV, com reajuste emocional evidente, sobretudo aquelas que se inseriram no ativismo social. Assim, corpo e emoções estão intimamente imbricados na intencionalidade e nas orientações pragmáticas que constituem as práticas e significados do ativismo HIV/Aids. Como Goodwin *et al.* (2001) sugerem: "As emoções podem ser estrategicamente usadas pelos ativistas e ainda serem a base para pensamento estratégico" (p. 9 - tradução minha).

A relação entre os movimentos sociais e o uso da música vem sendo sugerida por autores como Eyerman e Jamison (1998), que registram como ela produz uma forte base emocional para a difusão de ideias ativistas. Além dos movimentos sociais não serem apenas políticos, eles viabilizam formas de recriação cultural, ressignificando as tradições musicais, inclusive as canções populares. No caso do ativismo de HIV/Aids, o uso de musicalidade, sons e canções conhecidas popularmente crescia como um elemento cultural que potencializava a divulgação e a aceitação do movimento e das práticas das ONGs Aids, mas também ressignificava a produção cultural tanto da MPB como do pop-rock brasileiro da década de 1980. Isso passou a ser estimulado pouco a pouco, cada vez mais

intensamente, quando os membros do GPV usavam canções conhecidas de artistas como Cazuza/Barão Vermelho, Renato Russo/Legião Urbana, Cássia Eller, Rita Lee, mesmo grupos internacionais, tais como a banda de pop-rock inglês *Queen*, capitaneada por Fred Mercury. Muitos desses artistas faleceram em consequência da Aids e serviam com certa ambivalência de inspiração política e social, sobretudo Cazuza. Como artistas, suas vidas confirmavam a concepção cultural corrente no Brasil de que eles possuíam uma “força positiva, criadora, natural e autêntica” (COELHO; REZENDE, 2010, p.25). Eram vistos como pessoas sensíveis, vulneráveis e instáveis, o que explicaria também sua própria doença e morte. De algum modo, suas carreiras e obras seriam exemplos de vidas criativas e “mais humanas”, ceifadas pela Aids, tal como uma música cantada por Cazuza e sempre lembrada e tocada em eventos ativistas: “vida louca vida, vida breve, já que eu não posso te levar, quero que você me leve”<sup>8</sup>. Essa fragilidade e força emocional não deve ser minimizada, exprimindo muito bem os significados das emoções para o mundo social que pesquisei. Ainda assim, o uso de suas imagens e músicas permite uma maior conotação simbólica, a fim de estimular mensagens e ideias positivas sobre o viver com Aids. Em 2000, usou-se, por exemplo, a frase de efeito “Quero mais saúde, me cansei de lero-lero, dá licença, mas eu vou sair do sério”, tomando emprestado refrão de uma canção de Rita Lee<sup>9</sup>, cujo sentido ambíguo podia conotar raiva e indignação contra os impasses da política pública de saúde. Havia implicações, na verdade, bem maiores, pois os eventos e sua musicalidade podiam motivar filiações e a participação de pessoas, soropositivas ou não, no GPV e outras ONGs, tal como o relato de uma antiga voluntária sobre o primeiro Encontro ativista de que participou, o *Vivendo* de 1997, que tinha reunido mais de mil pessoas:

“Logo de primeira, quando eu entrei no auditório tinha alguém falando que tinha 15 anos de soropositividade! Eu queria levantar e bater palmas pro cara. Para mim, assim: “Que maravilha isso! É isso que eu queria ouvir”. Muito bom! Tive alguns bons contatos

---

<sup>8</sup> Trata-se da canção “Vida Louca Vida”, de autoria de Lobão e Bernardo Vilhena, gravada pelo cantor Cazuza (1958-1990) no disco “O Tempo não Para” de 1988 (gravadora Polygram/Universal Music).

<sup>9</sup> Frase da canção “Saúde”, de autoria de Rita Lee e Roberto de Carvalho, gravada pela cantora no disco “Saúde” de 1981 (gravadora SOM LIVRE).

lá dentro. No domingo, *fiquei maravilhada*. ... O fechamento geral, que tocou aquela musiquinha [*We are the Champions*] do Fred Mercury [grupo *Queen*]. *Aí, todo mundo chora! É lindo. Eu fico arrepiada quando lembro daquele momento para mim, especificamente, que estava passando por aquele processo. Que tudo mundo tinha passado e tal*. Tinha uma galera ali que era *soropositiva*. A questão da luta contra a Aids, entendeu? Isso para mim foi assim muito vivo, muito franco. Eu me apaixonei pelo grupo! Tanto é que domingo acabou o Encontro e na segunda-feira eu estava lá no grupo, mas não tinha atividade. Fui na segunda-feira para participar da recepção. Fizeram um recesso rápido, porque foi muita pauleira de trabalho. Eu cheguei lá com uma amiga: “Eu vou lá conhecer. Quero me filiar! Tem que preencher ficha?” Eu queria preencher ficha! Eu me lembro que eu queria assim: “Eu quero me cadastrar”. *Eu quero me casar com o grupo [ri]*”.  
[Mulher, 30 anos, HIV+, Rio de Janeiro].

O sentido emocional envolvendo o contato e a entrada no GPV articulava-se com a construção de uma identidade *soropositiva* e de uma experiência singular, corporificada, que se acionava, na ocasião da entrevista, com a memória emocional do evento, ao ‘arrepisar-se’ quando lembrava daquele momento, mas expunha ainda mais o sentido autêntico que marcava essa vinculação imediata, “viva” e “franca”, com a ONG e com o ativismo social da Aids, vista metaforicamente como uma “paixão” que deveria se tornar rapidamente um casamento. A associação direta entre afeto, em sua dimensão subjetiva, com a prática social, que envolve um projeto sociopolítico, é exemplar. Para a interlocutora, a memória da participação no evento político – “onde todo mundo chora” – ajudava a recuperar uma experiência emocional que explica sua vinculação ao ativismo social da Aids. Deve-se reconhecer que as pessoas em eventos coletivos se manifestavam de modo explícito diante de sua performatividade emocional e discursiva. Como afirmam Abu-Lughod e Lutz, precisamos entender os discursos emocionais como atos pragmáticos e performances comunicativas (1990, p.11), que podem se manifestar através de tipos discursivos específicos. Em nosso estudo, as canções populares brasileiras ou estrangeiras têm essa clara eficácia cultural e emocional, articulando trajetórias de vida a eventos sociais e ativismos políticos.

Mas as emoções também comunicam sobre questões, conflitos e disputas sociais. Havia, por um lado, as manifestações públicas a fim de criar sensibilização social sobre a epidemia, a divulgação de práticas de

prevenção, a afirmação de ideias e práticas de ‘solidariedade’ contra o preconceito, a reivindicação política de direitos à saúde e à cidadania plena. Elas passaram a ser planejadas e organizadas a cada ano, sobretudo para eclosão no dia 1º de dezembro. Por outro lado, as ONGs Aids buscaram também se posicionar através de manifestações e atos públicos contra certos alvos críticos, especialmente o Ministério da Saúde e as agências governamentais, além de fazer um posicionamento diante das empresas de planos de saúde, das embaixadas de países, como os Estados Unidos, que passaram a exigir visto de entrada para pessoas com HIV, empresas farmacêuticas, a Igreja Católica, a Varig, etc. Deve-se acrescentar que tais manifestações e atos coletivos podiam estar associados a eventos de caráter programático do “movimento social de Aids”, que passou a se reunir de modo sistemático desde a década de 1980. Encontros, congressos e seminários passaram a ser organizados e grande parte deles envolvia ‘ativistas’, ‘voluntários’, lideranças, profissionais de saúde e de ONGs, além de agentes e pessoal governamental. Um dos principais eventos tem sido o Encontro Nacional de Pessoas vivendo com HIV e AIDS, conhecidos como *Vivendo*, organizado regularmente pelo GPV e seus parceiros institucionais no Rio de Janeiro desde 1991. Embora tivesse um público reduzido em seu início, o *Vivendo* passou a atingir cifras de participação antes insuspeitas, chegando até a mais de duas mil pessoas. Na metade da década de 1990, estes encontros alcançaram seu período áureo em razão dos recursos acessíveis da época, mostrando a acelerada profissionalização das equipes das ONGs Aids, além do contexto peculiar e complexo das ‘parcerias’ entre o ‘movimento social’, ou seja, as ONGs, e as agências governamentais. Todos estes eventos foram situações marcantes para entender como solidariedades e conflitos sociais podem ser expostos através de linguagens emocionais<sup>10</sup>.

Deve-se ainda salientar que o tempo sempre esteve presente, além de fator social, enquanto uma questão simbolicamente relevante, na maioria das manifestações que envolvem a ‘luta contra a AIDS’. Traziam à tona a relaboração de projetos de vida a partir de uma nova perspectiva sobre o

---

<sup>10</sup> A década de 1990 marcou-se por uma provisão de recursos dirigidos ao Brasil. Projetos de intervenção de ONGs Aids foram aprovados, assinalando as ‘parcerias’ entre o governo e o movimento social (GALVÃO, 2000). Nesse período, o impacto dos projetos do Banco Mundial e do apoio de agências de cooperação internacional foi enorme (VALLE, 2013).

presente e o futuro, que deveriam ser sempre reatualizados. A cada evento que seria organizado pela ONG e muitas outras, a questão do tempo que, aos poucos, passava seria tornada elemento importante da própria ação social, que se dimensionava através de uma ideia de agência “cidadã” dos ‘ativistas’ diante das práticas e posições da administração pública, mas se articulando igualmente através dos depoimentos individuais quanto à redefinição de seus projetos de vida e aos novos propósitos que se adequavam a trajetórias pessoais que estavam sendo reformuladas em termos cotidianos e da intimidade. Nesse caso, muitos relatos sobre a entrada no GPV destacavam a significativa mudança de perspectiva que era causada, quando imagens, ideias e práticas negativas que privilegiavam morte, doença e isolamento, potencializadas a partir do autorreconhecimento de um *status* sorológico positivo para o HIV, seriam, ao menos em parte, questionadas e desnaturalizadas por uma nova perspectiva a favor da vida. Era, assim, que se enunciava o compromisso e a responsabilidade com as propostas da ONG e ainda uma ‘conscientização’ sobre a AIDS, que exigia, de algum modo, participação como voluntário nos eventos do GPV.

O tempo também se associava à relação entre três aspectos: memória, emoções e política. Estou tratando de um período que perdurou, sobretudo, do final da década de 1980 e se estendeu até o final do século XX. Na verdade, tratava-se de uma preocupação sobre a memória das pessoas falecidas em razão da Aids, que sugeria uma dimensão evidente de sofrimento que precisava ser tornado público, tal como sugere Mauss (1981), e, ainda mais, politizado. Através da organização de eventos que rememoravam as mortes causadas pela epidemia, tentava-se criar atenção do grande público, “sensibilizá-lo” e também valorizar a ideia de *solidariedade*, tratando-se, portanto, de uma obrigatoriedade moral (MAUSS, *ibid*), que se expressava em experiências e contextos carregados de valores societários e político-emocionais. Essa estratégia tinha uma dimensão global e esteve presente em diversos ativismos locais da Aids. Foram muito frequentes as vigílias com velas, os chamados *candlelights*, que muitas vezes aconteciam também no Dia Mundial de Luta contra a Aids. Além das vigílias, Ongs como o GPV apropriaram-se de uma prática cultural também de extrema densidade emocional: a elaboração de colchas de retalhos, com os nomes de pessoas falecidas. Essas colchas eram guardadas e usadas em eventos coletivos. Evidentemente, a memória e a sua dimensão político-emocional estavam presentes na emergência do ativismo social de Aids. Estou considerando, portanto, os eventos e manifestações públicas das ONGs

Aids em sua propositura e dimensão emocional, qual seja, em que medida a organização e manutenção de atividades sociais e políticas envolviam emoções específicas, especialmente indignação e raiva, e como elas puderam igualmente potencializar formas de apreensão e entendimento específico sobre a vida social.

## Conclusão

Pretendi mostrar que a melhor forma de se estudar a relação entre emoções e política requer uma abordagem histórica e sociocultural. As emoções não podem ser encaradas de modo natural e estático, mas são significadas culturalmente a partir dos contextos em que estão sendo mobilizadas e expressadas através de relações sociais. Desse modo, considero que um evento crítico, como a descoberta do *status* sorológico HIV positivo, motiva, mobiliza e engaja uma pessoa para um processo complexo de decisões e ações que dependem de um trabalho emocional aberto a uma contínua transformação. As questões de autocontrole pessoal e automodelação como ativista, em um processo de redefinição biográfica, reajustam emoções de medo e vergonha em razão da doença. Elas passam a ser contrabalançadas, ainda que não completamente, com a aquisição de maior *informação* e responsabilidade na vida pessoal, o que inclui, por exemplo, a incorporação de práticas de sexo seguro. Defendida por ONGs como o GPV, a ideia de *viver a vida positivamente* sugere uma forma específica de lidar com as emoções, o que será também importante para o engajamento em novas práticas sociais e políticas.

O ativismo social contra a epidemia do HIV/Aids mostra como as emoções vêm sendo mobilizadas através das dinâmicas societárias, da incorporação de voluntários e ativistas, além da realização de ações e manifestações públicas de caráter político. Não é possível separar um plano de reflexão e conscientização racional e/ou ideológica e outro nível de experiência pessoal e coletiva em que as emoções seriam exibidas mais claramente. Ao contrário, a proposta do presente artigo foi a de mostrar como é indissociável lidar com consciência e emoções, que se evidenciam através das práticas e ações pessoais, cuja intencionalidade está explicitada, mas igualmente atravessada, por uma dimensão afetiva. Do mesmo modo, as práticas e ações coletivas de caráter político e público dependem de um trabalho emocional e de um engajamento interpretativo em que as

emoções têm significação central. Nos dois planos ou níveis, apresenta-se uma linguagem emocional cujos significados e sentidos seriam captados e compreendidos por pessoas e grupos de acordo com contextos e relações cuja historicidade precisa ser encarada de modo privilegiado.

Nos tópicos anteriores, mostrei como diversas emoções puderam ser mobilizadas através da ação simbólica, sendo igualmente contextualizadas historicamente de acordo com os projetos, expectativas, ideias, que sustentam as práticas dos voluntários e ativistas de ONGs Aids, como o GPV. Assim, não creio ser necessário identificar determinadas emoções, associando-as de modo exclusivo a uma certa época, afinal o sentido intersubjetivo da linguagem cultural das emoções exploraria diversas expressões, ou seja, como apresentações do chamado trabalho emocional, sobretudo ao considerarmos as diversas pessoas e grupos envolvidos. As emoções referem-se às relações, não se reduzindo, portanto, a sentimentos isolados, concebidos apenas em sua interioridade psíquica. Nesse sentido, os eventos e situações que observei delinearam um jogo específico das emoções em razão das próprias interações entre as pessoas presentes. Contudo, algumas emoções foram reelaboradas e reconstituídas, ainda que a ideologia e a retórica possam permanecer com poucas alterações (GOODWIN *et al.*, 2001, p.18), tais como a da solidariedade contra o estigma da Aids, que constitui de modo instrumental o foco-luta do ativismo social.

Portanto, o ativismo social vem sendo constituído por uma produção de mensagens e discursos ideológicos, além de eventos e manifestações públicas, cujo entendimento depende também de aspectos emocionais, não verbais, não estritamente calculados em termos instrumentais, mas dependem de uma experiência que é, ao mesmo tempo, ideológica e profundamente emocional, que produz, em sua própria existência, redes de relações, vínculos societários e uma dimensão de solidariedade e lealdade afetiva que precisam ser considerados em qualquer análise social. As emoções condicionam as possibilidades para o ativismo político, mobilizando ou engajando ou minimizando participação de pessoas de acordo com os contextos em que estão envolvidas. A automodelação como pessoa HIV+ e ativista de ONG Aids pode se apresentar através dessa dupla face da construção de si.

## Referências

- ABU-LUGHOD, Lila; LUTZ, Catherine.  
(1990). Introduction. In: *Language and the politics of emotion*. Cambridge, Cambridge University Press.
- ARISS, Robert.  
(1997). *Against death: the practice of living with AIDS*. Amsterdam, Gordon and Breach Publishers.
- BASTOS, Cristiana.  
(1999). *Global Responses to AIDS: Science in Emergency*. Bloomington, Indiana University Press.
- BIEHL, João.  
(2007). *Will to live: AIDS therapies and the politics of survival*. Princeton, Princeton University Press.
- BIEHL, João; COUTINHO, Denise; OUTEIRO, Ana.  
(2001). Technology and affect: HIV/AIDS Testing in Brazil. *Culture, Medicine and Psychiatry*, 25.
- BOURDIEU, Pierre.  
(1999). *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- (1989). A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: Pierre Bourdieu; *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil.
- COELHO, Maria Claudia Pereira.  
(2010). Narrativas da violência: a dimensão micropolítica das emoções. *Mana*, 16(2), p.265-285.
- COELHO, Maria Claudia Pereira; REZENDE, Claudia Barcellos.  
(2010). *Antropologia das emoções*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- COHEN, Stanley.  
(1972). *Folk devils and moral panic*. Londres, MacGibbon and Kee.
- DAS, Veena.  
(1996). *Critical events: an anthropological perspective on contemporary India*. Oxford, Oxford University Press.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias.  
(1998). Investigação antropológica sobre doença, sofrimento e perturbação: uma introdução. In: Luiz Fernando Dias Duarte; Ondina Fachel Leal (orgs.); *Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz.
- ELIAS, Norbert.  
(1994). *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- EPSTEIN, Steven.  
(1996). *Impure Science: AIDS, Activism, and the Politics of Knowledge*. Berkeley, University of California Press.
- EYERMAN, Ron; JAMISON, Andrew.  
(1998). *Music and social movements: mobilizing traditions in the 20th Century*. Cambridge, Cambridge University Press.
- FLAM, Helena.  
(2005). Introduction. In: Helena Flam; Debra King (Eds.); *Emotions and Social Movements*. Londres, Routledge.
- GALVÃO, Jane.  
(2000). *AIDS no Brasil: a agenda de construção de uma epidemia*. São Paulo, ABIA / Editora 34.
- GOODWIN, Jeff; JASPER, James; POLLETTA, Francesca.  
(2001). Introduction. Why emotions matter. In: Jeff Goodwin; James Jasper; Francesca Polletta (Eds.); *Passionate Politics: emotions and social movements*. Chicago, The University of Chicago Press.
- GOODWIN, Jeff; JASPER, James.  
(2006). Emotions and social movements. In: Jan Stets; Jonathan Turner (Eds.); *Handbook of the Sociology of Emotions*. Nova Iorque, Springer.

- GOULD, Deborah.  
(2001). Rock the boat, don't rock the boat, baby: ambivalence and the emergence of militant AIDS activism. In: Jeff Goodwin; James Jasper; Francesca Polletta (Eds.); *Passionate Politics: emotions and social movements*. Chicago, The University of Chicago Press.
- GOULD, Deborah.  
(2009). *Moving Politics: Emotion and Act Up's Fight against AIDS*. Chicago, The University of Chicago Press.
- GUIMARÃES, Carmen Dora.  
(2001). *AIDS no feminino: por que a cada dia mais mulheres contraem AIDS no Brasil?*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ.
- KNAUTH, Daniela Riva.  
(1998). Morte masculina: homens portadores do vírus da Aids sob a perspectiva feminina. In: Luiz Fernando Dias Duarte; Ondina Fachel Leal (Orgs.); *Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz.
- LUTZ, Catherine.  
(1988). *Unnatural emotions: everyday sentiments on a Micronesian Atoll & their challenge to Western Theory*. Chicago, Chicago University Press.
- MAUSS, Marcel.  
(1981). A expressão obrigatória dos sentimentos (rituais orais funerários australianos). In: *Ensaio de Sociologia*. São Paulo, Perspectiva.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE.  
(2013). *Boletim Epidemiológico – Aids e DST*. Ano 2, n. 1. Brasília, Secretaria de Vigilância em Saúde – Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais.
- NGUYEN, Vinh-Kim.  
(2010). *The Republic of Therapy: triage and sovereignty in West Africa's Time of Aids*. Durham, Duke University Press.
- PARKER, Richard.  
(1990). Responding to AIDS in Brazil. In: Barbara Misztal; David Moss (Eds.); *Action on AIDS: National Policies in Comparative Perspective*. Westport, Greenwood Press.
- PARKER, Richard.  
(1994). *A Construção da solidariedade: AIDS, sexualidade e política no Brasil*. Rio de Janeiro, ABIA / IMS-UERJ / Relume Dumarã.
- SEFFNER, Fernando.  
(1995). Aids, estigma e corpo. In: Ondina Fachel Leal (Org.); *Corpo e Significado*. Porto Alegre, Editora da Universidade.
- SILVA, Cristina Câmara da.  
(1999). *Ativismo, ajuda mútua e assistência: a atuação das Organizações não-governamentais na luta contra a Aids*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro.
- SONTAG, Susan.  
(1983). *Illness as metaphor*. Londres, Penguin Books.
- STRAUSS, Anselm.  
(1999). *Espelhos e máscaras*. São Paulo, Edusp.
- VALLE, Carlos Guilherme do.  
(2008). Apropriações, conflitos e negociações de gênero, classe e sorologia: etnografando situações e performances no mundo social do HIV/Aids. *Revista de Antropologia*, 51(2). São Paulo.
- (2002). Identidades, doença e organização social: um estudo das pessoas vivendo com HIV e AIDS. *Horizontes Antropológicos*, 17. Porto Alegre.
- (2000). *The Making of People Living with HIV and AIDS: identities, illness, and social organization in Rio de Janeiro, Brazil*. Ph.D. Dissertation presented to University of London.
- VALLE, Carlos Guilherme do.  
(2010). Corpo, doença e biomedicina: uma análise antropológica das práticas corporais e de tratamento entre pessoas com HIV/Aids. *Vivência*, 35. Natal.

VALLE, Carlos Guilherme do.  
(2013). From dissidence to partnership and back to confrontation again? The current predicament of Brazilian HIV/AIDS activism. In: Raymond Arthur Smith (Ed.); *Global HIV/AIDS activism, politics, and policy: persistent challenges and emerging issues*. Califórnia, Praeger Publishers.

VEJA. *Cazuza. Uma vítima da AIDS agoniza em praça pública* (matéria em revista). N.1077, 26 de abril de 1989.

**Recebido em**  
dezembro de 2016

**Aprovado em**  
março de 2017

# Teorias que Libertam: narrativas de intelectuais brasileiros sobre engajamento em Direitos Sexuais<sup>1</sup>

Bruno Dallacort Zilli\*

## Resumo

Este artigo examina narrativas de profissionais sobre suas trajetórias intelectuais, interseccionadas por questões ligadas à equidade de gênero e direitos sexuais. O objetivo é descrever e entender as gramáticas emocionais que informam os discursos relativos aos engajamentos em questões políticas e intelectuais nessas temáticas. O papel das emoções na política é discutido no contexto da antropologia das emoções, focando na relação discursiva entre emoções, cognição e escolhas profissionais.

## Palavras-chave

Gênero. Sexualidade. Emoções.

## Abstract

This article examines narratives of professionals about their intellectual trajectories, intersected by issues related to gender equality and sexual rights. The objective is to describe and understand the grammars of emotions informing the discourses related to the political and intellectual engagement in these issues. The role of emotions in politics is discussed in the anthropology of emotions context, focusing on the discursive relationship between emotion, cognition and career choices.

## Keywords

Gender. Sexuality. Emotions.

---

\* Bruno Dallacort Zilli é doutor em Ciências Sociais (PPCIS/UERJ) e mestre em Saúde Coletiva (IMS/UERJ). É membro do CLAM - Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos. Suas principais áreas de interesse são a antropologia das emoções e os estudos sobre saúde, gênero e sexualidade. Email: brunozilli@gmail.com.

<sup>1</sup> Este texto baseia-se na tese “Gramáticas emocionais em trajetórias de engajamento no campo de Direitos Sexuais: compaixão e vitimização a partir de narrativas biográficas de intelectuais brasileiros”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PPCIS / UERJ, sob a orientação de Maria Cláudia Coelho. Agradeço a ela e a Susana Durão pelas preciosas sugestões editoriais neste texto.

## Introdução

Esta investigação analisa narrativas de trajetórias profissionais a partir de um banco de entrevistas com atores pertencentes a uma rede de intelectuais e ativistas ligada ao campo intelectual latino-americano de direitos sexuais, tendo sido selecionadas as entrevistas brasileiras. O foco analítico incidiu sobre a temática da motivação para a ação social, buscando compreender qual gramática emotiva informa o discurso sobre a explicação para o engajamento político e intelectual em temas ligados ao gênero e à sexualidade. Esse banco de entrevistas foi eleito como um arquivo cujo exame ajuda a formular e aprofundar essas questões, aplicáveis também a outros arquivos e recortes empíricos. O aporte teórico da bibliografia da antropologia das emoções, na qual se destacam os referenciais analíticos que discutem o papel das emoções em movimentos sociais, é utilizado para pensar as narrativas em questão, com foco na relação discursiva entre a emoção e as escolhas profissionais nessas carreiras interseccionadas tanto por estudos temáticos em direitos sexuais quanto pela interlocução com movimentos sociais em diálogo com esses temas. A análise foca assim na gramática emocional presente nas narrativas sobre o engajamento relativo aos direitos sexuais e a questões de gênero e sexualidade.

As entrevistas analisadas fazem parte do projeto “Sexualidad, salud y política en América Latina: reconstrucción y análisis de una tradición intelectual de investigación”, coordenado por Mario Pecheny (Instituto de Investigaciones Gino Germani - IIGG/UBA), desenvolvido no âmbito do Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos – CLAM / IMS / UERJ<sup>2</sup>. O banco de entrevistas não é compreendido como uma amostra exaustiva ou representativa de todo o universo dos direitos sexuais, e o próprio projeto que o originou reconhece que os entrevistados foram selecionados a partir de uma rede específica, representada por interlocutores do CLAM (PECHENY, 2010).

Foram selecionadas dezesseis entrevistas. Entre elas, há três com atores estrangeiros, dois homens e uma mulher, cujos depoimentos foram incluídos por terem uma atuação importante e significativa no Brasil. Dos

---

<sup>2</sup> As entrevistas estão disponíveis em: <<http://clam.org.br/trajetorias-intelectuais>> Acesso em março de 2017.

dezesseis atores, seis são homens e dez são mulheres. Entre os entrevistados, há os que focam nas questões dos direitos das mulheres, os que se dedicam aos direitos LGBT e aqueles cuja área de atuação privilegia a epidemia de HIV/AIDS. Todos se localizam no campo das ciências humanas: dez nas Ciências Sociais, um no Direito e uma na Psicologia Social. Algumas trajetórias são acadêmicas (graduação, pós-graduação, pesquisa e ensino), enquanto outras se concentram em uma atuação profissional em ONGs. Contudo, essas atuações não são excludentes. Em alguns casos, os membros das ONGs têm passagem na academia, enquanto alguns acadêmicos atuaram em ONGs. A colaboração entre ambos é frequente, seja através de atuações conjuntas, seja através de peritos acadêmicos prestando serviço para as ONGs ou as ONGs tornando-se objeto de estudos acadêmicos.

Enfatizo ainda que, embora o banco ofereça um importante panorama de uma rede de intelectuais que ajudam a constituir o campo dos direitos sexuais, não foi meu objetivo realizar uma história ou análise desse campo. O campo é, evidentemente, tomado como contexto das narrativas analisadas, mas aqui o principal diálogo é com a antropologia das emoções e a análise das gramáticas de engajamento num campo intelectual-político delimitado por questões ligadas ao gênero e à sexualidade. Minha preocupação central não foi fazer uma história do campo de direitos sexuais no Brasil, mas abstrair uma análise dos processos individuais de engajamento em suas temáticas. Consequentemente, escolhi tratar cada entrevista não como histórias de vida, mas como narrativas estruturadas pelo contexto em que são geradas. Neste sentido, elas tomam quase que a forma de um tipo ideal Weberiano. A despeito do caráter público do banco, optei por ocultar as identidades, omitindo nomes de atores ou instituições citados e pontos específicos das narrativas que as identificassem.

É pertinente reconhecer no desenho e desenvolvimento desta pesquisa o caráter metanarrativo que a análise possui, pois reflete sobre a minha própria trajetória e inserções institucionais que produziram os direitos sexuais como objeto de reflexão. No desenvolvimento deste trabalho, sujeito e objeto por vezes se confundem, cabendo uma reflexão sobre a análise de trajetórias de atores de um campo do qual eu mesmo faço parte. Esse elemento tem a ver com a escolha na forma de analisar as entrevistas como narrativas, desentrelaçadas dos atores que representam. Ao tomá-las como um tipo ideal, abro um espaço de análise mais confortável, escrevendo de um modo que não faça referência direta e engrossando o esforço analítico ao investir no distanciamento em relação aos atores entrevistados. Reconheço também

que essa é uma fronteira tradicionalmente borrada no fazer antropológico, e incidir reflexivamente sobre tal questão é a melhor maneira de lidar com ela. Essa opção analítica justifica-se pelo fato de que o interesse não está nas histórias individuais pelo que têm de singular, mas sim nas suas recorrências, padrões e eventuais discrepâncias, que ajudam a identificar tensões e questões que permeiam as formas do engajamento nesse campo.

## Emoções e engajamento

Há pouco mais de uma década, vêm surgindo estudos sobre o papel das emoções na esfera pública e que de fato indicam o quão fundamental é esse papel em fenômenos macropolíticos. Os organizadores da coletânea de ensaios sobre emoções e política, *Passionate Politics – emotions and social movements* (GOODWIN; JASPER; POLLETTA, 2001), discutem o papel das emoções em movimentos sociais buscando compreender que gramática emotiva informa o discurso sobre a motivação no engajamento político. Coelho (2010) chama atenção para o fato de que nas formulações desses autores ficam claras três concepções sobre o ator social relacionadas à questão da motivação: 1) aquela baseada na cognição, em que crenças e ideários fazem parte da mobilização; 2) aquela baseada no interesse, em que o ator social é representado como um estrategista que calcula os possíveis ganhos derivados de sua ação; um ator percebido e que se percebe como no comando das situações, mas que age de acordo com o contexto em que está inserido; e 3) aquela baseada na paixão, em que a imagem é de um ator social guiado por suas emoções, cuja motivação para participação no movimento social está no prazer inerente dessa participação. Contudo, os autores sugerem que a questão da motivação seria atravessada duplamente tanto pelas emoções quanto pelo interesse reconhecido cognitivamente.

Ao expor o desenho da coletânea, os organizadores de *Passionate Politics* tecem algumas importantes considerações sobre os aspectos emocionais dos movimentos sociais. Para eles, as emoções são claramente importantes na forma como os movimentos sociais e os protestos políticos crescem e se desdobram. Comumente, o primeiro passo no recrutamento de um indivíduo a um movimento social seria o “choque moral”, que ocorre quando um evento ou informação não esperados causam numa pessoa uma sensação de ultraje tão forte que ela se torna inclinada à ação política, tendo ela familiaridade ou não com o movimento social associado àquela

causa. Para os autores, da imagem de um estado de choque à do choque elétrico, fica implícita a experiência visceral e corporal do sentimento, comparável à náusea ou vertigem. Essa experiência se relaciona ao medo ou raiva causados por mudanças fora do controle de uma pessoa, que podem paralisar ou mobilizar um indivíduo. De fato, o choque moral é uma estratégia utilizada por ativistas para criar ultraje e raiva, para os quais se estabelece um alvo contra o qual esses sentimentos podem ser canalizados. Ansiedades e medos difusos precisam ser transformados em indignação e direcionados a políticas concretas e àqueles que tomam decisões. Assim, os ativistas precisam tecer uma trama moral, cognitiva e emocional que inspire à ação.

Além disto, as emoções guiariam a ação política, independentemente do cálculo sobre as chances de sucesso. O prazer da participação no movimento social pode ser grande o suficiente para manter o ativismo sem que haja uma perspectiva de conquistas políticas concretas, ao dar aos membros do movimento social reforços identitários através de sua luta e da expressão de suas perspectivas morais. Nesse sentido, o protesto é um objetivo em si mesmo. E os prazeres da participação são ainda maiores quando o movimento social compartilha uma história, elementos culturais e retóricas que são ricos e que sejam motivos de orgulho coletivo, incitando alegria, esperança e entusiasmo e reforçando o sentimento de pertencimento ao grupo.

Os movimentos sociais são também responsáveis por elaborações cognitivas acerca de sentimentos “novos”, criando ou reforçando emoções que são tentativas, por vezes explícitas, de transformar visões inicialmente intuitivas em ideologias e propostas claras. Novas formas de interpretar uma situação de fato representam mudanças cognitivas que são acompanhadas por mudanças emocionais. Assim, o medo daquilo que não se compreende (numa mudança de contexto que ocasiona um choque moral, por exemplo) se transforma em ultraje diante da situação, cujo escopo é então mais bem entendido. As emoções exibidas em um protesto também podem modificar culturas emocionais mais amplas e os repertórios emocionais disponíveis a movimentos subsequentes – por exemplo, como mencionam Goodwin, Jasper e Polletta (2001), nos Estados Unidos o movimento nacionalista negro dos anos 60 tornou atraente aos movimentos feminista e gay uma “política da raiva”, criando assim uma nova linguagem emocional, mais apta a expressar a relação daqueles grupos com a sociedade.

## Gramáticas Emocionais de Engajamento

As entrevistas que são objeto deste trabalho são apresentadas a seguir com citações de trechos selecionados no sentido de delinear a gramática emocional de engajamento que pode ser encontrada nessas trajetórias. O perfil profissional dos entrevistados é identificado entre parênteses. Nas narrativas fica em evidência o papel da inquietude diante de problemas sociais como sentimento primário que desencadeia o engajamento. Neste sentido, é explorada a relação entre cognição e emoção na determinação da mobilização política, utilizando as narrativas para demonstrar a importância de ambos e como elas se relacionam no engajamento que se dá através de uma abordagem primariamente intelectualizada.

Exemplos de “choque moral” são trazidos a partir das narrativas analisadas, e discute-se a importância da nomeação – que ocorre através da filiação teórica – para a articulação da inquietude suscitada por questões sociais ligadas ao gênero e sexualidade. Esse processo de nomeação é semelhante ao de ressignificação emocional e cognitiva descrito pelos autores de *Passionate Politics*, que também indicam a importância do prazer da participação em uma mobilização política (que aqui veremos com uma forte marca intelectual), que pode ser reforçada por uma rica cultura compartilhada por um grupo. Nas trajetórias, a importância do encontro com pares também é identificável, exemplificando o que os autores supracitados indicam ser o papel da coletividade para tecer uma trama moral ao redor de questões políticas.

### **Inquietude e Satisfação: duas formas de narrar o sentimento originário do engajamento**

A estrutura narrativa nas trajetórias analisadas descreve uma gramática de engajamento intelectual e político que principia por uma inquietude diante de problemas sociais seguida por uma aproximação de formas possíveis de dar conta deles. Essa aproximação pode dar-se através de uma mobilização em direção a um registro intelectual, que pode se concretizar numa trajetória acadêmica. A mobilização também pode concretizar-se em ações relacionadas à política identitária, através da participação em instituições financiadoras, ONGs, ou em grupos de apoio.

As narrativas se organizam em encadeamentos temáticos ao redor de explicações recorrentes para falar sobre motivação e ação. A explicação oferecida nas trajetórias para a aproximação de temas políticos se concentra inicialmente num sentimento de inquietude, que aparece sob várias roupagens. Uma delas, por exemplo, é a da indignação pessoal com atitudes entendidas como “machistas”, como exemplificado no fragmento a seguir:

“Acredito que o principal aspecto que me mobilizou nessa direção foi a minha vida de estudante universitária na luta contra a ditadura. A pegada principal foi a questão de gênero, eu como mulher, ativista, militante, com questões de mulher, eu fui uma liderança importante na luta contra a ditadura na universidade. Fundei DCE, União Nacional dos Estudantes, várias coisas assim. E sentia uma coisa de discriminação de gênero claríssima. Embora não afetasse radicalmente o que a gente fazia. Eu andava de minissaia, certo? Tem uma cena que eu lembrei recentemente relacionada a um colega trotskista na época (...). Eu estava numa assembleia, ele sentado no chão, eu falando e ele fazia assim: ‘Levanta a saia, para eu ver a calcinha. Levanta a saia, para eu ver a calcinha!’. Então, é uma coisa de uma sensibilização pessoal para a questão de ser mulher importante”.

*[Brasileira, atua profissionalmente na área de Psicologia Social, possui pós-graduação, é professora universitária e presta consultoria a ONGs].*

A inquietude aparece também como reação à maneira de certas teorias de lidar com os problemas sociais que angustiam. No exemplo a seguir, da mesma narrativa de que foi extraído o trecho anterior, aparece o incômodo pessoal com as posições políticas do feminismo, e os campos “psi” e sexológico de um determinado contexto. Esses incômodos levam ao desenvolvimento de um ponto de vista pessoal sobre teoria, ideologia e prática que cria receptividade ao trabalho com AIDS na trajetória da entrevistada, bem como a predispõe a buscar um diálogo mais afinado com suas próprias percepções sobre questões ligadas aos direitos sexuais:

“É uma visão muito vitimizadora da mulher e que me incomodava: sem olhar a dimensão da mulher como sujeito de direitos e sujeito da sexualidade, sujeito da escolha pela maternidade, olhando a mulher como oprimida pela obrigatoriedade do casamento. Eu tinha um incômodo ideológico com essa tomada e eu quis fazer alguma coisa diferente. (...) E quando eu comecei a trabalhar com AIDS é que foi a minha virada. Eu me interessava em trabalhar

com a sexualidade, mas na sexologia não acreditava. Porque é normativa também. Você estabelece várias queixas sexuais, vários modos de trabalhar a sexualidade normal e faz terapia sexual. É isso a sexologia. (...) A minha questão aqui é outra. Não consigo pensar dessa maneira psicopatológica. Não é esse o meu problema. Quando eu começo a trabalhar com AIDS, comecei a trabalhar com muitos jovens homossexuais. Eu fui uma das primeiras psicólogas que aceitou no seu consultório pessoas com AIDS. (...) [Eu] acolhi as pessoas com AIDS em função da questão dos direitos. Eu ficava revoltada. (...) Enquanto eu escrevia a tese de mestrado eu comecei a trabalhar com AIDS no consultório e de graça, como ativista no sistema de saúde, sem cobrar. Eu fazia supervisão, discutia, acolhia as pessoas que não podiam pagar, fazia grupo. Acompanhando as pessoas a morrer, literalmente, e achava aquilo tudo, a situação, o fim da picada”.

*[Brasileira, atua profissionalmente na área de Psicologia Social, possui pós-graduação, é professora universitária e presta consultoria a ONGs].*

O exemplo a seguir fala, por outro lado, da satisfação com a forma de abordagem da questão feminina no contexto universitário, e depois com certas correntes do feminismo; e em especial do prazer de participar de grupos que pensavam essas questões. Também exemplifica uma crítica que revela a insatisfação com um feminismo visto como ainda muito centrado nas classes privilegiadas. Neste trecho é exatamente o binômio da satisfação e da inquietude que está articulando o engajamento. As expressões demonstrando uma relação muito positivada com as emoções associadas a essa lembrança estão sublinhadas. Este trecho revela como a construção de uma identidade intelectual pode ocorrer tanto pela inserção num grupo quanto pela oposição a outro:

“Então a gente fazia parte desse grupo [na universidade], um grupo absolutamente genial (...) eram umas iniciativas bem bacanas (...) para discutir questões relevantes, para pensar a questão da mulher – e a gente falava a questão da mulher naquele momento. E tinha toda uma literatura estrangeira que eu estava conhecendo, eu estava entrando em contato. Eu fiquei fascinada. (...) E ao mesmo tempo ainda tinha uma militância – militância mesmo – com grupos organizados de mulheres (...) Então, tinha um lado de militância importante, tinha um lado de intelectualidade universitária interessante e isso tudo podia ser vivido meio de uma maneira misturada. Não era tão segmentada a coisa. Então foi uma superexperiência. E, ao ter essa experiência,

quando eu estava terminando a graduação, eu decidi que eu ia continuar. Se fosse para fazer algum mestrado, alguma pesquisa, eu queria trabalhar com isso. (...) Tinha sempre uma coisa que eu sentia que era uma barreira mesmo, sei lá, sociocultural, vamos dizer assim, entre as feministas, todas elas muito sofisticadas, vindas do exílio, classe média, com uma superformação, e as mulheres dos movimentos de mulheres (...).”  
[Brasileira, atua profissionalmente na área de Ciências Sociais, possui pós-graduação e é professora universitária. Teve vínculos com ONGs e fundou centros de referência].

Associada à inquietude com temas ligados à desigualdade social, por vezes implicitamente, aparece uma satisfação com teorias capazes de dar conta dessas questões. Satisfação e inquietude são reações absolutamente complementares nessas narrativas, pois os entrevistados narram encontrar satisfação justamente na forma como certas teorias colocam em perspectiva as questões que lhes causam inquietação. Essa é uma satisfação intelectual, mas também emotiva.

A seguir, um trecho destaca uma declaração de satisfação, que aparece na forma da categoria nativa de “encantamento”, para descrever o encontro com uma teoria feminista mais em sintonia com as ideias da entrevistada:

“E fazia tempo que eu não tinha contato com essa bibliografia (...). Eu tive que voltar a estudar as teorias feministas e eu fiquei absolutamente encantada, porque eu vi que tinha uma discussão muito viva, muito vigorosa. (...) e quando eu conheci, eu falei: gente, é aqui mesmo que eu quero ficar de novo”.  
[Brasileira, atua profissionalmente na área de Ciências Sociais, possui pós-graduação e é professora universitária. Teve vínculos com ONGs e fundou centros de referência].

A satisfação da nomeação pode ser compreendida como uma reinterpretção de perspectivas de vida, que para muitos entrevistados aparece como um “ponto de virada” em suas trajetórias. Isto acontece no exemplo seguinte, em que os contatos com as obras de Gayle Rubin, de Simone de Beauvoir ou de Michel Foucault, são narrados como pontos nodais da conversão intelectual da entrevistada:

“Quando eu fui ler Foucault direito, quando eu li Rubin, foi um ponto de virada. Eu, quando li Rubin (...) no clássico “Toward an Anthropology of Women”, o livro foi publicado em 1975,

lembro exatamente de quando eu li, foi no ano em que a minha filha nasceu, foi uma virada. Uma virada definitiva. Essas coisas que tem antes e depois. Como a Simone de Beauvoir já tinha sido. Mas a Rubin é uma virada superimportante. E Foucault também, com a “História da Sexualidade”, que vem mais ou menos um pouquinho depois. (...) Eu acho que são dois marcos. Para o que eu desenvolveria depois no campo da sexualidade esse momento foi muito importante”.

*[Brasileira, atua profissionalmente numa ONG feminista, é fundadora e membro de ONGs que trabalham com a questão de direitos humanos. Integra redes feministas].*

A sensação de satisfação aparece ainda naqueles representantes de gerações mais antigas que se envolveram com certas temáticas antes que elas estivessem totalmente estabelecidas ou legitimadas como temas políticos ou teóricos. Assim, pode haver uma expressão de satisfação em termos da percepção de envolvimento com um pioneirismo nessas temáticas. O pioneirismo é outra forma de expressão do prazer associado à satisfação com teorias. Esse prazer vem da capacidade de dar nome e possibilidade de resolução aos problemas que dizem respeito à inquietude fundante.

“Do ponto de vista mais próximo, eu entro nessa questão de gênero por uma pesquisa que eu estava fazendo... (...). É um trabalho interessante, talvez até um pouco pioneiro (...) Nesse trabalho, a sensação que eu tive é que eu descobri um continente submerso. Eu disse: “Aqui tem uma outra coisa acontecendo”, que é a questão da mulher, na qual você identifica, de fato, um outro continente. Foi a partir daí, tudo meio convergente: eu fazendo essa pesquisa (...), as palestras do Foucault e a necessidade de procurar um diálogo com algumas pessoas que estivessem com essas inquietudes, que fugiam, digamos, à margem – era uma “terceira margem”, digamos, da intelectualidade ou da esquerda naquela época. Eu me lembro que falei com uma moça que também era professora (...) e disse: “Meu Deus, estou precisando encontrar umas pessoas para conversar sobre o que eu estou encontrando nessa pesquisa. O que é, *negócio de mulher?*”, e eu falei “*É, negócio de mulher*”. Ela falou: “*Tem um grupo aí que se reúne, elas conversam esses negócios de mulher*”. Eu perguntei quem eram e ela me deu alguns nomes. Peguei o telefone de alguns e perguntei: “*Vocês estão conversando esses negócios de mulher?*”.

*[Brasileira, atua profissionalmente na área de Ciências Sociais, possui pós-graduação e já foi professora universitária, é fundadora e diretora*

*de uma ONG feminista e membro de vários conselhos sobre direitos humanos*].

Assim, a aproximação com formas possíveis de dar conta dos problemas que causam inquietude é quase sempre marcada por uma satisfação, narrada como uma espécie de encantamento quando é direcionada a modelos teóricos que ajudam a enquadrar a percepção e/ou a lidar com os problemas que causaram a inquietude original. A satisfação pode persistir como uma relação constante de deslumbramento, às vezes relatado como uma “revelação” que foi experimentada quando se entrou em contato com determinados modelos interpretativos.

## **O encontro com o outro: identificação**

Collins (2001) discute a questão da dinâmica emocional dos movimentos sociais a partir da noção de “efervescência coletiva” de Durkheim (1989), que ele elabora sob o conceito de “energia emocional”. Pensando em termos daquilo que revigora os elos que unem uma comunidade, a sua solidariedade, Durkheim explora os “ritos” que permitem aos indivíduos se reconectarem aos sentimentos e ideias coletivos. Exercem esse papel, por exemplo, as cerimônias religiosas. São assembleias ou eventos que reúnem todo o grupo, constituindo-se como experiência que revigora as noções de pertencimento, que reacendem a lealdade, que criam “um estado de efervescência” no plano das sensações. Assim, Durkheim coloca as relações afetivas entre os indivíduos como elo base da manutenção da sociedade e entende o indivíduo como um ser social.

Da mesma forma, os eventos que reconectam o indivíduo às representações coletivas também têm origem e função social, pois sistematizam o modo de vida, são expressão da vida social e a reinauguram a cada instante. Para Durkheim, compreender a religião é entender a forma como a sociedade cria suas categorias de organização do real. Para o autor, a religião demonstra muito de uma cultura, e tudo que tem base no pensamento religioso possui origem social. As categorias com as quais se pensa o real estão, portanto, em acordo com a sociedade que as produziu. A essência da vida religiosa, para Durkheim, é o coletivo. Ela expressa os anseios e representações que a coletividade possui, suas construções do real. O indivíduo vive no real interpretando-o de uma maneira particular à

sua experiência de vida, no caso, religiosa.

A partir das elaborações de Durkheim sobre os rituais coletivos, Collins identifica duas transformações emocionais das quais dependem o sucesso do potencial de mobilização desses fenômenos. Uma é a amplificação, que dá o foco coletivo de uma emoção inicial. A segunda envolve a transmutação da emoção inicial num sentimento que se caracteriza pela consciência de ser carregado junto de um foco coletivo de atenção. Para Collins, é dessa emoção que brota a solidariedade e faz com que um indivíduo se sinta mais forte como membro de um grupo. Segundo ele, é aquilo a que Durkheim (1989) por vezes fez referência como “força moral”, e Mauss (2003) chamou de *mana* – as energias sociais coletivamente transmitidas que em algumas sociedades são interpretadas como poder mágico. A operação de transformação emocional bem-sucedida é responsável pela catarse da emoção inicial e dá espaço às emoções coletivas da percepção de um foco de atenção compartilhado. Para Collins, cognitivamente a nomeação original do processo emocional permanece, até se torna mais articulada, mas ganha um fluxo positivo, uma percepção de importância maior. Collins analisa os métodos pelos quais os movimentos sociais se reúnem e se organizam para criar essa efervescência e manter a energia emocional de seus membros focalizada. Coelho (2010) analisa a contribuição de Collins da seguinte forma:

“Para Collins, em cada grupo social haveria limitações quanto à capacidade de devotar atenção a determinados tópicos ou problemas. Assim, um movimento social bem-sucedido seria aquele que conseguisse granjear para sua atuação parcela expressiva dessa “atenção coletiva”. Este foco compartilhado de atenção é o ingrediente básico para a formação, nos termos de Durkheim, de uma “consciência coletiva” que apresentaria ao mesmo tempo dimensões cognitivas e morais; para que isto ocorra, contudo, não basta compartilhar o foco de atenção; é preciso também o reconhecimento mútuo entre os participantes de que os demais elegeram também o mesmo ponto como foco de sua atenção. É desta consciência de compartilhar o mesmo foco que emerge o sentimento de solidariedade do grupo, gerando assim uma “energia emocional”. Para Collins, o ponto central desta dinâmica emocional é a transformação da emoção original em uma outra experiência emocional definida justamente por seu caráter compartilhado” (COELHO, 2010, p.6).

Como identificaram os autores de *Passionate Politics*, a orientação ao engajamento numa determinada causa política é um processo cognitivo, um jogo de associações intelectuais e culturais que destacam uma questão como importante. Mas por si só essa percepção não é suficiente para explicar o engajamento, pois existe a possibilidade de reconhecimento de questões vistas como problemas sem que necessariamente isso leve a qualquer tipo de ação para tentar dar conta delas. Por isso é preciso identificar qual a relação emocional que permanece subjacente à determinação cognitiva da ação. Nas entrevistas analisadas, o par emotivo central de inquietude/satisfação se encontra num registro bastante intelectualizado, quase se confundindo com o ato cognitivo descrito pelos autores da coletânea, sintetizando uma satisfação com formas específicas de pensar problemas sociais e de dar-lhes resposta. Se a inquietude identifica problemas na sociedade, é através de correntes teóricas que em última análise levam a uma atuação profissional na área dos direitos sexuais que se chega à satisfação de participar de uma luta pela igualdade humana – manifestada especialmente na luta pelos direitos específicos das minorias.

## **O encontro com a teoria: nomeação**

A busca por identificação tem um papel importante nas narrativas para explicar questões vividas como pessoais que ganham uma nova conotação ao serem “nomeadas” por teorias. Essas questões deixam então um plano de referência meramente subjetivo e individual e passam a fazer parte de um contexto mais amplo, em um processo semelhante ao ato classificatório baseado em sistemas culturais, descrito por Lévi-Strauss como fonte de transformação de experiências pessoais idiossincráticas e possivelmente caóticas em experiências coerentes e significativas.

Esse problema é analisado por Lévi-Strauss a partir de uma discussão sobre processos de cura xamânicos. A cura xamânica permite tornar pensável uma situação dada inicialmente em termos afetivos: “o xamã fornece à sua doente uma linguagem, na qual se podem exprimir imediatamente estados não formulados, de outro modo informuláveis” (1985a, p.228). A passagem à expressão verbal permite ao mesmo tempo viver sob uma forma ordenada e inteligível uma experiência anárquica e inefável, que provoca o desbloqueio de um processo fisiológico perturbador. No caso das narrativas dos entrevistados, é a teoria que exerce o papel associado por

Lévi-Strauss ao xamã, que classifica, de acordo com um sistema simbólico, as vicissitudes da vida, permitindo a resolução de problemas.

A satisfação advinda da nomeação, que no caso das entrevistas analisadas vem através da teoria social, pode ser explicada como uma forma de alívio para algo que angustia e que fica mais fácil de lidar ao ser nomeado, exatamente como no caso da cura xamânica discutida por Lévi-Strauss, de "A Eficácia Simbólica" (1985a) e "O Feiticeiro e sua Magia" (1985b). No texto sobre a eficácia simbólica, Lévi-Strauss trata de um ritual xamânico executado durante um processo de parto problemático. Para o autor, o ritual é repleto de símbolos que buscam produzir no inconsciente da parturiente um facilitador para o parto difícil. Segundo Lévi-Strauss, o ritual funciona como ajuda ao parto ao transformá-lo em uma encenação de caráter mitológico de grande importância para a parturiente. Essa encenação é traduzida pelo autor como uma simbologia, uma representação metafórica do estado da parturiente e de como ele deve alterar-se para que o parto ocorra sem mais problemas. Essa alteração do estado patológico se dá através da uma "manipulação psicológica" que ajuda a parturiente a colocar ordem nos fatos que lhe ocorrem, "tornar pensável uma situação dada inicialmente em termos afetivos, e aceitáveis para o espírito as dores que o corpo se recusa a tolerar." (1985a, p.228)

Assim, a principal função do ritual é dar aos indivíduos "uma linguagem na qual podem exprimir imediatamente estados não-formulados de outro modo informuláveis" (idem). Neste sentido, o autor aproxima, em função, o xamanismo da terapia psicanalítica, comparando o método de ambas e a forma como estabelecem uma relação entre a mente consciente e inconsciente, entre fisiologia e psiquismo. Lévi-Strauss, contudo, indica quais são as importantes diferenças entre xamanismo e psicanálise. Na última, ocorre a construção de um mito individual, enquanto que, na primeira, o que se passa é a adequação a um mito coletivo. Além disto, o papel do analista é de ouvinte ("auditor"), enquanto o papel do xamã é de orador. Mas em ambos os casos se estabelece uma narrativa mítica que coloca os processos narrados em perspectiva, dando-lhes nomes e explicando-os.

A transformação da "inquietação" original, típica da estrutura narrativa da trajetória dos atores aqui analisados, em uma "satisfação" que advém do encontro com uma teoria capaz de "encantar", pode ser pensada como um processo de nomeação de ordem semelhante ao descrito por Lévi-Strauss. A "inquietação" fala justamente de um sentimento difuso, diferente de uma preocupação ou revolta com algo específico, nomeável. Nesse contexto,

a importância atribuída ao encontro de uma teoria para pensar e de encontrar / fundar um grupo que pensa de maneira semelhante expressa a relevância do código compartilhado como fonte de construção do sentido que alivia e apazigua. No caso das narrativas dos entrevistados, é a teoria que exerce o papel associado por Lévi-Strauss ao xamã, que classifica, de acordo com um sistema simbólico, as vicissitudes da vida, permitindo a elaboração/solução de problemas. Sobretudo, sublinha-se que há afetos no encontro com uma ideia. A relação afetiva com uma teoria é estabelecida, de fato, através de experiências de ultraje e conturbação caracterizadas por um "choque moral" – como será visto a seguir – e que são elaboradas pelo encontro com essas teorias, daí sua centralidade na estrutura emocional descrita nessas narrativas.

## O “choque moral”

Os organizadores da coletânea *Passionate Politics* afirmam que a convicção sobre problemas, a avaliação cognitiva sobre o que é certo ou errado, não é condição suficiente para explicar a ação social. Contudo, nas narrativas aqui analisadas, a percepção do certo e do errado é identificada como explicação que se basta. Por isso mesmo, é preciso identificar nas gramáticas dessas narrativas os mecanismos que operam para que a percepção do certo e do errado mobilize os atores para a ação. Ainda seguindo as elaborações presentes na coletânea *Passionate Politics*, sugiro que é uma experiência de “choque moral” que permite colocar as inquietudes, e a satisfação com suas propostas de elaboração, a serviço do engajamento.

No trecho selecionado a seguir, a entrevistada fala sobre casos de assassinatos de mulheres que se tornaram um importante marco na história dos direitos femininos no Brasil. Na sua narrativa, a entrevistada fala da repercussão na sociedade e da mobilização ao redor desses casos de assassinatos como um exemplo de choque moral que não apenas a influenciou, mas ajudou a estruturar o próprio movimento de mulheres. O impacto moral desses assassinatos foi experimentado de forma coletiva, de maneira que na narrativa da entrevistada aparece como um elemento que teria criado receptividade na sociedade para o apelo das causas femininas.

“Há vários estudos a respeito disso e várias teses no Brasil a respeito desse momento. É impressionante como, aliado a esses

assassinatos, aliado aos julgamentos onde o assassino ficava impune, existia a defesa, era em cima da defesa da honra. Portanto, a mulher alguma coisa cometeu para que o homem chegasse a esse extremo de cometer essa violência. E, rapidamente, quando o feminismo traz à tona, então, implementa-se um espaço de atendimento às mulheres. E isso começa a acontecer em vários estados, vários espaços semelhantes, tudo muito rapidamente. Logo teve no Rio e em outros estados. A imprensa abriu muito espaço para esse debate. Foi impressionante. Claro que a imprensa gosta de coisas muito sensacionalistas e que não era a nossa discussão, mas os fatos eram fatos de certa forma horríveis, lamentáveis e causavam de certa forma um interesse. Então, com isso, a própria televisão, a TV Globo, fez um programa, um especial de televisão, no seu horário nobre, chamado “Quem ama não mata”. Porque isso era a insígnia daquilo que nós pichávamos nos muros no Brasil: ‘quem ama não mata’. A televisão faz esse especial, e esse especial fica famoso. Em 1989, a televisão faz outro programa, um especial chamado “Delegacia de mulheres”, tratando um pouco de algumas tipificações de crimes *versus* o atendimento em uma delegacia. O programa durou um ano mais ou menos. Esse foi um debate onde a reação dos conservadores ou dos machistas não encontrou eco. Eles não tiveram muito eco e foi quase como uma ola de discussão que foi encontrando muitos lugares férteis para o debate”.

[Brasileira, atua profissionalmente na área de Ciências Sociais, possui pós-graduação e é professora universitária. É membro de diversos comitês e trabalhou para uma agência de financiamento de pesquisas].

O esforço daqueles já comprometidos com uma causa em estruturar um evento como um choque moral, de forma que ele tenha impacto na sociedade e seja reconhecido como tal, é um elemento que foi apontado pelos autores de *Passionate Politics* como parte do trabalho cognitivo realizado por membros dos movimentos sociais. Contudo, o choque moral pode ser experimentado de maneira individual. No trecho selecionado a seguir, pode-se ver um exemplo de choque moral, em que o testemunho da morte agonizante de um paciente, que na época a entrevistada atendia como psicóloga, faz com que ela coloque em perspectiva o que as teorias e métodos da psicologia social tinham a oferecer às vítimas (potenciais ou não) da epidemia de AIDS naquele momento. É a partir desse ponto que sua narrativa se estrutura para explicar em sua trajetória as opções pelo ativismo no campo do HIV / AIDS:

“Então, a cena que eu sempre conto, a que mudou a minha vida e que me fez trabalhar com prevenção: eu chegando no hospital, grávida de oito meses, nove meses, estava com uma barriga gigantesca do primeiro filho, eu entro no hospital (...), no nono andar e, assim, [todos com] luvas, máscara e eu entro sem nada, sento do lado dele (...). E ele me chamou para se despedir, ele morreu naquela madrugada, eram cinco horas da tarde a hora que ele me chamou. E ele me falou, sem me dizer com quem, mas ele disse: “Essa é minha primeira cena sexual”. E eu sempre digo que foi aí que eu entendi a coisa da cena de um jeito completamente distinto. Ele falou: “Engraçado, né? No momento em que eu estava pegando AIDS, eu não estava pegando AIDS. Eu estava me entregando para um amor, para um prazer, imaginando que eu ia viver com aquela pessoa um tempão. Planejando que aquele ato de gozo infinito se transformasse numa história de amor”, isso foi um homem falando. “No momento em que eu peguei AIDS, eu não estava pegando AIDS”, ele me falou assim, seis horas antes de morrer. Foi muito forte. Ficamos em silêncio e eu ouvindo isso e eu olhava para a mulher dele e para os dois filhos. [E eu pensei:] Isso aqui não vai dar certo. O que está se fazendo com prevenção não vai dar certo. Ninguém está pensando desse jeito. Não se pensa no sentido e no significado, se pensa no comportamento. Não se pensa no contexto intersubjetivo, na intersubjetividade. Não se pensa. Para mim ficou muito claro que não ia dar certo. Foi aí que eu resolvi trabalhar com prevenção”.

*[Brasileira, atua profissionalmente na área de Psicologia Social, possui pós-graduação e é professora universitária. Presta consultoria a ONGs].*

O trecho seguinte, de um entrevistado que atua profissionalmente na área do Direito, é outro exemplo de choque moral experimentado de forma individual. Na sua narrativa, ele identifica na necessidade de decidir, como juiz federal, sobre um caso que envolvia a concessão de direitos a parceiros do mesmo sexo, um desafio intelectual. Refletir sobre essas questões, nessa ocasião, leva o entrevistado a pensar conexões, e o estimula a buscar os estudos sobre sexualidade.

“Essa relação entre sexualidade e direitos humanos só surgiu mais tarde, quando [participei da decisão sobre] um caso inédito até então, onde se discutia a discriminação por orientação sexual, a inclusão de um companheiro do mesmo sexo no plano de saúde. O caso foi bastante rumoroso na época, seja porque era inédito, seja porque era um tema que nunca tinha tido nenhum tipo de apreciação positiva por parte dos tribunais. E aí me senti no

desafio intelectual - e pessoal -, político e como cidadão, de buscar essa aproximação – conceitual inclusive – entre direitos humanos e sexualidade a partir da discriminação por orientação sexual. Então ali começou. Começou como um compromisso profissional, que era decidir um caso, e disso eu percebi que era um excelente tema de estudo acadêmico. Foi quando eu decidi que finalmente tinha encontrado um tema para me dedicar na academia, que até então era uma vontade um pouco difusa, mas não tinha nenhum tema que efetivamente me empolgasse”.

*[Brasileiro, atua profissionalmente na área jurídica, possui pós-graduação e é professor universitário e funcionário público do Judiciário. Tem vínculos com ONGs].*

A seguir há outro exemplo de choque moral experimentado individualmente, que diz respeito à percepção de desigualdades de classe. O impacto na trajetória da entrevistada é grande, pois sua narrativa demonstra como essa situação levou-a a buscar diálogos e experiências que a ajudassem a lidar com suas angústias pessoais, inclusive levando-a para fora do Brasil. Em última instância, essa busca leva-a a abandonar a sua área original de atuação, a arquitetura:

“Eu tenho certeza de que a minha derivação para o campo político-social é um efeito da ditadura militar. Eu me encaminhei para esse campo por uma inquietação com os temas da liberdade e da justiça, foi uma contingência histórica. (...) Não é uma escolha pelos temas da sexualidade, vamos dizer, é uma escolha pelas questões de liberdade e justiça... Eu fiz uma reforma, trabalhando para uma senhora rica do Rio de Janeiro, ela tinha ficado viúva, tinha saído de um apartamento de 300, 400 m<sup>2</sup> para morar num apartamento de 100 m<sup>2</sup>, e eu tive que desenhar para essa senhora a porta bonita de ferro para separar a cozinha das dependências de empregada e que tinha um segredo de cofre para ela poder trancar a passagem da cozinha para a dependência de empregados. Isso foi uma experiência muito dolorosa. Pensar que você estava gastando sua energia intelectual ou criatividade para produzir esse objeto de segregação e injustiça social, isso foi uma experiência muito dura. (...) E acho que foi por experiências como essas que eu fui como que me deslocando na direção do pensamento social e político. Era para além da minha capacidade. Eu terminei esse desenho, entreguei para ela, e fui para a casa chorar. Ela me pagou e eu fui para casa dizer: isso é insuportável, não consigo sobreviver assim. Então tem uma coisa que é mais de natureza subjetiva. E aí eu fui para a Europa, fiz um curso de etnografia e, logo depois, ciências

das religiões. Isso foi muito estimulante”.

*[Brasileira, atua profissionalmente numa ONG feminista, é fundadora e membro de ONGs que trabalham com a questão de direitos humanos. Integra redes feministas].*

## **Compaixão e vitimização**

Se a inquietude expressa a identificação de problemas na sociedade, é através de teorias que em última análise levam a uma atuação na área dos direitos sexuais, seja através de seu estudo ou de um engajamento mais direto, que se chega à satisfação de participar de uma luta pela igualdade humana – manifestada especificamente aqui na luta pelos direitos específicos das minorias. Nas narrativas analisadas, a inquietude é o estado de espírito inicial que determina a trajetória de engajamento e, em especial, a sensibilidade criada para que o choque moral surta efeito. Assim, é importante iluminar o mecanismo que subjaz à inquietude. Ele está relacionado à eleição de certos sujeitos e seus problemas como dignos de compaixão, e por isso é preciso entender a dinâmica dessa emoção.

No caso das entrevistas analisadas, a narrativa sobre o que leva um indivíduo a se engajar na área de direitos sexuais vem de um sentimento de inquietude diante de desigualdades determinadas por questões de gênero e sexualidade, e uma concomitante satisfação com tomar conhecimento de formas de entender – de nomear – essas desigualdades e de se envolver em iniciativas para saná-las. Subjacente a essas emoções estaria uma gramática da compaixão que se associa às representações predominantes em nossa sociedade sobre o papel de vítima.

As figuras da mulher e das sexualidades desviantes como objetos de controle normativo têm uma ligação direta com a forma de organização do poder na nossa sociedade. Essas figuras se constituíram discursivamente no século XIX através especialmente dos saberes médicos e jurídicos, que caracterizaram esses sujeitos como alvos primários de tutela e censura, mas também potencialmente como vítimas dignas de compaixão. Esse sentimento passou a ser uma forma discursiva legítima para controlar essas figuras.

Em outras palavras, os discursos sobre elas são uma aproximação com um exercício do poder que tem como uma de suas formas tradicionalmente legitimadas a compaixão por essas “vítimas”. De fato, nas narrativas

de trajetórias de engajamento analisadas, a satisfação encontrada na mobilização em direção aos temas ligados à questão da mulher e da crítica à heteronormatividade é um importante elemento. Essa satisfação pode ser entendida como uma forma de empoderamento, e a percepção dessas figuras como objetos de compaixão é um elemento decorrente do poder discursivo que se exerce sobre elas. A compaixão que elas inspiram, porquanto seu papel de vítimas nos discursos políticos sobre esses sujeitos, é a causa da inquietude que pode ser atestada nas narrativas e que origina o engajamento, pois é a compaixão que faz a mediação entre a relação moral do indivíduo com problemas sociais. Embora essa relação se dê de forma subjetiva, ela é regida por uma gramática social baseada na sensibilidade moral a determinadas formas de vitimização.

Segundo Clark (1997), a compaixão depende do estabelecimento de uma relação de simpatia, determinada pela interação dos papéis de “simpatizante” e “simpatizado”. Esses são papéis complementares e seguem regras de sentimento e de lógica social que oferecem um *script* que guia as pessoas na vida social, determinando as situações e relações apropriadas para se sentir, demonstrar e receber compaixão. Assim, a gramática da compaixão é parte do código moral de uma sociedade.

Além disto, o papel do “simpatizado” não é passivo, pois para Clark esse papel envolve “deixas” que convidam à compaixão dos outros. A própria natureza da compaixão exige que essas deixas não sejam frequentes nem óbvias demais a ponto de se tornarem autocomiseração ou fraqueza. Além disto, o “simpatizado” reage à simpatia dos outros, podendo apreciar, ressentir-se ou odiar a compaixão que desperta. Assim, essa gramática determina quem pode sentir compaixão por quem, quem pode pedir compaixão, quando, como e onde, e se o sentimento pode ser aceito ou negado. Para Clark, a simpatia é um importante elemento dos laços sociais.

A combinação bem-sucedida de dar e receber compaixão conecta as pessoas, construindo e fortalecendo laços sociais. Para Clark, sentir compaixão (ou sentir que se *deveria* sentir compaixão) acena para as fronteiras entre aqueles que merecem e evocam nossas dádivas emocionais e os que não evocam ou merecem nada. Assim, a compaixão tem um papel na localização entre o “nós” e o “eles”, um importante mediador da percepção de alteridade e da identidade de um grupo.

A posição que o “simpatizado” e o “simpatizante” em potencial ocupam de acordo com os códigos morais é fundamental para determinar se haverá

ou não compaixão. A compaixão é um ato de construção da moralidade, e a capacidade de se compadecer ou não diz algo sobre a moral dos sujeitos. Da mesma forma, há sempre um julgamento acerca do merecimento do “simpatizado”. Vítimas de infortúnio, aqueles que se arrependem de seus erros, os inocentes punidos injustamente, etc., são todos merecedores legítimos de compaixão. A relação entre compaixão e código moral se estabelece através de um critério organizador baseado na responsabilidade, ou seja, se o simpatizado é culpado ou vítima de sua própria desgraça.

Nas entrevistas analisadas, não são apenas as questões relacionadas a minorias sexuais que estão em jogo, mas uma constelação maior de problemas de discriminação e sujeição ligados ao gênero e sexualidade. Assim, as narrativas falam de machismo, de homofobia, dos elementos perversos de discriminação presentes na epidemia de HIV/AIDS. Os entrevistados podem perceber-se ou não como parte das minorias atingidas por essas situações, mas identificam claramente que simpatizam com esses grupos.

As questões ligadas ao gênero e à sexualidade bem como ao papel de minorias estigmatizadas na sociedade são marcadas pela ambivalência, como demonstrado por Gould (2001). Essa ambivalência diz respeito tanto ao desejo de integração à sociedade como a uma repulsa pela discriminação. O choque moral é uma forma de dramatizar essa ambivalência numa das duas direções. No caso das pessoas que tendem a experimentar, a dramatizar o incômodo pessoal com essas questões de gênero e sexualidade de uma forma mais intelectual, o choque moral depende também de uma articulação entre experiência e teoria, que ajuda a dar nome e a colocar em perspectiva a inquietude. Nesse sentido, a compaixão é um sentimento moral que estabelece/rompe fronteiras da alteridade, criando "identificação", e o choque moral pode ser percebido como um "drama" capaz de injetar afeto na cognição, assim motivando o engajamento.

## Considerações Finais

Neste texto apresentei uma proposta de compreensão do cenário dos direitos sexuais no Brasil através da análise da gramática de engajamento presente nas narrativas em entrevistas com atores de uma determinada rede desse campo acerca de suas trajetórias profissionais. Segundo a análise sugerida pelos autores de *Passionate Politics*, a percepção de questões

sociais como problemas inquietantes é um processo racional, cognitivo; mas por si só não explica o engajamento. Assim, é preciso entender as emoções que permanecem subjacentes a esse processo. No caso das entrevistas analisadas, o sentimento que leva um indivíduo a se engajar na área de direitos sexuais vem de uma inquietude diante de desigualdades determinadas por questões de gênero e sexualidade, e uma concomitante satisfação com tomar conhecimento de formas de entender – de nomear – essas desigualdades e de se envolver em iniciativas para saná-las.

A análise dessas narrativas teve como foco a noção de “choque moral” – um momento na trajetória de um indivíduo ligado a uma insatisfação pessoal com questões sociais que o leva a uma reavaliação de suas perspectivas de vida e que o conduz para uma tomada de iniciativa para sanar sua insatisfação. O “choque moral” é uma porta para uma epifania. A partir do problema da relação entre cognição e afeto, a análise dessas trajetórias indica que é o conteúdo moral de suas interpretações que faz a ponte entre a identificação de problemas e o engajamento, permitindo passar da cognição para o afeto que mobiliza. Contudo, essas são narrativas de trajetórias de engajamento intelectual, em que a dimensão cognitiva permanece tendo um peso significativo pela via da satisfação pela nomeação. Assim, o elemento moral é articulado pela via da subscrição a correntes intelectuais. Essas correntes são pensadas aqui como “teorias que libertam”, ou seja, ideias que organizam o mundo de uma forma em que a diversidade sexual e a igualdade entre os gêneros são vistas como positivas e, sob a égide dos direitos humanos, se torna possível pensar em formas para se reduzir a discriminação e a desigualdade na sociedade.

Essas teorias são apenas algumas das alternativas disponíveis em nossa cultura para significar a sexualidade e o gênero. Por exemplo, explicações baseadas em perspectivas tradicionais, geralmente ligadas à religiosidade, oferecem também às mulheres e LGBTs um lugar no mundo, ainda que seja um lugar marginal. Contudo, essas visões de mundo – ou “teorias que angustiam” – estão em contraposição aos ideais libertários dos direitos humanos.

A partir da proposição de que as correntes intelectuais adotadas pelos atores dessas narrativas são “teorias que libertam”, discuti a importância da identificação e da nomeação para a gramática emotiva de engajamento nessas entrevistas. A identificação é um elemento-chave que diz respeito ao pertencimento a um grupo associado às teorias sociais e às formas de iniciação nele. A nomeação, por sua vez, diz respeito a uma forma positiva

de entender e dar sentido às angústias iniciais que aparecem nessas narrativas como inquietudes. Argumentei assim que através da subscrição a certas correntes de pensamento e grupos intelectuais se desenvolve uma identidade social ligada à defesa dos ideais humanitários. Essa defesa é possível graças à nomeação que a teoria social permite realizar, simbolizando de forma positiva dentro de um universo cultural as angústias e inquietações que surgem diante do incômodo fundante representado pela compaixão diante das figuras da mulher e de LGBTs. A gramática da compaixão é um elemento importante para entender a inquietude identificada na origem do engajamento das narrativas analisadas, e em especial para recolocá-la numa perspectiva macropolítica.

## Referências

- CLARK, Candace.  
(1997). *Misery and Company – sympathy in everyday life*. Chicago / London, The University of Chicago Press.
- COELHO, Maria Claudia.  
(2010). As Emoções e a Ordem Pública: uma investigação sobre modelos teóricos para a análise sócio-antropológica das emoções. 27ª *Reunião Brasileira de Antropologia*. Belém, Pará.
- COLLINS, Randall.  
(2001). Social Movements and the Focus of Emotional Attention. In: Jeff Goodwin; James M. Jasper; Francesca Polleta (Orgs.); *Passionate Politics – emotions and social movements*. Chicago / London, University of Chicago Press.
- LÉVI-STRAUSS, Claude.  
(1985a). A Eficácia Simbólica. In: *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- LÉVI-STRAUSS, Claude.  
(1985b). O feiticeiro e sua magia. In: *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileira.
- GOODWIN, Jeff; JASPER, James M.; POLLETTA, Francesca (Orgs.).  
(2001). *Passionate Politics – emotions and social movements*. Chicago / London, The University of Chicago Press.
- GOULD, Deborah.  
(2001). Rock the Boat, Don't Rock the Boat, Baby: Ambivalence and the Emergence of Militante AIDS Activism. In: Jeff Goodwin; James M. Jasper; Francesca Polleta (Orgs.); *Passionate Politics – emotions and social movements*. Chicago / London, University of Chicago Press. p. 135-157.
- PECHENY, Mário.  
(2010). Sexualidad, salud y política en América Latina: reconstrucción y análisis de una tradición intelectual de investigación. *Buenos Aires: Proyectos de Investigación Científica o de Innovación Tecnológica – Programación Científica 2011-2014*. Universidad de Buenos Aires. Secretaría de Ciencia y Técnica.
- Recebido em**  
dezembro de 2016
- Aprovado em**  
março de 2017

## Parte II: emoções e policiamento

### “O Cume dos Heróis”: a escritura emotiva de um relato policial<sup>1</sup>

Mariana Sirimarco\*

#### Resumo

Pronunciar o nome de Chonino ativa, principalmente no âmbito do policiamento argentino, mas também fora dele, uma sucessão de imagens heróicas. Imagens que articulam noções de coragem, ousadia e, acima de tudo, lealdade: Chonino é um cão policial que morre defendendo seus companheiros do ataque dos delinquentes. Ele morre também executando uma ação que leva a aprisioná-los. A história de Chonino se transforma, ao longo do tempo, em uma espécie de façanha: uma narrativa projetada para performar discursos, experiências e apreciações institucionais. Tomando o caso como eixo de análise, este trabalho procura refletir sobre o *como* da construção de uma narrativa institucional. Que intervenções entram em jogo para fazer de uma situação específica um exemplo capaz de transcendê-la? Ou, o que é o mesmo que transforma um fato em uma narrativa?

#### Palavras-chave

Narrativa institucional. Polícia. Emoção.

#### Abstract

To say the name Chonino activates, especially in the Argentinian police scope, but also outside of it, a succession of heroic images. They're images that articulate notions of bravery, boldness and, above all, loyalty. Chonino is a police dog that dies defending his partners before the

---

\* Mariana Sirimarco é doutora em Antropologia pela Universidad de Buenos Aires (Argentina) e pesquisadora adjunta do CONICET. Realizou pesquisas etnográficas sobre a atividade policial, especializando-se em seus processos de formação. Publicou o livro *De civil a policía. Una etnografía del proceso de incorporación a la institución policial* (Teseo, 2009); a coletânea *Estudiar la policía. La mirada de las ciencias sociales sobre la institución policial* (Teseo, 2010); o volume *Género y violencia en el mercado del sexo. Política, policía y prostitución* (Biblos, 2015 com Deborah Daich); e *El último Chonino, Crónica de una investigación sobre policía y heroísmo* (Antropofagia, 2016). Email: maikenas@yahoo.com.ar.

<sup>1</sup> Uma versão anterior deste trabalho foi apresentada na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia e publicada na revista *Anthropos*, vol. 110, n.2.

offenders' attack. He dies executing an action which leads to their incarceration. Chonino's story, throughout time, turns into a kind of feat: a narrative projected to perform institutional discourses, experiences and appraisal. Using the case as an axis of analysis, this study aims to reflect on the *how* part of an institutional narrative's creation. What interventions come into play to make a specific situation an example able to transcend it? Or, which is the same: What turns a fact into a narrative?

## Keywords

Institucional narrative. Police. Emotion.

## Introdução

Qualquer um que pronuncie o nome de Chonino ativa uma série fixa de valorações e ações: o “cachorro herói da polícia”, “o cachorro fiel que deu a vida por seus companheiros”, “o primeiro cachorro morto no cumprimento do dever”. A enunciação do mero nome de Chonino evoca os pontos, já tantas vezes relatados, de sua história: no dia 2 de junho de 1983, o cão e dois agentes perseguem dois suspeitos. Sucede-se um tiroteio. Os agentes são feridos. Chonino pula em sua defesa e ataca um dos suspeitos. É atingido por um tiro. Um dos agentes morre. Chonino também. Mas, antes disso rasga, a dentadas, o bolso de um dos delinquentes. Dele caem os documentos que mais tarde permitirão sua prisão.

Dizer Chonino é reunir assim, em uma palavra, uma sucessão de imagens heroicas. Sua articulação esboça noções de valor, de coragem e, sobretudo, de fidelidade: Chonino morre defendendo o homem que o guia. E ainda mais: morre praticando uma ação que causará a detenção dos delinquentes. Para que isso seja possível – para que o nome se transforme em mito –, é preciso, como veremos, uma história capaz de deixar rastros.

Chonino nasceu em 1975 e entrou para a Divisão de Cães da Polícia Federal Argentina (PFA) em 1977, onde foi treinado como cão de caça. Prestou seus primeiros serviços na Copa do Mundo de Futebol de 1978. Desde então até sua morte, Chonino trabalhou com diversos agentes. Em 1982 foi dado ao agente Luis Alberto Silbert.

“Até aquela noite de 2 de junho, Chonino era um simples cão policial. Depois dela, tornou-se um herói. O que se passou nesse dia foi transformado em um relato institucional. Isto é, em

uma narrativa expressamente concebida para colocar em cena discursos, experiências e valores que permitem não apenas dar conta de um fato mas, mais ainda, transcendê-lo e pensar-se, a partir dele, como grupo social e como instituição”.

[*Relato de Plácido Donato*]

Pode-se dizer que um relato é uma ficção que condensa significados. Que reafirma algo que já foi muitas vezes contado. Enquanto ficção, o relato exhibe uma realidade cuja construção não é necessariamente orientada pela verificação empírica, mas pela convenção e pela necessidade narrativa, o que implica que o relato, como narrativa, não pertence ao plano da descrição dos fatos, mas ao de sua interpretação. O relato não representa a realidade, e sim a constrói, e o que nele importa não é o quanto se aproxima ou se afasta dela, mas sim a realidade que ajuda a modelar (BRUNER, 1991; OCHS; CAPPS, 1996).

Assim, um relato inclui todo um universo de sentidos políticos e sociais, mas, ainda mais, um universo ético e moral. Um relato provoca ressonâncias conceituais, mas também emocionais; evoca e manipula não somente ideias, mas também sentimentos (LEAVITT, 1996). E, na medida em que o relato se refere a uma história exemplar, é importante assinalar que um relato não se restringe, por isso, a uma descrição asséptica de um acontecimento, mas envolve a conversão de um acontecimento em uma mensagem, através da cristalização de um fato em um exemplo. Isto é, através de uma narrativização que traz uma forte carga emocional (SIRIMARCO, 2010, 2013a, 2013b, 2013c).

Entretanto, um relato não constitui uma peça acabada, mas se encontra em constante formação. Um relato institucional deve por isso ser concebido como um artefato que foi feito ou refeito inúmeras vezes, que foi manipulado, polido, deslocado, que apresenta um tipo particular de historicidade e uma certa “biografia” (ALBERTI, 2005; GOMES DA CUNHA, 2010). Defender essa ideia implica, então, afirmar que um relato institucional ganha densidade ao longo do tempo: sua cristalização como narrativa é tributária de um processo histórico de conformação. Isto equivale a dizer que o relato é algo que se vai “escrevendo” ao longo de uma linha temporal, que não é isenta de avanços, recuos e revisões.

Com essas ideias em mente, e tomando a história de Chonino como caso, esse trabalho tem como objetivo refletir sobre o *modo* de construção de um relato institucional. Para isso recorrerei, basicamente, a dois registros

diversos do âmbito policial que encarnam, creio, dois momentos pontuais – e divergentes – do processo de construção dessa história. O primeiro corresponde a uma crônica literária, escrita por um delegado aposentado, na qual o relato de Chonino encontra sua versão mais bem acabada. Nessa peça, Chonino é aclamado como um cão herói. O segundo registro corresponde à ata de ocorrência feita uma semana após a morte do cachorro, com vistas à investigação do caso. Nela, Chonino é simplesmente descrito como um efetivo policial que morreu.

Explorar os dois registros e suas diferenças – de tom, de escrita, de nós semânticos – permitirá diminuir a distância entre ambos e começar a compreender as intervenções postas em cena para fazer de uma situação específica um exemplo capaz de transcendê-la. O que é que transforma um fato em uma narrativa? Essa é a pergunta que orienta este trabalho.

## **Chonino, o relato**

Em seu livro de memórias policiais, Plácido Donato inclui a história de Chonino. Em um livro concebido para revelar “a intimidade da polícia, o sacrifício de suas lutas sem trégua ou descanso”, e no qual recolhe “historietas (...) que já eram lendárias naqueles tempos” (1999:13-14), a história de Chonino certamente não destoa. Nessa compilação de histórias lendárias, a crônica do cão herói da polícia abre o volume. Donato assim relata:

“No dia 2 de junho de 1983 às 20h15, os agentes Luis Alberto Silbert e Jorge Eduardo Ianni, da Divisão de Cães, faziam uma patrulha de rotina, acompanhados como de costume por Chonino, um cão recebido como doação que, como não tinha pedigree, não era considerado, apesar de ser um típico pastor alemão, como cão da ‘raça policial’. Ao chegar na esquina das avenidas General Paz e Lastra, os jovens policiais e seu cão foram surpreendidos por dois delinquentes, que traiçoeiramente dispararam suas armas. Embora os policiais tenham conseguido sacar suas armas e reagir à agressão, ficaram feridos e sem possibilidade de se defender, os malfeitores se aproveitaram das circunstâncias para tentar liquidá-los com um tiro de misericórdia. Chonino, também gravemente ferido na omoplata esquerda, atirou-se bravamente contra eles, conseguindo feri-los e desarmá-los, fez cair no chão tanto suas armas quanto os documentos que

traziam nas roupas, que rasgou a dentadas e os obrigou a fugir apressadamente do local.

Depois desse esforço extenuante, Chonino conseguiu, já desfalecendo, arrastar-se ao local onde estavam caídos seus dois companheiros de patrulha: lambeu suas feridas e lhes deu proteção.

O agente Silbert sobreviveu por milagre, mas Ianni faleceu após cinco meses de internação no Hospital Churruca. Chonino morreu enquanto guardava seus corpos feridos.

Os dois delinquentes foram identificados e detidos graças aos documentos encontrados e a parte das roupas rasgadas por Chonino; tinham uma ficha extensa e várias acusações por crimes contra a propriedade. Foram condenados a 23 e 20 anos de prisão. O primeiro-cabo Silbert, durante uma cerimônia de homenagem a Chonino realizada em 1991 durante a qual uma rua do quartel foi batizada com seu nome, com voz trêmula e grande esforço conseguiu balbuciar: 'Obrigada, Chonino. Você salvou minha vida. Descanse em paz junto com Ianni. Nunca vou esquecê-los'. Pela entrega heroica de Chonino, o dia 2 de junho foi instituído na Argentina como o 'Dia do Cachorro'<sup>2</sup>.

Um relato é, essencialmente, diferente de um texto informativo. A distância que o separa do mero recontar de um fato é criada pela operação retórica que o modela: um relato se constrói pela adjetivação. Talvez por isso a história de Chonino escrita por Donato seja não apenas a mais literária de todas, mas também a mais adequada aos fins deste trabalho. Que esse relato se apresenta em estilo literário não faz senão evidenciar ao máximo sua essência narrativa, quer dizer, sua capacidade de construir-se de maneira temperada. Ninguém como Plácido Donato – delegado aposentado da PFA mas também escritor e roteirista conhecido – para modelar esse particular relato institucional.

Nesse sentido, é importante assinalar que um relato é um relato, em primeiro lugar, devido à linguagem que o constrói. Falar de linguagem não é se referir à mera articulação de palavras, mas à sua função de construir e manter relações e situações sociais. Se as palavras – como adverte Foley (1992) – só podem surgir em contexto, a adoção de uma determinada linguagem não se dá por acaso. O léxico, as categorias, os modos de fala

---

<sup>2</sup> DONATO, Plácido. Chonino, héroe de raza. En: *Las anécdotas de la policía. De vigilantes y ladrones*. Planeta, Buenos Aires, 1999. pp.17-18.

revelam, assim, um universo ideológico: cada língua se comporta, portanto, como um código que revela a inserção da pessoa em um determinado universo ético e moral.

No contexto do relato apresentado, as categorias não são usadas ao acaso: o que é dito organiza um texto social. Mas isso não se dá necessariamente por meio das palavras que são ditas, mas pela rede de sentidos que habilitam: *jovens policiais, agressão, malfeitor*. Tais categorias inauguram um contexto de significação que, além de expressar a realidade, atualiza uma determinada forma de experimentá-la: aquela que estabelece uma divisão entre a atuação policial e a acusação de delinquência e que atribui juízos valorativos a uns e outros. Diante do delinquente *traíçoeiro*, de *ficha extensa* e *várias acusações*, a polícia se situa, por contraste, no polo positivo.

Já nessas escassas, porém contundentes, palavras esboça-se, em poucos traços, o eixo do relato que virá. Nelas se configura um campo semântico em que a atuação policial está contida por inteiro: em uma *patrulha de rotina*, os *jovens policiais* e seu cachorro são *surpreendidos pelos delinquentes*, que *traíçoeiramente disparam suas armas*. Os policiais conseguem reagir à agressão, mas são feridos e caem *sem possibilidade de defesa*. Aproveitando a oportunidade, os malfeitores *tentam liquidá-los com um tiro de misericórdia*. Através dessas palavras e dessas noções, a valoração policial positiva se amplifica: a narração é construída de forma a esboçar um roteiro em que os policiais são atacados sem que as razões sejam especificadas. A menção à *patrulha de rotina* cria uma imagem inócua, porque cotidiana: a imagem de dois policiais fazendo sua ronda costumeira. Instala-se assim uma imagem indefesa: não é a polícia que surpreende os delinquentes cometendo um delito, mas o contrário, reforçando assim a ideia da passividade da ação policial. São os malfeitores que parecem surpreender os policiais em sua caminhada. São também eles que dão início aos disparos e deixam os policiais feridos e sem possibilidade de *reagir* à agressão, o que implica, uma vez mais, que não há ataque policial, mas defesa. Nesse contexto, o que se diz anda de mãos dadas com o que se sugere: o que paira no ar, todo o tempo, é a insinuação de alguma coisa próxima de uma emboscada.

Traçar esse perfil faz mais do que construir identidades sociais contrastantes. Também prepara o terreno para a história principal – a história de Chonino –, uma vez que esboça dois caros *topoi* da narrativa policial: o heroísmo na ação e a queda no cumprimento do dever. Que o protagonista seja um cachorro não diminui em nada o interesse do relato. Antes até, é possível que o acentue.

Nela, o *heroico* cachorro, ainda que *gravemente ferido*, se atira bravamente a ferir e desarmar os delinquentes. O que se ativa aqui implica a figura do herói: o que se reforça é que é a atitude de Chonino que provoca a fuga dos delinquentes e, o que é ainda mais importante, que ocasiona a perda de seus documentos. A ação do cachorro não é apenas valente; é também vital para o esclarecimento do crime e da prisão dos delinquentes. Sem ela – sem esses documentos que Chonino consegue tirar de suas roupas – sua morte e a morte de Ianni teriam ficado impunes.

Ativa-se assim a figura do herói, mas também uma outra que o transcende: o mártir. Quer dizer, aquele que tomba no cumprimento do dever, um *topos* que constitui um ponto nevrálgico da sensibilidade policial. Em todo herói a entrega é grande, mas no herói morto a entrega é total: o sacrifício chega ao auge, pois aquele que cai, cai na guerra contra o crime (GALEANO, 2011; SIRIMARCO, 2013c, 2013d). A natureza exemplar do relato está inteiramente concentrada em seu final: Chonino dá a vida em defesa de seus companheiros e, conseqüentemente, em defesa da Lei. E isso é assim a tal ponto que a história de sua vida se transforma, na realidade, na história de sua morte.

Assim, a morte de Chonino é retratada como uma morte no cumprimento do serviço, mas também como uma morte em nome da fidelidade. Chonino, nos é dito, *se arrasta, desfalecendo*, ao lugar onde estavam caídos seus companheiros. *Agonizando, lambe suas feridas e lhes dá proteção. Morre guardando seus corpos*. Nos últimos instantes, sua preocupação foi com os outros. A morte lhe chega sem que antes ele tenha defendido a lei e protegido seus companheiros. Nessa dupla imagem de serviço e entrega se desenha, é claro, a imagem do policial.

Nesse ponto, é evidente que o relato de Chonino, tal como pintado por Donato, é indissociável da busca por uma certa emocionalidade. Falar da construção de um relato emotivo (e não necessariamente da emoção que nos causa um relato)<sup>3</sup> implica compreender que a emoção, além de ser intimamente sentida, pode ser comunicada coletivamente. Muitos estudiosos

---

<sup>3</sup> Defender essa afirmação implica, assim, focar o interesse desse trabalho não no resultado do exercício de emocionar-se, mas no fato mesmo de tal intenção. Com essa finalidade, a categoria de emoção é resgatada então por sua capacidade – literal – de agitar e comover (daí o termo *emoção* derivar do verbo latino *emovere*, que significa “mover a partir de”, fazer mover, tirar de seu estado habitual e, por conseguinte, perturbar, sacudir, comover).

da temática enfatizaram que, ao serem confinados a um espaço de valor privado, os sentimentos tenderam a ser esvaziados de significado cultural. A emoção, por estar associada ao íntimo, ao espontâneo e ao incontrolável, pareceu escapar assim ao governo daquilo que é socialmente articulado, obscurecendo o fato de que o emotivo implica, também, um fenômeno que dá conta de situações, relações e posições morais (HOCHSCHILD, 1979; ROSALDO, 1983; LUTZ, 1986; LUTZ; WHITE, 1986; LYON, 1995; LEAVITT, 1996).

Assim, construir o âmbito do emocional como competência das psicologias dos sujeitos contribuiu para consolidar o monopólio das palavras e o pensamento como principal símbolo de comunicação. Defender a compreensão do emotivo como veículo expressivo implica, assim, ratificar a capacidade das emoções e dos sentimentos de funcionar como canal de comunicação capaz de transmitir sentidos e significados (tanto afetivos quanto conceituais). O apelo à sensibilidade não é mais do que o apelo à construção de determinada forma de experimentar e significar fatos e relações sociais.

Afirmar isso implica reconhecer que o cognitivo não existe apartado da vida afetiva e que a linguagem não apenas veicula conteúdos conceituais mas também, indissolúvelmente a eles ligados, associações afetivas (LEAVITT, 1996). Assim, o que importa no relato de Chonino não nos chega apenas por meio da compreensão de suas ações, mas pela emoção que esse comportamento nos desperta. Seu heroísmo, sua coragem, sua entrega, não se restringem à esfera do meramente racional, mas ao âmbito do sensível. O que o relato busca não é nos apresentar aos fatos ocorridos: é que esses fatos apresentados nos comovam.

A expressividade comovente de um relato implica, assim, uma conjunção entre objeto apresentado e objeto sugerido. Nesse caso, entre a palavra dita e a reação provocada. A emoção é, então, o resultado de uma viagem de um domínio a outro, com sua irrupção dependendo, necessariamente, da união dos dois. Santayana alega que aquilo que comove é a permanência conjunta na mente da coisa e da evocação (citado por REID, 1966). Isto é, de poder recuperar, a partir de poucas palavras, todo um enredo composto de forte sensibilidade: a trama do cachorro que, mesmo ferido ao defender seus companheiros, continua mordendo os delinquentes, derruba seus documentos e suas armas e, já morrendo, ainda encontra forças para arrastar-se para junto deles e lambear suas feridas. As palavras emocionam devido às evocações que constroem (SIRIMARCO, 2013d).

Assim, o emotivo no relato de Chonino reside nas atitudes tomadas e nas ações executadas. Da múltipla vinculação que estabelece com companheiros, delinquentes e fatos provém o sentir transmitido pelo relato. A emoção só pode então se manifestar embutida em laços de sociabilidade, já que é o conhecimento desses laços e dessas relações aquilo que abre a própria possibilidade de emocionar-se (SIRIMARCO 2010, 2013d).

## Chonino, a ata

Gostaria agora de voltar a atenção para a ata de ocorrência que forma parte do dossiê policial de Chonino e que fora redigida a partir dos eventos delituosos desse dia 2 de junho. A ideia não é perguntar o que aconteceu *realmente* nessa noite – como se fosse possível retroceder no percurso do relato em busca de uma verdade essencial e anterior – mas revelar os elementos que a moldam em um gênero narrativo, contrapondo-os a outros modos de dizer.

Para isso é necessário saber que todo cão policial tem um dossiê próprio, no qual se “reúnem, documentadamente, todos os seus antecedentes desde seu ingresso na Polícia Federal e, depois que isso se dá, todas as evidências relativas à sua vida profissional, até sua morte ou baixa”.<sup>4</sup> Nesse contexto, é necessário então reunir um conjunto de documentos em caso de falecimento em serviço<sup>5</sup>, o que compreende, entre outras providências, a redação de uma ata de ocorrência sobre os fatos delituosos ocorridos, na qual se pratica “uma inspeção visual para identificar pistas que possa haver nos locais de ocorrência do fato” e na qual se registra a “topografia dos lugares e sua distribuição”<sup>6</sup>.

É a ata de ocorrência incluída no conjunto de documentos organizados no dia 9 de junho do mesmo ano o que gostaria de trazer, então, para a reflexão. Fazer uso dessa ata implica a possibilidade de ter acesso a

---

<sup>4</sup> *Manual de Instrucción para el personal subalterno de la Policía Federal Argentina*, Editorial Policial, Buenos Aires, 1979, p.58.

<sup>5</sup> *Reglamento general de normas sobre sumarios de prevención, exposiciones y cooperaciones varias, y auxilio de la fuerza pública*, 1977.

<sup>6</sup> *Reglamento general de normas sobre sumarios de prevención, exposiciones y cooperaciones varias, y auxilio de la fuerza pública*, 1977, art. 33 y 36.

informações relevantes e, ao mesmo tempo, a necessidade de fazer algumas ressalvas. A data de sua redação, somada às providências nela registradas, fazem desse documento um artefato de proximidade privilegiada em relação aos eventos ocorridos. Isso não quer dizer, contudo, que a ata possa ser entendida como uma narrativa “objetiva” ou “verdadeira” do que sucedeu. Uma ata, um resumo ou um testemunho não deixam de ser, ao fim das contas, formas genericamente construídas de um texto anterior (um cenário, uma declaração, uma autópsia) e, como tal, passíveis de suscitar diversos exercícios de posicionamento.<sup>7</sup>

Recorrer à ata de ocorrência não implica, assim, sugerir que seja ela o “grau zero” do fato e da escritura: como o momento verdadeiro e inicial da história de Chonino. Relato e ata não são instâncias mutuamente excludentes, um evidentemente falso, a outra indiscutivelmente verdadeira, porém registros diversos de um acontecimento. É à luz dessas considerações que o uso da ata adquire sentido.

Essas precauções iniciais não invalidam, é claro, um fato concreto: a ata é concebida, do ponto de vista legal, como documentação da verdade, e é redigida atendendo a esses fins, com um “estilo conciso e inequívoco” que omite “as explicações excessivamente extensas” e “os rodeios e expressões confusas”.<sup>8</sup> A correspondência policial não deve induzir a erro ou dar margem a outras interpretações. Seu objetivo final é o reflexo fiel do ocorrido, e seu produto mais acabado é a (re)construção da verdade judicial.<sup>9</sup> Essa finalidade a situa plenamente em uma prática particular de escrita: aquela acostumada a negociar a comunicação dos fatos verídicos.

A ata de ocorrência que integra o dossiê de Chonino reúne assim investigações, testemunhos e perícias, e constrói, com seus resultados, uma

---

<sup>7</sup> É importante não esquecer que, enquanto um documento de valor jurídico com pretensão de verdade, uma ata é um modo de construção de realidade que pode tornar invisíveis, por trás de fórmulas e tecnicidades, práticas muito diversas daquilo que é dito. Basta recordar, por exemplo, como a categoria de “enfrentamento” encobria, durante a última ditadura militar, pura e simplesmente execuções, ou como o “suspeito” é usado atualmente na atividade policial para legitimar diversas práticas de perseguição e/ou detenção. (EILBAUM, 2004, 2008; SIRIMARCO, 2007).

<sup>8</sup> *Manual de Instrucción para el personal subalterno de la Policía Federal Argentina*. Editorial Policial, Buenos Aires, 1979. p.408.

<sup>9</sup> A reflexão em torno do direito como construtor de discursos de verdade escapa aos limites desse trabalho. Pode-se consultar a respeito os textos clássicos de Foucault (1995) e de Berman (1996).

explicação dos fatos que os situa como verdadeiros. Aquilo que nela se diz promulga a versão oficial daquilo que *realmente* ocorreu:

DELEGACIA:

“(…) No dia 2 do mês corrente às 20:15 foi comunicado que no cruzamento da General Paz com Santa Rosalía, para onde o comando desta Polícia designou um serviço de prevenção, por intermédio da Divisão de Cães, estava ocorrendo um confronto armado entre os policiais e os malfeitores. A visita ao local permitiu determinar que os feridos que patrulhavam a região com um cão pastor alemão, matrícula 716, da mesma seção, haviam sido atacados com disparos de armas de fogo e se encontravam ambos feridos. A inspeção visual determinou que sobre a zona gramada entre a avenida General Paz e a rua General Paz, estava estendido em decúbito dorsal um dos agentes, não sendo possível determinar se se trata de SILBERT ou de IANNI, dado que se encontra gravemente ferido. Em relação a sua localização na área, está a cerca de dez metros de Santa Rosalía e a cerca de 3 metros da rua General Paz. É encontrado com a arma oficial na mão direita e com disparos à sua volta, cartuchos vazios em número de quatro e no tambor há um único cartucho não disparado. Também nas redondezas se procede à descoberta de um projétil de chumbo envolto em cobre aparentando calibre 9mm (...) Continuando-se a inspeção visual também em decúbito dorsal e sobre a parte pavimentada da rua General Paz se encontra o outro agente com gravidade idêntica ao anterior e com a arma no coldre com o tambor completo. (...) Novamente e prosseguindo com a inspeção visual no lugar do fato se procede à descoberta de um revólver No. 337, calibre 32 S&W, CTGE, que contém quatro cartuchos e uma cápsula usada da referida arma é encontrada sobre a área gramada, sobre o meio-fio da rua General Paz a cerca de dois metros da rua Santa Rosalía na direção sudoeste. Sobre a calçada que leva à linha demarcatória se vêem manchas de sangue, que aparentemente seriam de um dos agressores”<sup>10</sup>.

Schniebs (2001) assinala que toda obra se insere, necessariamente, em um gênero, o qual determina os registros lexicais, o tom, o tipo de sujeito de enunciação e até mesmo o universo ideológico. Cada gênero se comporta, assim, como um código, entendido como um sistema de signos e regras

---

<sup>10</sup> Todos os dados identificatórios foram suprimidos da ata.

combinatórias que funcionam, para o leitor competente, como horizonte de expectativa e chave de leitura. Uma prática de escrita é, assim, fortemente indissociável do âmbito social em que está imersa: seus modos de dizer são resultado dos elementos que integram sua missão institucional e, portanto, sua competência comunicativa. (COHEN, 1998; RAMÍREZ GELBES, 2011).

Nesses primeiros trechos da ata já se notam as marcas de gênero que caracterizam os procedimentos policiais: uma prosa descritiva, uma recuperação dos fatos, uma linguagem impessoal, sem qualquer adjetivação. Uma escrita, em resumo, próxima da transmissão asséptica dos fatos e despojada de qualquer marca de subjetividade, de polifonia ou de argumentação (GARCÍA NEGRONI, 2011). Das expressões à estrutura gramatical, cada escolha visa à construção da verdade e da objetividade.

Assim, o escrito é repleto de informações que reforçam o sentido do verdadeiro – horários, ruas, quantidade de cápsulas. O escrito é repleto também de detalhes: *um projétil de chumbo envolto em cobre; um revólver no. 337, calibre 32 S&W, CTGE*. A precisão extrema dá uma ideia de profundidade e completude: o olhar policial se revela escrupuloso em apontar até o mínimo fragmento do ocorrido. O resultado é previsível: as datas, as horas, as marcas das armas estão ali não apenas para construir um informe completo mas, sobretudo, verdadeiro: para nos convencer de que esses dados são pontos concretos no espaço, no tempo e nas tramas sociais, e de que o que se diz é a realidade (SIRIMARCO, 2013d).

A intenção de objetividade também se constrói com base em outros recursos. O mais recorrente, sem dúvida, é o uso da voz passiva: *foi comunicado, estava ocorrendo um confronto, é descoberta* uma cápsula usada. O uso dessa voz cumpre duas funções primordiais. Por um lado, evita qualquer menção ao agente da ação. Por outro lado, topicaliza seu objeto. Nada é dito sobre a pessoa que produz os acontecimentos enumerados, pois o único dado que importa é a ação. O importante não é qual dos policiais envolvidos na inspeção visual encontrou a cápsula usada, mas sim o simples fato de tê-la encontrado. A ênfase está no objeto, pois se presume que somente ele pode conter informações relevantes.

O uso da voz passiva se converte, assim, em um instrumento adequado para concentrar a situação comunicativa na ação em si. O destaque dado ao objeto e a indeterminação do agente produzem então uma estrutura impessoal, capaz de construir um sentido de neutralidade e de objetividade. Desse modo, a verdade objetiva não é o único efeito estratégico visado, mas também a imparcialidade, entendidas, ambas, como as condições básicas

do discurso policial e jurídico (RICÓS VIDAL, 1998; COHEN, 1998).

O efeito prossegue com o uso do gerúndio - *continuando-se a inspeção visual* -, modo recorrente nesses textos de orações excessivamente longas, o que não apenas ajuda o encadeamento de frases e a condensação de uma grande quantidade de informações em uma mesma proposição, mas ajuda, além disso, a neutralizar e a tornar atemporal a redação, conseguindo expressar um processo em curso. Quer dizer, trata-se de uma ação em desenvolvimento perpétuo (COHEN, 1998; MONTOLÍO; SAMANIEGO, 2008). A ata se transforma em uma ação no tempo presente, em que aquele que escreve tanto informa quanto envolve o receptor, de tal modo que esse parece estar assistindo à mesma inspeção visual que se lhe está comunicando.

Objetividade, neutralidade, verdade. Outros usos próprios do texto policial também convergem para a consolidação desses sentidos no texto. Em sua linguagem monolítica não há lugar para a pluralidade de vozes. A voz que aparece é a do funcionário oculto, cuja função se limita a passar a limpo as vozes dos outros, mas de tal forma que o resultado obtido não seja uma polifonia, mas uma mera transcrição monocórdia. A escrita oficial opera assim apagando as interações pessoais, reduzindo toda comunicação à informação - policial e jurídica - relevante, na qual toda a importância reside na facticidade.

Que isso seja assim obedece, em parte, à subsunção do acontecimento no campo do direito. Se entendermos que a referida ata integra um expediente jurídico maior, compreenderemos que a linguagem utilizada deva ser editada de acordo com as regras formais específicas que a convertem em um fenômeno jurídico. Expressões, formulismos, informações são, assim, apenas ferramentas que visam traduzir o assunto apresentado em uma questão legalmente relevante (CORRÊA, 1983; SMART, 1995; EILBAUM, 2005; DAICH, 2010).

Nesse processo, o que a prática de escritura realiza não é somente a conversão do ocorrido em algo juridicamente tematizável, mas, por isso mesmo, apresentar a verdade jurídica como verdade real. Construir uma verdade jurídica implica, assim, construir uma versão dos fatos que, ao selecionar entre a multiplicidade de dados aqueles que são relevantes para o mundo do direito, pode deixar de lado todos aqueles que não são processáveis pelo sistema. Somente aquilo que existe no papel existe realmente, de forma que o papel perde seu caráter de representante dos acontecimentos para transformar-se, ele mesmo, em uma encarnação

daquilo que realmente ocorreu (TISCORNIA, 2010; DAICH, 2010).

O que foi, então, que segundo a ata ocorreu naquela noite de junho? Qual é a verdade (pretendida) que se informa a respeito da morte de Chonino? A inspeção visual relatada na ata continua assim:

“Já sobre a Rua General Paz na parte da obra a cerca de 15 metros da Rua Santa Rosalía se encontra o cachorro da Divisão de Cães caído sem vida, atingido por uma bala. (...) Presumidamente devido ao impacto da bala ou mordidas de cachorro, imediatamente ao lado das manchas de sangue se encontra um pedaço de couro, como um bolso de jaqueta esquerdo, arrancado presumivelmente a mordidas pelo cão, o pedaço do bolso propriamente dito contém duas notas de 10 pesos. A poucos metros de onde estava caído o segundo agente mencionado e sobre uma vala ou declive que há na rua na parte da obra, se encontram os documentos de identidade dos acusados M. e G”.

Os fatos narrados são muito diferentes daqueles expostos na crônica de Donato. Dois detalhes chamam a atenção. O primeiro tem relação com o local onde se encontravam os dois agentes e Chonino no momento em que a ajuda policial chegou. A ata parece ser clara a esse respeito. Um dos agentes jaz, gravemente ferido *sobre a zona gramada entre a avenida General Paz e a rua General Paz (...) a cerca de dez metros de Santa Rosalía e a cerca de 3 metros da rua General Paz*. O segundo, também ferido, se encontra *sobre a parte pavimentada da rua General Paz*. O cachorro, já morto, é encontrado *sobre a Rua General Paz na parte da obra a cerca de 15 metros da Rua Santa Rosalía*. Duas evidências contundentes surgem a partir dessas informações: que Chonino morre quando os agentes ainda estão feridos sobre a calçada e que os três jazem distantes uns dos outros.

Um segundo detalhe salta aos olhos. No local dos fatos se encontra um pedaço de um bolso de jaqueta, presumidamente arrancado a dentadas por Chonino. O que ele contém são *duas notas de dez pesos*. Os documentos dos dois delinquentes se encontram *a poucos metros de onde estava caído o segundo agente mencionado*.

A história que começa a se esboçar a partir da leitura da ata se afasta nitidamente do relato apresentado na seção anterior. O testemunho do agente Silbert confirma esse rumo divergente:

“Em seu testemunho o Agente SILBERT declara que, no dia e na hora mencionados, juntamente com o agente IANNI e com

o cão CHONINO, matrícula 716, repararam em dois suspeitos. O declarante mandou que IANNI, que interrogava os sujeitos permanecendo o depoente a cerca de três metros de distância com o Cão para dar cobertura a IANNI, assim foi que IANNI, parou os sujeitos e solicitou seus documentos, que lhes foram entregues por eles, alguns instantes depois, o mais alto dos dois enfiou a mão no bolso da jaqueta, sendo por isso que o depoente decide sacar a pistola oficial do coldre. O indivíduo pega sua arma primeiro e apontando para o depoente diz não vai me matar filho da puta imediatamente depois o que o ameaçava avança para ele e começa a luta entre os dois conseguindo tirar a arma oficial e acertá-lo diversas vezes na cabeça isso se dava enquanto o cão atacava mordendo-o nas nádegas, em ambas as pernas e braços, conseguindo tirar-lhe o revólver 32 que trazia. Em seguida o indivíduo empurrou o depoente para trás contra um muro que ali havia, tendo perdido a pistola oficial, ao abaixar-se para pegá-la sente uma forte dor nas costas por haver sido ferido nas costas sem saber qual dos sujeitos havia atirado contra ele. Que ao fugir aquele que o atacara ia perseguido pelo cachorro que o continuava mordendo razão pela qual com o revólver 32 atira duas vezes no animal que falece, a respeito de IANNI, só pode dizer que houve uma luta semelhante e o sujeito sacou uma pistola grande semelhante à oficial, que entre eles houve uma intensa troca de tiros, mas por estar de costas, não pode ver muito mais, Dá aviso por rádio alertando sobre a emergência, chegando o policial que o levou para o hospital”.

O que se passou nessa noite, diz a ata, é algo muito diferente daquilo que é tradicionalmente narrado. Os pontos de divergência são significativos. Os policiais não são surpreendidos ao fazer a patrulha, mas abordam ativamente duas pessoas por considerá-las *suspeitas*. A documentação de uma delas não cai do bolso, mas os documentos são *solicitados* e *entregues* pelos sujeitos. O cão ataca um dos suspeitos e consegue arrancar um pedaço do bolso, mas nele não há documentos, e sim dinheiro. Chonino não se arrasta, desfalecendo, para lambe as feridas de seus companheiros, mas morre imediatamente no local em que é atingido.

Com os acontecimentos assim narrados, sua carga semântica se altera. Já não há delinquentes surpreendendo traiçoeiramente, nem policiais feridos sem chance de defesa. O cenário propício à cilada se desfaz. Também não há um cachorro que protege, com seu último alento, a vulnerabilidade de seus companheiros, ou que morre obtendo, com sua coragem, os documentos

que permitirão a resolução do caso. Não há lugar, no decorrer desses acontecimentos, para heróis extraordinários ou mártires abnegados. O que há é uma história mais prosaica: a história de um pedido de documentação que acarreta um tiroteio e de um cachorro que sai em defesa dos policiais e ataca um dos delinquentes. A história de um cachorro cujas ações, apesar de valentes e arrojadas, não falam de heroísmos extraordinários, mas sim de lealdades possíveis.

## À Guisa de Conclusão

Comecei este trabalho me perguntando o que é que transforma um fato em uma narrativa. Acredito que a comparação entre os dois registros examinados – crônica e ata – mostra uma resposta possível, evidenciando os recursos com que se constrói um relato institucional. Se há algo evidente, é que a distância entre os dois registros é apenas aquela que nasce da diversidade de propósitos e da organização da experiência daí resultante. Contar os acontecimentos que levaram à morte de Chonino não é a mesma coisa que narrar suas façanhas, e se para o primeiro é preciso a pressuposição da verdade e da evidência empírica, para o outro basta a verossimilhança (BRUNER, 1991).

Isto equivale a argumentar que o relato não obedece a um modo de dizer paradigmático, porém narrativo: o que importa é que seja de algum modo um texto educativo, que apresente – ao contrário da ata – um argumento e um fecho. Isso é, que não tenha por objetivo o mero registro dos acontecimentos, mas que construa uma estrutura narrativa cujas configuração e desfecho aspirem a um significado moral: a um princípio à luz do qual a sequência de eventos possa ser avaliada. (CARR, 1986; EWICK; SILBEY, 1995; HOHR, 2000).

A construção de um relato é assim indissociável de uma intenção moralizadora. E, ainda que um relato dependa de um contexto histórico e institucional particular, que modela seu modo de ser contado, seus significados e seus efeitos (EWICK; SILBEY, 1995), a conversão de uma história em um relato requer, para produzir essa moral institucionalmente relevante, um determinado posicionamento do protagonista e a colocação, em primeiro plano, de motivos institucionais. Ou, dizendo de outra forma: a exigência narrativa do relato requer, para maior realce, que o nome de Chonino seja revestido de uma significação ulterior – a lealdade, a valentia,

o sacrifício. Requer que Chonino não apenas morra pelas mãos dos delinquentes, mas que morra conseguindo seus documentos e protegendo seus companheiros. Requer, em suma, a conversão de sua morte em um fato proeminente.

O relato se constrói, em primeiro lugar, a partir desse jogo de luzes e sombras: de elementos destacados e de elementos apagados. Basta examinarmos outro registro do relato de Chonino – a placa que está ao lado de seus ossos no Museu da PFA – para evidenciar esse processo:

“No dia 2 de junho de 1983, aproximadamente às 20:00, em circunstâncias em que a dupla composta pelos Agentes Luis Sibert e Eduardo Ianni daquela Divisão, juntamente com o animal citado, patrulhavam a jurisdição do 45º. Batalhão, ao tratar de identificar duas pessoas do sexo masculino, com as pretensões do caso, que estavam em atitude suspeita no interior de um automóvel estacionado, foram agredidos com armas automáticas de grosso calibre de forma inesperada.

Como resultado do exposto acima os policiais mencionados ficaram seriamente feridos, mas mesmo assim conseguiram reagir à agressão, para o que contaram com a inestimável colaboração do ataque de CHONINO, quem, com sua ação, neutralizou um dos agressores ferindo-o consideravelmente.

Essa situação fez com que os malfeitores, antes de fugir, matassem o cão enquanto mordida a um deles.

Além de colaborar para colocar em fuga os agressores da autoridade e de arrancar com os dentes um bolso com documentos, o cão permitiu com isso a identificação dos agressores (...).

O cão CHONINO é o primeiro cachorro da Polícia Federal que, em 51 anos de existência da Divisão de Cães, morreu ‘no cumprimento do dever’ e seu falecimento se dá no momento em que agride o delinquente em defesa da Lei. Por sua brilhante atuação se fez merecedor de honrarias ‘post-mortem’ durante a semana da Instituição, havendo transcendido a condição canina para alcançar o cume dos heróis”.

Também aqui as ações de Chonino diferem daquilo que está registrado na ata, sendo narrado na chave de uma façanha *brilhante e inestimável*. Sua atuação é de tal ordem que o faz *transcender a condição canina para alcançar o cume dos heróis*. Poder-se-ia argumentar que o relato, para que seja um relato, não se pode valer de cachorros comuns cuja morte decorre da realização de atos cotidianos, mas precisa de seres superlativos cuja morte advém de atos heróicos. O heróico não se estabelece (apenas) por atacar um delinquente,

mas porque o ataque é recompensado com os documentos. O que nos faz suspeitar que, para narrar o herói, é preciso que este exceda a simples valentia. O relato de Chonino, então, não faz mais do que reorganizar o enredo, ressignificando a história por meio da vinculação de dois elementos antes sem conexão – mordida e documentação.

Há ainda outro elemento que chama a atenção nesse registro: não há qualquer menção a Chonino se arrastando para proteger seus companheiros feridos. Isso nos revela o caráter possivelmente deliberado desse elemento na resolução do enredo. Se o alcance de uma significação ulterior é algo que a construção de um relato persegue, isso é algo ainda mais bem-sucedido através do tensionamento da corda emotiva. O apelo ao *céu dos cachorros e ao cume dos heróis* funciona como um recurso voltado para esse fim. Nessa linha de sentido, a imagem construída por Donato – um cão desfalecendo incapaz de abandonar seus companheiros – constrói, sem dúvida, um quadro emotivo muito mais poderoso.

Ricoeur argumenta (*apud* EWICK; SILBEY, 1995) que todo relato implica uma inovação semântica: algo que se omite, algo que se desvaloriza, algo que se acrescenta. Assim, nessa recombinação de elementos, a carga emotiva tem um papel fundamental: transforma um acontecimento anódino em um exemplo moral. A irrupção da emoção tensiona os fios da trama. É a carga emocional que colore os acontecimentos, que pontua a linha narrativa e amplifica a intensidade da mensagem, possibilitando que o narrado chegue a nós, nos comova e transforme uma história distante em uma história que nos envolve: que transforme a história de um cão policial na história de Chonino.

Um relato, ainda mais quando é institucional, tem que ser emotivo. Tem que despertar associações afetivas que definam e orientem o sujeito em um mundo social. Tem que organizar a experiência de seus membros, criando e afirmando identidades coletivas, relações sociais, conhecimentos e crenças. Tem que construir um universo sedimentado em noções e qualidades específicas (EWICK; SILBEY, 1995; BRUNER, 1998; LEWKOWICZ, 2008; SPIVAK L'HOSTE, 2010).

No âmbito policial, o relato de Chonino explora sabiamente atributos de coragem, heroísmo, entrega e sacrifício. Ao fazê-lo, manifesta duas coisas simultaneamente: a primeira, que essas qualidades eram inteiramente de Chonino. A segunda, que essas qualidades, apesar de suas, são de toda a força policial. O relato e a instituição, por assim dizer, se reforçam mutuamente.

## Referências

- ALBERTI, Samuel.  
(2005). Objects and the Museum. *Isis*, v.96, n. 4, p.559-571.
- BERMAN, Harold.  
(1996). *La formación de la tradición jurídica de Occidente*. México, Fondo de Cultura Económica.
- BRUNER, Jerome.  
(1998). What is a narrative fact?. In: *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, n.560, p.17-27.
- (1991). The narrative construction of reality. *Critical Inquiry*, v.18, n.1, p.1-21.
- CARR, David.  
(1986). Narrative and the real world: an argument for continuity. *History and Theory*, v.25, n.2, p.171-131.
- COHEN, Albert.  
(1998). The sociology of the deviant act: anomie theory and beyond. *American Sociological Review*, v.30, n.1, p.5-14.
- CORRÊA, Mariza.  
(1983). *Morte em Família – Representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro, Graal.
- DAICH, Deborah.  
(2010). *Familia, conflictos y justicia*. Tesis Doctoral en Antropología presentada a la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos aires.
- EILBAUM, Lucía.  
(2008). *“Los casos de policía” en la Justicia Federal en Buenos Aires*. El pez por la boca muere. Buenos Aires, Antropofagia.
- (2005). La transformación de los hechos en los procesos judiciales: el caso de los “procedimientos policiales fraguados”. In: Sofía Tiscornia; María Victoria Pita (Eds.); *Derechos Humanos, tribunales y policías en Argentina y Brasil*. Buenos Aires, Antropofagia. p.133-148.
- (2004). La sospecha como fundamento de los procedimientos policiales. *Cuadernos de Antropología*, n.20, p.79-91.
- EWICK, Patricia; Susan SILBEY.  
(1995). Subversive stories and hegemonic tales: toward a sociology of narrative. *Law & Society Review*, v.29, n.2, p.197-226.
- FOLEY, John Miles.  
(1992). Word-power, performance and tradition. *The Journal of American Folklore*, v.105, n.417, p.275-301.
- FOUCAULT, Michel.  
(1995). *La verdad y las formas jurídicas*. Barcelona, Gedisa.
- GALEANO, Diego.  
(2011). “Caídos en cumplimiento del deber”. Notas sobre la construcción del heroísmo policial. In: Diego Galeano; Gregorio Kaminsky (Eds.); *Mirada (de) uniforme*. Historia y crítica de la razón policial. Buenos Aires, Teseo. p.185-219.
- GARCÍA NEGRONI, María Marta.  
(2011). Prólogo. In: María Marta García Negroni (Coord.); *Los discursos del saber*. Prácticas discursivas y enunciación académica. Buenos Aires, Editoras del Calderón. p.15-22.
- GEERTZ, Clifford.  
(1989). *El antropólogo como autor*. Barcelona, Editorial Paidós.
- GOMES DA CUNHA, Olivia Maria.  
(2010). La existencia relativa de las cosas (que reposan en los archivos): prácticas y materialidades en relación. In: Mariana Sirimarco (Comp.); *Estudiar la policía*. La mirada de las ciencias sociales sobre la institución policial. Buenos Aires, Editorial Teseo. p.97-138.
- HOCHSCHILD, Arlie Russell.  
(1979). Emotion work, feeling rules, and social structure. *The American Journal of Sociology*, v.85, n.3, p.551-575.

- HOHR, Hansjorg.  
(2000). Dynamic Aspects of Fairy Tales: Social and emotional competence through fairy tales. *Scandinavian Journal of Educational Research*, v.44, n.1, p.89-103.
- LEAVITT, John.  
(1996). Meaning and feeling in the Anthropology of Emotions. *American Ethnologist*, v.23, n.3, p.514-539.
- LEWKOWICZ, Ignacio.  
(2008). *Pensar sin Estado*. La subjetividad en la era de la fluidez. Buenos Aires, Paidós.
- LUTZ, Catherine.  
(1986). Emotion, thought and estrangement: emotion as cultural category. *Cultural Anthropology*, v.1, n.3, p.287-309.
- LUTZ, Catherine; WHITE, Geoffrey.  
(1986). The anthropology of emotions. *Annual Review of Anthropology*, v.15, p.404-436.
- LYON, Margot.  
(1995). Missing emotion: the limitations of cultural constructionism in the study of emotion. *Cultural Anthropology*, v.10, n.2, p.244-263.
- MONTOLÍO, Estrella; SAMANIEGO, Anna López.  
(2008). La escritura en el quehacer judicial. Estado de la cuestión y presentación de la propuesta aplicada en la Escuela Judicial de España. *Revista Signos*, v.41, n.66, p.33-64.
- OCHS, Elinor; CAPPS, Lisa.  
(1996). Narrating the self. *Annual Review of Anthropology*, v.25, p.19-43.
- RAMÍREZ GELBES, Silvia.  
(2011). Títulos de ponencias, ethos y desagenticación: de diferencias y similitudes entre disciplinas. In: María Marta García Negróni (Coord.); *Los discursos del saber*. Prácticas discursivas y enunciación académica. Buenos Aires, Editoras del Calderón. p.67-99.
- REID, Louis Arnaud.  
(1966). Feeling and expression in the Arts: expression, sense, and feelings. *The Journal of Aesthetics and Art Criticism*, v.25, n.2, p. 123-135.
- RICÓS VIDAL, Amparo.  
(1998). La pasiva con se agentiva en los textos jurídico-administrativos: su incidencia pragmática. *ELUA – Estudios de Lingüística Universidad de Alicante*, v.12, p. 195-209.
- ROSALDO, Michelle.  
(1983). The shame of headhunters and the autonomy of self. *Ethos*, v.11, n.3, p.135-151.
- SCHNIEBS, Alicia.  
(2001). Pacto sexual y pacto social en el *Ars Amatoria*: de la exclusión a la inclusión. In: Elisabeth Caballero de Del Sastre; Alicia Schniebs (Comps.); *La fides en Roma*. Buenos Aires, Opfyl.
- SIRIMARCO, Mariana.  
(2013a). A vida com farda. A vestimenta policial como relato institucional em disputa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.28, n.82, p.31-43.  
(2013b). La moral en entredicho. Policía y moralidad en libros de relatos institucionales. *Iberoamericana*, n.54, en prensa.  
(2013c). Reformas policiales y narrativas institucionales en Argentina. Renombrando escuelas de policía: un estudio de caso. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, v.56, n.3, p.605-633.  
(2013d). La cosa y la palabra. Relato y emocionalidad en un museo policial. *Revista del Museo de Antropología*. En prensa.
- (2010). Memorias policiales. Narrativas de emotividad. *Publicar-En Antropología y Ciencias Sociales*, v.VIII, p.127-143.
- (2007). Indicios. Semiología policial del cuerpo de los "otros". *Ultima Ratio*, v.1, n.1, p.199-229.
- SMART, Carol.  
(1995). *Feminism and the Power of Law*. London, Routledge.
- SPIVAK L´HOSTE, Ana.  
(2010). *El Balseiro*. Memoria y emotividad en una institución científica argentina. La Plata, Editorial AL Margen.

TISCORNIA, Sofia.  
(2010). *Activismo de los derechos humanos y burocracias estatales. El caso Walter Bulacio*.  
Buenos Aires, Del Puerto / CELS.

**Recebido em**  
dezembro de 2016

**Aprovado em**  
março de 2017

# Percepções e afetos de policiais federais: interações com estudantes estrangeiros

Silvia Garcia Nogueira\*

## Resumo

Os contatos de estrangeiros com representantes do Estado que desempenham papéis de controle da ordem social e repressão à sua infração frequentemente são marcados por um clima de desconfiança. No caso dos migrantes internacionais, a apresentação à Polícia Federal, por qualquer motivo, representa um momento tenso em que paira o sentimento de se ter feito algo errado, mesmo quando isso não procede. Paralelamente, intelectuais voltados para o estudo de imigrantes no Brasil têm dado preferência a investigar os processos migratórios na perspectiva dos que migram ou dos que os recebem, mas tendem a deixar de lado os agentes estatais mediadores que definem a condição de regularidade e legalidade de estrangeiros no país. A referência a eles tende a carregar pressupostos e pré-conceitos, cujo ponto de partida e chegada é o entendimento de que estrangeiros e agentes estatais estão em posição de confronto em grande parte das vezes. Diante disso, este trabalho pretende discutir etnograficamente o modo como alguns representantes da Delegacia de Migração da Polícia Federal em João Pessoa (PB) percebem a si mesmos no desempenho de seu ofício policial no contato cotidiano com estrangeiros regulares na Paraíba, suas visões sobre a instituição à qual pertencem e suas percepções de mundo no que tange ao contato com migrantes internacionais. Os primeiros dados da pesquisa apontam para a sensibilidade de alguns membros da Delegacia que superam as expectativas meramente burocráticas no desempenho das funções profissionais cotidianas, revelando desejos e práticas de solidariedade e hospitalidade em relação a estrangeiros regulares no estado..

## Palavras-chave

Polícia Federal. Estudantes internacionais. Migrações.

---

\* Silvia Garcia Nogueira é investigadora visitante/pós-doutoranda no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS / ULisboa), professora da graduação e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). É mestre e doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional (UFRJ) e jornalista formada pela PUC-Rio. Tem publicado artigos nas áreas de antropologia da comunicação, mídia e relações internacionais, e cooperação acadêmica internacional. É co-organizadora dos livros "Antropologia da Comunicação de Massa" e "América Andina: integração regional, segurança e outros olhares". Email: snogueirari@gmail.com

## **Abstract**

The contacts of foreigners with representatives of the State who play significant roles regarding control over social order and repression are often marked by an atmosphere of distrust. In the case of international migrants, their presentation to the Federal Police for any reason represents a tense moment, in which there is a feeling of having done something wrong even when this is not the case. At the same time, intellectuals who focused on the study of immigrants in Brazil have given preference to investigate migratory processes from the perspective of both those who migrate or those who host them, but tend to leave aside the mediating state agents in charge of defining the condition of regularity and legality of foreigners in the country. Reference to them leads to assumptions and preconceptions, which tend to point to the unchangeable understanding that foreigners and state agents are most often in a position of confrontation. Therefore, this study aims at discussing ethnographically how some representatives of the Federal Police Migration Department in João Pessoa call up themselves to the duty of their police service, in the daily contact with regular foreigners in Paraíba, their visions concerned with the institution to which they belong, and their perceptions of the world regarding contact with international migrants. The first data of the research point to the sensitivity of some members of the Police Station who surpass the purely bureaucratic expectations in the performance of the daily professional functions, revealing desires and practices of solidarity and hospitality in relation to regular foreigners in the state.

## **Keywords**

Federal Police. International students. Migrations.

## **Introdução**

Os contatos de estrangeiros com representantes do Estado que desempenham papéis de controle da ordem social e de repressão à sua infração frequentemente são marcados por um clima de ansiedade e desconfiança. No caso dos migrantes internacionais, a apresentação à Polícia Federal por qualquer motivo representa um momento tenso, em que paira o sentimento de se ter feito algo errado, mesmo quando isso não procede e se está em situação regular.

Em parte, a explicação para o desconforto reside no fato da existência de um ambiente construído pelos Estados no pós-11 de setembro de 2001, cujo pressuposto tornou-se o de que a segurança internacional estaria ameaçada por “terroristas” dispostos a cometerem atentados em quaisquer hora e

lugar. Uma significativa consequência daí decorrente foi a adoção pelos Estados de medidas e políticas migratórias voltadas para (ou em nome de) a defesa de sua soberania e de seus interesses nacionais.

Os migrantes internacionais, então, passam a reagir norteados por um quadro simultaneamente imaginário e real de endurecimento no controle sobre estrangeiros. Na perspectiva do indivíduo, ocorre uma exacerbação do sentimento de medo, Na do Estado (e de seus representantes), o “outro” é tratado como ameaça (NOGUEIRA, 2013), já que, conforme Póvoa-Neto (2005, p.297), a própria condição de migrante passa a ser criminalizada. No campo das Relações Internacionais, portanto, conectado diretamente à segurança, o tema das migrações internacionais passa a ser matéria de alta política (MENEZES, 2007).

O Estado brasileiro, a partir do Governo Lula (2003-2010), voltou sua política externa para a cooperação internacional do tipo “Sul-Sul”, em princípio marcada por uma orientação mais horizontalizada em relação a uma do tipo “Norte-Sul”. O estreitamento de laços políticos entre os países ocorre em grande medida a partir da cooperação educacional, na qual o Brasil se transformou em uma importante referência de estudantes internacionais oriundos de tais países do “Sul”, especialmente os integrantes da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Um referencial sobre os reflexos dessa política pode ser visto nos resultados do Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que aponta que quase dobrou o número de imigrantes residentes no país em uma década. Em 2010, eram 268.201 imigrantes vivendo no Brasil, contra 143.644 imigrantes, em 2000, configurando um aumento de 86,7% (sendo a região Sudeste a que mais vem recebendo imigrantes nesse período de tempo)<sup>1</sup>.

No que se refere especificamente às migrações de estudantes que escolhem o Brasil como destino para qualificação acadêmica, dados do Ministério das Relações Exteriores relativos ao Programa de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG)<sup>2</sup> apontam que, entre 2000 e 2013, o país recebeu 7172 alunos estrangeiros do que pode

---

<sup>1</sup> Dados retirados da reportagem “Número de imigrantes no Brasil quase dobra na década; SP e PR são os principais destinos”, da *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/04/27/numero-de-imigrantes-morando-no-brasil-quase-dobra-em-dez-anos-sp-e-pr-sao-os-principais-destinos.htm>.

<sup>2</sup> Informações retiradas do site do MRE. Disponível em: [www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico.php](http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico.php) e [www.dce.mre.gov.br/PEC/PG/historico.php](http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PG/historico.php). Acesso em 13 agosto de 2014.

ser entendido como do “Sul” (em oposição ao “Norte”, com relações de convênio hierarquizadas e subalternizadas) dentro do PEC-G, e 2166 no PEC-PG. Um detalhamento maior aponta que desses totais, na graduação, o predomínio foi de estudantes africanos (6001 alunos no período, sendo que em 2013 foram 255), seguido por latino-americanos (1636 no total, 132 em 2013) e asiáticos (39 no total, 34 em 2013). No PEC-PG, com um total de 2166 no mesmo período, a distribuição foi a seguinte: 1625 alunos provenientes das Américas, sendo 208 em 2013; 465 africanos, 76 em 2013; 76 asiáticos, sendo 2 em 2013.

Foi justamente com uma série de indagações sobre o fenômeno de modo geral e em particular com uma curiosidade sobre os estrangeiros na região Nordeste do Brasil – pouco analisados numa comparação com o Sul e o Sudeste do país – que desde 2009 venho pesquisando os estudantes internacionais que migram por motivos de qualificação profissional para a Paraíba<sup>3</sup>, primeiramente africanos e recentemente timorenses. As pesquisas, no entanto, levaram a nossa equipe a contatos diretos e indiretos com órgãos distintos (universidades públicas, secretarias de governo, consulados e embaixadas, entre outros), além dos alunos estrangeiros, claro. Entre as organizações públicas, a Polícia Federal (PF) foi a que mais me chamou a atenção, por ter se configurado como o órgão que melhor nos recebeu e mais nos apoiou no momento da coleta de dados.

Desde o início, o então Superintendente Geral da PF não somente autorizou a realização da pesquisa junto à Delegacia de Polícia de Imigração (Delemig/PB)<sup>4</sup> como ressaltou a importância do tema. Ademais, um pouco

---

<sup>3</sup> A pesquisa vem sendo desenvolvida no âmbito dos projetos intitulados “Migrantes em trânsito na Paraíba: políticas, normatizações e mapeamento de estrangeiros com vistos de trabalho, negócios e estudo” (2009-2010, dentro do PIBIC/UEPB); “Cooperação Técnica-Educacional. Um estudo sobre as relações Brasil-África a partir da experiência de estudantes africanos em universidades públicas na Paraíba” (2010-2011, dentro do PIBIC/UEPB); e “As migrações internacionais: sobre os conceitos teóricos e o aprofundamento da análise da situação contemporânea dos imigrantes brasileiros” (2011-2014, apoiado pelo PROPESQ/UEPB), que abarcou ainda um projeto PIBIC/UEPB (cota 2013-2014) voltado para a cooperação educacional estabelecido entre a Universidade Estadual da Paraíba e o Fundo Nacional de Capital Humano do Timor-Leste, com acompanhamento dos 33 estudantes timorenses que estudam em graduações e pós-graduações da UEPB.

<sup>4</sup> Agradeço a autorização dada entre 2009 e 2011 pela Superintendência da Polícia Federal na Paraíba para a realização da pesquisa. Em especial, agradeço ainda àqueles que tiveram paciência de serem entrevistados, muito particularmente a uma pessoa que tem sido minha principal fonte de consulta desde sempre, e aos estudantes com os quais eu e os alunos da equipe de pesquisa mantivemos contatos ao longo do tempo. Finalmente, agradeço a Maria Claudia Coelho e Susana Durão a oportunidade de participar desta coletânea.

antes até de eu sequer pensar em estudar o assunto, por uma situação particular, uma das pessoas do setor de imigração era membro tanto quanto eu do Comitê Paraibano de Educação em Direitos Humanos, o que na época fazia com que nos encontrássemos com alguma frequência. Aliás, esse fato me inspirou a aproximar-me daquela organização e instaurou uma série de indagações sobre pressupostos diante de representantes estatais. De qualquer modo, o contato direto com a Delemig revelou facetas inesperadas em relação ao que eu mesma pressupunha ser o tratamento dispensado ao público: um atendimento formal, distanciado – imaginário formado por expectativas externas que rondam o próprio trabalho policial burocrático, de controle e de investigação. Minha primeira surpresa ocorreu quando, tendo enviado uma aluna da equipe de pesquisa para fazer a coleta de dados quantitativos sobre estudantes estrangeiros na Paraíba, um agente prontamente se ofereceu para ajudá-la com a tarefa. Isto porque inexistia um banco de dados compilados, sendo preciso consultar um a um os registros de todos eles, para fazer a contagem. Outra surpresa foi que os ouvidos costumavam contar casos de experiências negativas e insatisfatórias de seus contatos com outros postos da PF no país, mas não foi feita nenhuma reclamação específica no que se refere à Delemig / PB.

O desenrolar do estudo sobre os alunos internacionais e a aproximação com alguns membros da PF possibilitaram ainda conhecer alguns casos contados por ambos os grupos de situações em que as ações dos representantes estatais (agentes e administrativos, principalmente, pelo contato direto com os estrangeiros) ultrapassaram os padrões formais e burocráticos de comportamentos e sentimentos (ou ausência deles) esperados pela organização (e de certo modo, pelos usuários dos serviços também).

O que se pôde perceber foi a presença de afetos<sup>5</sup> vindos de um agente público, no exercício da profissão, em situações interacionais dentro de uma organização marcada pela racionalidade típica do trabalho policial, com expectativas de frieza e distanciamento emocional de seus quadros<sup>7</sup>. As

---

<sup>5</sup> De acordo com Gondim e Siqueira (2004, p.211):

“os afetos abarcariam os sentimentos, os humores e os temperamentos, que teriam em comum sua maior persistência no tempo e sua relação com aspectos cognitivos. Os sentimentos não estariam relacionados à prontidão da ação tanto quanto às emoções, mas à interpretação subjetiva da situação que pela persistência do objeto na memória faria perdurar o afeto em relação a ele”.

histórias contadas incluíam desde funcionários que tiravam do próprio bolso a ajuda financeira para a renovação de vistos a estudantes em momentos de dificuldades econômicas – passando por orientações detalhadas sobre como agir em alguns casos – até um agente que foi apelidado carinhosamente por todos de “embaixador do Cabo Verde” por ser convidado a frequentar festividades da comunidade de estudantes na cidade. Fatos inesperados aos olhos distantes de quem não participa desse cotidiano muito particular.

De longe, nesse sentido, os intelectuais estiveram mais voltados para o estudo de imigrantes no Brasil na perspectiva dos que migram ou dos que os recebem, tendendo a deixar de lado como objetos de pesquisa os agentes estatais mediadores que definem a condição de regularidade e legalidade de estrangeiros no país. Os pontos de partida e de chegada têm sido o entendimento de que estrangeiros e agentes estatais estão em posição de confronto e conflito em grande parte das vezes.

Diante disso, este trabalho pretende discutir etnograficamente o modo como alguns representantes da Delemig da Polícia Federal em João Pessoa (PB) percebem a si mesmos no desempenho de seu ofício policial, nas interações cotidianas com estrangeiros regulares na Paraíba, suas visões sobre a instituição à qual pertencem e suas percepções de mundo no que tange aos estudantes internacionais. A chave teórica analítica utilizada que parece mais se adequar aos afetos envolvidos nas situações pesquisadas gira em torno das noções de “hospitalidade” e “solidariedade”. Estas estão contidas implícita ou explicitamente na máquina burocrático-formal da PF e na incorporação pelos funcionários de “carne e osso”, como disse um deles, de tais noções na realização de suas atividades profissionais. Ainda, em depoimentos de estudantes, várias foram as vezes em que apareceu o qualificativo de “hospitaleira” para falar sobre a sociedade paraibana, e nos relatos de alguns membros da PF “acolhimento” foi a palavra usada para designar o tratamento dado aos estudantes em distintas situações.

## **Contatos e obrigações mútuas**

Os estudantes estrangeiros que ingressam no Brasil o fazem por meio de um visto de estudo já concedido pelo Ministério das Relações Exteriores e chegam a partir de uma relação previamente estabelecida entre os países (de origem e de destino) e as instituições envolvidas nesse processo, com regras e outras normatizações precisas. O primeiro contato com uma repartição da

Polícia Federal ocorre em sua chegada, pois o estudante necessita fazer seu Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) em até 30 dias de entrada no país.

Em princípio, o estudante deve procurar a PF de tempos em tempos, conforme o caso, para prorrogação de sua estada ou em caso de mudança de situação (por exemplo, pedido de transformação de visto). A validade máxima do RNE é de dois anos. O pedido de renovação do registro deve ser realizado com até 30 dias de antecedência – período previsto para a emissão da renovação. Exceder esse prazo pode significar uma autuação por irregularidade, caso o registro expire, e o novo documento não tenha sido emitido.

Em geral, os alunos em nível de graduação precisam se apresentar a cada ano, e os de pós-graduação, a cada dois anos. Esse prazo de um ano pode ser prorrogado por igual período até o final do curso. Mas existe o condicionamento ainda ao tipo de tratado de cooperação firmado entre o local de origem do estudante estrangeiro e o Brasil e/ou a instituição brasileira que o recebe. Caso ele não se apresente no prazo estipulado, é autuado, necessitando pagar uma multa atualizada diariamente, até 100 dias. Mas, em situação irregular, dependendo do acordo de cooperação que possibilitou sua vinda, o estudante pode receber uma notificação em até 8 dias após o prazo estipulado ou mesmo ser deportado.

Cabe ressaltar que para a Polícia Federal a situação de irregularidade é bem diferente da de ilegalidade. Segundo um agente<sup>6</sup>, o estrangeiro está irregular no país quando está sem visto; e está ilegal quando comete um crime. Ele exemplifica: “Se um brasileiro ou um estrangeiro em situação regular no país dá abrigo a um estrangeiro sem visto válido, ele está cometendo um crime, mas o estrangeiro sem visto válido está cometendo uma irregularidade”. Conforme explicado pelo agente, existem 16 artigos de autuação que incidem sobre o estrangeiro. A PF trabalha diretamente referida à Lei 6.815, de 1980, ao Estatuto do Estrangeiro, por muitos considerado ultrapassado e uma herança da ditadura militar no Brasil por ter como foco principal a segurança nacional e não os direitos humanos<sup>7</sup>.

O RNE dá direito a um documento emitido em Brasília, confeccionado

---

<sup>6</sup> Para garantir o anonimato das fontes, como de praxe na pesquisa antropológica, nomes verdadeiros não serão apresentados, assim como qualquer tipo de característica, como cargo específico, tempo de serviço preciso ou sexo.

<sup>7</sup> Sobre documentação de estrangeiros no Brasil, ver Etcheverry (2007).

no edifício sede da PF, que serve como identificação do estrangeiro em solo nacional. De acordo com outro funcionário da PF, o problema ocorre quando há uma demora na emissão dessa carteira de identificação (pela qual é preciso pagar uma taxa) e o estudante passa a ter uma série de dificuldades pela ausência da mesma. Sem a carteira, por exemplo, geralmente os bancos não abrem conta corrente para o estrangeiro, o papel contendo o número do protocolo do RNE. Segundo o funcionário, embora esse tenha sido o maior problema existente do ponto de vista burocrático para o estudante até poucos anos atrás, a orientação é a de que, se a carteira não chegar a tempo (até 3 meses), o estrangeiro está desobrigado a pagar uma nova taxa pela renovação da carteira.

Cabe dizer que, no instante do pedido da renovação do registro para o estudante, junto ao formulário próprio deve estar o histórico escolar do aluno emitido pela universidade na qual está matriculado. Para um agente, esse também é um fator de nervosismo dos requerentes junto à PF, pois a reprovação por falta em uma disciplina pode configurar um abandono da matéria, implicando um relatório enviado para a sede em Brasília.

A Delemig está subordinada à Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal na Paraíba, dividindo-se em Setor de Estrangeiros, Passaportes, Núcleo de Processamento de Mandados (Nuprom), Secretaria, Cartório, além da posição ocupada pelo delegado responsável. O serviço é predominantemente burocrático. Por isso mesmo, os policiais e os funcionários administrativos acabam desempenhando funções parecidas, embora as investigações fiquem a cargo dos policiais.

Em 2012, a delegacia contava com nove funcionários, incluindo a chefia, quatro a menos que em 2009, que contava com 13. Em 2013, segundo me foi informado, a situação era outra: estava-se vivendo um período de mudanças na Superintendência e na chefia da própria Delemig, havia gente se aposentando e concurso que admitia pessoal novo. Embora, por exemplo, o setor de Passaportes funcione dentro de um *Shopping Center* (na Casa da Cidadania), a sede da PF no estado foi deslocada para Cabedelo, município vizinho à capital paraibana, em um local de mais difícil acesso e, na interpretação de um funcionário, “isolado da vida cotidiana, do centro”.

Em termos de atribuições e funções, o delegado exerce a chefia instaurando e presidindo inquéritos relativos à migração ou outra tarefa que lhe seja atribuída. Os agentes executam investigações (incluindo as sindicâncias, sobre as quais eles fazem relatórios para instrução de processos como permanência e naturalização, além de toda a instrução desses

procedimentos) e participam de operações para prevenção e repressão a crimes da esfera da PF. No caso específico da Delemig, preferencialmente são eles que atendem estrangeiros. Ao escrivão cabe dar cumprimento às formalidades processuais, lavrar termos, autos e mandados, observando prazos necessários ao preparo, à ultimação e à remessa de procedimentos policiais de investigação, além de acompanhar o delegado em diligências policiais. Já aos administrativos cabe a execução de trabalhos que envolvam a aplicação das técnicas de pessoal, orçamento, organização, métodos e material. De acordo com um deles, “trocando em miúdos, meu trabalho envolve manutenção de arquivos, preparação de expedientes, além de atendimentos de solicitações e confecção de passaportes”.

A capacitação policial é realizada na Escola Superior de Polícia (Cesp/ANP), inaugurada em outubro de 2011, sendo esta resultado de uma reestruturação da antiga Coordenação de Altos Estudos de Segurança Pública (Caesp). O curso de formação policial oferecido pela Escola corresponde à última etapa do concurso público para ingresso nos cargos de Delegado, Perito Criminal Federal, Agente, Escrivão e Papiloscopista da Polícia Federal, e possui caráter eliminatório<sup>8</sup>.

Segundo o site da Academia Nacional de Polícia (ANP), a Escola também é responsável pelo Curso Especial de Polícia (CEP), pré-requisito essencial ao acesso ao último nível da carreira. De acordo com uma pessoa da Delemig, esta funcionaria como uma pós-graduação *lato sensu* na área de ciências policiais. Depois de 10 anos de carreira policial, para efeitos de progressão funcional, é preciso fazer o referido curso e produzir uma monografia versando sobre um tema específico. No tocante às pesquisas e à divulgação acadêmico-científica, a Cesp promove publicações, como a Revista Brasileira de Ciências Policiais e a Revista Segurança Pública e Cidadania.

## **Afetos de policiais de “carne e osso”**

Os funcionários (policiais e administrativos) do setor de imigração podem ser divididos em dois grupos, no que se refere ao contato e à interação com

---

<sup>8</sup> Fonte: Web site da ANP. Disponível em: <http://www.dpf.gov.br/anp/educacional/escola-superior-de-policia>. Acesso em 10 de abril de 2014.

os estudantes internacionais. De um lado, aqueles que, sob uma face mais pessoal que a burocracia proporciona, tratam o estrangeiro regular de modo distanciado e formal. De outro lado, os que cumprem o seu ofício assim como os demais, porém são mais sensíveis aos problemas dos alunos, adicionando às informações puramente técnicas outras orientações relativas às diversas questões que afetam suas vidas. Conforme relatos de funcionários e estudantes, também ocorreram raramente casos de grosseria e descaso<sup>9</sup>, por um lado, e de relações muito próximas, por outro. Entre os ouvidos, esses dois tipos de situações são os mais raros e não abrangem necessariamente em especial a PF em João Pessoa, mas em outros estados por onde funcionários e estudantes circularam também<sup>10</sup>.

Dentro do primeiro grupo de funcionários da PF, um deles justifica seu posicionamento da seguinte forma:

“Eu uso o princípio da imparcialidade. Mas tem colegas que até tiram do próprio bolso, que pagam a prorrogação do estudante. Eu não, pois se um dos pré-requisitos é justamente o estudante ter condições de se manter, e se os brasileiros que vão para fora recebem tratamento formal, a partir da lógica da reciprocidade faço o mesmo que eles... Mas, claro, tudo dentro do respeito aos direitos humanos e do Estatuto do Estrangeiro. Inclusive, nossa formação na academia de polícia é bastante voltada para os direitos humanos e nosso hino tem uma parte sobre direitos humanos”<sup>11</sup>.

O que ele chama de “princípio de imparcialidade”, em uma lógica racional, se encaixa perfeitamente em uma discussão levantada por Lutz,

---

<sup>9</sup> Ferreira *et al.* (2012) analisam as emoções discretas no trabalho (medo, raiva, surpresa, alegria, tristeza e asco), dizendo que estas ainda são pouco estudadas. A elas, os autores citam Mendonça (2003), acrescentando a retaliação (baseada no sentimento de injustiça e de indignação para com a organização). Embora estas não sejam o foco da pesquisa, uma hipótese de pesquisa para comportamentos “grosseiros” ou de “descaso” poderia ter relação com esta última.

<sup>10</sup> Nesta pesquisa, a verificação da veracidade das informações em relação a esses casos não foi uma preocupação, já que, como de praxe na pesquisa antropológica e na abordagem metodológica escolhida, a tendência foi valorizar os relatos nativos, sem julgá-los ou ao conteúdo do que relatam.

<sup>11</sup> Alguns desses depoimentos foram explorados em outro lugar (NOGUEIRA, 2013). No entanto, aqui acrescentaram-se abordagens analíticas mais consonantes com discussões no âmbito da Antropologia das Emoções e aprofundou-se a análise sobre eles.

segundo Coelho, Durão e Vianna (2012, p.214), de que a “etnopsicologia ‘euro-americana’ estaria estruturada em torno de duas oposições: emoção *versus* pensamento e emoção *versus* distanciamento”.

O discurso do “princípio de imparcialidade” refere-se simultaneamente a ambas as oposições. A “imparcialidade” surge como uma justificativa racional (do pensamento) baseada no pressuposto de como deve ser o desempenho profissional (imparcial, distanciado) em uma organização estatal limitada por parâmetros administrativos e jurídicos (“respeito aos direitos humanos e do Estatuto do Estrangeiro”).

Cabe lembrar que para Fineman (2001) existem três perspectivas sobre inter-relações entre emoções e razão no contexto organizacional: a de que as emoções perturbam a racionalidade, a de que podem ser úteis a ela e de que se trata de duas faces de uma mesma moeda. Quanto à primeira – que parece corresponder à visão do funcionário –, pressupõe-se que pessoas agem conforme suas percepções e, uma vez que estas “sofrem interferências de experiências afetivas e medo inconscientes, as ações daí decorrentes sempre serão enviesadas e passíveis de distorções” (GONDIM; SIQUEIRA, 2004, p. 217).

Outro grupo de funcionários (agentes e administrativos) da PF parece ir além do lema de “servir bem servido”, ideal expresso no hino da categoria. Em particular no contato com os estudantes estrangeiros, eles acabam desempenhando papéis que ultrapassam as exigências obrigatórias dos cargos que ocupam, tomando atitudes que se baseiam na solidariedade e na empatia em relação ao “outro”.

Dentro de uma interpretação mais psicológica, Marques (2004, p. 126) diz o seguinte sobre o que chama de “o calor e o frio na convivência organizacional”, neste caso o “calor”:

“argumentar sobre as razões que nos levam a correr o risco de ganhar nos levam a correr o risco de ganhar. Isso requer o uso da ideia de “parar-olhar-escutar” nos diálogos informais, fazendo com que as pessoas sejam atravessadas pelo desejo de ajudar “o outro” amorosamente (...)”.

Compartilhando a ideia de que as emoções adquirem significados no plano da consciência e das interações sociais, e que “as emoções são tomadas como um idioma que define e negocia as relações sociais entre uma pessoa e as outras (LUTZ; WHITE, 1986 *apud* REZENDE, 2002, p.74), se colocar no lugar de ou ajudar o “outro” – “parar-olhar-escutar” – faz parte de um

reconhecimento de si dentro do ambiente organizacional marcado pela racionalidade como alguém de “carne e osso”, como dito por um membro da Delemig, e não como uma peça da engrenagem no modelo fordista ridicularizado no filme *Tempos Modernos* (1936), de Charles Chaplin.

Um dos agentes ouvidos da PF conta que os “atrasos da carteira sensibilizam mais os funcionários pelos estudantes, pois eles em geral têm poucos recursos”. Perguntado se essa sensibilidade ou aproximação relativa quanto às questões dos estudantes estrangeiros não causa problemas dentro da PF, ele disse que o principal é “resguardar a imagem da corporação, por exemplo, não ter uma má conduta, como estar embriagado, fazer piadas jocosas em relação aos colegas da PF e superiores hierárquicos, ou ferir a lei, claro”.

Entre os problemas atuais que sensibilizam tais funcionários, o não pagamento da renovação – “pois não solicitou na data correta a prorrogação e não pagou a taxa na data por falta de dinheiro mesmo” – é o principal, já que estar na clandestinidade, nas palavras de um funcionário, “pode levá-lo para a cadeia ou para a deportação”. Com isso, segundo ele, “tem gente [da PF] que só falta pagar a taxa, pois orienta sobre as possibilidades de resolução do problema...ver o estudante que quer fazer tudo direito mas não faz por falta de dinheiro, isso causa comoção”. Entre as orientações, uma muito comum é dada em relação ao estudante que termina a graduação e ingressa na pós-graduação sem sair do país e voltar com outro convênio – o que seria obrigatório. Nesses casos, a sugestão dos funcionários é que eles procurem a Justiça e consigam um mandato de segurança para assegurar o direito à permanência.

Conforme abordado em outro lugar (NOGUEIRA, 2013), tem-se, assim, que os funcionários da Polícia Federal seguiriam aquilo que poderíamos classificar como um referencial de legalidade, formalidade ou solidariedade quanto à relação que se estabelece entre eles e os estudantes.

Por referencial de legalidade, pode-se entender que a conduta de tratamento dispensado aos estrangeiros baseia-se no cumprimento das resoluções, das normas e das leis existentes. No plano que entendo por formalidade, a conduta está mais relacionada a procedimentos burocráticos e tratamento distanciado, formal. E, por fim, por solidariedade entendo que o tratamento dispensado se baseia em uma sensibilidade para o “outro” norteada por um afeto, levando o funcionário a ultrapassar as funções exigidas pelo cargo que ocupa para ajudar o estudante a resolver sua dificuldade.

Neste último caso, a justificativa para essa conduta está representativamente presente na fala de um dos entrevistados: “Fico muito feliz em poder ajudar, principalmente quando vejo as pessoas em situação difícil, não apenas financeira, mas tento compreender esses (des)caminhos, essas exigências e os entraves legais. Me faz um enorme bem como ser humano”. A renovação das estadas são as ocorrências mais comuns que envolvem a PF e os estudantes estrangeiros.

Eventualmente, porém, ocorrem situações que sensibilizam ainda mais os grupos pesquisados<sup>12</sup>. É possível perceber que o contato com casos de discriminação contra estudantes estrangeiros tende a ser um dispositivo de humanização que afeta boa parte dos membros do setor de migração que, para além do desempenho profissional, passam a ser afetados no nível dos sentimentos.

O depoimento de um funcionário da Delemig parece representar bem o que move alguns membros da Polícia Federal a serem menos impessoais no contato com os estrangeiros regularizados ou irregulares devido a problemas que fogem a seus controles: “A questão é que às vezes nós [os servidores públicos] não sentimos as necessidades que as pessoas [estrangeiros] sentem; não nos colocamos no lugar do outro”. Assim, identificar-se com o estrangeiro é o primeiro passo para a possibilidade de uma interação mais solidária entre os representantes do estado e os estrangeiros.

Os limites entre o esperado, o aceitável e os “excessos” (este, termo nativo) são construídos pelo grupo. No que se refere aos “excessos” considerados por todos os entrevistados, as pessoas ouvidas no início da pesquisa relatam casos do tipo “ouvi falar”, em especial sobre uma situação isolada de relacionamento mais íntimo entre eles. No que se refere a situações de grosseria ou rispidez, particularmente em João Pessoa, parece não ocorrer, de acordo com relatos de estudantes e funcionários da PF até 2012. Como diz um funcionário da PF,

“o pessoal conta sobre uma equipe de policiais que existia e que tinha uma interação frutífera, que criava laços. As pessoas

---

<sup>12</sup> Como o caso de uma violência sofrida por uma estudante africana dentro do *campus* da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em 2010, que envolveu xingamentos racistas, agressão física e minimização da gravidade do caso pela então delegada da Polícia Civil responsável, que acabou sendo substituída, conforme foi amplamente noticiado pela imprensa (ver NOGUEIRA, 2013).

chegavam receosas por estarem em instituição policial mas em particular *os estudantes encontravam maior acolhimento* [grifo meu], eram atendidos de forma mais simpática, provocando retorno dos estudantes. Quando havia festas das comunidades, eles chamavam os policiais para a sindicância e para a participação. Um deles foi nomeado embaixador da comunidade de Cabo Verde no Brasil”.

Deve-se ressaltar que a palavra “acolhimento” foi utilizada pelo entrevistado. Pode-se perceber em várias situações relatadas que há um repertório que remete às ideias de bem-receber, ser acolhido e ser hospitaleiro com quem vem de fora. Em depoimentos colhidos com alunos da Guiné-Bissau, por exemplo, parte deles disse que a principal dificuldade da vida no Brasil era a “saudades da família” e o mais fácil era que a “sociedade paraibana é *hospitaleira* [grifo meu]” (mais adiante isso será mais bem discutido).

É importante que se diga que a maior parte dos relatos foi coletada entre 2009 e 2012. O acompanhamento das atividades da Delegacia a partir de 2013 vem ocorrendo de modo menos sistemático, tendo como referencial conversas informais com meu principal interlocutor. Dessas nossas conversas mais recentes, em maio de 2014, ele me disse que casos de funcionários mais “sensíveis para o outro” ou como o do “embaixador do Cabo Verde” são, nas palavras dele, “ponto fora da curva”.

A leitura dele é que desde a greve da Polícia Federal, no primeiro semestre de 2013, ocorreu um recrudescimento dos policiais em geral, tendo inclusive aumentado a tensão entre delegados e peritos, de um lado, que possuem maiores salários, e agentes, escrivães e papiloscopistas, por outro. Na ocasião, delegados, peritos e administrativos não paralisaram, diferentemente de agentes, escrivães e papiloscopistas, causando um conflito claro de posições distintas entre os dois grupos.

Sobre a greve de 2013, trechos de matéria publicadas no portal G1, da Globo, em agosto daquele ano:

“Cerca de 200 policiais federais do **Distrito Federal** iniciaram nesta segunda-feira (19) às 11h uma greve prevista para durar 48 horas. A categoria pede reestruturação da carreira com definição em lei das atribuições de escrivães, papiloscopistas e agentes. Os grevistas também pedem fim do assédio moral na PF. Segundo o sindicato que representa a categoria e a assessoria de imprensa da **Polícia Federal**, todos os serviços prestados pela PF

continuam funcionando normalmente, incluindo a emissão de passaporte. O Sindicato dos Policiais Federais no Distrito Federal (Sindipol-DF) informou que há cerca de 1.500 servidores da PF no DF, *incluindo delegados, peritos e servidores de carreiras administrativas – categorias que não paralisaram* [grifo meu].

(...)

• **Polícia Federal rejeita acordo e decide manter greve nacional**

O presidente do Sindipol-DF, Flavio Werneck, reivindica que escrivães, papiloscopistas e agentes tenham equiparação salarial com as carreiras de agências reguladoras. Segundo Werneck, hoje o salário líquido inicial dos trabalhadores da PF é de aproximadamente R\$ 5 mil e chega a cerca de R\$ 9 mil em fim de carreira.

*“Queremos o fim do apartheid profissional que hoje só permite que exista chefia para delegados e peritos* [grifo meu]. Há um assédio moral constante e abusos no Departamento da PF. Hoje, o policial federal que trabalha em área fronteira no combate ao narcotráfico ganha R\$ 5 mil líquido, enquanto um delegado na sede ganha até R\$ 27 mil”, disse Werneck.” (NERI, 2013)<sup>13</sup>.”

Quase um ano depois, em junho de 2014, uma nova ação é organizada pelo sindicato:

*“Objetivando prestar contas de nossas atividades, esta Diretoria Executiva vem, pelo presente, informar aos seus filiados as medidas adotadas no trimestre: março, abril e maio de 2014:*

A) Ações sindicais:

- 1) Realizamos várias assembleias e reuniões com os nossos filiados residentes em João Pessoa, Campina Grande e Patos/PB, visando mantê-los informados sobre o andamento das negociações da reestruturação da carreira e salarial dos servidores do DPF;
- 2) Realizamos diversas paralisações, manifestações, panfletagem, passeatas, carreatas, visando conscientizar o governo federal da necessidade de implantar a reestruturação da carreira e salarial dos servidores pertencentes aos cargos de Agentes, Escrivães, Papiloscopistas Policiais Federais e do pessoal pertencente ao

---

<sup>13</sup> Fonte: Matéria intitulada “Policiais federais da PF fazem greve de 48h por reestruturação da carreira”, por Felipe Néri. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2013/08/policiais-federais-do-df-fazem-greve-de-48h-por-reestruturacao-da-carreira.html>. Acesso em 30 de agosto de 2013.

Para meu interlocutor, a junção da situação política da greve aliada à renovação da Superintendência na Paraíba justificam um relativo pessimismo quanto à sensibilidade dos funcionários da PF de modo geral, ainda que, em sua avaliação, a renovação do quadro possa estar trazendo "gente nova" com "pensamento mais aberto".

Por outro lado, se é possível supor, como faz o entrevistado, que essas tensões na carreira funcional possam vir a gerar uma "dessensibilização" dos funcionários da PF, há outros movimentos que podem apontar em direção oposta. É o caso, por exemplo, da busca por formação em nível de pós-graduação em Programas com vieses analíticos afinados com o ideário dos Direitos Humanos, como na trajetória de um funcionário que, inclusive, defendeu no início de 2014 a tese sobre migrações de travestis da Paraíba que se prostituem na Itália, no Doutorado em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (onde também cursou o mestrado em Direitos Humanos), de caráter etnográfico e expressando pontos de vistas nativos.

Seja como for, a despeito das tensões existentes entre os vários níveis hierárquicos, é relativamente compartilhado dentro da corporação um sentimento de distinção em uma comparação com as outras polícias (Militar e Civil). Segundo a ótica de um funcionário, a distinção se apoia no fato de que a Polícia Federal "não se aproxima de uma criminalidade cotidiana, como estupro e homicídio, exceto pelo narcotráfico. Além disso, os salários mais altos reafirmam a distinção".

Por esse viés de interpretação, a solidariedade e a hospitalidade expressas por alguns membros da Delemig junto aos alunos internacionais em situações de dificuldade ao incorporarem o sentimento de distinção, talvez se aproximem da noção de compaixão, tal como apresentada e discutida por Coelho (2010) em pesquisa junto às vítimas de violência em suas residências. A autora lembra Miller (1997) e Clark (1997), para dizer que semelhante ao desprezo, a compaixão - no discurso das vítimas, "a pena" dos assaltantes - também carrega "o esforço de recuperação (...) de

---

<sup>14</sup> Fonte: Web site do Sindicato dos Policiais Federais da Paraíba. Disponível em: <http://www.sinpefb.org.br/news.php>. Acesso em: 09 de junho de 2014.

um lugar de superioridade hierárquica no plano subjetivo” (p.269), já que:

“Para Clark, a compaixão é um sentimento assimétrico que, ao mesmo tempo em que é facultado pela ocupação de lugares socialmente distintos, concorre por sua vez para assinalar e reforçar essa assimetria entre aquele que dá e aquele que recebe compaixão (COELHO, 2010, p.279-280)”.

Ainda que aqui se entenda os atos de membros da Delemig que ultrapassam as expectativas da imparcialidade, do distanciamento e da formalidade burocrática organizacional como “dádivas de hospitalidade”, como nos lembra Montandon (2011, p.41), “nada é menos simples do que a hospitalidade”, uma vez que entendida como uma dádiva, implica na doação da essência do doador ou daquele que acolhe. Para Perrot (2011), a “dádiva da hospitalidade” coloca questões diretamente relacionadas às noções de identidade de doadores e receptores, portanto, para o autor, “como a dádiva é ‘mais mental que material’ (AUROUX, p.64). Como o objeto dado veicula algo do doador, a dádiva põe em questão a identidade – a daquele que, dando, dá algo de si e, talvez mais ainda, a daquele que, recebendo, acolhe algo do outro” (*idem*)<sup>15</sup>.

Desse modo, assim como a compaixão, nela está presente uma ambiguidade. Conforme Grassi (2011, p.45), a :

“hospitalidade se apresenta como uma ponte frágil e perigosa estabelecida entre dois mundos: o exterior e o interior, o fora e o dentro”. Como tal, é possível entender os funcionários da PF que vão além das exigências do cargo como aqueles que, ao acolherem de algum modo os estrangeiros, tornam-se hospitaleiros.

A ambiguidade potencial do termo como posta por Grassi se encerra justamente na vivência situacional de funcionários e estudantes. As atitudes concretas dos funcionários da PF para com os estudantes é que definirão o caráter hospitaleiro do contato entre eles: a impessoalidade burocrático-formal incorporada pelos representantes do Estado ou, para além dela, a solidariedade envolvida em situações humanitárias assimétricas de ajuda

---

<sup>15</sup> Para uma discussão sobre a dádiva da hospitalidade presente na cooperação internacional, ver Silva (2008) e Nogueira (2014).

ao “outro”, ao “semelhante”, como disse um funcionário da PF.

Especificamente no que se refere ao trabalho da Delemig, poder-se-ia acrescentar a própria ambiguidade da situação migrante e do papel do representante do Estado nesse contexto migratório. Os estudantes internacionais podem estar legais e regulares, legais e irregulares, ilegais. Os atos não permitidos que cometem em solo estrangeiro e o não cumprimento de alguma norma burocrática-formal (ou mesmo legal) podem imediatamente transformar as relações estabelecidas de modo hospitaleiro e solidário em interações marcadas pelo peso do cumprimento do dever por integrantes da Polícia Federal – que é antes de tudo uma organização burocrática, de controle e investigação.

Quando isto ocorre, há uma ressignificação das emoções, sentimentos e afetos envolvidos na relação entre estrangeiros e representantes do Estado. Nessas situações, o que acolheu (o país representado por um funcionário público) passa a ser aquele que diz que o hóspede (o estrangeiro) não é mais bem-vindo. E aí, discursos, práticas e concepções de si se voltam para a racionalidade estatal em que, em princípio, as emoções devem estar ausentes.

## Palavras finais

O aumento do número de imigrantes no país combinado a uma política externa voltada para a cooperação internacional “Sul-Sul” – portanto com princípios de simetria de poder e horizontalidade – exige novas demandas do governo brasileiro. Entre elas, políticas públicas mais atualizadas, agentes mais bem preparados para lidar com essa realidade migratória e acompanhamento mais cuidadoso por parte de pesquisadores desse cenário contemporâneo, incluindo-se como objeto de estudo o aparelho estatal com quem os estrangeiros travam os primeiros contatos e também para quem devem se reportar periodicamente.

Ainda que, como observado por Vieira (1999), os imigrantes devam ser tratados a partir da garantia de proteção da dignidade da pessoa pelo simples fato de “ser humana”, as situações concretas que envolvem representantes das organizações do Estado e estrangeiros nem sempre apontam para um entendimento de que se trata de interações entre pessoas. De um lado, representantes públicos, com seus referenciais de valor, crenças, gostos, hábitos, sentimentos, trajetórias, expectativas de vida, etc. De outro,

do estrangeiro, ocorre a mesma coisa. Como as interações ocorrem dentro de limites (físicos e simbólicos) organizacionais claros, muitas vezes sob a égide da imparcialidade, da racionalidade burocrática e do distanciamento construído entre o “Estado” e o “indivíduo”, aquele que chega é visto como uma ameaça e o que recebe torna-se objeto de ansiedade e medo.

O caso aqui estudado das percepções dos funcionários da Delemig, em sua relação com estudantes estrangeiros (e, em última instância, das interpretações que fazem sobre seu ofício em atividades no contato com eles), torna-se privilegiado para se pensar se e o quanto as emoções, os sentimentos e os afetos fazem parte do cotidiano organizacional. Isso a despeito dos ideais de separação entre razão/pensamento/distanciamento *versus* emoção no ambiente de trabalho, e as condutas que nele se desenvolvem.

As interações e relações construídas nos contatos periódicos entre os membros da Delemig e os alunos internacionais abrangem tanto imaginários e políticas migratórias baseadas na crescente criminalização do migrante quanto interpretações sobre como desempenhar as obrigações funcionais a partir de ideais subjetivos de hospitalidade e solidariedade perante “o outro”, sem que se fira alguma norma profissional ou jurídica.

Nesse sentido é que as relações puderam ser percebidas como “normais”, por aqueles (PF e estrangeiros) que seguem o “princípio da imparcialidade” alegado por um agente, ou “boas” e “amigosas”, como dito por um estudante africano, por aqueles que ultrapassam os limites formais que o respeito constitucional e internacional exigem do servidor público quanto aos direitos humanos.

Ser hospitaleiro (com toda a ambiguidade que seu significado carrega) e solidário, sem nunca esquecer os limites profissionais que a organização estatal lhes impõe, vem sendo o grande desafio dos membros de instituições policiais que exercem funções burocráticas, de controle e investigação.

No outro polo da interação, mesmo que não tenha sido o foco neste artigo, os estudantes internacionais regulares no país também estão emocionalmente referidos à ideia de que qualquer deslize pode significar a volta para o país de origem – o que gera medo e ansiedade na expectativa do contato com a Polícia Federal.

Termino, pois, com um breve relato que presenciei em sala de aula, envolvendo um estudante do Cabo Verde:

“No intervalo da minha aula, Otávio [nome fictício] sai da sala, como os demais alunos. Em dez minutos todos deveríamos

retornar. Meia hora se passa, até que ele volte, pálido, com uma correspondência na mão. Pergunto se está tudo bem. Ele me diz: 'no intervalo, a secretária [do mestrado] me entregou uma correspondência da Polícia Federal. Desde aquele momento estou sem coragem de abri-la'. A turma, composta por estudantes com formação em várias áreas na graduação, se manifestou logo dizendo que, se houvesse algo errado, ali tinham dois advogados para ajuda-lo. Isto o encorajou a abrir a carta, com as mãos trêmulas. Após a leitura, deu um suspiro aliviado, dizendo: 'é só um comunicado avisando que preciso renovar minha licença'".

Situações como essa colocam o desafio para ambos – anfitriões/representantes do Estado brasileiro e hóspedes/estudantes estrangeiros – sobre como fazer das interações que são simultaneamente formais e pessoais referências do bem-receber, por um lado, e do ser (e o sentimento de ser) um hóspede desejado, por outro.

## Referências

- BARCELLOS, Claudia Rezende.  
(2002). Mágoas de amizade: um ensaio em Antropologia das Emoções. *Mana*, 8 (2), p.69-89.
- BOURDIEU, Pierre.  
(2007). *A Distinção*: crítica social do julgamento. São Paulo, Edusp.
- CLARK, Candace.  
(1997). *Misery and company sympathy in everyday life*. Chicago & London, The University of Chicago Press.
- COELHO, Maria Claudia.  
(2010). Narrativas da violência: a dimensão micropolítica das emoções. *Mana*, 16 (2), p.265-285.
- COELHO, Maria Claudia; DURÃO, Susana; VIANNA, Adriana.  
(2012). Antropologia com Emoção. Entrevista com Catherine Lutz. *Mana*, 18 (1), p.213-224.
- ETCHEVERRY, Daniel.  
(2007). A documentação de estrangeiro no Brasil: seus caminhos e significados. In:
- Denise Fagundes Jardim (Org.); *Cartografia da imigração: interculturalidade e políticas públicas*. Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- FINEMAN, Stephen.  
(2001). Emotions and organizational control. In: Roy Payne; Cary L. Cooper (Eds.); *Emotions at Work: theory, research and applications for management*. Chichester, John Wiley & Sons. p. 219-240.
- GONDIM, Sonia Maria Guedes, SIQUEIRA, Mirlene Maria Mathias.  
(2004). Emoções e afetos no trabalho. In: José Carlos Zanelli; Jairo Eduardo Borges-Andrade; Antônio Virgílio Bastos Bittencourt (Orgs.); *Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil*. Porto Alegre, Artmed. p.207-235.
- GRASSI, Marie-Claire.  
(2011). Hospitalidade. Transpor a Soleira. In: Alain Montandon (Dir.); *O Livro da Hospitalidade*. Acolhida do Estrangeiro na História e nas Culturas. São Paulo, Editora Senac São Paulo.

- MARQUES, Juracy Cunegatto.  
(2004). Relações interpessoais e apoios afetivos: o calor e o frio na convivência organizacional (Capítulo 4). In: Cláudia Bittencourt (Org.); *Gestão Contemporânea de Pessoas: novas práticas, conceitos tradicionais*. Porto Alegre, Bookman. p.119-131.
- MENEZES, Lená Medeiros de.  
(2007). Movimentos migratórios: resgate necessário nas Relações Internacionais. In: Mônica Leite Lessa; Williams da Silva Gonçalves (Orgs.); *História das Relações Internacionais. Teorias e Processos*. Rio de Janeiro, Eduerj.
- MILLER, William Ian.  
(1997). *The anatomy of disgust*. Cambridge, Harvard University Press.
- MONTANDON, Alain (Dir.).  
(2011). Introdução. In: Alain Montandon (Dir.); *O Livro da Hospitalidade*. Acolhida do Estrangeiro na História e nas Culturas. São Paulo, Editora Senac São Paulo.
- NOGUEIRA, Sílvia Garcia.  
(2014). Cooperação educacional Brasil-Timor-Leste e a dívida da hospitalidade paraibana: reflexões sobre uma experiência. In: Miriam de Oliveira Santos; Regina Petrus; Anita Loureiro de Oliveira (Orgs.); *Recortes interdisciplinares sobre migrações e deslocamentos*. Rio de Janeiro, Leo Christiano Editora Ltda. p. 107-120.
- (2013). Entre o burocrático-legal e a hospitalidade: os estudantes internacionais na Paraíba e a Polícia Federal. *Interseções*, vol.15, n.1.
- PERROT, Danielle.  
(2011). Dívida. Hospitalidade e reciprocidade. In: Alain Montandon (Dir.); *O Livro da Hospitalidade*. Acolhida do Estrangeiro na História e nas Culturas. São Paulo, Editora Senac. p.63-72.
- PÓVOA-NETO, Helión.  
(2005). A criminalização das migrações na nova ordem internacional. In: Helión Póvoa Neto; Ademir Pacelli Ferreira (Orgs.); *Cruzando Fronteiras Disciplinares*. Um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro, Revan (Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios – NIEM).
- SILVA, Kelly Cristiane.  
(2008). A cooperação internacional como dívida. Algumas aproximações. *Mana*,14 (1), p.141-171.
- VIEIRA, Oscar Vilhena.  
(1999). Direitos Humanos 50 anos depois. *Cadernos de Direito e Cidadania I, Dialogando sobre Direitos Humanos*. São Paulo, Idec.

**Recebido em**  
dezembro de 2016

**Aprovado em**  
março de 2017

# Entre o perigo da indiferença e o risco de ser afetado: a gestão das emoções em investigações policiais de pornografia infantil<sup>1</sup>

Laura Lowenkron\*

## Resumo

O objetivo do artigo é analisar os efeitos micropolíticos das emoções para pensar o trabalho moral exercido por e sobre o olhar investigativo policial diante de imagens de pornografia infantil. Em termos empíricos, o texto é baseado em uma pesquisa de campo etnográfica realizada entre março de 2009 e dezembro de 2010 no Núcleo de Prevenção e Repressão a crimes via internet, o NUNET, da Polícia Federal no Rio de Janeiro. Por fim, é discutida a importância epistemológica de ter sido “afetada”, durante o trabalho de campo, pela visualização de cenas diante das quais as reações emocionais supostamente mais “espontâneas” e moralmente esperadas são o horror profundo e a repulsa imediata. Argumenta-se que essa (des)afetação foi o que possibilitou à pesquisadora incorporar e, assim, compreender o esfriamento emotivo que define a perspectiva investigativa policial.

## Palavras-chave

Pornografia infantil. Emoções. Etnografia

## Abstract

The aim of this article is to analyze the micropolitical effects of emotions regarding the moral job exercised by and over the police investigative view when dealing with images of

---

\* Laura Lowenkron é professora adjunta do Departamento de Políticas e Instituições de Saúde do Instituto de Medicina Social (IMS) da UERJ. Doutorou-se em Antropologia Social pelo Museu Nacional da UFRJ (2012) e é mestre pela mesma instituição (2008). É autora do livro *O Monstro contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos* (Eduerj, 2015) e de diversos artigos em revistas científicas e em coletâneas nacionais e internacionais. Ao longo dos últimos anos, tem atuado principalmente nos seguintes temas: violência sexual, infância/menoridade, pedofilia e tráfico de pessoas. Email:lauralowenkron@gmail.com.(UFRRJ).

<sup>1</sup> Este artigo é baseado no capítulo 7 da minha tese de doutorado (LOWENKRON, 2012). Uma primeira versão deste texto foi apresentada no GT 28 – Emoções, Política e Trabalho da 28ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), em julho de 2012. Agradeço a Maria Claudia Coelho e a Susana Durão pelos comentários e sugestões nessa ocasião.

child pornography. In empirical terms, this text is based on an ethnographic field research conducted between March 2009 and December 2009 in the Prevention and Repression Center on cybercrimes of Rio de Janeiro's Federal Police. Lastly, it discusses the epistemological importance of being "affected", during the field work, by scenes which supposedly produce more "spontaneous" and morally expected emotional reactions of profound horror and immediate disgust. It is argued that this (un)affectedness is what made it possible for the researcher to incorporate and thus comprehend the emotional coldness that defines the investigative police perspective.

## **Keywords**

Child pornography. Emotions. Ethnography.

## **Introdução**

Partindo do pressuposto de que as respostas emocionais são tecidas não apenas histórica e culturalmente, mas também são produtos e produtoras de relações de poder (LUTZ, ABU-LUGHOD, 1990; COELHO, 2010), o objetivo deste artigo é analisar os efeitos micropolíticos das emoções para pensar o trabalho moral exercido por e sobre o olhar investigativo policial diante de imagens de pornografia infantil. Confiro particular atenção à centralidade da gestão das expressões emotivas em relação a essas cenas na fabricação das subjetividades de investigadores e investigados, bem como na delimitação de fronteiras e hierarquias sociais (MILLER, 1997). Em termos empíricos, o texto é baseado em uma pesquisa de campo etnográfica realizada entre março de 2009 e dezembro de 2010 no Núcleo de Prevenção e Repressão a crimes via internet, o NUNET, situado na Delegacia de Defesa Institucional da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro.

Meu principal argumento é o de que o dispositivo emotivo é não apenas eficaz no processo de acusação criminal dos investigados (os "pedófilos" que consomem e divulgam as imagens), mas também uma modalidade de governo que constitui e/ou ameaça a própria subjetividade do agente policial que exerce tal atividade de investigação criminal. De um lado, a gestão das emoções opera como estratégia de regulação e produção dos sujeitos investigados como "criminosos", "pedófilos" e "monstros". Esta

*tecnologia de governo*<sup>2</sup> é baseada no saber-poder prático dos policiais que selecionam estrategicamente as cenas pornográficas capazes de produzir o sentimento de “repugnância” e, portanto, o efeito de *desumanização* dos acusados perante os olhos dos agentes estatais responsáveis por julgar a materialidade e a autoria do crime. De outro, o olhar policial também está exposto ao escrutínio e ao risco de ser perigosamente afetado e contaminado pelas cenas pornográficas produzidas por e para o olhar perverso e transgressivo do “pedófilo”.

Discuto, por fim, a importância epistemológica de ter sido “afetada”, nos termos de Favret-Saada (1990), pela visualização de imagens de pornografia infantil e pelo esfriamento emotivo que define a perspectiva investigativa policial. A autora utiliza essa expressão no contexto de seu estudo sobre a feitiçaria na região do Bocage francês para se referir ao livre jogo de afetos, inicialmente desprovido de representação, que se atualiza em situações de comunicação involuntária e não intencional entre o etnógrafo e seus interlocutores durante o trabalho de campo. Alertando que isso não se confunde com empatia ou identificação pessoal, ela considera que esses momentos nos quais o pesquisador é “afetado” são dotados de especial valor heurístico, sendo esse justamente o diferencial da pesquisa etnográfica. Ao destacar a importância de fazer da participação um instrumento de conhecimento, a autora mostra que a dimensão afetiva do trabalho de campo é o que permite ao pesquisador capturar não simplesmente “representações nativas” (como o método de perguntas e respostas), mas também aspectos não verbais e involuntários da experiência humana.

Essa dimensão incorporada da produção de conhecimento antropológico foi também fundamental para a minha compreensão sobre esse trabalho policial, que implicava a visualização e a gestão cotidiana de fotografias e vídeos de pornografia infantil. No início da pesquisa, olhar as cenas causava-me desconforto enorme e um mal-estar indescritível. Entretanto, procurei não demonstrar aos meus interlocutores o meu estado de choque, manifestando apenas um desconforto discreto para que não parecesse aos policiais que aquilo seria insuportável para mim, o que prejudicaria

---

<sup>2</sup> A expressão “tecnologia de governo” e a ênfase na mecânica não apenas negativa e repressiva, mas também positiva e produtiva do poder, isto é, na sua dimensão formadora e produtora de subjetividades são evidentemente baseadas nas formulações teóricas de Foucault (ver, por exemplo, 1988, 1997, 2009).

o andamento da etnografia. À medida que passei a ser cotidianamente “afetada” pelas mesmas forças que afetam os policiais que realizam essa tarefa investigativa e fui agitada pelas sensações, percepções e pensamentos daqueles que estão envolvidos nessa atividade, pude ter uma nova perspectiva sobre essas imagens e, conseqüentemente, sobre o trabalho moral exercido sobre elas por meus interlocutores de pesquisa. Ao longo deste artigo, procuro reconstruir o percurso que me permitiu incorporar e entender o intrigante deslocamento e esfriamento emotivo em relação a cenas diante das quais as reações emocionais supostamente mais “espontâneas” e moralmente esperadas são o horror mais profundo e a repulsa imediata.

## **Entrando em campo e conhecendo as cenas**

Logo no meu primeiro dia de pesquisa de campo no NUNET, vivi uma espécie de “ritual de iniciação”. Uma policial que auxiliava os dois agentes do núcleo em algumas investigações abriu uma pasta em seu computador na qual ficava armazenado o acervo de imagens enviadas por um de seus “alvos”. Apareceram instantaneamente na tela cerca de sessenta miniaturas de arquivos de fotos e vídeos de pornografia infantil. Ela foi clicando nas imagens para aumentá-las. Cito um trecho do meu diário de campo no qual procurei registrar a diversidade de práticas sexuais encenadas, bem como algumas das minhas primeiras impressões sobre as cenas:

“Sexo oral e vaginal, meninas fazendo performances eróticas, meninas sendo molestadas por adultos, várias crianças juntas interagindo sexualmente, homens adultos ejaculando no rosto ou na genitália de meninas. Há uma performance bastante chocante, que chamei de ‘Pequena Miss Sunshine’<sup>3</sup> e que a policial me

---

<sup>3</sup> Esse é o título de um filme norte-americano, lançado em 2006, que conta a história de uma família que sai do Novo México para a Califórnia para levar a desengonçada filha mais nova, Olive, para participar do concurso de beleza infantil “A Pequena Miss Sunshine”. Enquanto as demais crianças apresentavam figurinos sofisticadíssimos e performances de dança tecnicamente ensaiadas, a inusitada coreografia encenada por Olive ensinada pelo avô — que fora expulso de uma casa de repouso pelo uso de drogas — é repleta de elementos e movimentos eróticos que são reproduzidos de maneira ingênua e cômica pela menina e chocam a plateia, por não corresponderem ao ideal estético infantil esperado e encenado ao longo do evento.

apresentou dizendo que ‘seria cômico se não fosse trágico’, na qual a menor não é apresentada em uma condição de passividade. Trata-se do vídeo de uma menina aparentando ter entre 6 e 8 anos, fantasiada e usando um óculos escuros enorme, faz uma performance de *striptease*. Ela tira a roupa, masturba-se, dança, faz poses eróticas com muita desenvoltura. A idade das crianças que aparecem nas imagens varia desde bebê até menina púberes, mas a maioria é impúbere e aparenta ter entre 6 e 9 anos. A pior cena é um vídeo que mostra o estupro de um bebê de menos de 1 ano. A criança chora e o homem coloca uma toalha na sua cara para abafar o som. O homem adulto penetra e agride o bebê. A policial conta que foi quando o delegado viu esse vídeo que ele resolveu prender o pedófilo que envia essas imagens e instaurou o inquérito”.

Mobilizada frente às imagens (especialmente a do estupro do bebê), perguntei à policial se ela não se sentia mal de ficar olhando essas cenas. Ela respondeu que, se ficassem pensando na perspectiva das crianças, não conseguiriam realizar o trabalho. “O meu foco é reunir a maior quantidade de provas para ajudar a prender o pedófilo”, explicou. Com o tempo, pude compreender o sentido daquele “ritual de iniciação”, que exerceu tanto sobre o meu intelecto quanto sobre o meu corpo uma espécie de *pedagogia política dos sentimentos* (LOWENKRON, 2012). A exposição às fotografias e aos vídeos pornográficos, associada à narrativa sobre a reação do delegado, serviam para começar a me ensinar simultaneamente quais eram as respostas emotivas e morais apropriadas diante das cenas de pornografia infantil naquele contexto e como era possível manipular estrategicamente o potencial emotivo e persuasivo de certas imagens, cuidadosamente selecionadas, para garantir a eficácia da acusação criminal.

Como se pode verificar pela reação do delegado descrita por minha interlocutora, a conduta do consumidor e difusor de pornografia infantil é julgada e condenada menos por aquilo que ele faz (ver e divulgar imagens) do que por aquilo que esse crime revela sobre seus desejos e fantasias sexuais, isto é, sobre a subjetividade do criminoso. O que quero dizer é que, se de um lado, as fantasias sexuais são entendidas pelos policiais como expressão de periculosidade, de outro, elas mesmas configuram um objeto de condenação moral que influencia o processo de acusação criminal, uma vez que são interpretadas como indícios da existência de um monstro moral capaz de se excitar sexualmente até mesmo com imagens tão degradantes e violentas como a do estupro de um bebê.

Quanto mais nova a criança retratada na foto ou no vídeo e mais grave a violência encenada, maior será a capacidade da imagem pornográfica de produzir os sentimentos de “repugnância”, “horror” e “indignação”. Os efeitos micropolíticos dessas emoções garantem não só uma resposta penal imediata, mas também a fabricação moral do acusado como “pedófilo” e “monstro”. Dessa maneira, instaura-se um poderoso e sutil mecanismo institucional de diferenciação social entre o olhar “perverso”, de um lado, e o olhar “protetivo” do denunciante indignado ou o olhar “investigativo” e “especializado” do policial, de outro. Essa delimitação de fronteira através do processo de criminalização das imagens impede que outros espectadores que eventualmente as visualizem sejam confundidos com o “monstro”.

A hipótese que pretendo desenvolver é a de que a gestão policial e o enquadramento criminal da pornografia infantil buscam neutralizar os efeitos perigosamente poluidores da ampla circulação no espaço público da internet dessas representações pornográficas dos corpos infantis que, como afirma Rabelo (2012), não deveriam ter vindo a público. Para isso, é preciso controlar as chaves interpretativas que delimitam respostas emotivas perante aquilo que jamais poderia ter sido incluído no nosso campo visual e imaginativo.

Se o modo pelo qual a fotografia é enquadrada estrutura a moldura interpretativa que delimita a percepção, como adverte Butler (2009), o maior perigo da pornografia infantil talvez seja o fato de que, como toda imagem pornográfica, ela é produzida com o intuito de produzir um efeito de excitação sexual no espectador. Conforme aponta Díaz-Benitez (2010), “há, no pornô, uma intenção deliberada de gerar efeito” (Ibid, p.87). A expectativa, segundo a autora, é instigar o espectador a fazer sexo, a masturbar-se ou, ao menos, imaginá-lo. Leite Jr. (2006), por sua vez, afirma que: “a pornografia é comumente considerada como aquilo que transforma o sexo em produto de consumo, está ligada ao mundo da prostituição e visa à excitação dos apetites mais ‘desregrados’ e ‘imorais’”. (Ibid, p.32). No caso da pornografia infantil, esses efeitos são particularmente perigosos e monstruosos, mesmo quando circunscritos ao plano das fantasias. Vejamos como as respostas emotivas e os riscos da degeneração moral pelas imagens são gerenciados pelos policiais responsáveis por analisá-las no contexto das investigações criminais.

## Entre o perigo da indiferença e o risco de ser afetado

Um delegado recém-chegado na área comentou que estava um pouco receoso com a nova atividade, porque tinha uma filha de 8 anos e não sabia que efeito poderia ter de ficar observando aquele tipo de imagem. Ao mesmo tempo, afirmava que não podia e nem iria deixar de examiná-las porque era parte do seu ofício. “Eu não posso emitir uma opinião, dar um despacho, tomar uma decisão em cima de alguma coisa que eu não analisei a materialidade. É como indiciar alguém por homicídio sem ver o ‘presunto’ [cadáver]”, resumiu ele. A exposição visual contínua de imagens de pornografia infantil vai produzindo uma *frieza* comparada àquela necessária para lidar com os ferimentos corporais no exercício clínico da medicina: “é igual médico, médico olha e vê: esse braço dá pra salvar? Vai dar muito trabalho, é melhor cortar logo”. “Vai gerando uma certa frieza no cotidiano?”, pergunto. “Vai, exatamente. Eu já olho para aquelas fotos como se nem fosse gente, como se fosse desenho animado...”, explica o agente.

A *desumanização* das crianças e a conseqüente insensibilidade diante das cenas poderiam levar ao borramento das fronteiras que separam o “monstro” dos “benfeitores” (denunciantes, policiais, juízes e outros espectadores “chocados”, “horrorizados” e “indignados”). Entretanto, no contexto da investigação criminal, o esfriamento emotivo pode ser moralmente legitimado pela necessidade de “distanciamento clínico” (*clinical detachment*), nos termos de Richardson (2000), exigido para *examinar*<sup>4</sup> as imagens de pornografia infantil. Ao utilizar essa expressão para se referir à postura necessária para a realização do estudo de anatomia, o autor destaca que essa atitude carrega tanto uma conotação positiva de objetividade quanto negativa de falta de sensibilidade<sup>5</sup>. Essa dupla conotação é apontada também por Lutz (1988), ao examinar as diferentes concepções euro-

---

<sup>4</sup> Como sugere Susan Sontag (2003), “o termo ‘examinar’, mais clínico, substitui ‘olhar’”. (Ibid, p.78).

<sup>5</sup> Nos termos do autor: “o estudo da anatomia através da dissecação requer dos seus práticos a efetiva supressão e suspensão de muitas das respostas físicas e emocionais normais para a mutilação intencional do corpo de outro ser humano [...] O termo ‘*clinical detachment*’ (distanciamento clínico) carrega tanto a conotação positiva de objetividade quanto a negativa de falta de sensibilidade” (RICHARDSON, 2000, p. 30-31 *apud* FERREIRA, 2009, p.31, tradução minha).

americanas sobre as emoções. Como sintetiza Coelho (2010), retomando os argumentos desta autora, “em relação ao pensamento, a emoção situa-se no polo negativo, sendo o pensamento a forma valorizada; quando em oposição ao distanciamento, a emoção é o polo positivo, o distanciamento sendo algo a ser evitado” (Ibid, p.267).

O esfriamento emotivo e suas ambiguidades morais podem ser ainda mais bem percebidos por meio do relato de outro agente do NUNET sobre os diferentes estágios emocionais que definem a carreira dos policiais que se dedicam à análise de imagens de pornografia infantil. O agente explica que no início há um misto de curiosidade e choque. Depois vem a tristeza e a revolta que, segundo ele, decorrem em grande parte da frustração por perceber que, apesar do seu trabalho, não se resolve o problema, parece que a quantidade de “casos” está sempre aumentando. Com o tempo o profissional acaba se acostumando e não se choca mais tanto, apesar de considerar que isso não é bom. Nas palavras do agente:

“No início, dá uma curiosidade. Você fica querendo ver e depois diz: nossa, olha o que eles fazem... Isso existe... Depois, aquilo vira normal. Normal, não, mas faz parte da rotina, do trabalho. No terceiro estágio, você rotinizou tanto que começa a perder a sensibilidade, achar aquilo normal. Isso não é bom. Quando percebi isso, parei de olhar, passei a evitar olhar.

A fim de compreender os riscos associados a esse esfriamento emotivo, é preciso lembrar que imagens de violência, sofrimento e atrocidades podem suscitar reações opostas. Nos termos de Miller, “é lugar comum que o repugnante possa atrair tanto quanto repelir” (1997, p.x, tradução minha). Essa afirmativa é particularmente pertinente em relação à pornografia infantil, tanto que parte significativa do horror atribuído a essas imagens é o fato de elas despertarem prazer e excitação sexual em muitas pessoas. “Tem tanta gente interessada nisso por aí, tanto que tem todos esses inquéritos”, afirmou um delegado, ao justificar a nova recomendação do Ministério Público Federal de não mais expor as fotografias nos autos dos inquéritos para evitar que as imagens fossem visualizadas por algum “curioso”.

Durante o período de pesquisa de campo no NUNET, li o livro *Diante da Dor dos Outros*, de Susan Sontag (2003), que discute os impactos emotivos das imagens de guerra. A autora coloca em questão a proposição da escritora Virginia Woolf segundo a qual “não sofrer com essas fotos, não sentir repugnância diante delas, não lutar para abolir o que causa

esse morticínio, essa carnificina – para Woolf, essas seriam reações de um monstro moral” (SONTAG, 2003, p.13). Sontag desconstrói esse pressuposto moral argumentando que há muitos usos para as inúmeras oportunidades oferecidas pela vida moderna de ver – à distância, por meio da fotografia – a dor de outras pessoas, bem como diferentes respostas emocionais possíveis.

“O choque pode tornar-se familiar. O choque pode enfraquecer [...]. As pessoas têm meios de se defender do que é perturbador. [...] Assim como a pessoa pode habituar-se ao horror na vida real, pode habituar-se ao horror de certas imagens” (Idem, p.70).

Daí emerge o segundo dilema moral a ser desconstruído pela autora: “o argumento de que a vida moderna consiste em uma dieta de horrores que nos corrompe e a que nos habituamos gradualmente” (Idem, p.89). Segundo ela, essa é uma ideia básica da crítica da modernidade que seria tão antiga quanto a própria modernidade. Ela desnaturaliza também essa crítica afirmando que a força moral da imagem depende da maneira como é usada, dos lugares onde é vista e da frequência com que é vista (Idem, 88). Assim, aquilo que poderia parecer insensibilidade do espectador passa a ser entendido como um efeito do contexto e do suporte de visualização.

Inspirada por essa formulação de que os diferentes usos e contextos de visualização de um mesmo tipo de imagem levam a reações emocionais diferenciadas no observador, aos poucos percebi que o esfriamento dos agentes diante de fotos e vídeos de pornografia infantil não deveria ser entendido como o efeito de uma dessensibilização ou um distanciamento moral, que tanto lhes assombrava. Essa postura emocional poderia, ao invés disso, ser interpretada como o resultado de um ofício o qual exige um “olhar clínico” (em oposição ao “olho leigo” dos denunciantes indignados)<sup>6</sup> e dos suportes de visualização que favorecem a constituição de uma nova perspectiva em relação às cenas direcionadas à busca por “indícios”. Desse modo, não é mais a dimensão erótica e violenta das fotografias que fica em

---

<sup>6</sup> A oposição “olho-clínico” / “olho leigo” aqui formulada é baseada nas formulações de Ginzburg (1989). Ao traçar uma analogia entre os métodos de Morelli, Sherlock Holmes e Freud, o autor sugere que o “paradigma indiciário” que define os três é baseado na semiótica médica, “a disciplina que permite diagnosticar as doenças inacessíveis à observação direta na base de sintomas superficiais, às vezes irrelevantes aos *olhos leigos*” (Ibid, p.151, grifo meu). Mais adiante no texto ele aponta a centralidade do par “clínico-olho” do conhecedor: (Ibid, p.159).

evidência, mas o seu caráter criminoso.

Nesse sentido, o esfriamento emotivo nesse contexto investigativo não correspondia a uma “indiferença”, frequentemente atribuída aos agentes das burocracias estatais (HERZFELD, 1992), e tampouco a uma “gramática de impotência”, como sugere Durão (2013) no contexto da gestão policial da violência doméstica. Era, ao contrário, a resposta emotiva que justamente garantia as condições de possibilidade de ação policial diante de cenas de pornografia infantil e também o próprio efeito da neutralização da ameaça simbólica dessas imagens através do trabalho moral exercido pelo olhar do investigador. Afinal, a possibilidade de agir por meio da atividade investigativa minimiza o sofrimento diante dessas imagens assim como a impotência leva à tristeza, como foi destacado por um dos agentes. Enquanto a condição de sofredor é eminentemente passiva, a posição de denunciante e a de investigador é caracterizada por uma postura emocional ativa. Mas isso implica a substituição da “compaixão” em relação à vítima pelo sentimento de “indignação” orientado em direção ao culpado. E, em um segundo momento, existe uma exigência de deixar de lado os afetos, bem como a linguagem dramática e o estilo panfletário que caracteriza a postura do denunciante, para buscar as provas que permitam fundar a acusação na “realidade”, como sugere Boltanski (1993, p.101-102).

Essas ideias tornaram-se particularmente evidentes no final da pesquisa de campo enquanto eu analisava um inquérito policial junto com um agente do núcleo, o que revela o valor heurístico de ter sido “afetada” pela experiência etnográfica. Comentei com o agente – e ele concordou – que, por mais que durante a análise dos inquéritos seja necessário abrir os CDs anexados aos laudos periciais e olhar as imagens na tela do computador, examiná-las nesse contexto é diferente do que analisá-las nas páginas de internet na primeira etapa de apuração da denúncia. No inquérito a imagem está capturada em um suporte no qual ela representa, antes de tudo, a *materialidade* de um crime. Já no site, a imagem está enquadrada em um contexto pornográfico no qual ela é voltada para a produção de excitação sexual no espectador – o que define justamente o seu caráter *abjeto* e *monstruoso* e gera uma enorme perturbação no público “não pedófilo”.

Como vimos, a possibilidade de produzir excitação sexual parece ser uma das principais fantasmagorias em torno das imagens de pornografia infantil, o que mostra que estas são presumidamente dotadas de uma força agenciadora que pode ser descrita como um *devoir* “pedófilo” ou *pedofilização*. Isso permite sugerir que esses arquivos digitais que circulam na internet

e nos inquéritos policiais, de maneira semelhante às coisas trocadas nos sistemas da dádiva descritos por Mauss (2003), possuem alma ou potência. Isto é, assim como a dádiva, as imagens supostamente carregam o espírito do seu antigo proprietário que, neste caso, evidentemente não traz consigo uma virtude. Trata-se, antes, de uma transmissão de atributos malignos perigosamente contagiosos e de coisas envenenadas capazes de enfeitiçar e degenerar o observador. Nesse sentido, a “pedofilia” pode ser pensada simultaneamente a partir da noção de *monstruosidade* (FOUCAULT, 2002; LOWENKRON, 2012) – que combina o impossível, o proibido e o ininteligível – e em relação ao conceito de *abjeção* proposto por Butler (2002), o qual traz a ideia de exclusão e repúdio de uma zona de inabitabilidade que o sujeito supõe ameaçadora para sua própria integridade.

Proponho ainda que a “poluição” da infância produzida pela representação do corpo infantil segundo uma estética do erotismo adulto seja entendida no sentido proposto por Mary Douglas (1976), isto é, como algo que está “fora do lugar”. Assim, o ato de deslocar essas cenas do perigoso e incontrolável território do erotismo (como as páginas pornográficas na internet e o computador do “pedófilo”) para reinscrevê-las nas molduras do inquérito policial – que transforma as fotografias em *materialidade* do crime e suporte de *incriminação* – pode ser compreendido como uma estratégia de situá-las no “devido” lugar (o da proibição). Talvez este seja justamente um dos efeitos mais importantes do trabalho moral exercido por esses policiais, visto que o enquadramento criminal das imagens parece ser a única maneira de neutralizar o caráter poluidor desse gênero pornográfico. Ainda assim, como vimos, existe sempre a virtualidade e o risco de uma inesperada, perigosa e indesejável resposta erótica diante de essas cenas por parte daqueles que as visualizam durante a investigação criminal.

Se partirmos do pressuposto de que são os usos e os contextos de visualização e não os conteúdos em si que definem as propriedades das imagens (SONTAG, 2003), utilizá-las como “prova” do crime e suporte para uma denúncia é a única possibilidade de utilização “politicamente correta”, moralmente segura e socialmente aceitável da pornografia infantil. Além disso, dado que é justamente no olhar do “pedófilo” que reside o elemento volitivo do tipo penal no caso da conduta do consumidor de pornografia infantil, o enquadramento criminal das imagens por meio do inquérito oferece ainda a “moldura interpretativa” (BUTLER, 2009) necessária para garantir a normalidade dos sujeitos que se dedicam a analisá-las no contexto investigativo através da diferenciação do olho analítico do

policial em relação ao olhar transgressivo do “pedófilo”<sup>7</sup>. Não por acaso, ao se criminalizar a “posse” e o “armazenamento” de pornografia infantil (através da Lei 11.829 de 2008), inseriu-se no novo tipo penal uma previsão de exclusão de punibilidade para aqueles que guardam essas imagens não para “fins sexuais”, mas sim com a finalidade de subsidiar uma investigação criminal (art. 241-B, § 2o, ECA, 1990).

É por isso também que, apesar do esfriamento necessário para realização do trabalho policial, é importante manifestar algum grau de repulsa ou, ao menos, de desinteresse diante das imagens, para que não recaia sobre os investigadores a acusação de “pedofilia”. Isso revela que, diante da pornografia infantil, o controle ou a indiferença, associados por Lutz (1988) ao polo da racionalidade, não são suficientes para afastar o risco de ser contaminado pela eventual suspeita de interesse erótico. A força negativa da sua conotação moral é tão poderosa que, em certos momentos, para contrabalançar essa ameaça, é necessária a exibição de um sentimento de natureza oposta. Neste caso, a oposição não se dá mais entre o emocionar-se e ser racionalmente controlado ou entre emocionar-se e distanciar-se, como sugere a autora (ibid), mas entre dois tipos de afeto: o interesse erótico e a repulsa<sup>8</sup>.

Os próprios agentes do NUNET achavam que havia muito “pedófilo enrustido”: “Há muitos colegas aí que ficam olhando as fotos e dizem ‘ai, que horror’, e ficam olhando com a maior atenção, a maior curiosidade... Você vê que ele tá gostando...”. Portanto, a aparente espontaneidade da repulsa e do desinteresse caminha lado a lado com um valor moral de profunda obrigação dessa expressão o que, por sua vez, não exclui a sinceridade. Como nos lembra Mauss (1980, p.60), “tudo isso é, ao mesmo tempo, social e obrigatório e, no entanto, violento e natural: afetação e expressão [...] andam juntas”. Até aqui analisei como as respostas emocionais socialmente inscritas e prescritas diante das imagens de pornografia infantil (que em outros contextos supõem a expressão de sentimentos como “repugnância”, “horror” e “indignação”<sup>9</sup>) assumem um

---

<sup>7</sup> Para uma discussão mais aprofundada sobre isso, ver Lowenkron, 2013a.

<sup>8</sup> Agradeço a Maria Claudia Coelho por esta sugestão.

<sup>9</sup> Sobre a gestão das emoções em torno dessas imagens na arena pública e política da CPI da Pedofilia, ver Lowenkron, 2013b.

caráter particularmente distanciado e frio no universo policial, encarnado pelo *olhar clínico* detetivesco. Argumentei que o aprendizado prático e sensorial dessa postura emocionalmente distanciadada é apresentado como condição de possibilidade fundamental (ainda que possa ressurgir como ameaçadora e suspeita se levada ao limite extremo) para a realização do ofício investigativo policial. Com o intuito de mostrar como o saber prático e essa postura emotiva foram aos poucos incorporados também por mim ao longo do meu trabalho de campo no NUNET, considero interessante descrever, por fim, uma situação etnográfica na qual examino e seleciono junto com um policial os “indícios” de *materialidade do crime*.

Ao ser designado para analisar os arquivos de imagem gravados em um CD anexado ao laudo pericial, o agente do NUNET prefere imprimir algumas fotos que possam pautar a conclusão do delegado. Ele diz: “não sou especialista nisso de dizer a idade das pessoas a partir das suas características corporais. Uso o bom senso. Então, é melhor avaliarmos em conjunto”. O policial lembra ainda a importância de sua “Informação”<sup>10</sup>, que vai influenciar toda a rede de tomadores de decisão, desde o delegado, passando pelo procurador da República até o juiz. Certo dia o agente me convida para acompanhar a sua análise de um inquérito (que ele diz ser interessante).

Ao analisar o laudo pericial, ele reclama que os peritos não informam nada direito, pois têm medo de se posicionar. Diz que soube pela escrivã que as procuradoras da República pedem para mandar os inquéritos para o NUNET analisar porque as informações saem “mastigadinhas”. Ele me mostra que na parte do laudo que respondia ao quesito sobre se havia ou não sido encontrado material de pornografia infantil, os peritos diziam que as imagens haviam sido anexadas ao CD, associadas a “palavras-chave”. Entretanto, ao examinar o material, o agente observa que há várias imagens que podem ser evidentemente classificadas como pornografia infantil. Ele resolve, então, imprimir algumas para anexar à sua Informação, na qual afirma ter encontrado material ilícito.

O policial me pergunta se acho que tem que imprimir as imagens. Apesar

---

<sup>10</sup> Documento produzido pelo agente policial no qual ele informa seus procedimentos investigativos e suas impressões. Esta peça documental é anexada aos autos do inquérito e vai pautar as impressões e decisões de diferentes autoridades envolvidas no processo de acusação criminal.

de saber que o novo delegado, depois de uma reunião com representantes do Ministério Público, está orientando a não colocar essas cenas nos autos para não atrair a atenção de “curiosos”, o agente as considera uma peça de Informação importante já que não cabe a ele definir isoladamente se tem ou não pornografia infantil. “Se aquilo estiver ali, qualquer um que analisar os autos pode ver e chegar a sua própria conclusão”, avalia. Sugiro-lhe fazer uma descrição detalhada das cenas, mas ele diz que a descrição não é a mesma coisa do que a imagem. Eu imediatamente concordo com o agente que as fotografias oferecem outro tipo de informação bem como são dotadas de especial força de agência emotiva e persuasiva ao trazerem em si o peso da *materialidade dos corpos* infantis envolvidos em cenas pornográficas.

Utilizando um software de análise de imagens que compara caracteres semelhantes, o agente verificou ainda que uma das fotos encontradas no exame pericial coincide com um dos arquivos disponibilizados no CD que deu origem à “busca e apreensão”, no qual foram gravadas as fotografias que tinham sido divulgadas na internet – o que reforça o indício de que os policiais chegaram ao “alvo” correto. Ao analisar o inquérito, verifico que há também no laudo uma conversa de MSN (programa de comunicação instantânea) na qual foram realizadas trocas de arquivos.

Na conversa registrada, um usuário com o nome de Tereza pergunta a um de seus contatos com o nome de Jussara se gostava de PTHC, sigla que significa *preteen hard core*. De acordo com o policial, esses nomes provavelmente eram fictícios, pois utilizar um *nick* (codinome) feminino é uma estratégia comum utilizada por “pedófilos” na internet. Em seguida, Tereza convida Jussara a trocar arquivos e passa a enviar e receber imagens cujos títulos sugeriam tratar-se de conteúdo ilegal, mas que não podem ser visualizadas no registro das conversas. Ajudo-o a identificar os arquivos que foram trocados via MSN no CD anexado ao laudo pericial e conferimos que as imagens eram mesmo de “pornografia infantil”. Sugiro ao agente colocar isso na sua peça de Informação porque configuraria *materialidade* do crime de “divulgação” de pornografia infantil (art. 241-A, ECA), além do delito de “posse” deste material (art. 241-B, ECA).

Propus ainda que ele trocasse a imagem que tinha escolhido para ilustrar a sua Informação, a qual retratava uma menina púbere, por alguma que tivesse uma criança mais nova. O agente seleciona uma foto de uma menina impúbere, que aparenta ter uns seis anos. Ela está nua, em posição fetal, com a bunda para cima. Primeiramente concordamos que era evidentemente menor. Mas depois observo que não se enquadra

no tipo penal que define o que é “pornografia infantil” porque não tem a exibição de órgão genital. Escolho, então, a foto de uma menina de uns cinco anos mantendo intercurso sexual vaginal com um adulto. O policial seleciona mais uma cena pornográfica de dois meninos de uns nove ou dez anos fazendo sexo oral um no outro. Por fim, imprimimos as imagens selecionadas em tamanho relativamente pequeno para não parecer nada muito “apelativo” e anexamos à Informação a *materialidade dos corpos e do crime*.

## Considerações finais

Ao reler as notas de campo sobre essa situação etnográfica algum tempo depois, notei que, sem perceber, eu havia sido “afetada” no sentido proposto por Favret-Saada (1990), isto é, havia estabelecido com o agente policial uma modalidade de comunicação inconsciente e involuntária de afetos e percepções em torno das imagens de pornografia infantil. Ao narrar essa cena na qual seleciono estrategicamente junto com um dos agentes do NUNET as imagens que apresentam os mais indubitáveis *indícios de materialidade* de que o crime investigado havia sido cometido pelo “alvo” do inquérito analisado, pretendi mostrar como incorporei o saber prático policial, que pode ser definido por uma postura de esfriamento emotivo e um olhar analítico necessários para realização do ofício investigativo - tanto o policial quanto o antropológico. Afinal, se eu quisesse realizar uma “observação-participante” dessas investigações e compreender o trabalho daqueles policiais, era preciso pouco a pouco substituir o “mal-estar”, o “horror” e a “repulsa” diante das cenas de pornografia infantil por uma forma de olhar direcionada para a eficácia da acusação criminal.

Isso envolveu aprender a reconhecer e saber manipular o potencial emotivo e persuasivo das imagens, o que me levou a compreender que o esfriamento não significa necessariamente um desengajamento moral que tanto assombrava os policiais pela ameaça de serem confundidos com o *monstro* que se esforçavam para combater. Trata-se, antes, da característica distintiva do “olho clínico” policial, capaz de realizar uma análise “objetiva” dos “fatos” necessária para garantir a condenação legal e moral do acusado. Para isso, era preciso fazer a emoção calar e orientar a atenção para o mundo das provas (BOLTANSKI, 1993).

Ao longo da pesquisa de campo, aprendi com os policiais a adotar esse

novo modo de sentir e examinar as imagens de pornografia infantil, o que implicou um deslocamento dos *sentimentos subjetivos aos fatos objetivos*. Esse aprendizado, que só foi possível a partir da experiência de ter sido afetada pela força da exposição contínua a essas imagens dentro da moldura interpretativa fornecida pelo contexto das investigações criminais e dos inquéritos policiais, foi fundamental para o meu ofício etnográfico, assim como o era para o exercício da atividade de investigação criminal. A partir disso, foi possível não apenas observar e compreender melhor o trabalho dos investigadores do NUNET, mas também participar cada vez mais da atividade de análise das imagens de pornografia infantil junto com eles e transformar essa participação em instrumento de conhecimento.

## Referências

- BOLTANSKI, Luc.  
(1993). *La Suffrance a Distance: Morale Humanaire, Médias et Politique*. Paris, Éditions Métailie.
- BRASIL.  
(1990). *Lei no 8.069 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)*.
- BUTLER, Judith.  
(2009). *Frames of war: when is life grievable?* London and New York, Verso.
- (2002). *Cuerpos que Importam: sobre los limites materiales y discursivos del "Sexo"*. Buenos Aires, Paidós.
- COELHO, Maria Claudia.  
(2010). Narrativas da violência: a dimensão micropolítica das emoções. *Mana*, vol.16, n.2, p. 265-285.
- DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira.  
(2010). *Nas Redes do Sexo: Os Bastidores do Pornô Brasileiro*. Rio de Janeiro, Zahar.
- DOUGLAS, Mary.  
(1976). *Pureza e Perigo*. São Paulo, Perspectiva.
- DURÃO, Susana.  
(2013). Violências privadas como se fossem direitos públicos: perspectivas antropológicas. *Mana*, vol. 19, n. 2, p. 277-302.
- FAVRET-SAADA, Jeanne.  
(1990). Être Affecté. *Gradhiva: Revue d'Histoire et d'Archives de L'Anthropologie*, 8, p. 3-9.
- FERREIRA, Letícia Carvalho de Mesquita.  
(2009). *Dos Autos da Cova Rasa: a identificação de corpos não-identificados no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro, 1942-1960*. Rio de Janeiro, E-papers / LACED.
- FOUCAULT, Michel.  
(2009). *Seguridad, territorio y población: curso em el Collège de France – 1977-1978*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica.
- (2002). *Os Anormais*. São Paulo, Martins Fontes.
- (1997). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de RAMALHETE, R. 15a. ed. Petrópolis, Vozes.
- (1988). *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro, Edições Graal.
- GINZBURG, Carlo.  
(1989). Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário. In: Carlo Ginzburg (Ed.); *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. São Paulo, Companhia das Letras. p.143-179.

- HERZFELD, Michael.  
(1992). *The Social Production of Indifference. Exploring the Symbolic Roots of Western Bureaucracy*. New York / Oxford, Berg Publishers.
- LEITE Jr, Jorge.  
(2006). *Das Maravilhas e Prodígios Sexuais: a pornografia "bizarra" como entretenimento*. São Paulo, Annablume.
- LOWENKRON, Laura.  
(2013a). A cruzada antipedofilia e a criminalização das fantasias sexuais. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, n.15, p.37-61.  
(2013b). "All against pedophilia": ethnographic notes about a contemporary moral crusade. *Vibrant*, v. 10, n. 2, p. 41-72 .  
(2012). *O Monstro Contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) no Museu Nacional (MN) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
- LUTZ, Catherine.  
(1988). *Unnatural emotions: everyday sentiments on a Micronesian atoll and their challenge to Western theory*. Chicago, University of Chicago Press.
- LUTZ, Catherine e ABU-LUGHOD, Lila (Orgs.).  
(1990). *Language and the politics of emotion*. Cambridge, Cambridge University Press.
- MAUSS, Marcel.  
(2003). Ensaio sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas Sociedades Arcaicas. In Marcel Mauss (Ed.); *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, Cosac & Naify, p.185-314.  
(1980). A Expressão Obrigatória dos Sentimentos. In : Servulo Figueira (Ed.), *Psicanálise e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- MILLER, William Ian.  
(1997). *The Anatomy of Disgust*. Cambridge / Massachusetts / London, Harvard University Press.
- RABELO, Mariana Cintra.  
(2012). *Salvar cordeiros imolados: a gestão do combate à pornografia infantil na internet e a proteção de crianças*. Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade de Brasília.
- RICHARDSON, Ruth.  
(2000). *Death, Dissection and the Destitute*. Chicago, The University of Chicago Press.
- SONTAG, Susan.  
(2003). *Diante da Dor dos Outros*. São Paulo, Companhia das Letras.

**Recebido em**  
dezembro de 2016

**Aprovado em**  
março de 2017

## Parte III: emoções, instituições e trabalho

### Trajетórias e emoção em uma instituição tecnocientífica argentina<sup>1</sup>

Ana Spivak L'Hoste\*

#### Resumo

A emoção é um campo de estudos complexo. Este texto apresenta elementos do debate sobre a sua abordagem teórica, empírica e disciplinar a partir de um recorte de material de terreno específico: entrevistas de trajetórias de pesquisadores que trabalham em uma instituição argentina de formação e produção de conhecimento científico e tecnológico. O texto colocará o foco nos termos que falam sobre emoções e nas narrativas que as exprimem. A hipótese é que esses termos e essas narrativas da emoção se constituem ferramentas analíticas para aprofundar a reflexão sobre as dinâmicas sociais que interpelam esses profissionais assim como sobre identidades ligadas ao trabalho, às experiências geracionais e aos contextos socioeconômicos e políticos específicos que eles habitam.

#### Palavras-chave

Emoção. Trajetórias profissionais. Ciência e tecnologia.

#### Abstract

Emotion is a complex study field. This text presents elements on the debate regarding its theoretical, empirical and disciplinary approach based on a snap of a specific field material : Interviews regarding the trajectories of researchers who work in an Argentinian institution that creates and produces scientific and technological knowledge. The text will focus on terms

---

\* Ana Spivak L'Hoste é pesquisadora do CONICET no Centro de Investigaciones Sociales (CIS / CONICET / IDES). É antropóloga e mestre em Ciência e Tecnologia pela Universidad de Buenos Aires (Argentina) e doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Trabalha há dez anos, sob uma perspectiva etnográfica, com temas ligados à produção de ciência e tecnologia na Argentina, com foco nas trajetórias profissionais e dinâmicas institucionais nas áreas nuclear e de nanotecnologia. Sua produção acadêmica inclui, além de artigos em revistas especializadas, a publicação de sua tese de doutorado - *El Balseiro, memoria y emoción en una institución científica argentina* - na coleção "La otra ventana". Email: anaspivak17@yahoo.com.ar.

<sup>1</sup> Texto originalmente em espanhol. Tradução de Maria Claudia Coelho.

that talk about emotions and the narratives that carry them. The hypothesis is that these terms and narratives of emotion are constituted in analytical tools to deepen the reflection regarding social dynamics that permeate these professionals, as well as regarding identities connected to their work, their generational experiences and the specific socioeconomic and political they inhabit.

## Keywords

Emotion. Professional trajectories. Science and technology.

## Introdução

“Estas coisas científicas, precisas, de alta tecnologia, também necessitam da paixão e do coração para serem levadas adiante. Agradeço em nome de todos os argentinos pelo que fizeram nesses 60 anos da Comissão Nacional de Energia Atômica. Muito obrigada e parabéns”.

*[Discurso da presidente Cristina Fernández de Kirchner por ocasião do 60º. Aniversário da Comissão Nacional de Energia Atômica].*

Se houve algo que me chamou particularmente a atenção na experiência etnográfica que desenvolvo em âmbitos distintos da instituição responsável pela produção de conhecimento e tecnologias na área nuclear na Argentina – a Comissão Nacional de Energia Atômica (doravante CNEA) –, foi a emoção que perpassava as práticas e discursos dos quais fui testemunha. Tanto nas entrevistas que realizei com membros da instituição quanto nos eventos que presenciei nos últimos 10 anos, a carga emotiva – tão *a priori* estranha, segundo a epistemologia positivista clássica, à produção de conhecimento e objetos de base tecnocientífica de que se ocupa a CNEA – foi contundente.

É evidente que haveria emoção presente. São homens e mulheres que integram essa instituição e a conduzem no dia a dia. Homens e mulheres cujas experiências de trabalho e de vida estão situadas em uma dinâmica institucional por eles mesmos simultaneamente produzida, nas relações que a configuram e nas políticas e decisões que a sustentam. Homens e mulheres que por ela transitam, que a significam, experimentam e sentem. Pois bem, a evidência do emocional na instituição, mostra de uma condição,

por assim dizer, universal da emoção no universo humano, não deve nublar seu interesse como ferramenta de análise. Pelo contrário, minha experiência com ela, com a emoção do outro, que muitas vezes se torna minha própria, inspira a refletir sobre seu sentido e sobre seus efeitos nessa dinâmica particular.

Os 60 anos da CNEA, instituição criada em 1950 com as finalidades de coordenar as atividades relacionadas à área nuclear e de assessorar o Estado argentino nesse assunto, ensejaram uma série de eventos, homenagens e discursos. Entre eles, está o discurso da presidente da nação que abre este texto. Outra ação comemorativa foi a elaboração de um vídeo institucional resumindo a trajetória da instituição e, com ela, as trajetórias de alguns de seus funcionários de várias áreas: sedes administrativas, centros de investigação e desenvolvimento, unidades regionais, institutos de formação e empresas. Os seguintes fragmentos foram retirados de testemunhos registrados com esses fins<sup>2</sup>.

“Digo às novas gerações que continuem a trabalhar com a mesma vontade, vestindo a camisa como nós fizemos.

A casa, como a chamo, como creio que a chamamos todos os que amamos a CNEA, todos os que vestimos a camisa da CNEA, que a amamos.

A CNEA é tudo, me deu um monte de coisas para que me desenvolvesse na vida.

A CNEA é de certo modo o pouco que sou em grande parte é o que me deu a CNEA e estou sendo totalmente sincero.

É um sentimento, é um grande sentimento esse que tenho pela CNEA”.

Cada uma dessas frases, enunciadas em contexto de filmagem ainda que sem roteiro discursivo ou corporal definido, comove. O que comove? Comovem os termos e metáforas que as compõem. E comovem também – ainda que seja mais difícil descrevê-los em palavras – os gestos, o tom e as modalidades daqueles que as enunciavam. A quem comovem? Comovem, por um lado, muitos membros da instituição, aqueles que as pronunciam,

---

<sup>2</sup> Vídeo disponível em: <http://www.cnea.gov.ar/comunicacion/divulgacion.php> . Acesso em dezembro de 2016.

em primeiro lugar, aqueles que as testemunham, às vezes com os olhos úmidos e sorrisos. Por outro lado, frases e gestos também atingem aqueles que, como eu, assumimos um certo vínculo com a instituição – um vínculo crítico, evidentemente – de natureza externa.

O fato de que o emocional – dos outros ou meu mesmo – tenha atravessado meu trabalho de campo me levou a incluí-lo como entrada analítica dos materiais produzidos a partir dos quais trabalhei as temáticas da identidade, da memória, da comunidade e da política no campo tecnocientífico argentino. Em trabalhos anteriores, abordei-as fundamentalmente em relação com um evento comemorativo ligado à CNEA (SPIVAK L'HOSTE, 2009 e 2010). Aqui, tomarei como base a dimensão emotiva para explorar em profundidade duas entrevistas realizadas no início de minha investigação empírica, escolhidas devido à diversidade de experiências e de marcos contextuais que apresentam. Trata-se de duas entrevistas em profundidade que giraram em torno do relato da biografia profissional, realizadas entre fevereiro de 2002 e julho de 2005 com dois profissionais da CNEA. Dois profissionais com formações próximas e de gerações diferentes, que passavam por etapas distintas de trabalho – e de vida. Os eixos de análise das entrevistas se concentraram, por um lado, na relação entre emoção e pertencimento institucional e/ou posicionamentos identitários (diante da atividade científica, da atividade nuclear, da profissão). Por outro lado, explorarei o modo como a emoção acrescenta informações sobre eventos e contextos que complementam o estudo situado das trajetórias de cada um dos entrevistados, assim como da própria instituição em questão. Uma instituição que congrega diversas atividades relacionadas com o campo nuclear (física nuclear, metalurgia, mineração, construção de reatores de pesquisa e produção de radioisótopos e desenvolvimento de componentes de reatores de potência), bem como diversas linhas de trabalho associadas, como áreas da física básica ou as nanociências. Uma instituição que, além disso, vem sendo objeto de estudo de historiadores (HURTADO, 2005; HURTADO; VARA, 2006 e 2007), cientistas políticos (ADLER, 1987; HYMAS, 2001) ou funcionários da instituição interessados na reflexão política e na reconstrução histórica (SABATO; MARTIN, 1973; MARISCOTTI, 1984; LÓPEZ DÁVALOS; BADINO, 2000, entre muitos outros), mas que até agora pouca atenção recebeu de um ponto de vista etnográfico.

## Emotividade e trajetórias profissionais

Aproximar-se do emocional, a partir da etnografia, não é tarefa fácil. A proposta exige uma pesquisa bibliográfica capaz de orientar a análise disto que parece comunicar, além dos sentidos sobre aquilo que se narra ou a eles articulados, emoções. Este levantamento colocou em evidência as várias temáticas e abordagens relacionadas com a análise do emocional que surgiram na antropologia, na psicologia e na sociologia, entre outras disciplinas, a partir dos anos 1970, gerando um campo heterogêneo de debates. Um campo que se voltou, em primeiro lugar, para a compreensão do papel do emocional na vida individual e coletiva, e, em segundo, para a preocupação com os métodos e teorias para fazê-lo (LUTZ; WHITE, 1986).

A antropologia contribuiu para este debate com seu esforço de teorizar, fundamentalmente a partir de experiências e dados produzidos em trabalhos de campo etnográficos, sobre a natureza do emocional. Teorizar sobre sua natureza transcendendo as dicotomias biológico/social, inato/adquirido e individual/coletivo, as quais, entre outras, haviam circunscrito temática e disciplinarmente a análise da emoção. Nessa direção, tiveram início abordagens sobre as formas e manifestações da emoção, seus vínculos com o universo interpretativo e simbólico, as articulações entre pensamento, sensações, afeto e corpo, e os efeitos da emoção tanto sobre a dinâmica social quanto sobre os processos de produção de conhecimento sobre ela. A disciplina elaborou, para fins dessa teorização, diversas revisões críticas e propostas conceituais e metodológicas para estudar a emoção – dos outros e do próprio pesquisador –, gerando um debate que ainda está em curso.<sup>3</sup>

Em seu texto “*Reflexions sur une anthropologie des emotions*”, Crapanzano (1994) enfatiza a constituição emocional dos discursos. “É evidente que toda enunciação está carregada de uma dimensão afetiva”. E acrescenta que isto se dá ainda que a dimensão “possa ser sublinhada, ignorada, dissimulada ou negada desde o início pelas convenções do discurso ou por uma escolha consciente ou inconsciente” (1994, p.112). Do ponto de vista do autor, todo discurso, enunciado ou palavra está interpelado por uma dimensão emocional que se encontra em estreita relação com o contexto social. Nesse sentido, as categorias que falam da emoção

---

<sup>3</sup> Ver Lutz e White (1986); Rosaldo (1984); Abu-Lughod (1988); Leavitt (1996); Reddy (1997); Le Breton (2004); Ahmed (2004); Surrallés (2005); Harding e Pribram (2009); Lewis *et al.* (2010).

e aquelas que a ela se referem, embora sem sobre ela falar diretamente, representam estados psicológicos, admitindo-se que esses estados possam ser representados, do mesmo modo como expressam relações dos atores com os eventos dos quais participam, com outros atores ou a respeito do meio social no qual interagem.

Retomarei esta última observação de Crapanzano sobre a capacidade da emoção de expressar relações entre atores assim como a respeito dos eventos e contextos que os envolvem, para explorar, nas próximas páginas, o material empírico escolhido: as entrevistas em profundidade com foco nas biografias profissionais de Joaquín e Ariel<sup>4</sup>. Examinarei esses fragmentos biográficos em função das categorias que falem de ou se refiram à emoção envolvendo, conforme afirma Leavitt (1996), tanto significação quanto sentimento. Categorias que condensam experiências vinculadas a marcos contextuais específicos e que informam, por meio delas, sobre esses contextos. Categorias que, enfim, constituem traços observáveis de um complexo que vincula sensações, corpos e pensamentos e contribui para criar e recriar, entre outros efeitos, o efeito de coletivo social (AHMED, 2004).

## Joaquín

Joaquín formou-se em Química pela Universidad de Buenos Aires no início dos anos 1960 e começou a trabalhar em uma fábrica de produtos químicos. Quando a empresa faliu, ofereceram-lhe um cargo de professor de Química no Instituto Balseiro, centro de formação da CNEA e da Universidad Nacional de Cuyo situado em Bariloche. Entrou no Instituto como funcionário da CNEA e permaneceu nessa posição até voltar para Buenos Aires, por motivos familiares. Lá trabalhou no Centro Atômico Constituyentes, também pertencente à CNEA, em um projeto ligado a um reator nuclear experimental e, em seguida, na área de metalurgia. Depois de fazer um curso de capacitação na França, voltou para Constituyentes no início dos anos 1970 para trabalhar com o combustível que seria usado pelo primeiro reator nuclear de potência da Argentina. Sua carreira foi voltada para o planejamento do ciclo combustível, ao mesmo tempo em

---

<sup>4</sup> Os nomes foram modificados para proteger a identidade de meus interlocutores.

que se envolveu politicamente na instituição. Devido a sua atividade política, durante a última ditadura militar (1976-1983) foi atingido pela lei de dispensabilidade<sup>5</sup> e se exilou na Itália, onde trabalhou em uma empresa da área nuclear. Em 1983, voltou para Bariloche para ocupar cargos administrativos na empresa de tecnologia INVAP SE<sup>6</sup>.

Fizemos a entrevista em sua casa. Já havia se aposentado da CNEA, ainda que se mantivesse profissionalmente ativo, tendo responsabilidades em uma fundação. Foi durante a entrevista que o vi pela primeira vez. Tivemos uma longa conversa, tranquila e amena, durante a qual foram poucos os aspectos da sua vida profissional que não foram abordados. Sua atitude serena, sem pressa, por vezes sorridente, revelava um interesse em rememorar de maneira cronológica e detalhada – até mesmo os termos tecnocientíficos – aquilo que narrava. Ou, talvez, isso se devesse ao fato de o estar rememorando naquele exato momento. As categorias emotivas perpassaram as várias horas e temáticas sobre as quais conversamos. Estivesse ele falando sobre companheiros de trabalho, projetos de tecnologia nuclear ou questões macroeconômicas, essas categorias estavam presentes. Focarei aqui naquelas categorias que nos falam de sua relação com o trabalho, com a instituição à qual pertencia e daqueles contextos pelos quais passou em sua vida profissional e que se tornam, em larga medida a partir da emoção, significativos.

“O importante é o entusiasmo na prática profissional, a emoção de fazer o que se faz e os resultados que se obtém”. Essa frase de Joaquín, apresentada aqui de maneira introdutória, tem um caráter bem mais conclusivo. Ela resume, na verdade, muitas coisas que contou sobre seus primeiros anos na CNEA, sobre as responsabilidades que teve, os primeiros projetos que foi desenvolvendo, suas mudanças no seio da instituição e sobre as pessoas que tiveram influência nessa trajetória.

“Naquele momento, veja, era um idílio toda essa história de desenvolvimento nuclear e estávamos todos muito entusiasmados

---

<sup>5</sup> Entre as muitas medidas autoritárias e violentas do chamado Processo de Reorganização Nacional – a última ditadura militar argentina que, ao fim de oito anos, deixou um saldo de milhares de desaparecidos, mortos e exilados, além de uma aguda deterioração institucional e econômica – a lei da dispensabilidade consistia em um dispositivo de demissão sem justa causa que permitia dispensar do emprego aqueles que eram considerados ativistas.

<sup>6</sup> INVAP SE é uma empresa sociedade do Estado que tem como acionistas a CNEA e a província do Rio Negro, onde está a cidade de Bariloche e onde fica sua sede principal.

e achávamos que em 10 anos já teríamos um reator rápido em construção”.

Joaquín entrou para a CNEA no começo dos anos 1960. Nessa época, a pesquisa e o desenvolvimento nucleares – ainda ligados às bombas que puseram fim à Segunda Guerra Mundial e aos debates sobre os usos pacíficos dos avanços tecnocientíficos (BUSH, 1945) – estavam no auge em muitos países considerados centrais. Inspirada em seu potencial não bélico – energia, saúde, indústria –, a Argentina, a partir de 1950, incrementou seus esforços na área, incluindo tanto atividades de produção de ciência básica quanto de tecnologia (*design* e construção de reatores de investigação e potência, combustíveis etc.). Essa aposta, da qual se originou a CNEA, reuniu vontades políticas e científicas diversas, mas que concordavam quanto ao valor do desenvolvimento tecnocientífico para o próprio desenvolvimento industrial e o progresso nacional (SABATO; MARTIN, 1967).

Em seus primeiros anos na CNEA, Joaquín foi testemunha desse esforço que ele mesmo descreve como orientado pelo entusiasmo, pela vontade de fazer e de obter resultados, pelo desafio de aprender e avançar em novos campos de conhecimento e de aplicação, de posicionar e de buscar autonomia para o país nesses campos. Fazer parte da CNEA era, para ele, reunir-se em torno dessa vontade, que era sua e de seus companheiros. Pertencer estava ligado a esse clima de *ambição* e à *esperança* – que às vezes o próprio entrevistado reconhece como exagerada – depositada no conhecimento tecnocientífico, em geral, e nuclear em particular.

Seu trabalho, que começou como professor de Química e continuou em uma equipe de pesquisa, variou ao longo do tempo.

“Entrei em crise com a pesquisa, senti que não tinha realmente formação de pesquisador, nunca tinha feito pesquisa, tinha saído da faculdade com enormes lacunas, isso era um peso muito grande pra mim e eu não me via orientando profissionais recém-chegados em projetos de pesquisa, me sentia mal ocupando um lugar para o qual não me achava adequado... em um determinado momento decidi que isso assim não fazia sentido e meio desiludido e como se a essa altura da minha vida e da minha carreira meio que já havia passado o momento de aprender a fazer pesquisa”.

Essas mudanças são narradas, como vemos, em termos de sentimentos. Joaquín não apenas se dá conta das coisas, mas as sente ao compreendê-las e

as expressa nessa relação. Esse sentir, que não se restringe às palavras, já que se reproduz na gestualidade de sua enunciação durante a entrevista – seu rosto se tensiona quando fala de crise, seu tom de voz expressa preocupação e perde o entusiasmo anterior –, não se reduz a uma crise pessoal, mas revela um posicionamento que é tão institucional quanto identitário. Em outro artigo discuti a complexidade da construção identitária, de origem histórica e conflitiva, de uma CNEA que reúne profissionais de áreas diferentes – físicos, engenheiros, químicos, técnicos etc. – e projetos muito distintos quanto à sua envergadura e objetivos – desde desenvolvimentos teóricos até a construção de um reator nuclear (SPIVAK L’HOSTE, 2012). Nesta construção, a crise de Joaquín expressa uma posição a respeito de suas tarefas, bem como em relação à própria instituição: fazendo ciência básica se *sente mal, desiludido*, são outras as tarefas e responsabilidades que o apaixonam. “A organização e o planejamento do ciclo combustível me apaixonavam”.

O ciclo combustível é uma área-chave do desenvolvimento nuclear, sobretudo quando se trata de sua orientação aplicada à produção de energia<sup>7</sup>. Não somente o *design*, a construção e o funcionamento dos reatores nucleares são muito caros e tecnologicamente complexos; a produção e o reprocessamento<sup>8</sup> de seu combustível também o são. Além disso, neste último caso, há também um problema de natureza geopolítica, uma vez que os procedimentos necessários para produzir e/ou reprocessar o combustível exigem a manipulação de elementos radioativos cuja circulação é rigidamente controlada por tratados internacionais<sup>9</sup>. O desafio

---

<sup>7</sup> A tecnologia nuclear tem, além de seus usos com fins armamentistas ou energéticos, aplicações diretas em diversos campos da pesquisa científica, na saúde e na indústria.

<sup>8</sup> O reprocessamento de elementos combustíveis usados (o combustível dos reatores nucleares de potência, investigação ou produção de radioisótopos) separa os elementos reaproveitáveis (por exemplo, o urânio e o plutônio) dos outros materiais existentes. É um procedimento necessário para, além do resgate de materiais que podem ser reaproveitados, baixar o nível de radioatividade em função do depósito final do combustível.

<sup>9</sup> A tecnologia nuclear combina usos pacíficos e bélicos. Após as explosões atômicas que puseram fim à Segunda Guerra Mundial, os países que tinham essa tecnologia tentaram restringir e controlar seu desenvolvimento. Com essa finalidade, formularam uma série de tratados internacionais para evitar a proliferação de material atômico e impedir a construção de novas armas. Entretanto, nem todos os países aderiram a esses tratados na época de sua elaboração. A Argentina, por exemplo, argumentando que a adesão a esses tratados impedia o desenvolvimento de tecnologias estratégicas para o desenvolvimento nacional – sempre pensando em usos pacíficos – não assinou e/ou ratificou os tratados até o início dos anos 1990 (Tlatelolco, em 1992, e o Tratado de Não Proliferação / TNP, em 1994).

de dominar o ciclo combustível, um dos principais objetivos da CNEA durante os primeiros anos de Joaquín na instituição, e de alguma maneira seu próprio desafio, se traduz em uma busca por autonomia nas decisões e nos usos da energia nuclear e, por consequência, no desenvolvimento nacional que seria facultado por essa nova energia disponível. Era nesse projeto que estava o lugar – a *paixão*, como ele diz – de Joaquín, e não no laboratório de pesquisa ao qual se havia antes filiado e a cujo funcionamento tinha algumas objeções.

As divergências expressas por Joaquín em relação ao funcionamento do laboratório, divergências que explicitam sua posição a respeito da sua profissão e do seu papel na instituição, não passam pela *paixão*. *Paixão* tem ele por seu projeto, como os investigadores têm em relação a seus próprios projetos. As divergências surgem, na verdade, em torno dos objetivos e dos tipos de trabalho relativos a projetos distintos. Em seu caso, seu compromisso, até mesmo afetivo, com aquilo que faz reside na aplicação à indústria e no desenvolvimento econômico do país, e não, como ocorre com outros dos quais Joaquín se diferencia, na produção de conhecimento por si mesmo, para além de qualquer finalidade específica.

\*\*\*

Os fragmentos de entrevista e as categorias destacados nas páginas anteriores explicitam a posição de Joaquín em relação a suas tarefas, uma posição que se mantém mesmo quando os projetos mudam e os ambientes de trabalho são outros. De alguma forma, esse posicionamento firme, que descreve e valoriza sua profissão e que o situa na construção identitária que configura a CNEA, se repete em sua trajetória. A decisão de não fazer trabalho de laboratório se manteve ao longo do tempo. Sua *paixão* continuou vinculada à gestão de projetos de tecnologia, à negociação de produtos tecnológicos e ao desenvolvimento de tarefas gerenciais na indústria ligada ao setor nuclear.

Entretanto, não é esse contexto do início de seu trabalho na CNEA que reúne, da forma mais significativa, as categorias da emoção em sua biografia, aquele sobre o qual mais nos informa através delas. Embora a descrição dos seus primeiros anos na instituição seja mediada por categorias emotivas que fornecem pistas sobre práticas, identidades, projetos e alguns processos, o período cujo contexto interpreta de maneira mais emocional é outro: o período de seu regresso após o exílio, em relação com sua experiência pessoal da última ditadura militar argentina.

“É que depois, quando voltei buscando trabalho, fui parar na [uma empresa importante] na qual o chefe de pessoal era um ex-milico com uma filha desaparecida (...) procuro esse sujeito e ele me diz: ‘veja, quero expor a você para ver se você está de acordo, para dar seguimento ao seu pedido de emprego tenho que pedir informações sobre você na SIDE<sup>10</sup>, quero saber se você concorda que eu faça isso, porque, uma vez que baixem o arquivo, vão olhá-lo e dependendo do que encontrarem pode acontecer alguma coisa ou pode não acontecer nada, não sei’ (...) estávamos em uma época em que eu não me sentia particularmente seguro e lhe disse que sim, que apenas gostaria de saber o que dizia o arquivo (...) bom, volto lá e ele me diz: ‘bom, aqui está o que diz o arquivo’, e me dá um papelzinho escrito à máquina, olho o papelzinho escrito à máquina e já não me lembro, infelizmente não o pedi a ele, estava tão nervoso que o li e dizia isso e o devolvi, sentia que estava em um terreno em que não se conhecem os limites, e não sabia como lidar com o sujeito, não sabia o que podia falar e o que não podia, me sentia muito inseguro, devolvi o papelzinho a ele e fui embora”.

Conforme já antecipava a síntese de sua trajetória profissional, Joaquín volta para a Argentina meses antes do início da democracia. Uma das primeiras tarefas com que se depara, após a volta, é a busca de trabalho. É nessa busca e na sua leitura sobre suas possibilidades e dificuldades para reinserir-se profissionalmente que Joaquín concentra um repertório emocional ligado ao contexto. Na verdade, alguns elementos desse repertório já estavam presentes na descrição de sua participação profissional e política nos anos 1970, mas, nesse caso, o relato estava mais concentrado na descrição de um coletivo social ancorado na CNEA. No caso dessa busca posterior de trabalho, por sua vez, a emoção recupera aspectos de uma transição política nacional que o envolve pessoalmente.

O fragmento citado de seu relato exemplifica, na insegurança que o perpassa, uma ambiguidade da época. Uma época que anunciava mudanças – eleições nacionais, provinciais e municipais e, com elas, a volta da democracia ao país –, mas que, ao mesmo tempo, enfrentava uma estrutura de poder de traços autoritários que continuava afetando aspectos distintos da sociedade. Nesse contexto, pessoas que haviam ido embora da Argentina,

---

<sup>10</sup> Secretaria de Inteligência do Estado.

mais ou menos forçosamente, encaravam um regresso nostálgico, por vezes idealizado, porém com necessidades concretas, tais como encontrar meios de sobrevivência. Esse retorno os colocava, como no caso de Joaquín, na interseção entre as velhas estruturas ainda em funcionamento – o levantamento de antecedentes na inteligência estatal para conseguir um emprego em uma empresa privada, por exemplo – a evidência de seus efeitos sobre suas trajetórias particulares – figurar em uma lista negra, entre eles – e a expectativa de um novo começo que permitisse retomar parte dos avanços tecnológicos – mas também ideológicos e políticos – que tiveram que ser abruptamente abandonados.

“É esse sentimento que te disse, não? Em seguida, vou falar com esse advogado e ele me diz; ‘se a INVAP vai para a frente você terá um futuro brilhante, vá’. O sentimento que tive era que estavam me dizendo vá em frente, velho, e foda-se, mas vai longe (...) ao final decido que venho para Bariloche e me contrataram na INVAP (...) venho para Bariloche, veja que eu numa época queria vir morar em Bariloche, mas tive uma sensação amarga como se fosse um segundo exílio (...) O sentimento que sempre tive na INVAP, o sentimento meu, possivelmente estava muito perseguido, mas lá me consideravam, era um sujeito como uma vez me disseram de confiança, por assim dizer, no sentido que não era um sujeito que iria te foder nem fazer nenhuma sacanagem, mas não confiável (...) O sentimento era um pouco que me tinham ali como se estivesse meio isolado, como se fosse para estar aqui sob controle fazendo coisas que precisavam que eu fizesse (...) como se alguém dissesse olha, esse aí, mantenham-no ali”.

Assim, Joaquín descreve – e comunica durante nossa conversa – sua continuidade profissional e alguns aspectos da instituição em que trabalha em termos de *sentimento*. O sentimento de que lhe deram um trabalho porque para isso teria que afastar-se de Buenos Aires, de que o obrigaram a um segundo exílio – ainda que em um lugar antes desejado – para mantê-lo à distância, para mantê-lo preso. Um sentimento que nos fornece pistas sobre, além do desconforto de Joaquín com o que lhe acontecia pessoalmente, os efeitos da última ditadura militar na CNEA e no lugar atribuído a Bariloche na dinâmica institucional. Diante de um discurso oficial que sustenta que, apesar de alguns desaparecidos e demitidos, a CNEA floresceu durante a última ditadura (HURTADO, 2009), Joaquín traz outros aspectos com sua história. Seus sentimentos explicitam a natureza verticalizada da tomada

de decisões da instituição e, por sua vez, um funcionamento corporativo que aceita sua volta, mas o envia, em uma espécie de novo exílio, para o norte da Patagônia.

## Ariel

Ariel cresceu nas ruas do espaço que delimita o Centro Atômico Bariloche, um dos centros de pesquisa e desenvolvimento pertencentes à CNEA, situado na cidade de Bariloche. Passou boa parte de sua infância nos terrenos e moradias pertencentes ao centro, no qual seu pai trabalhava. Ali, mais precisamente no instituto de formação que funciona no mesmo prédio, após alguns anos de estudo fora de Bariloche, se formou em Física, em fins dos anos 1980<sup>11</sup>. Ali também, posteriormente, defendeu sua tese de doutorado. Já doutor, realizou estágios de pós-doutorado consecutivos em dois centros altamente conceituados da França e da Alemanha. Sua volta a Bariloche, em fins dos anos 1990, foi desejada e marcada por uma busca difícil por um emprego fixo na área de pesquisa científica. Essa busca finalmente resultou na obtenção de um cargo de pesquisador no Centro Atômico Bariloche – mais precisamente em um laboratório que ele mesmo montou graças a recursos e instrumentos que trouxe ou que obteve no exterior – para desenvolver linhas de trabalho inéditas na instituição. Ao mesmo tempo, Ariel trabalhava como professor no mesmo instituto de formação onde havia estudado.

Entrevistei Ariel algumas semanas depois de ter conversado com Joaquín. Também o conheci no momento da entrevista. Conversamos em sua sala situada em um canto do laboratório experimental que conseguiu montar ao voltar para a CNEA após sua trajetória pós-doutoral na Europa, um laboratório com várias equipes, porém já vazio devido à hora – e pela falta de pesquisadores, conforme me confessaria mais adiante. Um laboratório que Ariel mostra com orgulho e do qual se sente *dono e livre para fazer as coisas que quer*.

---

<sup>11</sup> O Instituto Balseiro é um centro de formação em Física e Engenharia que está vinculado à CNEA e à Universidad Nacional de Cuyo. Situa-se no espaço do Centro Atômico Bariloche, com o qual compartilha funcionários e infraestrutura.

“Essa ruptura, de ir embora desse lugar que era um grande útero no qual estava toda a felicidade, sempre foi dolorosa, creio que isso também marcou o fato de que quando fui estudar no exterior, esse lugar e Bariloche como um todo eh, atraía muito e meio que me influenciou para querer voltar para Bariloche (...) ir embora era uma coisa muito traumática”.

O diálogo que mantive com Ariel foi perpassado pela caracterização – também atravessada por marcas de emoção – de um *aqui*. Um *aqui* cujo referente não é tanto a CNEA em si mesma, mas o Centro Atômico Bariloche, o lugar onde trabalhava e, ao menos naquele momento, residia com sua família – mulher e dois filhos pequenos. Um *aqui* que, às vezes, também supera os limites do espaço desse centro de pesquisa, desenvolvimento e formação e se estende à cidade de Bariloche, às características de sua paisagem patagônica, à memória nostálgica dessa cidade de pouco mais de 100.000 habitantes situada a 1.600 quilômetros a sudoeste da capital, ou melhor dizendo, de sua Bariloche de 20 ou 30 anos atrás. Nesse *aqui* onde passou boa parte da vida, onde estava – como afirma – *toda a felicidade*, de onde *doía* e era *traumático* sair. Um *aqui* para onde decidiu finalmente voltar para estabelecer-se em caráter definitivo. Enfim, um *aqui*, uma ancoragem de vida que excede sua dimensão especificamente de trabalho, que orienta inclusive sua escolha de profissão.

No relato de Ariel, a emoção caracteriza mais sua própria biografia que ao coletivo de pertencimento ou ao clima da época, como no caso de Joaquín (seu início na CNEA, seu regresso do exílio). As categorias referentes à emoção atravessam a descrição de sua vida profissional e extraprofissional – que traz repetidamente, ainda que o roteiro da entrevista estivesse centrado na trajetória profissional. Referem-se aos vínculos com a família, com amigos ou com lugares, a decisões de caráter mais pessoal. Também de forma diferente de Joaquín, cuja emoção informava sobre o tipo de projetos nos quais trabalhava, os diversos compromissos profissionais na instituição ou sua militância política durante os anos 1970, é nessas dimensões mais íntimas – sua relação com a infância e os primeiros estudos, suas dúvidas e a escolha da profissão, o vínculo familiar – que Ariel reflete sobre e imprime a emoção na conversa.

Entretanto, o *aqui*, incluído com a intenção de expressar fundamentalmente aspectos ligados a uma reflexão biográfica, bem como os vínculos e eventos de natureza mais íntima, remete também a coletivos sociais. Ao menos fala, na experiência de Ariel, do reconhecimento de

sentidos que remetem a formas de pertencimento coletivo.

“Meu medo é que daqui a algum tempo isso já não exista mais, a essência, você entra em um *College* de Oxford e a tradição está por toda parte e as pessoas que chegam de alguma maneira são embebedas por essa tradição. Antes era assim aqui, tenho a sensação de que essa tradição está se perdendo”.

O *aqui* que *antes era assim* é o próprio Centro Atômico Bariloche. O dono dessa essência que Ariel resgata, ao mesmo tempo que teme que já não exista mais, dessa tradição, é o centro de pesquisa – e o instituto de formação associado – onde cresceu, estudou, onde realizou suas primeiras experiências de laboratório, onde agora trabalha. Ao contrário de Joaquín, o pertencimento afirmado por Ariel, onde se para, duvida ou teme, não é a CNEA – instituição à qual tanto o Centro Atômico Bariloche quanto o Instituto Balseiro pertencem. É esse âmbito mais reduzido que Ariel – como outros – define como distante e excepcional. Um âmbito que reúne diferentes projetos de produção tecnocientífica mas que, apesar dessas diferenças – disciplinares, temáticas, de objetivos e tipos de projetos, entre outras –, às vezes conflitantes, atribui uma dinâmica identitária que os agrupa como um coletivo definido. Um coletivo que, além disso, se particulariza em termos genealógicos e de critérios de pertencimento relativos à própria CNEA, a instituição maior da qual depende financeira e organicamente (SPIVAK L’HOSTE, 2010).

“Quando me formei estava em crise muito forte e me perguntava o mesmo, porque estudei Física e recentemente 10 anos depois de formado as coisas começaram a funcionar e comecei a ver que havia coisas que tinham a ver com coisas que eu gostava”.

Assim como Joaquín, Ariel também fala de crise – que afirma vivenciar tanto no plano profissional como pessoal – e de uma escolha profissional que implicava fazer coisas que queria fazer, que deram sentido a sua escolha de profissão. Embora as crises relativas à prática profissional que os entrevistados mencionam se refiram a realidades distintas, ambas estão ligadas a decisões relativas à carreira científica e à instituição de pertencimento, assim como a formas de viver e interpretar cada trajetória de trabalho. Mas, ao contrário de Joaquín, Ariel fala a partir de um presente que descreve como de nova crise e cuja descrição, mediada por categorias

ligadas ao medo e à angústia, permite colocar em evidência alguns aspectos e leituras de contextos.

“A cada vez que um colega vai embora, além de sentir uma angústia tremenda, me volta a minha própria situação, no ano passado me ofereceram trabalho na Alemanha no Max Plank e eu disse que não porque não me via morando na Alemanha mas quando todo mundo à minha volta está começando a ir é como se toda a angústia me voltasse, não é?”.

Realizei o período de trabalho de campo em Bariloche, do qual extraí essas entrevistas no início de 2002. A Argentina, em decorrência de vários anos de dificuldades econômicas, financeiras e políticas, acabava de viver um mês de dezembro trágico. Um dezembro que começou com fortes restrições econômicas, trocas de ministros, marchas e manifestações sociais e que terminou com a declaração, por parte do governo nacional, de um estado de sítio, manifestações com repressão, uma vintena de mortos e a renúncia do presidente eleito dois anos antes. Naquele início de ano a situação não tinha perspectivas de pronta solução. E o *temor*, a *angústia* que atravessa o relato biográfico-profissional de Ariel – e não o de Joaquín – está muito relacionada com esse contexto que a produz como emoção (JENKINS; VALIENTE, 1995) e do qual, assim mesmo, nos fala.

Os anos que antecederam esse mês de dezembro foram anos de deslocamentos da distribuição de cargos e responsabilidades, de privatizações e de ajustes de orçamento, de abertura comercial e acentuação da crise industrial, de consolidação das desigualdades sociais (BISANG *et al.*, 1996, AZPIAZU *et al.*, 1999, BASUALDO, 2003; SCHORR, 2004). Nas instituições científicas – entre elas, a própria CNEA – esses ajustes se refletiram em redução de pessoal ou de cargos, ajustes salariais ou limitações para conceber ou desenvolver qualquer projeto (HURTADO, 2010). A CNEA em particular se viu afetada pela redução de suas funções e responsabilidades. De fato, a partir do ano de 1994, por determinação de uma lei nacional, a instituição deixou de ter a seu encargo o controle do funcionamento das centrais nucleares – que ficariam livres para uma possível privatização que nunca se concretizou assim como da regulamentação no campo nuclear que passou para as mãos de um novo organismo – e diminuiu abruptamente seu quadro de funcionários graças às aposentadorias voluntárias e à falta de abertura de concursos voltados para a criação de novos postos de trabalho (HURTADO, 2012).

As emoções expressas por Ariel na entrevista remetem a esse contexto geral, informando sobre ele a partir da experiência de seus efeitos na dinâmica institucional e em seu cotidiano e vínculos relativos ao trabalho. Em contraste com o clima apaixonado evidente no início do relato de Joaquín, Ariel fala de um horizonte de pessimismo impresso em seu temor repetidamente mencionado. Um temor relativo à sobrevivência da instituição em que atua – mais ao Centro Atômico Bariloche do que à CNEA como um todo –, mas ainda mais acentuado em relação às possibilidades de crescimento profissional no futuro. Um temor que enseja, além disso, a enumeração de um conjunto de estratégias, realizáveis ou projetadas, próprias ou de outros colegas, que o orientam a repensar o que fazer quando as condições de trabalho – salários, infraestrutura, recursos materiais, viabilidade de projetos – não se ajustarem às suas perspectivas profissionais. Estratégias de trabalho que vão desde trabalhar em outras atividades fora da instituição até reorientar a carreira ou abandonar o Centro Atômico Bariloche para continuar a trabalhar em instituições dos países centrais.

A leitura que Ariel faz dessas estratégias que define como pessoais – em contraste com a falta de uma lógica institucional que permita resolver ao menos alguns aspectos dessa conjuntura para os quais ele mesmo chama a atenção – está mediada pelo prisma emocional. A *angústia*, a *decepção*, a irritação e o reiterado *temor* que ter conhecimento delas lhe provoca o fazer repensar suas próprias opções, despertando dúvidas quanto às decisões e pensando em reconsiderar outros horizontes para desenvolver sua carreira.

Mas não é somente a leitura das estratégias distintas que o desvia para essa direção.

“Há uma deterioração institucional muito grande, ou seja, as pessoas vão embora muito irritadas com o sistema (...) Acho que se perdeu muito e que é preciso o tempo todo ficar redefinindo o que faço, para que faço, se tem sentido fazê-lo, até mesmo dentro da comunidade antes era claro porque o fazíamos e estávamos nos protegendo e nos cumprimentavam quando uma coisa saía bem”.

Seu temor também expressa seu incômodo em relação a determinadas transformações entendidas como perdas que percebe na dinâmica institucional. Transformações que, ainda que vistas à luz desse momento de crise do país, não resultam exclusivamente dela. As referências anteriores à importância da tradição na instituição voltam a ganhar sentido. O que antes

vivia no cotidiano – sentia – ligado a um consenso sobre o passado e a um sentido de comunidade (SPIVAK L’HOSTE, 2010), essa particularização genealógica e identitária que, como dizia antes, orientava tarefas, sustentava valores e celebrava êxitos individuais e coletivos, parece ter sido objeto de transformação. De *deterioração do sistema*, nos diz Ariel. É essa deterioração, que põe em dúvida o sentido da profissão, dos projetos, de possibilidades de desenvolvimento profissional, o que se deduz da irritação dos que vão embora.

Daqueles que vão embora atraídos pela possibilidade de melhorar suas condições de trabalho – às vezes somente, na verdade, com a possibilidade de conseguir um trabalho -, mas zangados com as restrições que encontram para desenvolver-se no lugar onde se formaram e/ou queriam trabalhar. Restrições que afetam tanto esses desenvolvimentos profissionais que devem buscar novos caminhos para a forma como a rede de vínculos que configura o coletivo social molda esse centro de pesquisa e formação que está obrigado a redefinir-se ajustando orçamentos, projetos, hierarquias e relações como modo de negociar sua própria existência.

## Palavras finais

Pouco mais de 10 anos se passaram desde esses encontros e conversas com Joaquín e Ariel. Suas vidas atuais e seus marcos contextuais são outros. Sua maneira de interpretar essas realidades, como ficou evidente em conversas posteriores que tive com cada um deles, também já não é a mesma. Porém, os repertórios de emoções que se articulam nessas velhas entrevistas, seja pelos contextos socioeconômicos nos quais se situa o encontro, seja pelas evocações que provocou, em um dado momento de suas vidas, a pergunta sobre a trajetória profissional, justificam revisitá-las sob essa nova perspectiva.

O que é que podemos apreender a partir dessa emoção que expressa, em seus relatos, suas leituras sobre processos, ações, vínculos ou projetos? É essa a pergunta subjacente a essa nova visita analítica a esse material de campo. Segue, assim, uma tentativa de oferecer algumas respostas à guisa de conclusão.

Em primeiro lugar, as emoções, ou traços visíveis do emocional como sugere Ahmed (2004) se articulam nas entrevistas de forma que nos permite perceber formas de pensar a si mesmo e de se posicionar diante

das práticas e das responsabilidades da profissão e do pertencimento a uma instituição. Formas de pensar a si mesmo e de se posicionar que, além disso, variam segundo cada entrevistado ou, até mesmo, em relação ao momento da trajetória a que estejam se referindo. Essas formas de se pensar e se posicionar que se explicitam também a partir da emoção, sua própria variação em função da situação ou do tempo, nos dão pistas sobre aspectos distintos que moldam a experiência de cada entrevistado em relação à dinâmica institucional e em conexão com o entorno. Entre esses aspectos, nos dá pistas sobre a construção de práticas e sentidos que unem a trajetória profissional a outras dimensões de cada biografia, convertendo a distinção entre vida pessoal e trabalho em um objeto a se problematizar em relação às áreas específicas de investigação. Além disso, as formas de pensar a si mesmos e de se posicionar no seio da instituição evidenciadas nos relatos de Joaquín e Ariel explicitam aspectos das posturas e relações geracionais no ambiente da instituição – em relação também com aquilo que se passa fora dela –, sobre as tensões e acordos que embasam estratégias e objetivos de trabalho, sobre a maneira como são vividas e interpretadas conjunturas históricas específicas e sobre os efeitos que essas têm sobre o valor atribuído aos projetos em execução, assim como sobre o cenário que se desenha ou projeta para o futuro.

Entretanto, a recorrência de categorias da emoção nos relatos não apenas fornece pistas sobre experiências no seio da instituição ou sobre configurações e dinâmicas institucionais. Em segundo lugar, ela nos permite perceber elementos dos contextos que marcaram essas experiências, configurações e dinâmicas. Isso é, elementos que nos informam sobre os eventos marcantes e os momentos específicos nos quais se dão os sucessos que Joaquín e Ariel contam ao narrar suas trajetórias. Mas não é apenas informação o que surge em seus relatos. Os entrevistados, através de suas palavras e emoções, ou de suas emoções feitas palavras, nos permitem identificar também – o que talvez seja mais importante para os propósitos de uma análise etnográfica de seus relatos – aqueles contextos que se tornam particularmente significativos em cada experiência individual, que as fundem com diversas formas de coletivos e que as conectam com dinâmicas socioeconômicas e políticas particulares. Trata-se, de toda forma, de elementos que permitem reconstruir esses contextos específicos aprofundando, por sua vez, o vínculo com as experiências particulares e trajetórias que neles são percorridas.

## Referências

- ABU-LUGHOD, Lila.  
(1986). *Veiled sentiments. Honor and Poetry in a Bedouin Society*. Berkeley, University of California Press.
- ADLER, Emanuel.  
(1987). *The Power of Ideology: the quest for technological autonomy in Argentina and Brazil*. Berkeley, University of California Press.
- AHMED, Sara.  
(2004). Affective economies. *Social Text* 79, v.2, n. 22, p.117-139.
- AZPIAZU, Daniel; VISPO, Adolfo; GUTMAN, Graciela.  
(1999). *La Desregulación De los Mercados*. Buenos Aires, Editorial Norma.
- BASUALDO, Eduardo.  
(2003). Las reformas estructurales y el Plan de Convertibilidad durante la década de los noventa. El auge y la crisis de la valorización financiera. *Realidad Económica*, n. 200, p.s/n.
- BISANG, Roberto; BONVECCHI, Carlos; KOSACOFF, Bernardo; RAMOS, Adrián.  
(1996). La transformación industrial en los noventa. Un proceso con final abierto. *Desarrollo Económico*, v. 36, n. especial, p.187-216.
- BUSH, Vannevar.  
(1999 [1945]). Ciencia la frontera sin fin. *Redes Revista de Estudios Sociales de la Ciencia*, n.14, p.89-137.
- CRAPANZANO, Vincent.  
(1994). Reflexions sur une anthropologie des emotions. *Terrain*, n. 22, p.109-117.
- HARDING, Jennifer; PRIBAM, Deidre.  
(2009). *A Cultural Studies Reader*. Londres, Routledge.
- HURTADO, Diego.  
(2012). Cultura tecnológico-política sectorial en contexto semi-periférico: el desarrollo nuclear en la Argentina (1945-1994). *CTS - Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad*, v.7, n.21, p.163-192.
- (2010). *La ciencia argentina. Un proyecto inconcluso: 1930-2000*. Buenos Aires, Editorial Edhasa.
- (2009). Periferia y fronteras tecnológicas. Energía nuclear y dictadura militar en la Argentina (1976-1983). *CTS - Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad* v.5, n.13, p.1-33.
- (2005). Autonomy, even regional hegemony: Argentina and the "hard way" toward the first research reactor (1945-1958). *Science in Context*, v. 2, n.18, p.285-308.
- HURTADO, Diego; VARA, Ana.  
(2007). Winding Roads to "Big Science": Experimental Physics in Argentina and Brazil. *Science, Technology and Society*, v.1, n.12, p.27-48.
- (2006). Political storms, financial uncertainties, and dreams of "big science": the construction of a heavy ions accelerator in Argentina (1974-1986). *Historical Studies in the Physical and Biological Sciences*, vol.2, n.36, p.343-364.
- HYMANS, Jaques.  
(2001). Of Gauchos and Gringos: Why Argentina Never Wanted the Bomb, and Why America Thought It Did. *Security Studies*, v.3, n.10, p.153-85.
- JENKINS, Janis; VALIENTE, Martha.  
(1995). Bodily transactions of the passions: el calor among Salvadoran women refugees. In: *Embodiment and Experience. The Existential Ground of Culture and Self*. Cambridge, Cambridge University Press.
- LEAVITT, John.  
(1996). Meaning and feeling in the anthropology of emotions. *American Ethnologist*, n.23, p.514-539.

- LE BRETON, David.  
(2004). *Les passions ordinaires: anthropologie des émotions*. Paris, Payot.
- LEWIS, Michael; HAVILAND-JONES, Jeannette; BARRETT, Lisa Feldman.  
(2010). *Handbook of Emotions*. Nueva York y Londres, The Guilford Press.
- LÓPEZ DÁVALOS, Arturo; BADINO, Norma.  
(2000). *J. A. Balseiro: crónica de una ilusión. Una historia de la física en la Argentina*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica.
- LUTZ, Catherine; WHITE, Geoffrey.  
(1986). The anthropology of emotions. *Annual Review of Anthropology*, n.15, p.405-436.
- REDDY, William.  
(1997). Against constructionism. The historical ethnography of emotions. *Current Anthropology*, n.3, p.327-351.
- MARISCOTTI, Mario.  
(1984). *El secreto atómico de Huemul. Crónica del origen de la energía atómica en la Argentina*. Buenos Aires, Editorial Sigma.
- ROSALDO, Michelle.  
(1984). The shame of headhunters and the autonomy of self. *Ethos*, v.11, n.3, p.135-151.
- SABATO, Jorge; MARTIN, Jean Marie.  
(1967). La construction d'une centrale nucléaire en Argentine et ses conséquences sur le processus d'industrialisation du pays. *Tiers-Monde*, v.31, n.8, p.723-730.
- SCHORR, Martin.  
(2004). *Industria y nación. Poder económico, neoliberalismo y alternativas de reindustrialización en la Argentina contemporánea*. Buenos Aires, Editorial Edhasa.
- SPIVAK L'HOSTE, Ana.  
(2012). De la ciencia fundamental a la construcción de reactores nucleares: narrativas identitarias en la Comisión de Energía Atómica argentina. In : *III Congreso Latinoamericano de Antropología (ALA)*. Anales del congreso. Santiago, Chile.
- (2010). *El Balseiro*. Memoria y emotividad en una institución científica argentina. La Plata, ediciones Al Margen.
- SURRALÉS, Alexandre.  
(2005). Afectividad y epistemología de las ciencias humanas. *Revista de Antropología Iberoamericana*, n. especial, p.1-15.

**Recebido em**  
dezembro de 2016

**Aprovado em**  
março de 2017

# “O mercado é nosso amigo, nós é que não sabemos compreendê-lo”: o *trading* financeiro entre o otimismo quantitativo e a descrença

Daniel Seabra Lopes\*

## Resumo

Este artigo toma por objeto os índices financeiros, entendidos como expressões quantificadas do sentimento dos investidores e, ao mesmo tempo, como face visível do mercado. A constituição desses indicadores técnicos como objeto etnográfico permite alargar o âmbito da antropologia das emoções, abarcando dimensões da vida coletiva que vão muito para além da esfera das relações interpessoais e das micropolíticas, aceitando ao mesmo tempo que os números e gráficos podem efetivamente integrar o repertório discursivo da vida emocional. Num primeiro momento, é feita uma apresentação do modo como os mercados financeiros globais são vistos a partir de uma sala de mercados de um banco, passando em seguida a uma descrição etnográfica da atividade situada de um *trader* (corretor) dias antes do *crash* de setembro de 2008. O artigo prossegue descrevendo o modo como os índices financeiros passaram a ser encarados após o colapso de 2008 e o escândalo da manipulação da taxa Libor (2012), concluindo com uma reflexão sobre as valências de uma etnografia dos indicadores técnicos para a antropologia das emoções.

## Palavras-chave

Indicadores financeiros. Bancos. Etnografia.

---

\* Daniel Seabra Lopes é doutor em Antropologia Social e Cultural pela Universidade Nova de Lisboa. Trabalha como pesquisador no SOCIUS - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, sendo também professor auxiliar convidado no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa. Foi pesquisador visitante na Universidade Estadual de Campinas (2014), na Universidade de Edimburgo (2014-2017) e na Faculdade de Sciences Po da Universidade Sorbonne-Paris (2017). O seu trabalho sobre banca e finança tem vindo a ser publicado numa série de revistas internacionais, nomeadamente *European Societies*, *Social Anthropology*, *Economy and Society*, *Journal of Cultural Economy* e *Cultural Studies*. Email: dseabralopes@gmail.com.

## Abstract

This article's object are the financial indexes, understood as quantified expressions of the investors' feeling and, at the same time, as a visible face of the market. The constitution of these technical indicators as an ethnographic object allows us to amplify the field of the anthropology of emotions, embracing dimensions of the collective life that go way beyond the scope of interpersonal and micropolitical relationships, at the same time accepting that numbers and graphics can effectively integrate the discursive repertoire of the emotional life. Firstly, there's a presentation on how the global financial markets are seen, starting with a market office in a bank, then coming to an ethnographic description of a trader's activity days before the crash of September 2008. The article carries on describing how the financial indexes were faced after the 2008 collapse and the scandal of the Libor tax manipulation (2012), concluding with a reflection on the values of an ethnography of the technical indicators for the anthropology of the emotions.

## Keywords

Financial Indicators. Banks. Ethnography.

## Introdução

Numa curta obra de introdução à antropologia econômica de Gabriel Tarde, Latour e Lépinay (2009, p.11-12) avançam a ideia de que tudo aquilo que nos habituamos a apreciar como uma qualidade seria no fundo a expressão de uma quantidade: a beleza, a utilidade ou a verdade de uma coisa estão intimamente relacionadas com o número de vezes em que essa coisa é valorizada como bela, útil ou verdadeira — um pouco à imagem, se quisermos, dos “gostei” das redes sociais virtuais (vide também LATOUR, 2010). Os mercados financeiros ilustram perfeitamente essa ideia. Uma vez consumada a plena informatização das propostas de negociação, a existência de tais mercados passou a depender significativamente da sua visualização em monitores (ou ecrãs) de computador, onde o volume das transações é traduzido graficamente. De acordo com Knorr-Cetina e Bruegger (2002a), o mercado constitui-se efetivamente como realidade agregada, consistente e autônoma apenas a partir do momento em que os seus índices são apresentados no espaço simbólico do monitor (ou ecrã) e podem ser observados de forma idêntica em qualquer lugar do mundo.

Acresce que boa parte dos ativos transacionados em bolsa ou diretamente entre contrapartes não tem uma componente física: tanto as ações como as obrigações como os derivados financeiros só existem mesmo no ecrã, estando o seu valor monetário dependente do número de vezes em que, nos mais variados cantos do mundo, os negociadores vão clicando nas opções “buy” ou “sell”. A atribuição de um valor monetário não é mais que a tradução da suposta qualidade do ativo e, no limite, da existência desse ativo, na medida em que um número exagerado de propostas de venda conduzirá à sua desvalorização e, eventualmente, à sua anulação contabilística.

O presente artigo propõe uma reflexão antropológica em torno dos índices financeiros, entendidos como expressões quantificadas dos sentimentos dos investidores — dos seus receios e esperanças, para recuperarmos os termos de Delumeau (1989, p. 22) —, que, em conjunto, perfazem ou performam a realidade do mercado. Encarar os índices financeiros como objeto etnográfico permite alargar o âmbito da antropologia das emoções de raiz contextualista inaugurada por Abu-Lughod e Lutz (1990), abarcando dimensões da vida coletiva para além da esfera das relações interpessoais e das micropolíticas e, paralelamente, aceitando que números e gráficos também possam integrar o repertório discursivo associado à vida emocional.

Por outro lado, pretende-se refletir sobre alguns dos pressupostos que têm norteado as etnografias dos mercados financeiros, em particular sobre a relação mutuamente constitutiva entre qualidades e quantidades avançada por Latour e Lépinay (2009) e o carácter ontológico da informação visualizada nos monitores (ecrãs). Mais precisamente, este artigo procura averiguar em que medida o grande colapso financeiro de setembro de 2008 terá introduzido elementos novos no enquadramento sociotécnico dos mercados que convidam a pôr em causa os pressupostos enunciados. Para esse efeito, recorrer-se-á a dois tipos de fontes empíricas associadas a momentos agitados da finança global: os dados etnográficos da atividade numa sala de mercados durante o período que envolveu a falência do banco norte-americano Lehman Brothers, precisamente em setembro de 2008, e os consequentes esforços de reforma financeira que se seguiram; em especial os que se centraram nos índices financeiros após o escândalo em torno da manipulação da taxa Libor, em junho de 2012. A ideia mais geral é que se poderá ter passado de uma fase de otimismo quantitativo e negociação pujante para uma fase de ceticismo e descrença, em que a negociação se afigura mais intermitente — restando saber se estaremos

perante uma transição histórica de amplitude considerável, como parecem sugerir algumas análises recentes da antropologia do dinheiro (GRAEBER, 2011; HART; ORTIZ, 2013), ou se a realidade dos mercados financeiros compreende outras oscilações cíclicas para além das euforias e depressões simbolizadas pelas figuras do touro e do urso...

A informação empírica que sustenta o presente artigo foi recolhida durante a realização de um trabalho de campo em dois bancos comerciais portugueses, entre 2008 e 2009. Esse conteúdo de natureza etnográfica será complementado com dados provenientes de uma pesquisa documental sobre os processos de reforma financeira após a crise de 2008 e o acompanhamento de uma série de consultas públicas internacionais sobre índices financeiros entre 2012 e 2013 — tendo em conta os materiais textuais e audiovisuais disponíveis na Internet e envolvendo também alguma observação participante.<sup>1</sup>

Na próxima seção, apresento uma descrição mais generalista do modo como os mercados financeiros globais são vistos a partir de uma sala de mercados, dando especial atenção ao tipo de informação aí veiculada e à maneira como ela reflete determinadas emoções. Nesta base, serão delineados os contornos de uma epistemologia local que tende a olhar para o mercado como uma realidade objetiva ou objetivável, que funciona segundo uma lógica compatível com as decisões racionais de milhares de agentes espalhados pelo mundo. Trata-se, no entanto, de uma epistemologia em estado crítico, cujos pressupostos racionalistas se veem com frequência ultrapassados pelos acontecimentos. Isto mesmo se tornará claro na segunda seção do texto, largamente composta por uma descrição pormenorizada da atividade situada de um *trader* (isto é, de um corretor encarregado de negociar determinado tipo de ativos financeiros a partir de uma sala de mercados) ao longo de cerca de hora e meia. A terceira secção considerará o modo como os índices financeiros passaram a ser encarados depois do escândalo da taxa Libor (em 2012), num contexto de reforma financeira de âmbito mundial marcado por uma crescente descrença dos reguladores

---

<sup>1</sup> Aproveito para agradecer aos dois bancos portugueses e aos seus colaboradores pelas excelentes condições de investigação que me proporcionaram. Todo o meu trabalho em torno das questões financeiras não teria sido possível sem o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), através da atribuição de duas bolsas de pós-doutoramento (RSFRH / BPD / 37785 / 2007 e SFRH / BPD / 78438 / 2011) e do financiamento do projeto estratégico da minha instituição, o SOCIUS-ISEG (PEst-OE / SADG / UI0428 / 2013).

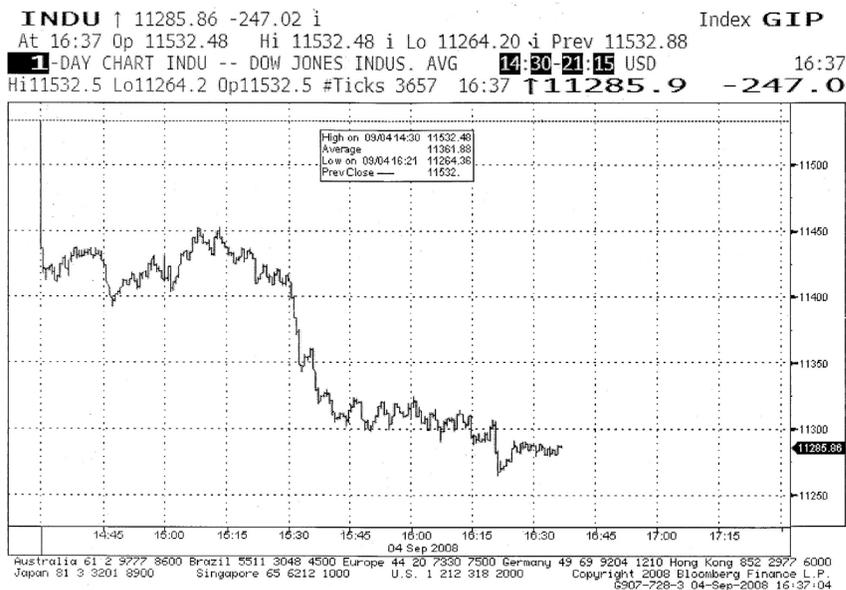
face às suas capacidades para lidarem com os riscos sistêmicos. O artigo conclui com uma reflexão sobre os possíveis contributos dessa etnografia para o estudo antropológico das emoções.

## **Emoções nos mercados financeiros globais: da lógica reflexa à etiologia**

As salas de mercados ou de negociação são repartições bancárias onde o dinheiro disponível nos bancos é investido em diversos mercados financeiros — como o mercado cambial, o mercado de obrigações, o mercado de ações, o mercado de derivados financeiros (em especial os futuros e as opções) ou o mercado monetário interbancário. É igualmente através das suas salas de mercados que os bancos negociam tomadas e cedências com a autoridade central responsável pela moeda em curso, ou seja, no caso dos países membros do Euro, o Banco Central Europeu. Essas salas de mercados foram introduzidas nos bancos portugueses a partir de meados dos anos 1990, impulsionadas pelo investimento crescente em torno dos derivados financeiros e pela sincronização global das bolsas proporcionada pela informatização das plataformas de negociação (cf. KNORR-CETINA; BRUEGGER, 2002a). Hoje em dia, as salas de mercados são uma componente indispensável em qualquer banco comercial, funcionando como *front office* dos departamentos financeiros.

Na sala de mercados onde efetuei o meu trabalho de campo trabalhavam seis pessoas em secretárias dispostas em U, cada uma delas controlando três a cinco de computador, dois a três teclados e uma central. A divisão continha ainda um televisor permanentemente sintonizado no canal noticioso *Bloomberg*. Monitores de computador, telefones e a própria televisão surgiam assim como as principais fontes de informação usadas pelos *traders*. A informação recebida era largamente composta por gráficos e tabelas resumindo dados quantitativos sobre mercados financeiros, bem como por textos de notícias e comentários especializados. Os índices relativos aos mercados de ações e de obrigações apresentavam-se em gráficos de linhas fornecidos pela agência *Bloomberg*, cuja frequência de atualização era regulável de acordo com intervalos que podiam ir do tempo real (informação renovada ao segundo) até um ano ou mesmo mais (vide Figura 1).

**Figura 1 — O índice Dow Jones no dia 4 de setembro de 2008, conforme gráfico da agência Bloomberg acessível a partir da sala de mercados (intervalos de quinze minutos).**



Fonte: Agência Bloomberg.

Desde os meus primeiros dias como observador participante tornou-se evidente que as emoções faziam parte dos mercados, manifestando-se muito claramente ao nível desses indicadores mais técnicos. Por exemplo, os índices que descreviam a evolução da contratação de *credit default swaps* — uma classe particular de derivados implicando a permuta de incumprimentos de crédito — foram-me apresentados como “indicadores de medo”, no sentido em que assinalavam o receio sentido pelos atores de mercado em relação à vulnerabilidade financeira de determinadas empresas, sendo frequentemente consultados por traders especializados em produtos de dívida. Outros índices financeiros pareciam ter a mesma capacidade de exprimir as emoções do mercado, por vezes de modo bastante explícito: era o caso dos índices de confiança dos consumidores, mas também das taxas de desemprego ou dos índices imobiliários relativos à construção e venda de casas. O índice de volatilidade VIX era igualmente visto pelos *traders* como um indicador de pânico, embora a sua fiabilidade fosse cada vez mais questionável nas semanas de agosto e setembro de 2008.

Entre a vasta panóplia de índices financeiros, alguns sobressaíam pela sua centralidade. De um modo geral, os índices de ações prevaleciam sobre os índices de obrigações e, entre os primeiros, o índice Dow Jones — que mede o investimento em empresas cotadas na bolsa de Nova Iorque — sobrepunha-se a todos os outros: as suas oscilações davam o tom para o comportamento das restantes praças financeiras a nível mundial. Em certas ocasiões, os mercados ficavam como que em suspenso, aguardando a abertura das negociações em Nova Iorque — que, devido aos fusos horários, ocorria com um defasamento de cinco a seis horas face às bolsas europeias — e desejando que o rumo das negociações em Wall Street ajudasse a definir uma tendência. O próprio investimento em ações era genericamente visto como um sinal de otimismo, implicando retornos mais elevados, mas igualmente um risco maior em caso de desvalorização, opondo-se caso ao investimento em dívida soberana ou de empresas, cujos rendimentos eram fixos, mas bastante mais modestos. Capital e dívida surgiam assim como duas áreas complementares e inversamente proporcionais, aceitando-se que, quando o investimento em ações e índices bolsistas aumentava, o investimento em obrigações e taxas de juro diminuía — e vice-versa. Por essa razão, os índices que davam conta do rendimento das obrigações também eram vistos como “indicadores de medo”: entendia-se que qualquer decréscimo do rendimento obrigacionista decorrente de um aumento da procura significava também um receio crescente diante do investimento em ações.

Em relação ao modo como os índices financeiros eram encarados pelos *traders*, há, portanto, duas ideias a reter: a primeira é a de que os índices refletiam as disposições de um coletivo desconforme, instável e de âmbito global que levava o nome de “mercado” (o mercado de ações, o mercado de obrigações, etc.), revelando a maior ou menor propensão dos investidores para arriscarem o seu dinheiro; a segunda ideia a reter é a de que os diversos tipos de índices se complementavam, funcionando muitas vezes segundo uma lógica de *inversão proporcional* em que as descidas num setor deviam ser necessariamente compensadas com subidas no setor oposto — mais ou menos de acordo com as premissas de um mercado autorregulador.

Para além dos indicadores de natureza quantitativa, os *traders* apoiavam-se muito em informação de natureza textual, como comunicados oficiais, notícias de divulgação geral e ainda conselhos e comentários especializados de analistas e *brokers*. Foi-me dito que, em tempos de menor liquidez (i.e. quando havia menos dinheiro a circular, como era o caso no verão de 2008), as

notícias eram mesmo preferíveis a certos indicadores de análise técnica que se limitavam a fazer projeções estatísticas. A iminência de um colapso bolsista estava então muito presente e transparecia igualmente na dependência dos mercados diante da divulgação oficial de dados econômicos ou ao teor das conferências de imprensa dos governadores dos bancos centrais. Em tais ocasiões, sobrevinha também aquela impressão de suspensão do mercado, como se os investidores dispersos pelo globo aguardassem um sinal que lhes indicasse o rumo a tomar. E, no meio de todo o nervosismo e turbulência que antecederam a queda no abismo, as palavras mereciam, de fato, uma consideração especial. Cientes do efeito performativo dos seus comunicados — ou daquilo que Robert Merton (1948) chamava “profecias autorrealizáveis” e o antropólogo Douglas Holmes (2009) designa como “uma economia de palavras” —, as personalidades mais relevantes do mundo financeiro mediam cuidadosamente os termos que usavam, procurando com isso acalmar os mercados e evitar a propagação do receio. Esse era, porém, apenas um de muitos planos discursivos em jogo. Noutra frente, analistas e comentaristas usavam de um tom mais desabrido para dar conta do que se passava. Entre os comentários diariamente enviados para a sala de mercados por um analista do banco Citigroup contavam-se expressões como: *Fear and panic continue to dominate — I come back to the markets deeper into the unknown than pre-August — The world is coming to an end.* Ou seja, enquanto, no plano oficial, a preocupação parecia ser a de serenar os ânimos, num plano oficioso e também mais próximo da prática situada da negociação era a impulsividade que dava o tom.

A lógica dos reflexos mantinha-se no meio desse equilíbrio instável: na sala de mercados onde efetuei trabalho de campo, esperava-se que os comunicados e notícias oficiais e até mesmo os comentários mais restritos de alguns *brokers* se espelhassem, assim que processados pelos investidores, nos índices financeiros. No caso das conferências de imprensa e comunicados oficiais, o efeito era suposto ser quase imediato — o que também diz muito acerca da efetiva sincronização dos mercados eletrônicos. Por exemplo, assim que o presidente do Banco Central Europeu anunciava que não iria baixar as taxas de juro, os *traders* desinteressavam-se da conferência de imprensa ainda em curso e concentravam-se em perceber os reflexos daquela decisão na evolução dos gráficos em tempo real.

As lógicas do reflexo e da inversão proporcional têm, no entanto, as suas limitações. Em primeiro lugar, porque nem sempre é possível antecipar aqueles acontecimentos passíveis de afetar visivelmente os mercados e,

portanto, fazer a devida associação em tempo útil: como tal, os *traders* eram regularmente confrontados com movimentos significativos nos gráficos sem conseguirem relacioná-los com uma determinada causa. Em segundo lugar, porque a própria instabilidade também acarreta convulsões enigmáticas e, principalmente, uma maior vulnerabilidade aos rumores que circulavam rapidamente pelo espaço virtual. Nesses meses conturbados de agosto e setembro de 2008, a inconstância era tal que os mercados continuavam a descer mesmo após a publicação de dados positivos. Ou então, oscilavam loucamente ao sabor de notícias fortuitas e de origem duvidosa. No dia a seguir à falência do banco Lehman Brothers (15 de setembro de 2008), os movimentos do índice Dow Jones eram pura e simplesmente erráticos: em vinte minutos, o gráfico registrou variações de mais de três por cento na sequência de informações que ora apontavam para um possível resgate da seguradora AIG, ora colocavam essa hipótese de parte.

Nestas alturas, um novo impulso se manifestava, de cariz etiológico, visando conhecer e compreender as causas prováveis de qualquer flutuação significativa e, com isso, devolver ao mercado a sua lógica momentaneamente perdida. O impulso etiológico implicava pesquisas nos *feeds* de notícias ou pedidos de informação a interlocutores privilegiados (como os *brokers* que trabalhavam em grandes bancos internacionais). Relembro o dia em que uma desvalorização abrupta da moeda sueca foi detetada nos gráficos exibidos na sala de mercados. A pessoa responsável pelo *trading* em mercados cambiais pediu então a um colega que procurasse alguma explicação para isto nos terminais de notícias. Ao fim de poucos minutos, o colega avançou a hipótese de tal movimento constituir uma reação à divulgação de dados oficiais sobre a inflação na Suécia: após ter comparado o momento de difusão da notícia no terminal *Bloomberg* com o início da desvalorização no gráfico que retratava o investimento na coroa sueca, ele admitiu como provável a relação entre ambos. Esse exemplo não deve, porém, levar-nos a pensar que o estabelecimento de relações de causalidade *a posteriori* é quase sempre uma tarefa fácil e consequente. O que importa reter, antes de mais, é a presença do impulso etiológico (mesmo que ele se revele inconsequente) e a vontade subjacente de reenviar o funcionamento do mercado para princípios consentâneos com os ideais da autorregulação, onde o que se perde de um lado se ganha do outro.

Muitas vezes, porém, não era fácil descobrir uma explicação para determinados movimentos dos gráficos. Admitia-se então, nestes casos, que o mercado tivesse sido desviado dos seus parâmetros eficientes

e racionais por rumores, boatos e outros ruídos. O impulso etiológico mantinha-se por conseguinte desperto, como forma de distinguir os movimentos que pudessem legitimar a abertura ou manutenção de uma determinada estratégia de investimento dos chamados “movimentos de manada” decorrentes do pânico ou de outras emoções descontroladas. Continuava a fazer sentido, em suma, acreditar na viabilidade de um mercado autorregulador alicerçado nas escolhas racionais e logicamente complementares das diversas contrapartes que o compunham — um mercado emocionalmente controlado, adequável aos preceitos da etnopsicologia ocidental moderna (cf. REZENDE; COELHO, 2010, p.104-111) e, por isso mesmo, um mercado amigo dos investidores. Mas essa era apenas a parte boa da história. A verdade é que, no verão de 2008, esse mercado era pouco mais que uma miragem, um sonho. O equilíbrio entre as contrapartes era visto como instável: o medo, a desconfiança, o nervosismo, a precipitação manifestavam-se regularmente não só nos corpos e na voz dos *traders* como igualmente nos gráficos e comentários apresentados nos ecrãs; o que nos leva a procurar descrever mais pormenorizadamente o modo como são vividas e geridas as emoções dentro de uma sala de mercados.

### ***“Vela no Bund!”, ou um dia na vida de um trader***

Não pretendo que as descrições aqui apresentadas sejam largamente generalizáveis. Já antes aludi às peculiaridades do contexto etnográfico em apreço — nomeadamente à pequena dimensão da sala de mercados onde efetuei trabalho de campo, a que se deve juntar a relativa insignificância dos bancos comerciais portugueses enquanto atores do sistema financeiro global. O banco de que tenho vindo a falar estava apenas marginalmente exposto às convulsões que assolaram a bolsa de Nova Iorque em setembro de 2008 e, por outro lado, dispunha igualmente da possibilidade de se financiar através da captação de depósitos de clientes (algo que os grandes bancos de investimento internacionais como o Lehman Brothers não podiam fazer). Como tal, esse banco foi sobretudo um observador e, portanto, também um bom posto de observação — ainda que nenhuma instituição financeira esteja completamente a salvo num sistema que favorece a criação de dinheiro com base em reservas fracionadas. Na secção anterior procurei descrever o modo como os mercados financeiros se apresentavam na sala de mercados. Como foi dado a entender, esses mercados exibidos nos ecrãs

de computadores podem ser vistos como a expressão agregada, estatística, quantitativa, de comportamentos que ocorrem simultaneamente em arenas de negociação de todo o mundo (por mais pequenas e insignificantes que sejam...). Olhemos com mais atenção para o desenrolar da ação dentro de uma sala de mercados e, em particular, para o lugar que aí ocupam as emoções...

Nas páginas que se seguem, apresento um excerto do meu diário de campo, onde se descreve a atividade de um *trader* durante cerca de hora e meia, com alterações e excisões mínimas destinadas a proteger o anonimato tanto da instituição como das pessoas envolvidas. Porém, manter-se-á o nome real das principais empresas de informação financeira e dos grandes bancos internacionais que acabaram por ter um papel de relevo no auge da crise de 2008, sempre que tal pareça etnograficamente relevante e em linha com a informação anteriormente avançada. A fim de tornar a leitura mais perceptível, impõem-se dois esclarecimentos adicionais. O primeiro esclarecimento diz respeito ao tipo de operação financeira em jogo — a negociação de contratos de futuro sobre dívida soberana da Alemanha com prazo de dez anos. À semelhança de outros derivados financeiros, os contratos de futuro não pressupõem a compra ou venda direta do ativo subjacente (ou seja, as obrigações soberanas, conhecidas no meio financeiro pela expressão alemã *Bund*), mas a compra ou venda de promessas de compra ou venda futuras desse mesmo ativo, de acordo com prazos previamente estipulados, e que podem ser de três, seis ou doze meses, por exemplo. Não obstante, os *traders* designam muitas vezes as suas operações de derivados com o nome do ativo a que se reportam, pelo que, no excerto seguinte, as menções ao *Bund* devem ser entendidas como ‘operações de futuros sobre o *Bund*’. O segundo esclarecimento é, na verdade, uma insistência, para vincar o fato de os atores menores do sistema financeiro global, como o banco aqui em causa, recorrerem constantemente aos serviços de empresas de informação econômica, como a *Bloomberg* ou a *Thomson Reuters*, bem como de corretoras e grandes bancos internacionais (é o caso do Citigroup, mencionado anteriormente), no sentido de compreenderem melhor e participarem no que se vai passando nos mercados globais. Posto isto, entremos então na sala de mercados...

“São 15h44. Sento-me junto de Mário, o *trader* de negociar com obrigações e taxas de juro. Ele consulta os ecrãs do terminal *Bloomberg* e vai tomando notas sobre ‘coisas que gostaria de fazer,

se não fosse de férias' [*Mário partiria em breve em lua de mel*]. Mas eis que a voz do diretor se faz ouvir, vinda do seu posto onde ele vai seguindo a evolução dos vários mercados:

— Vela no *Bund*!

Num primeiro instante, Mário dá a entender que está a controlar a situação. Porém, um minuto depois, o diretor volta a intervir e a sua voz trai alguma preocupação:

—Atenção! Alguma coisa está a acontecer!

Desta vez não há dúvidas: num dos ecrãs à frente de Mário, o gráfico com a evolução em tempo real da negociação de futuros sobre o *Bund* desenha a forma característica de uma vela, sinalizando neste caso uma descida abrupta de mais de 30 pontos básicos" (vide figura 2).

**Figura 2 — A evolução da negociação de futuros sobre o *Bund* (dívida soberana alemã com prazo de dez anos), segundo gráfico fornecido pela agência *Bloomberg*. O movimento de descida identificado como uma "vela" ocorreu pouco antes das 16 horas e está assinalado com um círculo.**



“Através da sala de chat da *Bloomberg*, Mário redige uma mensagem para James, um *broker* do *Citigroup* com quem está em contato permanente: ‘- any news on bund?’. Bastante concentrado, batendo nas teclas do computador a toda a velocidade, Mário consulta uma lista de notícias no terminal *Bloomberg*, constatando que ‘está a sair muita coisa’. O instante é vivido com alguma tensão, contrastando claramente com a calma de há momentos. À sala de *chat* chega uma primeira resposta proveniente do *Citigroup*, um minuto depois de Mário ter enviado a sua mensagem: ‘- not sure... sec’. Nove segundos depois, uma segunda mensagem: ‘- we are still unsure, maybe the bounce in bank stocks?’.

A sugestão do *broker*, formulada em jeito de pergunta, não convence Mário. Ele levanta-se e vai ter com o diretor, transmitindo-lhe a sua opinião:

‘— O James diz que houve aqui alguém a fazer um *bounce* brutal em Euribor [i.e. um investimento forte em futuros indexados à taxa de juro Euribor]: 86 mil contratos em Euribor. Mas a Euribor, por norma, não tem ligação direta com *Bund*... Eles [*Citigroup*] estão a tentar averiguar, acham que pode ter a ver com as financeiras. Mas eu já estive a ver e... Eu não sei o que está por trás disto. Este tipo de movimentos faz-me um bocado de confusão... e, como tal, estou tentado a fechar a posição...’.

Mário retoma o seu lugar e observa o gráfico com a evolução dos futuros sobre o *Bund*. A queda acentua-se. O diretor, que continua a supervisionar os acontecimentos a partir do seu posto, confirma que se trata de uma variação muito grande. Mário responde, com algum alarme na voz:

‘— Isto é à volta de quarenta [pontos] básicos em menos de quatro minutos! Eu vou fechar isto! Isto não pode ficar aberto mais tempo!’.

E começa a preparar a sua saída do mercado, mexendo no rato ligado à plataforma de derivados:

‘— Eu vou levar uma bordoadada de todo o tamanho!’.

No gráfico, o indicador do preço de cedência do *Bund* (*Bid Price*) desceu para 113.85, coincidindo com o momento de maior aflição. Segundos depois, sobe ligeiramente para 113.88 [trata-se de números meramente indicativos e que não correspondem a nenhum preço exprimível numa unidade monetária]. Mário ainda não fechou a posição. Redige nova mensagem para o *broker* do *Citigroup*: ‘— *leh keeps losing some 10% and AIG 20%...*’. Isto é, o Lehman Brothers está a cair em bolsa, assim como a seguradora AIG, pelo que não se compreende a razão da queda do *Bund* [de acordo com a lógica da inversão proporcional, quando as ações descem, as obrigações tendem a subir...]. O diretor pergunta a Mário se ‘já fechou’ e este responde que : ‘— não, ele entretanto voltou a subir [de 113.85 para 113.88]. Mas, se voltar a cair nos 85 [113.85], fecho’.

A tensão mantém-se, portanto. Pouco depois, o indicador do preço dos futuros sobre o *Bund* resvala para 113.82. O momento não é para brincadeiras. Às 16h21, Mário fecha a posição em 113.76... 1.34 pontos abaixo do preço de abertura e 0.09 ponto abaixo dos 113.85 prometidos há instantes ao seu diretor. Os gráficos relativos aos futuros sobre o *Bund* registram uma queda pronunciada. Às 16h22, o *broker* do *Citigroup* responde à mensagem anterior de Mário: ‘— *Equities rebounded sharply, putting F1 lower as story going the rounds that*

Bank of America *winning race to buy Lehmans...*. Mário agradece ('tks'), mas confessa que esta explicação — que alude a um efeito de ricochete no mercado de ações motivado pela possível compra do Lehman Brothers pelo Bank of America, e que também provocou uma descida no *rating* das obrigações — não o satisfaz. Uma pesquisa rápida no terminal *Bloomberg* permite perceber que o banco Lehman Brothers continua a perder em bolsa. Nesse momento, a colega do lado pergunta-lhe se já sabe alguma coisa. Mário diz que não encontra nada e que no *Citigroup* também não sabem nada... E dá um murro na mesa, em sinal de impaciência: '— Porcaria de boatos da treta!'

Às 16h27, nova mensagem do *broker* do *Citigroup*, propondo outra explicação para a desvalorização dos futuros sobre a dívida soberana alemã: '— *some other talk of CTA's heavy selling on Bund after technical points hit on dma's*'. '— Já acredito mais nesta', diz Mário à mesma colega, 'venda maciça de *Bund* com base em análise técnica'.

O diretor da Sala de Mercados termina um telefonema e pergunta a Mário 'o que é que fez'. Este responde que: '— fechei o *Bund* a 76 [113.76]. Agora está-me a dar vontade de entrar com cinquenta longos [isto é, abrir uma posição correspondente a cinquenta contratos de compra (futura) de obrigações, tirando partido da desvalorização]. Já não digo nada...'. Mário vira-se para o ecrã da plataforma de derivados, pega no *mouse* e começa a preparar uma nova posição de 50 contratos de compra sobre as obrigações *Bund*: coloca o ponteiro do *mouse* em cima de um botão virtual com a expressão BUY e aguarda. São agora 16h31. Mário mantém a sua decisão de entrar, mas ajusta o preço de 113.85 para 113.89, depois para 113.91, depois para 113.90 — são modificações aparentemente mínimas mas que podem ter implicações significativas em termos de ganhos e perdas. Volta a colocar o ponteiro sobre o botão BUY e espera, de indicador em riste, pronto a clicar no *mouse*. Provavelmente, não se sente muito seguro, dado que se levanta e vai ter com o diretor. Diz-lhe que está a pensar em entrar com cinquenta contratos de compra e acrescenta que 'já temos duas explicações, uma em que não acredito [rumor de compra do Lehman Brothers pelo Bank of America] e outra de análise técnica'. Mário regressa ao seu lugar, volta a pegar no *mouse*, coloca o ponteiro sobre a opção BUY, depois altera o preço para 113.92. Às 16h34, entra no mercado com 50 contratos de compra sobre o *Bund* a 113.92.

Pouco depois, Mário começa a preparar uma posição de saída, a 113.94 — como se percebe, é em torno de pequenas margens como esta (uma diferença de 0.02 entre a entrada e a saída) que se

faz o negócio do *trading*. Por volta desta altura, aparecem na sala duas colegas de outro departamento da direção financeira para se despedirem de Mário, desejando-lhe felicidades para o casamento e uma boa lua-de-mel. Ele agradece, mas praticamente não desvia os olhos dos ecrãs. Decorrem mais uns minutos. Mário afina o preço de saída da posição, situando-o agora na casa dos 114.12. O diretor da sala de mercados diz que vai ter que se ausentar e pergunta a Mário se está a pensar sair cedo. Este informa que ‘está longo sobre o *Bund*’ e diz que, quando sair, será provavelmente ‘para o hospital’. O diretor retira-se. São 16h48. Mário passa as mãos pela cabeça e solta novo desabafo, em voz mais baixa, como que falando consigo próprio, lamentando a decisão de reentrar no mercado logo após ter saído:

‘— Que estupidez, caraças!’

16h50: preços e gráfico mantêm-se estáveis, sem terem ‘feito nada de extraordinário’. 16h53: Mário atende um telefonema, que depois passa à colega do lado. Volta a dirigir a sua atenção para os ecrãs, esperando ansiosamente que os gráficos das ações caiam para ver se os gráficos das obrigações começam a subir. O indicador do preço dos futuros sobre o *Bund* anda à volta dos 113.92, a ordem de saída continua nos 114.12. Por momentos, o preço sobe até aos 113.95, mas depois volta a descer. Mário acompanha atentamente todas estas oscilações e volta a afinar o preço de saída, situando-o agora nos 114.05. Em seguida, dá a ordem de venda, que fica com o estatuto pendente (*‘working’*) na plataforma. Tomada a decisão, ele confidencia-me sentir algum medo em relação ao preço 114.00 — um número certo, redondo, que funciona como uma ‘resistência natural’, revelando-se o alvo preferencial de muitas apostas para fecho de posições.

A partir das 17h06, Mário fica só na sala de mercados. O ambiente de maior tensão já passou, as decisões estão tomadas, resta esperar pela evolução dos acontecimentos. Aproveitamos então para conversar um pouco. Mário diz-me que se sofre um bocado na posição de *trader*. Apesar de não ser o dinheiro dele que está em jogo, é o dinheiro da instituição que lhe paga e isso induz um grande sentido de responsabilidade. Por outro lado, a instabilidade dos mercados também não ajuda:

‘— Nós temos passado o ano todo a rever as coisas. Existem determinados pressupostos que são válidos por um tempo muito curto’.

Alude depois à opinião de um analista que escutou num *podcast*, dizendo que esta crise é como uma tempestade perfeita que surgiu do meio do céu azul e agora não há forma de lhe escapar:

‘— É muito, muito difícil manobrar num ambiente destes. Hoje

saíram dados macroeconômicos importantes nos Estados Unidos e os mercados não reagiram. Só reagiram aos boatos. É complicado...’.

E conclui a sua reflexão com uma sentença:

‘— O mercado é nosso amigo. Nós é que não sabemos compreendê-lo’.”.

Esse excerto, necessariamente longo, permite reforçar alguns princípios que enquadram a ação numa sala de mercados, dando especial atenção ao modo como aí são experienciadas as emoções. Os gráficos e indicadores financeiros apresentados nos ecrãs são a fonte de informação primordial. Em momento algum se coloca em causa a capacidade dos gráficos e índices para espelharem adequadamente o mercado — em bom rigor, a realidade do mercado consubstancia-se neles. O que se passa é que nem sempre é possível compreender os movimentos do mercado. O esforço etiológico assinala então a busca de um sentido, de uma narrativa ou história que permita atribuir uma motivação clara, lógica, para as subidas e descidas mais bruscas conhecidas no meio como “velas”. Ora, no período em causa, que rodeou uma das maiores crises financeiras da era moderna, esse esforço de compreensão era muitas vezes infrutífero. O mercado projetado nos ecrãs mais parecia um monstro desenfreado, presa fácil de hesitações e precipitações incentivadas por “boatos” sem fundamento.

Mas aquilo que os ecrãs agregam, calculam e sintetizam graficamente surge de forma mais dispersa na mente e nos corpos dos *traders* espalhados pelas plataformas de negociação do mundo inteiro. Algumas etnografias realizadas em megabancos de investimento descrevem o *trading* como uma atividade bastante individualista, psicologicamente exigente, entusiasmante ou mesmo viciante e também, por tudo isso, potencialmente destruidora do *self* (KNORR-CETINA; BRUEGGER, 2002b, p.939-940; ZALOOM, 2006). O medo de ser arrastado numa onda de desvalorização de ativos (como a “vela no *Bund*” descrita mais acima) e a hesitação quanto à iminência dessa onda de desvalorização são sensações mais ou menos onipresentes. Em condições de estabilidade geral dos mercados, os *traders* dispõem mesmo de uma margem considerável para desafiar o medo e testar limites pessoais, o que aproxima o seu trabalho de outras atividades envolvendo um jogo com o perigo ou uma tensão entre seriedade e brincadeira — dos desportos radicais (ROCHA, 2011) à pilotagem de aviões de combate (ZALOOM, 2003, p.269). Nas alturas de crise, porém, os dispositivos de controle de emoções são desarmados, fazendo com que a aura de jogo se desvaneça e o pânico

ameace tornar-se galopante — dependendo, claro, da maior ou menor exposição aos movimentos de desvalorização. Na descrição apresentada, essa exposição era mínima: o *trader* manifestava algum desconforto pelo fato de ter causado um prejuízo pontual ao banco, sentindo igualmente frustração pela impossibilidade de negociar no meio de tanta turbulência. O seu nervosismo e o seu medo eram, apesar de tudo, bastante suaves, tendo em conta o ambiente sentido em muitos bancos à beira da falência ou prestes a ser resgatados. Embora os dados de que disponho não sejam conclusivos, dado que as poucas etnografias de salas de mercados dão conta do período mais otimista que antecedeu a crise, uma coisa parece mesmo assim evidente a respeito do contexto que conheci: a preocupação de socializar a incerteza e o próprio medo tanto através de discussões com colegas como da conversa *online* com os *brokers*. Voltarei a esse aspeto na conclusão, uma vez que ele permite introduzir algumas variações na compreensão da ação situada em salas de mercados.

## O fim de uma era?

As descrições apresentadas até ao momento dizem respeito a um período que, não obstante todo o receio e nervosismo diante da crise iminente, é ainda um período de confiança nos indicadores financeiros que dão visibilidade à realidade dos mercados, por mais instável e volúvel que essa realidade pareça. Ou seja, a relação mutuamente constitutiva entre a quantidade (índices e gráficos) e a qualidade (o mercado e os movimentos emocionais que o caracterizam) mantém-se. Ninguém na sala de mercados punha em causa que as oscilações registradas nos gráficos constituíam o mercado propriamente dito — mesmo se já não se tratava do mercado autorregulador sonhado por Hayek e outros arautos do neoliberalismo.

Há, no entanto, algumas razões para pensar que essa visão do mundo começa a se alterar. O esforço de reforma financeira global iniciado em 2009 trouxe consigo um conjunto de novas instituições (como o Financial Stability Board ou o Sistema Europeu de Supervisão Financeira) e de acordos internacionais (Basileia III), a que se tem juntado uma série apreciável de princípios normativos. Por outro lado, esse esforço parece ter trazido também mais ceticismo e descrença quanto à possibilidade de reformar efetivamente um sistema financeiro cuja estabilidade depende, em larga medida, de megabancos internacionais com caráter sistêmico

que se revelam instituições excessivamente complexas e insuficientemente sólidas — ou insuficientemente líquidas, dado que a falta de solidez bancária passa muitas vezes por problemas de liquidez... Não me refiro, é claro, ao ceticismo crônico de jornalistas e cientistas sociais (vide ADMATI; HELLWIG, 2013; LANCHESTER, 2013a e 2013b), mas ao ceticismo de figuras oficiais do próprio sistema financeiro mundial — como o antigo presidente do Fundo Monetário Internacional, Dominique Strauss-Kahn, que deu a conhecer as suas dúvidas e incertezas numa conferência de imprensa de outubro de 2010<sup>2</sup>; ou o ex-governador do Banco da Inglaterra, Mervyn King (2013, p.6, citado por LANCHESTER, 2013b), que declarou ser preciso esperar uma geração para ver resolvidos os problemas sistêmicos colocados pelos grandes bancos globais. O sentimento de impotência dos reguladores financeiros é igualmente o mote de um artigo recente de Annelise Riles (2013), dando conta do ambiente no Banco do Japão no período que se seguiu ao acidente nuclear de Fukushima.

De resto, o fato de as perturbações no mundo financeiro não terem exatamente terminado após o colapso bolsista de setembro de 2008 contribuiu para agravar esse estado de coisas. Em meados de 2012, quando a Europa se debatia com a denominada “crise do Euro” (ou o decréscimo de confiança na moeda única em consequência do sobre-endividamento de países-membros, como a Grécia, a Irlanda, Portugal, Espanha ou Itália,) rebentou no Reino Unido o escândalo em torno da manipulação da taxa de juros Libor. Não será exagero dizer que a Libor (ou *London Interbank Offered Rate*) é uma das séries de números mais consequentes em todo o mundo (cf. MACKENZIE, 2009, p.1). Em termos técnicos, a Libor representa os custos de financiamento incorridos por um painel de megabancos no que toca à constituição de fundos em dólares (bem como noutras moedas) com prazos que vão de uma semana até um ano. Em termos práticos, trata-se da taxa de juros que serve de referência às demais taxas de juros, sendo igualmente utilizada como indicador numa quantidade impressionante de contratos de derivados financeiros.

O cálculo da Libor é efetuado pela empresa *Thomson Reuters*, com base nas estimativas de taxas fornecidas pelos bancos membros do painel. Ora,

---

<sup>2</sup> Disponível em: <http://www.imf.org/external/np/tr/2010/tr100710.htm>. Acesso em 25 de agosto de 2013.

em 2009, uma investigação internacional liderada pela *Financial Services Authority* descobriu indícios claros de manipulação de dados no processo de submissão de informação conducente ao cálculo da taxa: alguns dos bancos do painel estariam a fornecer valores de taxas muito distantes dos seus custos de financiamento efetivos, com o objetivo de influenciarem a média final e, dessa forma, obterem lucros adicionais em operações especulativas indexadas à Libor (cf. WHEATLEY *et al.*, 2012). Embora os dados da investigação oficial apontassem para práticas de manipulação iniciadas, no mínimo, por volta de 2005, os depoimentos de alguns *traders* recolhidos por jornalistas no âmbito de investigações paralelas faziam remontar os procedimentos obscuros ao final dos anos 1980 (THE ECONOMIST, 2012) — ou seja, abarcando a quase totalidade da curta história da Libor... As suspeitas estenderam-se rapidamente a outras taxas de referência (como a Euribor), levando à inclusão da manipulação de índices financeiros na Diretiva de Abusos de Mercado da União Europeia, assim como a uma sucessão de debates e consultas públicas sobre indicadores de mercado promovidas por diferentes autoridades nacionais e internacionais. Ao mesmo tempo, no setor privado, várias associações industriais e empresas do ramo procuravam desenvolver princípios e códigos de conduta que pudessem garantir a produção de indicadores fiáveis. O escândalo em torno da manipulação da Libor teve, portanto, o condão de instalar a dúvida quanto à capacidade dos números para representarem adequadamente o mercado, levando atores e reguladores a pensar no que seria preciso fazer para que os índices voltassem a refletir rigorosamente as realidades econômicas que pretendiam medir.

Nesse âmbito, admitiu-se o recurso aos dados de transações efetivas (em vez de meras estimativas) para obter uma percepção mais fiável das operações em curso no mercado. Nas palavras da diretora executiva da nova Autoridade Europeia dos Mercados e Valores Mobiliários (ESMA), Verena Ross, proferidas durante uma audiência pública em Paris, a 13 de fevereiro de 2013: “Deve haver algum teste de realidade entre aquilo que os indicadores dizem e aquilo que as transações dizem”. Ross referia-se, em primeiro lugar, às taxas Libor e Euribor que, sob esse aspeto, representavam um caso interessante. É que o mercado que essas taxas deviam supostamente refletir funcionava de modo muito intermitente desde 2008 para os empréstimos com prazo superior a um mês devido a uma série de causas interligadas, que iam da crise das dívidas soberanas europeias e consequente descida dos *ratings* à influência crescente dos empréstimos dos bancos centrais, sem

esquecer as novas medidas de controle dos rácios de liquidez propostas pelo Acordo de Basileia III e — inevitavelmente, — o próprio escândalo em torno da taxa Libor. Ou seja, embora os megabancos membros dos painéis da Libor (e Euribor) reportassem diariamente estimativas de custos de financiamento para depósitos de um mês a um ano, a constituição efetiva de tais depósitos era, na melhor das hipóteses, apenas episódica. Como reconhecia o presidente da Commodity Futures Trading Commission durante uma mesa redonda promovida pela IOSCO cerca de duas semanas depois: “– Este é um mundo no qual se pede aos bancos que reportem sobre algo que pode nem sequer existir”. E, pensando nas taxas Libor e Euribor com maturidades superiores a trinta dias: “– Quando uma referência não se refere a coisa alguma, o que será que ela é?”<sup>3</sup>.

Poder-se-ia responder que é uma ficção e não um fato. E que a confiança nos mercados financeiros assenta tradicionalmente em “fatos” — em dados considerados fiáveis, em representações vistas como adequadas e que possam ser aceitas sem discussão para fins de *trading* e de investimento (cf. MACKENZIE, 2009). Se bem que a tendência, por parte dos reguladores, seja a de fazer o caminho de volta em direção à facticidade, as discussões públicas travadas em torno dessa questão deixam perceber que esse caminho é mais sinuoso do que se poderia pensar à partida. Alguns participantes ligados à indústria dos índices econômicos fizeram notar que, em muitos casos, esses índices contribuem para criar a liquidez de mercado em vez de se limitarem a refleti-la — ou seja, a publicação dos índices permite dar visibilidade a determinados setores da atividade econômica, fornecendo informação agregada, estandardizada e facilmente acessível sobre operações dispersas e, dessa forma, fazendo aumentar o número das transações. Neste sentido, os índices teriam uma capacidade performativa própria, ao definirem antecipadamente um reduto de trocas que, em função dessa definição, se assumiria como um “mercado” e estimularia a negociação. Teríamos primeiro uma quantidade esparsa, depois uma qualidade (uma ideia de mercado agregado refletida num indicador) e, finalmente, um aumento significativo da quantidade com base nessa qualidade — um esquema,

---

<sup>3</sup> “This is a world in which banks are being asked to quote something that might not even exist / If the benchmark isn't benchmarking something, then what is it that we have here?”. A mesa redonda organizada pela IOSCO teve lugar em Washington, a 26 de fevereiro de 2013. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=duUODyMdnsE>. Acesso em 1 de Junho de 2014.

pelo menos, um pouco mais complexo do que a visão tardiana de Latour e Lépinay exposta no início deste artigo.

Mas, não é tudo. Na sua resposta à consulta pública promovida pela Autoridade Europeia dos Mercados e Valores Mobiliários (ESMA) e pela Autoridade Bancária Europeia (EBA), a Associação Europeia das Cooperativas Bancárias comparou a confiança nos indicadores financeiros à confiança no próprio dinheiro, na medida em que ambas dependiam de arranjos institucionais coletivos apenas parcialmente controláveis por atores de mercado individuais (EUROPEAN ASSOCIATION OF CO-OPERATIVE BANKS, 2013, p.3). Por outras palavras, a produção de fatos, por si só, não garantia nada. Era necessário que várias instituições alinhasssem no jogo e aceitassem como válido aquilo que era apresentado como um fato. Um tal acordo coletivo, para além de ser vulnerável a tentativas de manipulação individual, não era nunca suficiente para evitar que instituições saudáveis sucumbissem sob a influência de profecias autorrealizáveis, ou que bancos com caráter sistémico arrastassem atrás de si todo um mercado incapaz de funcionar de acordo com uma lógica de complementaridades. A história, claro, não acaba aqui, e ainda é cedo para tirar conclusões. De qualquer modo, a situação é de impasse — entre o otimismo quantitativo e a correspondente crença num mercado amigo dos investidores por um lado, e a descrença nas capacidades autorregulatórias do mercado num cenário dominado por megainstituições, cuja reforma é complicada e morosa, por outro.

## **Conclusão: contextualizando as emoções**

Os dados empíricos oferecidos neste artigo permitem reforçar alguns dos enunciados centrais do estudo antropológico das emoções (vide ABU-LUGHOD; LUTZ, 1990; REZENDE; COELHO, 2010; COELHO; REZENDE, 2011), em particular no tocante à necessidade de sua contextualização que acarreta, inevitavelmente, um questionamento da pretensa universalidade dos estados emotivos. As descrições da segunda seção permitem perceber a importância que a interação presencial e a socialização das emoções assumem no universo do *trading* — sobretudo em conjunturas de instabilidade. Nesse contexto, nervosismo e medo aparecem-nos como um complexo de percepções, racionalizações, intenções, reações físicas, interlocuções e colaborações que mobilizam e são mobilizadas tanto por pessoas (próximas

e distantes) como por uma rede de dispositivos tecnológicos e informativos que projetam e marcam o ritmo da ação. A contextualização é, neste caso, tanto social como técnica, tanto discursiva como ativamente situada, afastando-nos de visões do medo como um estado primário e universal que a neurociência, por exemplo, não conseguiu descartar por completo (vide DAMÁSIO, 2001, p.79).

Mas o fato de a contextualização ser social e técnica, discursiva e reativa, não quer dizer que o seja sempre por igual — havendo ainda que contar com condicionamentos institucionais, nomeadamente uma maior ou menor exposição aos movimentos de desvalorização que pode marcar a diferença entre o mero receio e o medo, até o pânico. Vale a pena lembrar que o relacionamento dos *traders* com o mercado chegou a ser classificado como “pós-social” por autores tão influentes como Knorr-Cetina e Bruegger (2002c), no intuito de sublinhar os laços construídos entre seres humanos e objetos — designadamente ecrãs de computador — que, em contexto de interação, surgem como seres reflexivos portadores de experiência, sentimento e recordação (Ibid, p.163). As etnografias de Knorr-Cetina e Bruegger enfatizam bastante o lado técnico da atividade negocial e, nesse sentido, podem ser hoje olhadas como emblemáticas de um período dourado do *trading*, quando os mercados pareciam ser ontologicamente líquidos (Ibid, p.168) e a principal preocupação dos diretores das repartições de investimento era a de controlar a euforia dos seus colaboradores. Esses mercados não desapareceram, como é óbvio. Mais: o extraordinário desenvolvimento, nos últimos anos, do chamado *high-frequency trading* — ou *trading* totalmente computadorizado (vide MACKENZIE *et al.*, 2012) — pode ser entendido como mais um passo em frente no sentido da pós-socialidade. De qualquer modo, em 2007-2008 a interação com os ecrãs tinha-se tornado mais complicada, exigindo a recolha de informação complementar junto de intermediários e uma constante troca de impressões entre colegas. Poder-se-ia, portanto, admitir como hipótese que as emoções positivas do mercado (a esperança e, no limite, a euforia) apontam para a pós-socialidade, enquanto as emoções negativas (a apreensão, o medo...) implicam um regresso a formas mais tradicionais de socialidade laboral. Seja ou não assim, a verdade é que o contexto, nos seus contornos sociais ou técnicos, reflexivos ou ativamente situados, nunca se apresenta como uma realidade estável e, por isso, necessita de ser sempre explicitado. E a etnografia tem, nesse domínio, uma palavra importante a dizer.

## Referências

- ABU-LUGHOD, Lila; LUTZ, Catherine (Orgs.). (1990). *Language and the Politics of Emotion*. Nova Torque, Cambridge University Press.
- ADMATI, Anat; HELLWIG, Martin. (2013). *The Banker's New Clothes: What's wrong with Banking and What to Do about It*. Princeton, Princeton University Press.
- COELHO, Maria Claudia; REZENDE, Claudia Barcellos (Orgs.). (2011). *Cultura e Sentimentos: Ensaio em Antropologia das Emoções*. Rio de Janeiro, Contra Capa.
- DAMÁSIO, Antônio. (2001 [1999]). *O Sentimento de Si: O Corpo, a Emoção e a Neurobiologia da Consciência*. Lisboa, Publicações Europa-América.
- DELUMEAU, Jean. (1989 [1978]). *História do Medo no Ocidente, 1300-1800: Uma Cidade Sitiada*. São Paulo, Companhia das Letras.
- EUROPEAN Association of Co-operative Banks. (2013). *European Association of Co-operative Banks Comments on ESMA and EBA Consultation Paper on Principles for Benchmark-Setting Processes in the EU*. Disponível em: [http://www.esma.europa.eu/system/files/2013-02-15\\_each\\_positions\\_to\\_consultation\\_on\\_rate\\_setting\\_process.pdf](http://www.esma.europa.eu/system/files/2013-02-15_each_positions_to_consultation_on_rate_setting_process.pdf). Acesso em 4 de Junho de 2014.
- GRAEBER, David. (2011). *Debt – The First 5,000 Years*. New York, Melville House.
- HART, Keith; ORTIZ, Horacio. (2013). *The Anthropology of Money and Finance: From Ethnography to World History*. Disponível em: The Memory Bank » Blog Archive » The anthropology of money and finance: from ethnography to world history . Acesso em 10 de Agosto de 2014.
- HOLMES, Douglas. (2009). Economy of words. *Cultural Anthropology*, Vol.24, n.3, p.381-419.
- KING, Mervyn. (2013). *Speech: a governor looks back – and forward*. London, Bank of England. Disponível em: <http://www.bankofengland.co.uk/publications/Documents/speeches/2013/speech670.pdf>. Acesso em 4 de Junho de 2014.
- KNORR-CETINA, Karin; BRUEGGER, Urs. (2002a). Inhabiting technology: the global lifeform of financial markets. *Current Sociology*, vol.50, n.3, p.389-405.
- (2002b). Global microstructures: the virtual societies of financial markets. *American Journal of Sociology*, vol.107, n.4, p.905-950
- (2002c). “Traders” engagement with markets: a postsocial relationship. *Theory, Culture & Society*, vol. 19, n.5-6, p.161-185.
- LANCHESTER, John. (2013a). Are we having fun yet?. *London Review of Books*, vol. 35, n.13, p.3-8.
- (2013b). Let's consider Kate. *London Review of Books*, vol.35, n.14, p.3-8.
- LATOUR, Bruno. (2010). Tarde's idea of quantification. In: Matei Candea (Ed.): *The Social after Gabriel Tarde: Debates and Assessment*. Londres, Routledge. p.147-164.
- LATOUR, Bruno; LÉPINAY, Vincent-Antoin. (2009). *The Science of Passionate Interests: an Introduction to Gabriel Tarde's Economic Anthropology*. Chicago, Prickly Paradigm Press.
- MACKENZIE, Donald. (2009). *Material Markets: How Economic Agents Are Constructed*. Oxford, Oxford University Press.
- MACKENZIE, Donald; BEUNZA, Daniel; MILLO, Yuval; PARDO-GUERRA, Juan-Pablo. (2012). Drilling through the Allegheny Mountains: liquidity, materiality and high-

- frequency trading. *Journal of Cultural Economy*, vol.5, n.3, p.279-296.
- MERTON, Robert K.  
(1948). The self-fulfilling prophecy. *Antioch Review*, vol.8, n.2 p.193-210.
- REZENDE, Claudia Barcellos; COELHO, Maria Claudia.  
(2010). *Antropologia das Emoções*. Rio de Janeiro, FGV Editora.
- RILES, Annelise.  
(2013). Market collaboration: finance, culture, and ethnography after Neoliberalism. *American Anthropologist*, vol.115, n.4, p.555-569.
- ROCHA, Verônica.  
(2011). Ninguém se arrisca à toa: os sentidos da vida para praticantes do exporte base jump. In: Maria Claudia Coelho; Claudia Barcellos Rezende (Orgs.); *Cultura e Sentimentos: ensaios em Antropologia das Emoções*. Rio de Janeiro, Contra Capa. p.63-80.
- The Economist.  
(2012). *The LIBOR scandal: the rotten heart of finance*. Disponível em: <http://www.economist.com/node/21558281>. Acesso em 4 de Junho de 2014.
- WHEATLEY, Martin (Org.).  
(2012). *The Wheatley Review of LIBOR: Final Report*. Disponível em: [https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/191762/wheatley\\_review\\_libor\\_finalreport\\_280912.pdf](https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/191762/wheatley_review_libor_finalreport_280912.pdf)&ei=jv-NU5nqEqHGOAW0r4D4CQ&usq=AFQjCNEcDvTSWtNPjn620LGFh50hSqK4DQ&bvm=bv.68191837,d.b2k. Acesso em 3 de Junho de 2014.
- ZALOOM, Caitlin.  
(2006). *Out of the Pits: Traders and Technology from Chicago to London*. Chicago, The University of Chicago Press.
- (2003). Ambiguous numbers: trading technologies and interpretation in financial markets. *American Ethnologist*, vol.30, n.2, p.258-272.

**Recebido em**  
dezembro de 2016

**Aprovado em**  
março de 2017

# A Sagrada Inveja: reflexões sobre emoções e interações competitivas entre trabalhadores fabris

Beatriz Rodrigues Kanaan\*

## Resumo

As reflexões trazidas neste texto fazem parte da minha tese de doutorado, na qual procuro compreender os dispositivos presentes na constituição de um tipo específico de trabalhador observado na Serra Gaúcha, importante polo industrial no Rio Grande do Sul. Aqui especificamente, coloco em foco um sentimento compartilhado entre trabalhadores-(i)migrantes dessa região industrializada presente nas rivalizações e nas interações competitivas ao qual se referem como “inveja”. As análises procuram evidenciar a capacidade micropolítica das emoções na recriação de um coletivo que emerge e se distingue cultural e economicamente em uma conjunção de fatores inseridos nos fluxos do mundo globalizado que aí ocorre de maneira particular e universal.

## Palavras-chave

Antropologia. Emoções. Trabalho.

## Abstract

The reflections shown in this text are part of my Doctoral thesis, in which I try to comprehend the devices present in the constitution of a specific type of worker observed in Serra Gaúcha, an important industrial park in Rio Grande do Sul. Here I specifically highlight a feeling shared amongst (im)migrant workers in this industrialized area, reflected in rivalries and competitive interactions which they refer to as ‘envy’. The analysis will try to bring to light the micropolitical ability of emotions in the recreation of a collective which emerges and distinguishes itself culturally and economically in a array of factors inserted in the flows of our globalized world, which then happens in a particular and universal way.

## Keywords

Anthropology. Emotions. Work.

---

\* Beatriz Rodrigues Kanaan é professora do Centro de Ciências Humanas da Universidade de Caxias do Sul/RS. Doutorou-se em Antropologia Social pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tem artigos e capítulos de livros publicados nas áreas de migrações e identidades étnicas. Atualmente suas principais áreas de interesse são migrações, trabalho e desenvolvimento econômico com ênfase na Antropologia das Emoções. Email: bekanaan@hotmail.com.

## Introdução

Este artigo coloca em evidência a presença de um sentimento compartilhado entre trabalhadores de uma região industrializada no nordeste do Rio Grande do Sul, nas rivalizações e nas interações competitivas, ao qual se referem como “inveja”. As análises aqui presentes procuram evidenciar a capacidade micropolítica das emoções na recriação de um coletivo que emerge e se distingue cultural e economicamente em uma conjunção de fatores inseridos nos fluxos do mundo globalizado que aí ocorre de maneira particular e universal.<sup>1</sup>

A Serra Gaúcha, como a região nordeste do Rio Grande do Sul é conhecida, recentemente viveu um processo de industrialização, quando os pequenos municípios da região, até então com população predominantemente de descendentes de imigrantes italianos, com valores vinculados à terra, rapidamente se transformaram em modernos centros urbanos. As atividades comerciais desenvolvidas a partir da produção agrícola das colônias de imigração italiana – pequenas propriedades autossustentáveis – proporcionaram uma base sólida para a modernização da economia regional. Impulsionada por políticas econômicas nacionais, a cidade de Caxias do Sul concentrou importantes unidades industriais, principalmente no setor metalmeccânico, constituindo juntamente com os municípios vizinhos um importante polo industrial.

A demanda de mão de obra gerada pelo crescimento da economia da região criou canais de migração por onde se deslocaram muitos trabalhadores de outros lugares do estado do Rio Grande do Sul. Inicialmente, a cidade de Caxias do Sul foi o principal polo de atração dessa emigração. Porém, logo outros municípios vizinhos também buscaram, através de iniciativas públicas e privadas, incentivar a implementação de fábricas.

Esse foi o caso da cidade de Farroupilha – recorte geográfico deste estudo – onde, em 1971, empresários e administradores públicos farroupilhenses

---

<sup>1</sup> As reflexões neste texto fazem parte da minha tese de doutorado, na qual procuro compreender os dispositivos presentes na constituição de um tipo específico de trabalhador observado na Serra Gaúcha, no Rio Grande do Sul. A região, colonizada inicialmente por agricultores imigrantes provenientes da península itálica no final do século XIX, transformouse, em meados de 1970, em importante polo industrial. A partir de então, passou a atrair numerosa mão de obra entre trabalhadores de outras regiões do estado, reconfigurando as relações sociais em novo cenário.

alinham-se à dinamização da economia que viam acontecer em Caxias do Sul, tomando providências no sentido de incentivar a industrialização do município. Entre 1970 e 1995, segundo dados fornecidos pela Câmara de Indústria e Comércio de Farroupilha, a população passou de 20 mil para 55 mil habitantes. Hoje, estimativas do IBGE apontam uma população de 70 mil habitantes e seus índices socioeconômicos são comparáveis à situação de localidades de países desenvolvidos. Segundo o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o IDH na cidade é 0,844<sup>2</sup>, a expectativa de vida é de 74,1 anos, o analfabetismo é de 4,37% e a mortalidade infantil refere 12,89 por mil nascimentos.

Os descendentes de imigrantes italianos alicerçados na situação econômica de sua elite empresarial utilizam-se da ideia de anterioridade e pertencimento a uma origem comum para, na condição de estabelecidos, se dirigirem aos recentemente chegados como pessoas ‘de fora’, os *outsiders*. Configuram-se assim relações de poder muito similares à paradigmática de Winston Parva de Norbert Elias (2000), em que os recém-chegados são vistos como pessoas desprovidas das virtudes compartilhadas entre os descendentes de imigrantes. A vida centralizada em torno do trabalho e de atitudes que visem à poupança, a distância do lazer e do ócio e a paixão em competir são comportamentos tidos como “italianos” e que estariam ausentes nos novos migrantes.

Nas ações dos recém-chegados dirigidas à realização do projeto da migração – ou seja, mudar para ‘melhorar de vida’, – observa-se uma maior ou menor adesão ao *ethos* econômico local que explica a prosperidade e particulariza o modo de vida na região. Os novos migrantes, chamados a se reconhecerem e a referendar o amplo repertório de qualidades morais tido como de ‘maior virtude’, aos poucos passam a invisibilizar suas próprias atitudes; isto é, procuram não demonstrar os comportamentos e valores que balizavam as interações em suas cidades de origem e que, no ambiente atual, encontram-se relacionados a um estilo de vida em que o trabalho não ocupa a centralidade do cotidiano.

---

<sup>2</sup> O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um dado utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para analisar a qualidade de vida, com base na taxa de escolaridade, na renda e no nível de saúde de uma determinada população. De acordo com dados divulgados em novembro de 2010 pela ONU, o Brasil apresenta IDH de 0,73, valor considerado alto, ocupando o 85º lugar no *ranking* mundial.

A constituição de um sujeito mobilizado a trabalhar está assentada em experiências pelas quais eles passam a incorporar capacidades de ação e propensões para pensar, sentir e emocionar-se nesse contexto. No processo de aprendizagem de uma nova moralidade, o papel das emoções assume um valor comunicativo inestimável, haja vista que, por meio das emoções imputadas nas novas experiências, os sujeitos serão ou não afetados e, assim, motivados a transformações.

Neste texto, portanto, analiso a presença da “inveja” visando entender de que maneira e em quais circunstâncias esse sentimento é acionado pelos trabalhadores no processo da maior ou menor adesão às novas práticas de trabalho.

As reflexões deste estudo estão baseadas na realização de uma pesquisa etnográfica em uma fábrica de calçados, ramo que absorve trabalhadores com pouca qualificação, que se colocou como porta de entrada aos trabalhadores recém-chegados e, por isso, local estratégico para, a partir dos estranhamentos iniciais ao modo de trabalho fabril, observar os processos de inserção ao trabalho e de construção de si mesmos enquanto “bons” trabalhadores. Inserida no cotidiano da fábrica, durante seis meses observei as dinâmicas vividas pelos trabalhadores. Também foram gravadas entrevistas dentro e fora da fábrica quando acompanhei trabalhadoras-mães até a porta das creches ou escolas no fim do dia, dirigi-me até templos neopentecostais com trabalhadores-pastores, tomei chá com trabalhadoras-donas de casa, sentei-me à varanda com trabalhadores-casais e, muitas vezes, conheci os trabalhos que eles somam ao trabalho na fábrica. Também estive junto a esses trabalhadores durante um evento festivo que é por eles tido como o maior e mais significativo evento da cidade: a Gincana, uma festa que coloca em foco as experiências cotidianas do trabalho como um jogo no qual observei a presença de emoções que dramatizam e valorizam comportamentos e atitudes como a disciplinaridade, as hierarquizações, as iniciativas de trabalho e as rivalidades.

## **0 “sistema daqui”**

As relações utilitaristas, individualistas, mediadas pelo dinheiro são estranhadas pelos recém-chegados e identificadas como o “sistema daqui”. Esse tipo de interações são para eles interações regidas por interesses e, por isso, consideradas desprovidas de afetos, levando-os a se referirem que a

vida em Farroupilha é “uma vida sem sentido”, “vida sem graça”, “sem colorido” e da qual eles se sentem alheios. Muitas vezes ouvi-os dizendo que “aqui não se vive, vai se levando”.<sup>3</sup>

O novo modo de trabalhar, as interações monetarizadas, o disciplinamento cotidiano, a permanente vigilância e autocontrole, assim como as relações individualistas, entrelaçam-se a sensações de frieza, de falta de afeto, que eles comparam e contrastam com os encontros efusivos e vibrantes que viviam em suas cidades de origem, onde lhes eram fornecidos momentos de prazer.

A carência de sentimentos apontados pelos trabalhadores ao inserirem-se na sociedade fabril em Farroupilha remete à tradição do pensamento sociológico que se desenvolve sobre a ideia de que o poder do indivíduo moderno está atrelado ao seu autocontrole. Movido pela definição e execução de seus objetivos, ele vive sob a égide de valores e contra impulsos e emoções que o distraiam (WEBER, 2004). Porém, segundo outros autores, todas as ações (e, na verdade, as próprias razões) estão carregadas de emoções (BARBALET, 2002). Não se deve esquecer que o próprio Weber assinalou a importância de uma motivação que viesse envolver os protestantes nas práticas econômicas capitalistas.<sup>4</sup>

Em outros momentos e situações, a ideia de carência de sentimentos é expressa como a presença de sentimentos que os recém-chegados consideram negativos. Inicialmente, observa-se a dupla referência em suas vivências, nas quais os trabalhadores operam simultaneamente com as moralidades trazidas de sua cidade de origem e as que se apresentam nas interações em Farroupilha.

---

<sup>3</sup> Entendo a expressão ‘sem graça’ no mesmo sentido de outras muito frequentes entre os trabalhadores de Farroupilha, como ‘vida sem colorido’ como uma falta de vibração, de envolvimento dos sujeitos nas suas práticas cotidianas.

<sup>4</sup> As diferentes representações a que esses sujeitos se referem em relação ao trabalho remetem às ideias de Weber (2004), desenvolvidas por HOLANDA (1997) e DAMATTA (1979) para pensarem as particularidades da nação brasileira, quando aponta os valores e comportamentos presentes entre os primeiros protestantes e imprescindíveis à gênese do capitalismo. Haja visto que os recém-chegados, de forma similar aos sujeitos pertencentes às sociedades pré-capitalistas tradicionais, motivados a trabalhar menos do que a ganhar mais, estranham os costumes dos “italianos” em Farroupilha pelas atitudes que coincidem com as atitudes do homem detentor de um “espírito capitalista”, como descrito por Weber (2004) – isto é, aquele que soma ao dever de trabalhar um “rigoroso espírito de poupança, que calcula o ganho e seu montante geral a um severo domínio de si e uma sobriedade que elevam de maneira excepcional a produtividade.” (WEBER, 2004, p.57).

“A vida aqui é um tanto amarga, todos só têm tesão por estarem se digladiando uns com os outros, isto aqui é uma guerra. Assim, quer ver? Tudo é um negócio, e tu passa o tempo todo tendo que pensar em como não ser passado pra trás. Tem uma maldade, sei lá... No início eu ficava louco, achava uma loucura, mas o pior é que a gente acaba se acostumando... E, pensando aqui contigo, vou te dizer, quando tu vê tá até fazendo igual, Deus me perdoe! E com um certo gosto, afinal a gente leva tanto que dar o troco tem que ser bom, né... Tô falando isto agora contigo, porque senão a coisa passa por mim já de modo natural, assim... tu entende?”  
[Trabalhador do setor de corte da Compax, reside em Farroupilha desde 1984].

Os trabalhadores recém-chegados têm inicialmente fortes objeções morais em relação ao sentimento de inveja que baliza as práticas competitivas compartilhadas entre os moradores de Farroupilha e demonstram-se resistentes em deixar de lado as relações de solidariedade e de camaradagem. Eles referem que conquistar amizades, auxiliarem-se entre si, parecem-lhes ações mais prazerosas e saudáveis à vida. Por outro lado, observei os moradores mais antigos vivenciando essas mesmas interações, porém atribuindo-lhes um outro sentido. Eles manifestavam satisfação ao se envolverem em práticas de rivalidades e em emoções aí implícitas que referiam como “inveja”. Querer adquirir o que o outro tem, não deixar que os outros lhe passem à frente – às vezes, mesmo se utilizando de atitudes não consideradas éticas por eles, – são motivo de regozijo.

Diante dessas controversas emocionalidades entre os trabalhadores, fui levada a refletir sobre o quanto os comportamentos econômicos, considerados não emocionais para uns, são experiências apaixonantes para outros. Evidencia-se não a presença ou a falta de emoções, mas formas culturalmente distintas de lidar com o controle emotivo, como diria Lutz (1990).

No processo de ressocialização dos recém-chegados, a aquisição de disposições tem um componente emocional que se revela no fato de que a adesão às práticas inicialmente conscientes e incompreensíveis passa ao âmbito do espontâneo, natural, com a participação do sentimento de prazer. Como explica Barbalet (2002), as reações emocionais aos acontecimentos incluem sentimentos que indicam se uma experiência é suscetível de conduzir ao prazer ou à dor, configurando, a partir daí, as prováveis disposições para a ação. As atitudes que inicialmente lhes pareciam sem

sentido, “uma loucura”, são apreendidas cognitivamente na justaposição de um sentimento de satisfação vivido na exposição a essas experiências. Nesse momento, em que o trabalhador dá o troco com certo gosto, ele remete à ideia de que o sujeito se torna social quando sente prazer em compartilhar (CASTORIADIS, 1982, p.358) ou, sob outra perspectiva, remete-o ao prazer em participar do jogo social local.

Entendo “jogo” no sentido dado por Bourdieu como a maneira pela qual os sujeitos inseridos se movem de forma a dinamizar e trazer aspectos a um determinado campo. Sob a perspectiva do jogo, Bourdieu vai desenvolver a noção de *illusio*; isto é, o envolvimento dos sujeitos no jogo. Algo como “estar no jogo, estar envolvido no jogo, levar o jogo a sério”. A *illusio* é prender-se ao jogo por acreditar que vale a pena jogar, o que implica dar importância também ao jogo; admitir, portanto, que o jogo merece ser jogado e que os alvos engendrados no e pelo fato de jogar merecem ser perseguidos (BOURDIEU, 2005).

*Illusio* é, portanto, segundo o autor, aquilo que envolve os sujeitos por se apresentar a eles como algo interessante. Bourdieu pensa a *illusio* em oposição à *ataraxia* – ausência de paixão, ausência de ação. *Illusio*, nesse sentido, está muito próxima da experiência de envolvimento que tenho acionado para entender sob o viés do envolvimento emocional os recém-chegados no processo de inserção ao mundo fabril de Farroupilha. Quando os trabalhadores dizem que passaram a “achar graça” nas práticas compartilhadas, eles referem o conhecimento e o reconhecimento dos elementos que estão em jogo e o sentimento de que vale a pena jogar esse jogo. Aquilo que inicialmente lhes parecia desinteressante e ao qual eram indiferentes, de alguma forma passa a lhes afetar, a envolvê-los, a emocioná-los de tal modo que, aos poucos, esses jogos se fazem esquecer como jogos. A *illusio* é essa “relação encantada” com um jogo, como diria Bourdieu (2005, p.140), na qual os recém-chegados expostos ao meio vão ou não inserir-se.

Como lembra por seu lado Barbalet (2002), é um desafio demonstrar a centralidade da emoção nas operações não desviantes da interação social. Então, como evidenciar a emoção nessa coletividade extremamente marcada pela ordem fabril, onde aparentemente não há emoções? Foi ao encontrar um momento de exceção no cotidiano dos trabalhadores que pude esquadrihar a gramática emocional presente nas suas interações. Um evento da ordem da excepcionalidade, a Gincana de Farroupilha, forneceu elementos para pensar de que forma os sujeitos manejam seus sentimentos

ao constituírem um coletivo tido e visto como distinto dos grupos do entorno, devido a comportamentos direcionados ao trabalho árduo, à vida austera e ao afastamento do ócio e do lazer.

## O “trabalho” é a Festa

O entusiasmo coletivo que presenciei entre os moradores da cidade sempre tão direcionados à vida no trabalho deixou claro que aquele era um momento extraordinário. A Gincana é, para eles, uma festa, a qual comentam ser o momento em que a população de Farroupilha se “diverte trabalhando”.<sup>5</sup> Mas, não é por ser um evento extraordinário que a Gincana se organiza em oposição ao mundo da ordem cotidiana. Muito pelo contrário. A festa está constituída pelos próprios elementos que regem o dia-a-dia da comunidade, trazendo para a centralidade da ação crenças e desejos forjados no processo histórico recente de industrialização e urbanização da cidade.

O trabalho, a astúcia, a capacidade de empreender, valores caros à coletividade fabril farroupilhense, estão reafirmados na estrutura formal e na natureza competitiva do evento. Esses elementos em nada diferem das práticas cotidianas, salvo algumas inversões nos papéis dos participantes. Por exemplo, pude observar, em determinados contextos do evento, empresários agindo sob a autoridade de um operário. Durante uma das reuniões realizadas para a organização da Gincana, um gerente de produção disciplinadamente levantou o braço e pediu licença ao jovem que presidia o encontro – e que era seu subalterno na empresa – para se retirar antes que esta terminasse, justificando um compromisso.

As atitudes rotineiras do cotidiano, presentes no evento da Gincana, se justapõem à inegável vibração que emana das pessoas durante a festa. Eu, que já não me surpreendia com as interações pouco expansivas entre as pessoas, logo percebi, quando presenciei pela primeira vez a Gincana, que algo diferente estava acontecendo. Fiquei surpresa com a espontaneidade com que conversavam umas com as outras e também comigo, oferecendo-se a uma cumplicidade que até então eu não havia observado. Lembro que, ao

---

<sup>5</sup> A festa é aqui entendida no sentido durkheimiano, ou seja, momento em que ocorre a produção de um estado de "efervescência coletiva" entre os envolvidos, no qual vivem a superação das distâncias entre eles, assim como a transgressão das normas coletivas.

tentar me informar sobre o que estava acontecendo, as pessoas me diziam em uníssono: “O que? Tu não és daqui?”, “É a primeira vez?”, “Então te prepara! Vais ver a coisa mais linda que acontece em Farroupilha”. E ainda: “É o nosso carnaval”.

Não me deterei aqui nos detalhes etnográficos da Gincana, apenas vou ressaltar alguns pontos importantes para as reflexões propostas. A festa é um evento bienal que congrega grande parte da população da cidade, uma vez que, de alguma forma, todos são envolvidos, quer espontaneamente, quer pelo simples fato de permanecerem na cidade durante os dois dias do evento. Os moradores da cidade apontam diferentes origens para a Gincana; no entanto, a década de 70 é referida por todos como data de início dessa festa, o que incide com o contexto da industrialização. Inicialmente, era uma competição entre empresas da cidade e, após ter passado pela gestão pública da prefeitura, hoje é organizada por uma rádio da cidade.

Segundo um dos promotores da Gincana, a garantia da realização de mais uma edição da festa está na certeza de que todos os participantes estão em paridade de competitividade, caso contrário não “*teria graça*”. Assegurada a igualdade mínima para a competição, em geral cinco equipes participam, estruturadas em verdadeira gestão empresarial, organizadas sob hierarquias de diretoria administrativa, diretoria artística, setor financeiro, ou seja, como me informa orgulhosamente o presidente de umas das equipes competidoras, “*igual a qualquer grande empresa*”.

Na abertura do evento, as equipes se apresentam desfilando pela rua principal da cidade. Esse desfile ao estilo carnavalesco passou a integrar o evento mais recentemente, o que pode ser visto como uma contribuição dos novos migrantes na estrutura da festa. O desfile, de fato, muito se assemelha aos desfiles de escola de samba do carnaval do Rio de Janeiro, no qual os integrantes passam pela rua principal ao som de ‘hinos’, paródias de músicas bem conhecidas, vestindo figurinos e apresentando alegorias grandiosas que versam sobre o tema escolhido pela equipe. Imediatamente após o desfile, iniciam as tarefas a serem executadas devidamente pontuadas a cada uma delas conforme o desempenho das equipes.

Os participantes da Gincana contam muitas histórias sobre essa acirrada competitividade e as estratégias – às vezes nem tão éticas – que elaboraram para vencer os adversários. Uma dessas histórias foi contada por um integrante de equipe, gincaneiro há 20 anos.

“A tarefa exigida era a de apresentar à comissão organizadora da Gincana no domingo uma pessoa com o nome de Domingo. Isto foi

fácil, alguém da equipe conhecia um senhor chamado Domingo, morador daqui do Primeiro de Maio. Foram alguns gincaneiros atrás do homem, ele era inclusive gente nossa, simpaticante da nossa equipe. Acertaram com ele. Eu mandei o pessoal de volta para que isolassem o homem em um hotel de Caxias, com tudo pago. Afinal, era sábado, e o homem deveria ser apresentado só no dia seguinte. O problema é que o seu Domingo não queria ir pra Caxias. Então, eu mandei que pelo menos ficássemos com os documentos dele. No dia seguinte, quando chegamos na casa dele, uma outra equipe, fazendo-se passar pela nossa, já havia levado o homem. Voltamos para o QG sem saber o que fazer. Até que lembrei que estávamos de posse dos documentos dele. Olhei em torno da mesa onde estavam vários integrantes da equipe a matutar como sairíamos dessa. Apontei para um deles e disse: ‘Tu é o Domingo, vamos lá!’. Apresentamos um colega com os documentos do Domingo verdadeiro. Ninguém poderia contestar, os documentos eram legítimos!”.

*[Líder de equipe da Gincana, descendente de imigrantes italianos]*

A satisfação com que contam histórias sobre essas tarefas competitivas que requerem o que denominam de ‘estratégias criativas’ para vencerem o adversário é evidente devido à excitação com que falam e gesticulam, ao sorriso estampado nos rostos e aos inúmeros exemplos que fornecem.

Quando terminam de narrar as trapaças” que inventam, ou que em geral sofrem, eu pergunto-lhes: “a atitude tomada pelos adversários é considerada lesiva por vocês e isto não consta como regra da Gincana, então por que não denunciam à organização?!”. Eles, sem exceção, me respondiam – alguns parecendo ser tomados de surpresa com a minha observação:– “Mas é aí é que está a graça da coisa!”.

O clímax da Gincana acontece no momento da revelação do vencedor, com a entrega do troféu. Segundo os gincaneiros, “só duas equipes terminam satisfeitas: a que ganha e a que pensava ficar em último lugar e não ficou”. – “Eles sabem que a única coisa que irão receber é o troféu, sem dinheiro ou qualquer bem material”, comenta o organizador do evento. A equipe vencedora não ganha premiação alguma além do troféu, o que evidencia que a rivalidade entre as equipes por si só motiva a competição. A disputa, portanto, se sustenta somente pela vontade que eles têm de levarem vantagens uns sobre os outros. O que torna a Gincana tão absorvente não é simplesmente a realização das tarefas, o trabalho, mas sim a rivalidade, o jogo da competitividade, de querer superar o outro, que em termos de

tomar o que o outro tem é traduzido como inveja.

Dois responsáveis por uma das equipes, conversando comigo no QG, tentaram me explicar sobre a sensação de ganhar a Gincana.

“Ganhar dá uma sensação incrível. Uma coisa assim... não dá pra explicar! Mas o bom mesmo quando a gente ganha de aí poder tocar flauta nos outros. É assim que nem Grenal,<sup>6</sup> onde o melhor de tudo é ver o outro perder”.

[*Gincaneiro, descendente de imigrantes italianos*]

## Festa, competição e emoções

Em um âmbito mais amplo, a referência sobre a acirrada rivalidade informa sobre a presença da competitividade em outros contextos, mesmo que esta se dê, sobretudo, no plano das competições esportivas. O que ressalto, neste caso, é a centralidade que esse sentimento ocupa nas interações cotidianas dos sujeitos e a valorização positiva que a justifica autorizando a prática.

A Gincana está evidenciada e categorizada como festa num recorte já dado pelos participantes; é uma “categoria nativa”. Peirano (2001) alerta que a excepcionalidade de um evento é um significado que deve ser trazido pelo ‘nativo’ e cabe ao pesquisador a habilidade de detectar o quê e quais são os momentos especiais para os sujeitos daquela sociedade. Mas será que a festa se resume “à mera fruição, divertimento ou válvula de escape do diaadia? Será que festejar se opõe à responsabilidade e à consciência social do cotidiano?” (AMARAL, 1998, p.5). Minha tarefa aqui é refletir sobre esse momento extraordinário, extremamente vinculado à ordem do cotidiano, trazendo a dimensão emocional para o foco das análises.

Tomar a Gincana como um evento, por sua natureza de excepcionalidade, permite que se aproxime os momentos da festa à ideia de *communitas* desenvolvida por Turner (1974), na qual o autor observa a dinâmica social como um processo vital, como oposição e complementaridade num processo dialético com a estrutura do cotidiano. Enquanto a estrutura é segmentária e hierárquica, a antiestrutura ou o evento à margem, neste

---

<sup>6</sup> Clássico do futebol gaúcho de grande rivalidade, o qual disputam os dois mais importantes times da capital do estado: Grêmio e Internacional.

caso a Gincana, apresenta-se homogênea e igualitária, transtornando as hierarquias – seus participantes se reconhecem juntos numa “multidão de pessoas que não estão lado a lado (e, acrescenta-se, acima e abaixo), mas umas com as outras” (TURNER, 1974, p.154). Ou seja, a festa se apresenta como um dos momentos da vida coletiva que proporciona aos homens uma libertação da estrutura social, quando então entram em *communitas* apenas para retornarem à estrutura, revitalizados por tal experiência.

As reflexões sobre esses fenômenos coletivos de efervescência foram inicialmente trazidas pela sociologia de Durkheim (2003) como momentos propícios à consolidação das crenças e regras do grupo, proporcionando em seus membros o sentimento de si mesmo, a sensação de pertencimento do sujeito ao coletivo. A festa se desenvolve a partir do repertório cultural do grupo. Da Matta (1979) diz que a festa tem a função de reforçar e/ou negar o modo pelo qual a sociedade que a celebra se organiza, através de uma seleção feita pela vontade do próprio grupo entre elementos que devem estar presentes e elementos que devem ser excluídos do evento. Na festa vislumbra-se um meio pelo qual o grupo se reafirma periodicamente ao reafirmar regras de conduta que prescrevem como o homem deve se comportar em relação ao sagrado, no sentido trazido por Hubert e Mauss (2005), de tudo aquilo que para os membros do grupo qualifica a sua sociedade. A festa assume, desta forma, um caráter simbólico, no qual, a partir de um fundo comum de crenças, a comunidade se “oferece em espetáculo” (MERIOT, 1999, p.9). Ou ainda, como observa Geertz diante da briga de galos, é uma “história que eles contam a eles próprios sobre eles mesmos” (GEERTZ, 1989).

A partir da leitura de Tambiah (1996), penso que na festa os participantes experimentam intensamente uma *performance* que utiliza vários meios de comunicação, inclusive as emoções que nesse contexto passam a adquirir sentidos e valores, inferidos e criados pelos atores durante a experiência performática. Nesse sentido, observo, no desenrolar da Gincana, a pedagogia cognitiva/experiencial que informa aos neófitos sobre habilidades constituintes do meio fabril, como os saberes da gestão empresarial e das práticas do empreendedorismo, assim como a pedagogia emocional/experiencial alinhando sentimentos às práticas fabris valorizadas pela coletividade. A Gincana é esse momento “bom para pensar e para viver”, como diria Tambiah (1996), uma vez que nessas conformações performativas os gincaneiros se divertem competindo, rivalizando e se emocionando, validando e valorizando o sentimento e a prática da inveja entre eles.

## “Sagrada Inveja”

Poder-se-ia pensar que as emoções suscitadas na festa são vividas em oposição às emoções vividas no dia-a-dia, como uma permissividade da antiestrutura. No entanto, o que se pode notar é que a competitividade, as rivalizações e o sentimento de inveja encontram-se presentes nas relações cotidianas envolvendo várias e distintas circunstâncias. Como afirma Peirano (2001), “vivemos sistemas rituais complexos, interligados, sucessivos e vinculados, atualizando cosmologias e sendo por elas orientados” (p.28). Portanto, o que se observa no fragmento da festa é parte constituída e constituinte desse contexto em desenvolvimento econômico. Como relata um trabalhador recém-chegado em Farroupilha,

“(…) A gente começa a trabalhar, vai crescendo... Todos nós temos ambição. A gente, por exemplo, vê o vizinho fazendo melhorias, uma cerca nova, e quer aquilo pra si também. Quando a gente pega a cultura do italiano de trabalhar e de cada vez querer ter mais, a gente acaba se dando tão bem quanto os gringos”.  
[Trabalhador da indústria, mora em Farroupilha desde 1980].

O comentário do trabalhador aponta que nesse contexto a possibilidade concreta de ascensão econômica é fator importante no estímulo à adesão a novos comportamentos. Assim ele se vê impulsionado a trabalhar mais, para obter mais, obter mais relacionado ao que o outro tem. Essa emulação social, como uma cópia do outro, no entanto, muitas vezes vai além; e eles agem de forma a se afastarem das condutas tradicionais e aprovadas nas suas cidades de origem. As denominadas ‘estratégias criativas’, observadas na Gincana, que tanto lhes proporcionam prazer, não deixam de ser ‘trapaças’, ‘mentiras’, realizadas no sentido não só de vencer, mas de destruir o adversário, as quais também se encontram presentes nas interações cotidianas. Ao prazer de vencer, de possuir o que o outro possui, acrescentam ações para superar o outro, muitas vezes destruindo-o. Uma trabalhadora na fábrica, com uma expressão de alegria me conta como passou na frente de uma outra pretendente ao emprego dela.

“Sabe como eu consegui este emprego? Eu trabalhava de agente de saúde e não aguentava mais o serviço lá. Aí, um dia, por acaso ouvi duas moças na sala de espera do posto falando que tinha esta vaga. A mais velha estava no posto justamente pra pegar atestado

porque tinha faltado o emprego pra dar jeito no currículo que precisava pra trazer aqui pra fábrica. Eu ouvi e me deu uma coisa, inventei que tinha uma visita domiciliar e saí correndo do posto. Passei em casa peguei meu currículo e estou aqui! Ahah! Ela nem imagina que eu passei ela pra trás! (diz a trabalhadora com um ar de satisfação indescritível no rosto)”.

[*Trabalhadora da indústria, mora em Farroupilha desde 2005*]

Outros, sem estarem alinhados às práticas competitivas, procuram esconder qualquer evidência que provoque a inveja. Percebo, em muitos dos novos imigrantes, um sentimento de resignação. É o caso de um ex-funcionário da fábrica que realizou alguns cursos e abriu a “muito custo” uma fabriqueta de calçados na garagem. Queixa-se, com ar resignado, dos outros, os “empresários maiores, os italianos”. Diz que eles chamam mão-de-obra de fora e depois reclamam da falta de qualificação dos operários que aqui chegam. Mas, segundo ele, se chegar com muita qualificação “tu vais é ficar de fora: Inveja! Tu não podes parecer melhor que eles. A gente tem é que ralar mesmo”. Um dia o microempresário me mostrou vários certificados de cursos de especialização na sua área profissional, que não estão pendurados na parede, como se costuma ver em outros estabelecimentos em outros lugares. Ele explica: “Não posso nem querer mostrar, vai ser pior pra mim”.

Um provérbio muito repetido entre os moradores de Farroupilha dá o tom exato desse jogo, no qual não basta vencer, tem que se assegurar do fracasso do outro.

Diz o “gringo” ao fazer negócios:

Bom pra ti, ruim pra mim, não tem negócio.

Bom pra ti, bom pra mim, não tem negócio.

Ruim pra ti, bom pra mim, negócio fechado”.

O mecanismo explicitado pelo ditado popular deixa claro que o que eles entendem por inveja não é senão o mesmo que a literatura existente considera. Ou seja, esse é um sentimento que se pauta na comparação com o ‘outro’ e que não aparece somente diante da frustração pela realização do outro, mas na alegria pelo mal do outro. Entretanto, se a inveja é um sentimento que pode ser encontrado em diversos contextos históricos e culturais, o foco aqui é o exame de seus contornos nesse contexto etnográfico

específico, à luz da moral ocidental cristã no qual se encontra inserida.

Observo que esse sentimento não se dirige a alguém em particular. Os trabalhadores, quando comentam a inveja, dizem: “Tu já viste como o povo daqui é invejoso?”; “... é gente muito invejosa, esta daqui!”. Percebo que esse sentimento não é atribuído a uma pessoa ou coisa específica. Não é o vizinho do lado ou o colega de trabalho que é invejoso, é o “povo daqui”, ou seja, a inveja aparece despersonalizada, sem localização determinada. O que leva a pensar que a inveja, nesse contexto, está a circular entre os sujeitos e as coisas (AHMED, 2004); o sujeito é simplesmente um ponto nodal nessa economia emocional.

Isto fica ainda mais evidente quando o prefeito orgulhosamente afirma que, se não fosse esse comportamento “não seríamos o que somos hoje, a nossa inveja é o motor do progresso”. Ele reafirma a ideia de que a inveja circula, ao invés de ser atribuída à pessoa, ela aparece entre elas, mobilizando-as e alinhando-as em torno de uma dinâmica de ação que está direcionada ao desenvolvimento econômico. Dessa forma, a inveja faz coisas – ela é “motor” – envolvendo os sujeitos sem residir neles.

O sentimento muitas vezes é referido como a “sagrada inveja”<sup>7</sup> que, compartilhado sob o estatuto do “sagrado” evidencia que este é vivido de maneira suprapessoal; ou seja, a inveja está presente entre os trabalhadores em nome da própria distintividade da coletividade.

Porém, como lembra Campbell (2001), é pouco provável que considerações utilitaristas como, por exemplo, de que é a inveja que traz progresso, derrubem os argumentos morais que os recém-chegados vinculam ao sentimento da inveja. Esse sentimento, muitas vezes, choca e angustia os novos migrantes que se sentem constrangidos a interagir desse modo que eles avaliam como agressivo, antissocial e individualista e que passam a relacionar ao estilo de vida dos descendentes de imigrantes italianos.

As produções históricas e literárias sobre a região informam que os membros da ‘italianidade’ já viviam comportamentos similares e por isso sugiro aqui tomar a inveja no contexto atual como uma reatualização de

---

<sup>7</sup> A versão virtuosa que eleva a inveja ao domínio do Sagrado sugere a retirada desse sentimento do nível humano, em que é considerada um « vício », e sua manifestação tenderia a provocar rompimentos e desordem. Essa concepção de que essa emoção está no nível do sagrado parece justificar a sua articulação com as práticas mundanas.

comportamentos muito valorizados entre os primeiros imigrantes. Santin (1990), resgatando a vida agrária dos pioneiros, refere-se à predominância de projetos individuais e à rivalidade entre os colonos dizendo que “em muitos casos nada mais foi que fazer de tudo para que o outro não progredisse” (SANTIN, 1990, p.460). Costa (1998), ao lado dos muitos atributos dos descendentes de imigrantes italianos na Serra Gaúcha, que ressaltam a religiosidade, o apego à família e o impulso ao trabalho, soma outras virtudes nem sempre tão difundidas para definir os “italianos”. O autor, um intelectual orgânico, admite, por exemplo:

“Com toda a franqueza que nossos métodos nem sempre são os mais honestos, ou melhor, que a gente, para vencer na vida, tem que ser “*furbo*” (astuto): descobrir o furo da lei, sonegar, sempre que possível, pedir concordata na hora certa, “*ciavar i baùchi*” (enganar os tolos), que podem ser nossos familiares ou sócios” (COSTA,1998, p.20).

Logo a seguir, o autor complementa: “Além de ‘*furbo*’, deve ser trabalhador e econômico (idem)”.

Percebo que os trabalhadores recém-chegados vivenciam insatisfações pela ausência de relações de solidariedade que tinham em suas cidades de origem e por não entenderem a “graça” que pode ter a paixão suscitada nas interações competitivas. O deslocamento das emoções passa por um intercâmbio entre as noções do corpo pessoal-individual e o corpo social coletivo e simbólico e, como observa Scheper-Hughes (1992), toma a forma de emoção de corpo aflito, expressado neste caso na epidêmica “tristeza”. As queixas do “triste”, de forma similar ao “nervoso” de Duarte (1993), são uma expressão que emerge embutida nas tensões vividas nas relações de desigualdade e dominação e na transformação da vida (DUARTE, 1993), como uma forma de resistência ao “sistema” dessa coletividade.

Assim é que a cidade de Farroupilha, além de ser tida e vista como uma cidade próspera e moderna, também agrega o predicado de triste. A Secretaria da Educação recentemente lançou um projeto no qual “as escolas devem ensinar canto, teatro e dança, para que o povo deixe de ser triste” [secretária Municipal da Educação em entrevista concedida em março de 2008]. Há uma história muito difundida entre os moradores da cidade sobre uma “famosa vidente” do centro do país que, certa vez, foi convidada para palestrar num município da Serra Gaúcha. Essa pessoa, supostamente com “poderes paranormais”, dirigindo-se pela rodovia rumo à cidade

onde iria palestrar, subitamente, teve um mal-estar e exclamou aos seus acompanhantes: - “Que horror! Por onde estamos passando? Sinto algo sombrio!”. Foi-lhe dito que estavam passando pela cidade de Farroupilha. Ela explicou, então, a partir do mal-estar que sentia, que aquela era uma cidade muito triste, pois, ali pairava uma “nuvem negra de maus fluidos”. O que interessa nessa análise não é a veracidade da história, mas a recorrência do relato que de certa forma expressa os dilemas dos trabalhadores expondo suas tensões emocionais e os pontos de fuga por meio dos quais estão a forjar suas subjetividades.

## Considerações finais

É possível observar entre os trabalhadores recém-chegados à cidade de Farroupilha que alguns logo se inserem no jogo social de rivalidades. Outros, no entanto, não conseguem romper com os padrões de comportamento trazidos de seus locais de origem, expressando dificuldades ao relacionarem-se frente a tanta competitividade. Há trabalhadores que chegam mesmo a voltar para suas cidades de origem, desistindo do projeto da migração.

À medida que um componente emocional alinha essas interações ao sentimento de prazer, a adesão às práticas, inicialmente conscientes e incompreensíveis, passa para o âmbito do espontâneo. Com isso, observo que a Gincana age como uma aprendizagem emocional, por meio da qual os trabalhadores passam, aos poucos, a dar sentido ao sentimento de inveja, ao serem inseridos nos significados e nos prazeres das rivalizações nessa coletividade fabril.

A Gincana informa aos trabalhadores acerca da pedagogia emocional / experiencial do lugar; alinhando assim sentimentos às práticas valorizadas pela coletividade, uma vez que nas conformações performativas da festa, os gincaneiros se divertem competindo, rivalizando e se emocionando. Dessa forma, há valorização do sentimento e da prática da “inveja” entre eles.

Nos dilemas vividos pelos recém-chegados prevalece a valoração moral positiva da “inveja”, incentivando a competição e promovendo o sucesso dos projetos profissionais individuais que se alinham ao projeto mais amplo dessa coletividade. Emerge, então, uma região que se distingue cultural e economicamente, em uma conjunção de fatores inseridos nos fluxos do mundo globalizado que aí ocorre de maneira particular e universal.

## Referências

- ABU-LUGHOD, Lila; LUTZ, Catherine  
(1990). *Language and the politics of emotion*.  
Cambridge, Cambridge University of California  
Press. p. 1-23.
- AHMED, Sarah.  
(2004). Affective economies. *Social Text* 79, 22  
(2), p.117-139.
- AMARAL, Rita.  
(1998). Os sentidos da festa. *Travessia. Revista  
do Migrante*. Centro de Estudos Migratórios,  
São Paulo.
- BALEN, Ítalo.  
(1981). *Os Pesos e as Medidas*. Porto Alegre,  
EST/UCS.
- BARBALET, Jack.  
(2002). *Emotions and sociology*. Oxford,  
Blackwell Publishing.
- BATTISTEL, Arlindo; COSTA, Rovílio.  
(1983). *Assim vivem os italianos*. Porto Alegre,  
EST / Caxias do Sul, EDUCS.
- COSTA, Rovílio.; DE BONI, Luis Alberto.  
(1998). Nós os gringos. In: M. Maestri (Org.);  
*Nós os itálogaúchos*. Porto Alegre, EDUFRGS.
- COELHO, Maria Claudia; REZENDE, Claudia  
Barcellos (Orgs.).  
(2011). *Cultura e sentimentos: ensaios em  
antropologia das emoções*. Rio de Janeiro,  
Contracapa / FAPERJ.
- CAMPBELL, Colin.  
(2001). *A ética romântica e o espírito do  
consumismo moderno*. Rio de Janeiro, Rocco.
- DAMATTA, Roberto.  
(1979). *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de  
Janeiro, Zahar.
- DE BONI, Luís Alberto; COSTA, Rovílio.  
(1984). *Os italianos do Rio Grande do Sul*. Porto  
Alegre, EST / EDUCS.
- DAMO, Arlei Sander.  
(2007). *Do dom à profissão*. A formação de  
futebolistas no Brasil e na França. São Paulo,  
Aderaldo & Rothschild / ANPOCS.
- (2006). Pessoa e coisa: o duplo estatuto  
dos jogadores de futebol profissional. In:  
*30º Encontro Anual da Anpocs*. Caxambu,  
Anpocs. Disponível em : <http://www.anpocs.com/index.php/papers-30-encontro/st-6/st03-5/3549-adamo-pessoa/file> Acessado  
em: janeiro /2012
- DURÃO, Susana.  
(2009). O espetáculo das emoções.  
AfroReggae, uma ONG brasileira em acção.  
Paper apresentado no(a) *33º Encontro anual  
da Anpocs*, Gt 38: Subjectividade e Emoções.  
Caxambu, Minas Gerais.
- DURKHEIM, Émile.  
(2003). *As formas elementares da vida religiosa*.  
São Paulo, Martins Fontes.
- ELIAS, Norbert.  
(2000). *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de  
Janeiro, Jorge Zahar.
- GEERTZ, Clifford.  
(1989). *A Interpretação das Culturas*. Rio de  
Janeiro, LTC.
- HERÉDIA, Vânia Merlotti.  
(1997). *Processo de industrialização da zona  
colonial italiana*. Caxias do Sul, EDUCS.
- HUBERT, Henry; MAUSS, Marcel.  
(2005). *Sobre o sacrifício*. São Paulo, Cosac &  
Naify.
- KANAAN, Beatriz Rodrigues.  
(2008). *Imigrações contemporâneas e  
italianidade: um estudo sobre jogos  
identitários na região industrializada de  
Farroupilha - RS*. Dissertação de Mestrado em  
Antropologia Social apresentado ao Programa  
de Pós-graduação em Antropologia Social  
(PPGAS), Uniersidade Federal do Rio Grande  
do Sul (UFRGS).

- KLEIN, Melanie.  
(1984). *Inveja e gratidão: um estudo das fontes inconscientes*. Rio de Janeiro, Imago.
- LEAVITT, John  
(1996). Meaning and feeling in the anthropology of emotions. In: *American Ethnologist* 23, pp. 514-539.
- MANFROI, Olívio.  
(1975). *A Colonização Italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, IEL / Grafesul.
- MANFRED F.R. Kets de Vries  
(1996). A Inveja, grande esquecida dos fatores de motivação em gestão. In: *O indivíduo e a organização: dimensões esquecidas*. São Paulo, Atlas.
- PEIRANO, Mariza.  
(2003). *Rituais ontem e hoje*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- REZENDE, Claudia Barcellos; COELHO, Maria Claudia.  
(2010). *Antropologia das Emoções*. Rio de Janeiro, FGV.
- SOUZA, Jessé de. (Org.).  
(1999). *O Malandro e o protestante. A tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*. Brasília, UnB.
- SPINOZA, Baruch.  
(s/d). *Ética*. Rio de Janeiro, Edições de Ouro.
- TAMBIAH, Stanley.  
(1996). *Leveling crowds: ethnonationalist conflicts and collective violence in south Asia*. Berkeley, University of California Press.
- TEIXEIRA, Sérgio Alves.  
(1988). *Os recados das festas*. Rio de Janeiro, FUNARTE / Instituto Nacional do Folclore.
- TOMÁS DE AQUINO, Santo.  
(2004). *Sobre o ensino; Os sete pecados capitais*. 2. ed. São Paulo, Martins Fontes.
- TURNER, Victor Witter.  
(1974). *O processo ritual: estrutura e antiestrutura*. Petrópolis, Vozes.
- WEBER, Max.  
(2004). *A ética protestante e o espírito capitalista*. São Paulo, Companhia das Letras.

**Recebido em**  
dezembro de 2016

**Aprovado em**  
março de 2017

# As Emoções Diárias: ensaio sobre a etnopsicologia do jornalismo

Geraldo Garcez Condé\*

## Resumo

Este ensaio reúne considerações sobre a etnopsicologia do jornalismo – entendida como a concepção de emocionalidade dominante nessa atividade – a partir de três perspectivas. A primeira é a dos estudos do jornalismo, com foco sobre o lugar que reservam às emoções como objeto de atenção analítica. As investigações que problematizam as emoções no jornalismo a partir do discurso dos jornalistas fornecem uma segunda perspectiva. A terceira é a que procura considerar as emoções no jornalismo no âmbito das demandas de uma sensibilidade particularmente moderna. Argumenta-se, nesse sentido, que o exame da concepção de emocionalidade no jornalismo precisaria ater-se às conexões entre as práticas, os discursos sobre elas e os contextos em que são acionados.

## Palavras-chave

Emoções. Jornalismo. Etnopsicologia do jornalismo.

## Abstract

This essay brings together considerations on the ethnopsychology of journalism – understood as the dominant conception of emotionality in this activity – from three perspectives. The first is that of journalism studies, focusing on the place they reserve to the emotions as an object of analytical attention. The investigations that problematize the emotions in the journalism from the discourse of the journalists provide a second perspective. The third is the one that tries to consider the emotions in journalism within the demands of a particularly modern sensibility. It is argued, in this sense, that the examination of the conception of emotionality in this activity would have to keep close to the connections between the practices, the discourses about them and the contexts in which they are activated.

## Keywords

Emotions. Journalism. Ethnopsychology of journalism.

---

\* Geraldo Garcez Condé é doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UERJ) e professor visitante do Departamento de Jornalismo da Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Suas principais áreas de interesse são as relações entre mídia e emoções e o imaginário da felicidade na mídia. Desenvolve atualmente pesquisa sobre a concepção de emoção no jornalismo. Email: garcezconde@ibest.com.br.

## Introdução

O jornalismo pode ser entendido, de forma sintética, como uma atividade profissional voltada para a coleta, o processamento e a publicação de informações de natureza variada nos meios de comunicação de massa. Há um longo e intenso debate em torno de sua definição. Na conceituação de Groth (2011), que, embora aplicada aos jornais e revistas impressos fornece referências consistentes para pensar a atividade em outros suportes, o jornalismo tem uma natureza multidimensional, sendo não apenas profissão, mas também negócio, espaço público e disciplina científica. As principais características da produção jornalística seriam a periodicidade, a publicidade, a universalidade de conteúdo, o interesse geral, a atualidade e a produção profissional.

Uma observação preliminar sugere que as emoções possuem um *status* ambíguo nas discussões sobre o jornalismo. Por um lado, a ênfase em aspectos emocionais nas narrações dos fatos que constituem o produto básico do jornalismo moderno – as notícias – é identificada como adesão ao “sensacionalismo”, ao “sentimentalismo” e ao mero entretenimento. O destaque das manifestações emocionais dos personagens, a produção de discursos emocionais ou sobre as emoções e o uso de recursos de qualquer natureza para provocar uma reação emotiva no consumidor de notícias são práticas que não estariam de acordo com o “jornalismo de qualidade”, sendo próprias do “jornalismo sensacionalista”, um estilo de longa tradição na história do campo, mas considerado de baixa qualidade. De modo geral, ceder ou apelar às emoções são considerados desvirtuamentos da objetividade, da imparcialidade e do equilíbrio, preceitos norteadores do “bom jornalismo”, ainda que objetos de cerradas críticas. A par disto, parece haver uma concepção de emoção no jornalismo como elemento controlável, gerenciável, que deve ser ministrado na dosagem adequada, servindo, desse modo, como um critério para hierarquizar produtos e estilos jornalísticos, profissionais e audiências.

Noutra chave, é corrente o discurso profissional, institucional, de senso comum e mesmo da literatura crítica acerca do poder mobilizador do jornalismo, concebido como instrumento de embate em prol das causas públicas nas sociedades democráticas. Ainda que pareça ser raramente contemplado, estaria implícito o papel fundamental do jogo emocional entre a mídia jornalística e seus consumidores para essa mobilização. Os escândalos de todos os gêneros e as controvérsias públicas expostos

na imprensa (THOMPSON, 2002b), as campanhas políticas *stricto sensu*, as campanhas humanitárias (BOLTANSKI, 1993) e a estigmatização e a idolatria de personagens midiáticos (COELHO, 1999) são exemplares no que tange à articulação entre mobilização e emoção na mídia em geral e no jornalismo em particular. Especificamente quanto ao jornalismo, qualquer que seja o motivo da mobilização, pressupõe-se que as narrações dos fatos orientadas pelas normas, valores e rituais do campo provoquem determinadas reações emotivas, como indignação, aversão, admiração, compaixão, solidariedade, entre outras, em graus variados, que levem ao engajamento numa ação efetiva ou pelo menos discursiva.

Essa ambiguidade se manifesta igualmente nos mecanismos de seleção e elaboração do material noticioso. A aplicação dos critérios de noticiabilidade<sup>1</sup> é considerada pelo saber profissional um procedimento com alto grau de neutralidade para a escolha daqueles fatos que serão vertidos em notícia e publicados. Embora a percepção mais geral da prática jornalística, ao menos aquela consolidada na literatura sobre as técnicas profissionais, exclua em larga medida o aspecto emocional desse processo, ele seria a concreção de um saber intuitivo muitas vezes expresso pelas ideias de “ter faro” para a notícia, ter “*feeling*” ou “ter sensibilidade” para avaliar o potencial noticioso de determinado fato, qualidades do jornalista que remeteriam ao campo semântico dos afetos.

Essa dimensão emocional do jornalismo, em princípio, contrastaria com o ideal profissional moderno dominante de “jornalismo de qualidade”, orientado pelas noções de objetividade, imparcialidade, distanciamento, considerado um *locus* por excelência da discussão racional. A distinção entre o “jornalismo de qualidade” e as demais classificações correntes no campo (jornalismo popular, sensacionalista, de entretenimento, feminino, entre outras) estaria, contudo, assentada sobre as discutíveis dicotomias razão/emoção e distanciamento / emoção<sup>2</sup>. Embora haja uma tendência recente de incorporar a emocionalidade como um elemento legítimo da cultura jornalística, ela tenderia a ocupar uma posição bastante controversa.

Nesse sentido, o jornalismo estaria no foco do debate sobre a centralidade que as emoções vêm assumindo na cultura ocidental, não só nas dimensões

---

<sup>1</sup> De acordo com Traquina (2005, p.63), "os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é suscetível de se tornar notícia".

<sup>2</sup> Lutz (1988) discute essas polarizações no que denomina “etnopsicologia euro-americana”.

do “íntimo” e do “privado”, mas também nos fenômenos considerados de ordem “macro”. As ciências sociais e as humanidades têm se voltado para a investigação do trabalho das emoções na cena pública, representando uma “virada afetiva” (*affective turn*), como denominam Clough e Halley (2007). Movimentos sociais, política e violência urbana, por exemplo, tornam-se objetos de investigação da dinâmica das emoções, como mostra o estudo de Coelho (2010) sobre modelos teóricos utilizados para a investigação socioantropológica das emoções nesses fenômenos da esfera pública. Como arena preferencial de debate público nas sociedades modernas, o jornalismo também começa a receber atenção quanto à sua dimensão emocional.

Na verdade, o estudo da emocionalidade no jornalismo não é algo novo. A tendência mais consolidada, no entanto, tem sido a de examinar as respostas emocionais dos consumidores às coberturas jornalísticas, principalmente de escândalos e de episódios violentos, a forma e o conteúdo que caracterizam o “sensacionalismo”, normalmente identificados com o “jornalismo popular”, com o *fait-divers*, com o jornalismo de “baixa qualidade” (AGRIMANI SOBRINHO, 1995; AMARAL, 2011; AUCLAIR, 1982; BARTHES, 1999) e o discurso sobre os afetos, por exemplo, da chamada imprensa feminina (BASSANEZI, 1996).

Uma das indicações que se pode extrair de um exame das considerações sobre a atuação dos jornalistas em situações mundanas (política, economia etc.), sobre a interação desses profissionais com personagens do acontecimento noticioso, fontes, colegas e consumidores de notícias e sobre os rituais e valores profissionais refere-se à pouca atenção dispensada à emocionalidade (ALSINA, 2009; TRAQUINA, 2005). O mesmo parece ocorrer quanto ao lugar das emoções nas teorias do jornalismo, principalmente naquelas que buscam explicar os efeitos sobre as audiências do consumo de notícias (SOUZA, 2000; TRAQUINA, 2001, 2005).

Esse ensaio reúne um conjunto de considerações sobre a etnopsicologia do jornalismo a partir de três perspectivas. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica cuja hipótese de trabalho é que uma investigação sobre a concepção e o lugar das emoções no jornalismo deve levar em conta a natureza multidimensional dessa atividade. Etnopsicologia pode ser aqui entendida como a concepção que um determinado grupo social tem das emoções sustentada por um conjunto de ideias sobre sua natureza, sua origem, seus modos e contextos de manifestação, seu valor relativo, sua função etc. Toma-se como referência o emprego que Lutz (1988) faz dessa noção para examinar a concepção de emoção por ela denominada “euro-

americana”, descrevendo sua organização em torno de oposições e seus temas subjacentes. Neste trabalho, busca-se pensar a etnopsicologia do jornalismo como a concepção de emoção construída a partir de diferentes fontes (literatura do campo, discurso profissional etc.), que modelaria seus produtos e práticas.

A primeira perspectiva examinada é a dos estudos do jornalismo, especialmente quanto ao lugar que reservam às emoções como objeto de atenção analítica. As investigações que procuram problematizar o lugar das emoções no jornalismo a partir do discurso dos jornalistas fornecem uma segunda perspectiva. A terceira é a que, ensejando um esforço de investigação de inspiração socioantropológica, procura considerar as emoções no jornalismo no âmbito das demandas de uma sensibilidade particularmente moderna. Argumenta-se, nesse sentido, que o exame da concepção de emocionalidade nessa atividade precisaria ater-se às conexões entre as práticas, os discursos sobre elas e os contextos em que são acionados.

## **1. Estudos do jornalismo e emoções**

O propósito desta seção é destacar algumas observações sobre o lugar das emoções no estudo do jornalismo. Não se trata de uma revisão exaustiva da literatura, mas de reunir pistas e problematizações sobre a dimensão emocional do jornalismo, com atenção especial para o lugar das emoções nas teorias que se empenham em explicar a conformação das notícias e os efeitos que produziriam sobre as audiências.

A discussão sobre o lugar das emoções nos estudos do jornalismo parece ter como ponto de partida uma questão específica do campo, que diz respeito à noção de “verdade”. O jornalismo reivindica com maior ou menor intensidade seu caráter eminentemente factual – por oposição a qualquer produto da mídia reconhecido como “imaginativo” ou “ficcional”. Do seu caráter de “verdade”, do seu apelo à “razão” e do “contrato pragmático fiduciário” (ALSINA, 2009) que estabelece com os consumidores, no sentido de que confiem naquilo que veículo jornalístico publica, derivaria o poder de mobilização para diferentes propósitos, em geral explicado pelos vieses ético-social, político-ideológico e cognitivo. Raramente considerado nesses estudos, contudo, o jogo emocional da experiência mediada parece constituir um aspecto relevante para a compreensão do poder de

mobilização do jornalismo.

Escolhida por uma associação de sociologia alemã como o primeiro objeto a merecer uma investigação científica, a imprensa é o tema de um programa de pesquisa formulado por Max Weber, em 1910, num texto pouco conhecido se comparado a outros trabalhos clássicos do autor. Entre as várias questões listadas no programa, está a preocupação com as “consequências” da leitura dos jornais. Já haveria indícios, segundo Weber (2005), de que a mudança dos hábitos de leitura provocaria “poderosas modificações na conformação, no modo e na maneira como o homem capta e interpreta o mundo exterior” (p. 20). Para Weber, uma análise quantitativa deveria verificar a transformação do conteúdo dos jornais ao longo de uma geração enquanto uma análise qualitativa, com o estudo do estilo, atentaria, entre outros temas, para “os modos em que os mesmos problemas são discutidos dentro e fora do jornal, a aparente inibição dos jornais com tudo que é emocional” (idem).<sup>3</sup> Desse modo, mesmo numa observação preliminar, Weber assinala como um dos objetos de atenção da pesquisa o caráter problemático que as emoções assumem no jornalismo.

Muito antes de Weber propor esse programa de pesquisa, Tocqueville (1998), nas suas precisas observações da sociedade dos Estados Unidos do início do século XIX, inclusive do funcionamento da imprensa num contexto democrático, assinala os intensos apelos que os jornais daquele país faziam às “paixões” dos leitores. A violência da linguagem, contudo, argumenta Tocqueville, não seria fruto da instabilidade da sociedade e das paixões políticas como percebiam os franceses a respeito dos seus jornais. Para o autor, a imprensa periódica possuiria “instintos e paixões próprios”, independentemente do contexto em que atuasse.

Sinteticamente, essas apreciações mais ou menos formalizadas e iniciais de Weber (2005) e Tocqueville (1998) sobre o jornalismo sugerem que a economia das emoções que subjaz a seus produtos e práticas é um objeto de estudo relevante para a compreensão dessa atividade de produção simbólica e de suas implicações, e que as ciências sociais nascentes deveriam inscrever isso entre suas preocupações.

Mas essa não parece ser uma orientação predominante, talvez em razão da ambiguidade das emoções como objeto de reflexão nas ciências sociais

---

<sup>3</sup> Vale assinalar que as observações de Weber referem-se ao estilo jornalístico predominante à época na Alemanha.

em geral. Num estudo sociológico do jornalismo, Neveu (2006) considera que os “poderes” do jornalismo são decorrentes principalmente da sua capacidade de definir o horizonte em que os assuntos serão apreciados. Essa definição seria decorrência da prática profissional de selecionar e enquadrar os fatos durante o processo de produção da notícia. Quanto à “interação” entre os diversos agentes envolvidos na produção jornalística (jornalistas, fontes, autoridades etc.), o autor argumenta que ela resultaria numa “interdependência” entre eles, formando uma “rede” a que todos estariam presos. Embora a “interação” e a “interdependência” entre os agentes sejam aspectos fundamentais da prática jornalística, nas considerações de Neveu a dimensão emocional que elas pressupõem estaria em segundo plano.

Há uma vertente na volumosa literatura sobre o jornalismo que busca explicar “porque as notícias são como são”. Uma revisão exaustiva dessas teorias do jornalismo é impraticável. Para os propósitos dessa aproximação inicial, recorre-se a revisões que permitem esboçar algumas referências sobre o lugar das emoções como objeto de reflexão teórica. Numa revisão das principais explicações para a conformação consagrada das notícias que foram propostas ao longo do século XX, Traquina (2001) examina várias teorias do jornalismo: teoria do espelho, teoria da ação pessoal ou do “porteiro” (*gatekeeper*), teoria organizacional, teoria da ação política, teoria estruturalista e teoria etnoconstrucionista. É notável como quase todas elas, embora sendo conflitantes em alguns pontos e convergentes em outros, dirigem a atenção para a produção jornalística, explicando a conformação da notícia como resultado de diferentes fatores, com observações marginais sobre o estágio do consumo, momento em que ocorre, em última instância, a atribuição de sentido. É nessa direção que aponta a observação de Sousa (2005), para quem uma teoria do jornalismo teria de dar conta não apenas da produção, mas também da circulação e dos efeitos que as notícias provocam no consumidor.

De maneira ampla, as teorias sobre os efeitos da mídia em geral têm sido aplicadas ao jornalismo. Os estudos inaugurais da *Mass Communication Research* americana, como lembra Traquina (2001), diziam respeito principalmente à influência das notícias sobre as audiências. Para o autor, em relação ao consumo de notícias e seus efeitos, o conceito de agendamento (*agenda-setting*) tem se mostrado bastante produtivo para os pesquisadores do jornalismo. O agendamento refere-se ao poder da mídia de dizer ao público sobre o que pensar e também como pensar nisso. O conceito busca dar conta, portanto, do efeito cognitivo do consumo de notícias.

Sousa (2005), discutindo a aplicação ao consumo de notícias da hipótese segundo a qual a mídia produziria três tipos de efeitos – cognitivo, comportamental e afetivo –, observa que este último teria a ver com o fato de as notícias provocarem emoções nos consumidores. As emoções, contudo, seriam acionadas apenas “colateralmente” pelas notícias que, como assinala o autor, seriam “dirigidas à razão” (p. 80).

Mesmo que as emoções aparentemente não constituam um dos objetos privilegiados nas investigações sobre o jornalismo, pois elas teriam a ver, em qualquer hipótese, com um "efeito colateral" de produtos e práticas lastreados pela razão, elas operariam no cerne desses mesmos produtos e práticas. Como observa Sodré (2009) acerca da conformação da notícia, “apesar de sua aposta histórica no esclarecimento neutro, a notícia não prescinde, em termos absolutos, do apelo à carga emocional contida nos estereótipos que derivam das ficcionalizações ou dos resíduos míticos” (p.15-16).

Não surpreende, no entanto, que sistemas de classificação próprios do jornalismo tenham como substrato as emoções. Mais ainda, que se apóiem em uma “escala”, estabelecida de acordo com a percepção do que seria o grau de emotividade adequado, para designar e hierarquizar produtos, qualificar práticas e rotular profissionais. A chamada “matéria de interesse humano”, por exemplo, como explica Sodré (2009), seria aquela que, embora se refira a um acontecimento julgado de pouca importância, “adquire valor de notícia por sua intensidade emotiva” (p.223).

Ainda que não empreenda formalmente um estudo do jornalismo, mas de uma modalidade de produto jornalístico – o escândalo político midiático –, Thompson (2002b) oferece indicações bastante úteis para uma aproximação da dinâmica emocional do consumo de notícias. Discutindo a “experiência midiática” dos observadores, Thompson sublinha a intensidade com que um conjunto de narrações de um fato considerado moralmente inaceitável num determinado contexto pode ser vivido: “Através de escândalos midiáticos nós experienciamos os traumas dessas pessoas cujas vidas são colocadas nuas diante de nós” (p.118).

Nessa perspectiva, o consumo de notícias implicaria uma dinâmica emocional própria. Bens simbólicos de produção institucionalizada e veiculação generalizada seriam parte integrante da experiência existencial cotidiana dos indivíduos. Mas em que circunstâncias? Como compreender essa dinâmica? Como relacioná-la à prática profissional dos jornalistas?

## 2. Os jornalistas e as emoções

Como ponto de partida para considerações sobre a investigação da etnopsicologia do jornalismo atenta às concepções dos próprios jornalistas, são tomados dois estudos que tentam lançar luz sobre os valores que sustentam as justificações sobre o lugar das emoções nas práticas profissionais do campo. Richards e Rees (2011) e Pantti (2010) se referem a contextos diferentes, mas suas principais questões e conclusões guardam uma substancial aproximação. Pesquisadores da área de comunicação que têm entre seus interesses a relação entre mídia e emoção, eles assumem diferentes orientações disciplinares. Richards e Rees (2011) trabalham com a perspectiva da psicologia social e Pantti (2010) explora os aspectos sociológicos da emocionalidade no jornalismo. Numa pesquisa sobre a atenção que o treinamento e a prática do jornalismo britânico considerado "de qualidade" dispensam à ideia de *emotional literacy*, Richards e Rees (2011, p.853) assinalam que uma visão impressionista daquela cultura profissional sugeriria que ela não foi influenciada pela crescente preocupação de várias esferas sociais com as emoções. Entre outras razões, observam os autores, haveria um bloqueio quanto ao reconhecimento do papel desempenhado pelas emoções no jornalismo porque o "espírito livre" que animaria a cultura jornalística, tornando a profissão mais receptiva aos valores da emocionalização, seria balanceado por uma certa construção de objetividade.

Os autores extraem duas indicações da análise de um *corpus* de 40 entrevistas com jornalistas, documentaristas, professores de jornalismo e psicólogos especializados em jornalismo: i) haveria confusão e ambivalência acerca da noção de objetividade; ii) os jornalistas seriam desatentos quanto aos possíveis impactos emocionais das notícias sobre as fontes e a audiência. A primeira refere-se à crença fundamental de que a emoção inevitavelmente contaminaria a objetividade. Richards e Rees (2011, p.863-4) argumentam que a mais clara expressão dessa crença positivista simples é a noção de "história" como um imperativo no relato dos fatos. Embora a "história" no jornalismo seja construída a partir de um envolvimento intuitivo (emocional), ela é tomada como construção objetiva, apenas a narração daquilo que seria evidente na "realidade". A segunda indicação, a desconsideração pelos impactos emocionais sobre as fontes e a audiência, sugeriria que a cultura profissional assume a transitoriedade e a inconsequência como valores. Para os jornalistas, a sua atuação não teria efeitos significativos sobre a "esfera pública emocional" (*emotional public sphere*).

Também empenhada em discutir a relação entre as emoções na vida social e política e o jornalismo, Pantti (2010) examina o valor da expressão emocional no telejornalismo com base em entrevistas em profundidade com profissionais de televisões públicas e privadas da Finlândia e dos Países Baixos. A autora destaca duas questões em particular: i) como os jornalistas avaliam o lugar e o papel das emoções na reportagem e a emocionalização das notícias; ii) como os jornalistas vinculam seu discurso sobre as emoções à ideia de “bom jornalismo”.

A autora observa que há um renovado interesse dos pesquisadores em como as emoções modelam a vida pública, referindo-se a trabalhos que transitam por diferentes disciplinas como estudos feministas, psicologia social, ciência política, sociologia, comunicação e filosofia.<sup>4</sup> Eles teriam abandonado a antiga oposição entre emoção e razão, passando a examinar as maneiras pelas quais a emoção interage com o pensamento e as consequências disso para a vida social e política. De acordo com Pantti (2010), os três principais argumentos que emergiriam da literatura sobre o papel público das emoções são: i) as emoções informam os julgamentos político e moral; ii) são poderosas motivadoras da participação e sustentam a ação política; iii) contribuem para a formação e o rompimento das solidariedades sociais (identidades coletivas). No entanto, a dicotomia razão/ emoção aparentemente permaneceria nas concepções dominantes de jornalismo, considerado um campo ao qual as emoções não pertenceriam. A dicotomia razão/ emoção continuaria a ser empregada para separar o “jornalismo de qualidade” do jornalismo popular, do tabloide ou do jornalismo feminino, por exemplo.

Pantti (2010) observa que a pergunta sobre como os meios noticiosos contribuem para a “esfera pública emocional” e como eles podem promover as emoções apropriadas necessárias para engajamentos públicos e o desenvolvimento das solidariedades sociais não é frequentemente feita. Contudo, seu principal argumento é que as notícias atuam como uma instância central de produção de emoções, como uma importante fonte de emoções políticas e morais e um local de gerenciamento das emoções (p.170).

---

<sup>4</sup> Ahmed S (2004) *The Cultural Politics of Emotion*. New York: Routledge; Clarke S, Hoggett P, and Thompson S (2006) *Emotion, Politics and Society*. London: Palgrave; Marcus G, Neuman R, and MacKuen M (2000) *Affective Intelligence and Political Judgment*. Chicago, IL: University of Chicago Press; Nussbaum M (2001) *Upheavals of Thought: The Intelligence of Emotions*. Cambridge: Cambridge University Press.

Da análise de um *corpus* de 32 entrevistas com jornalistas, Pantti (2010) extrai algumas pistas que parecem importantes para pensar a concepção de emoção no jornalismo. O discurso dos jornalistas sobre as emoções, assinala a autora, estaria vinculado à manutenção da reputação profissional e à negociação do que se considera “bom jornalismo”. Ao falar de emoções, os jornalistas enfatizariam a informação, o senso de ética e a objetividade e neutralidade ao lidar com elas. Sobre a crescente emocionalização das notícias, a autora observa que os jornalistas negam a incorporação dos valores do entretenimento ao jornalismo, argumentando que essa aceitação das emoções é uma adaptação aos contextos sociais e culturais recentes, sem que isso signifique uma mudança nos tradicionais valores e papéis do campo. Os jornalistas também não se considerariam responsáveis pela regulação dos sentimentos públicos, pois não se sentiriam responsáveis pelas emoções mobilizadas pelos materiais que produzem, uma vez que estes teriam um baixo impacto sobre as audiências. Segundo a mesma autora, essa “rejeição de responsabilidade” estaria associada à ideia de que o jornalismo seria apenas um “mensageiro da realidade”, mas também poderia ser interpretado como um rebaixamento da importância social do jornalismo. Pantti sublinha que, embora prevalecesse nas redações um discurso crítico, de tom negativo, focado nos perigos contidos na expressão emocional para o jornalismo, os jornalistas não distinguiam o “bom” jornalismo do “mau” jornalismo apenas com base no apelo às emoções, mas enfatizavam as diferentes maneiras e motivos para fazê-lo.

\*\*\*

Os dois estudos ressaltam um conjunto importante de observações sobre a relação entre emoções públicas, jornalismo e valores profissionais. Contudo, algumas questões parecem merecer pouca atenção, como a concepção de emoção dos jornalistas, no exercício de sua atividade profissional, cuja investigação os autores não aprofundam, atendo-se aos seus aspectos mais superficiais.

Richards e Rees (2011), alinhando-se a um paradigma psicossocial, partem de um determinado “modelo” de emocionalidade, como indica a explícita proposta de adoção da *emotional literacy* no treinamento e na prática profissional dos jornalistas, sublinhando a resistência expressa nos discursos desses profissionais a esse mecanismo de gerenciamento das emoções. Embora busque examinar a questão levando mais efetivamente em consideração “o ponto de vista nativo”, Pantti (2010) aponta

“contradições” entre a autoimagem dos jornalistas, que rejeitariam o emprego de expressões emocionais “próprias” ou “artificiais” para criar determinada resposta – sendo, portanto, cientes do poder mobilizador das emoções –, mas se eximiriam da responsabilidade sobre os impactos emocionais provocados pelas notícias. Talvez por examinar a questão com base num determinado modelo de emocionalidade, Richards e Rees (2011) assinalam a “confusão e ambivalência” por parte dos jornalistas quanto à noção de objetividade quando em confronto com as emoções sem propor um exame das suas justificações. Pantti (2010) também parece conformar-se com a vinculação expressa pelos entrevistados entre a expressão das emoções, a reputação profissional e habilidades para lidar com elas. Do mesmo modo, Richards e Rees (2011) apenas identificam o pouco apreço dos jornalistas pelo desenvolvimento de uma “habilidade emocional” – domínio de uma técnica de autorreflexão voltada para o gerenciamento das emoções – e a rejeição da responsabilidade que expressam quanto aos impactos emocionais do seu trabalho sobre as audiências.

Um dos aspectos-chave da concepção de emoção dos jornalistas, no exercício de sua atividade profissional, que se destaca nos dois artigos e que forneceria pistas de uma “gramática” emocional do jornalismo é a sua natureza como algo que poderíamos chamar de “ingrediente”. As emoções poderiam ser adicionadas mais ou menos às notícias, sendo reduzidas, desse modo, a um recurso estilístico empregado para dar maior inteligibilidade às notícias (histórias) e atrair públicos arredios ao tom racional do “jornalismo de qualidade”. Nesse mesmo sentido, aponta a justificação da maior tolerância à emocionalidade nas notícias como adaptação a um novo contexto e não uma incorporação dos valores do entretenimento. Essa “maior quantidade” de emoções adicionada às notícias, pode-se inferir, corresponderia a demandas de uma mudança na sensibilidade dos consumidores, em consonância com a crescente “emocionalização da esfera pública”.

O que parece fundamental nessas investigações, ainda que apenas vislumbrada, é a concepção da emocionalidade tanto como elemento controlável, gerenciável, que deve ser ministrado na dosagem adequada – remetendo a um debate canônico dos estudos das emoções (por exemplo ELIAS, 1994) –, quanto como um critério para o estabelecimento de hierarquias dos produtos e dos estilos jornalísticos, dos profissionais e das audiências.

A elaboração de um quadro sobre a emocionalidade no jornalismo que

inclua as percepções dos jornalistas poderia contribuir para uma apreciação da crescente presença da mídia no cotidiano das sociedades modernas, em particular da mídia jornalística, em termos mais matizados. Elucidar os valores que sustentam as justificações acionadas por esses profissionais e as conexões que a mídia mantém com o contexto amplo em que atua, no entanto, seria fundamental para ampliar o entendimento da dinâmica emocional nesse contexto. Esses valores estariam vinculados a uma determinada percepção da natureza e do estatuto da experiência emocional dos consumidores de produtos da mídia, experiência esta levada a efeito num tipo específico de interação, como será visto adiante. A problematização de dois aspectos dessa dinâmica poderia fazer avançar esse entendimento: Em que medida a experiência emocional do consumidor de notícias é legítima? O que a vincula a outros aspectos da vida nas sociedades modernas?

### **3. Jornalismo, experiência mediada e antropologia das emoções**

Uma terceira perspectiva aqui esboçada sobre a etnopsicologia do jornalismo busca considerar a mídia, de modo geral, como agente social pleno que desempenha papel central na economia emocional das sociedades modernas. A ideia é que o exame do lugar das emoções no jornalismo precisaria ter como horizonte a discussão sobre o estatuto da “experiência mediada”. Nesse sentido, argumenta-se que os aportes do estudo socioantropológico das emoções, no seu esforço de investigação da “esfera pública emocional”, podem contribuir para uma compreensão da etnopsicologia do jornalismo.

Experiência mediada pode ser entendida como a experiência proporcionada ao sujeito pela fruição de bens simbólicos midiáticos que contrastaria com a “experiência vivida”<sup>5</sup>. Como observa Giddens (2002), uma das características da experiência mediada é a introdução de eventos distantes no tempo e no espaço na consciência cotidiana, passando as representações midiáticas, em certa medida, a formar a realidade de parte expressiva da humanidade (p.28-32). Ela seria decorrente de um tipo de

---

<sup>5</sup> Thompson (2002a) utiliza o termo “experiência vivida” seguindo uma tradição hermenêutica e fenomenológica para se referir à “experiência que adquirimos no fluxo temporal de nossas vidas; ela é imediata, contínua e, até certo ponto, pré-reflexiva, no sentido de que geralmente precede qualquer ato de reflexão explícito” (p.197).

interação possibilitado pela mídia, denominada por Thompson (2002a) de “quase-interação mediada”. O leitor de jornal ou livro e o telespectador de televisão ou filme recebem uma forma simbólica sem ter que oferecer uma resposta direta e imediata. Essa forma não dialógica da quase-interação mediada possibilitaria estabelecer uma “intimidade à distância”, uma relação em que os indivíduos não compartilham o mesmo ambiente espaço-temporal, não estando sujeitos ao ônus da reciprocidade característico da interação face a face. Qualquer que seja a experiência emotiva envolvida nessa interação, o indivíduo passaria a ter sobre ela um maior controle, maior possibilidade de regular sua natureza e intensidade, diferentemente daquelas decorrentes de uma interação face a face.<sup>6</sup> A natureza da experiência emocional decorrente da fruição da mídia, portanto, seria diversa daquela das situações em copresença.

O jornalismo reivindica o caráter factual de seus produtos no contexto de uma experiência mediada. Essa modalidade de experiência e a dinâmica emocional a ela subjacente precisariam garantir esse caráter factual; não bastaria ao jornalismo produzir uma “verdade”, mas deveria também propiciar uma “experiência de verdade”. O produto jornalístico informativo é sustentado por um ideário profissional orientado por categorias como “informação objetiva”, “factual”, “serviço público” e “quarto poder”. Nele, a dimensão emocional, por hipótese, tenderia a ser considerada sob maior suspeição do que nos produtos editoriais mais “interessantes” e nos produtos ficcionais ou “imaginativos”.

Vários aspectos do jornalismo, no entanto, ofereceriam pistas da relevância da dimensão emocional. É bastante evidente como materiais de naturezas diversas são fartos em representações de estados emocionais e de discursos sobre as emoções em variados níveis. A dramatização de notícias e toda sorte de recursos audiovisuais (tomadas em *close* de personagens, exposição das manifestações emotivas, trilha sonora etc.) empregados nos telejornais e o destaque do sensacional e do excitante, principalmente na chamada imprensa popular, são exemplos de “encenações” de estados emotivos. A eles pode se juntar a maciça produção de materiais jornalísticos encontrados nos diferentes meios de comunicação – a que se

---

<sup>6</sup> Isso de forma alguma significa que as experiências emotivas decorrentes de uma “quase-interação mediada” sejam completamente inequívocas. O fenômeno da idolatria, com toda a sua mobilização emocional, mostra os rumos, nada incomuns, que essas experiências podem tomar. Pode-se argumentar, no entanto, que fenômenos como esse têm uma amplitude restrita se levada em conta a magnitude das “quase-interações mediadas” no mundo contemporâneo.

pode denominar “imprensa conselheira”<sup>7</sup> – que oferecem aconselhamentos, orientações, fórmulas e modelos para a conduta cotidiana cuja tônica é o controle das emoções.

A dimensão emocional do jornalismo também é sugerida pelo próprio consumo de notícias, que seria uma atividade, à semelhança da fruição de produções ficcionais, de modo geral, prazerosa, independentemente das virtuais manifestações emotivas acionadas pelos conteúdos. Não parecem desprezíveis os recursos de toda ordem (tempo, dedicação, dinheiro) empregados na fruição da mídia em geral e do noticiário em particular. O consumo sem um aparente interesse por conteúdos ou formas específicos – folhear jornal ou revista, ouvir rádio, assistir à televisão, navegar na internet – constitui uma prática que seria reveladora dessa natureza prazerosa. Numa sociedade em que parte substancial das experiências subjetivas seria mediada, como argumentam, entre outros, Thompson (2002a) e Giddens (2002), os produtos midiáticos, em geral, e os jornalísticos, em particular, desempenhariam um papel significativo na dinâmica emocional dos indivíduos.

Também as interações entre os atores envolvidos na produção jornalística (profissionais, fontes, consumidores, anunciantes, dirigentes da empresa, autoridades, entre outros) e os constrangimentos institucionais como hierarquia profissional, tempo e espaço que regem essa produção deixariam entrever uma dinâmica emocional própria da atividade.<sup>8</sup> Tudo isso parece sugerir o funcionamento de notáveis mecanismos de regulação das emoções subjacentes ao campo jornalístico – que abarcaria produção, produto, veiculação e consumo – que não apareceria entre as questões de destaque nos estudos do jornalismo.

\*\*\*

Há uma forte vertente de diagnósticos da modernidade que consideraria a experiência mediada como falsa ou ilusória, pois a mídia,

---

<sup>7</sup> Uma abordagem mais sistemática desse gênero de material jornalístico encontra-se em Condé (2004).

<sup>8</sup> Travancas (1993) observa a propósito da relação dos jornalistas com a carreira profissional:

“A partir daí a relação pode variar entre um envolvimento afetivo e emocionado, carregado de *paixão*, [...]. Cabe destacar que utilizo neste momento a idéia de *paixão* a partir do ponto de vista dos meus informantes. Como uma categoria “nativa” que aparece em muitos depoimentos estreitamente vinculada à profissão. *Paixão*, para os jornalistas, será um sentimento e, portanto, estará ao lado da *emoção*, e não da *razão*, e significará um envolvimento de ordem afetiva com o trabalho” (p.84).

nessa perspectiva, figura como uma instância caracterizada principalmente pela superficialidade, pela efemeridade e pela natureza mercantil. Essa avaliação *desconfiada* da experiência mediada poria em segundo plano um importante aspecto da dinâmica emocional dos indivíduos nas sociedades modernas. Tal orientação pode ser encontrada tanto em diagnósticos da subjetividade nas sociedades modernas quanto em estudos especificamente da mídia de variadas filiações teóricas. Abordagens como as de Adorno e Horkheimer (1985), Bauman (2007; 2009), Bourdieu (1997) são exemplos de filiação a essa matriz.

No entanto, essa tendência poderia ser contrabalançada por um conjunto de ideias e teorias sobre a subjetividade moderna oriundas de diferentes tradições analíticas que se harmonizariam em razão de lançarem um olhar compreensivo sobre a experiência mediada, buscando novos referenciais para pensar o laço emocional que ata mídia e indivíduos. Nesse conjunto de ideias e teorias sobre a subjetividade moderna figuram em particular Elias e Dunning (1992), Thompson (2002a), Boltanski (1993) e Campbell (2001). A partir das reflexões de esses autores, os vínculos entre mídia e experiências emocionais podem ser pensados do ponto de vista das demandas de uma sensibilidade particularmente moderna na medida em que, em relação à “experiência vivida”, a “experiência mediada” sofreria um abrandamento. A experiência mediada permitiria ao indivíduo vivenciar emoções sem arcar com seus aspectos problemáticos.

As “atividades miméticas” (ELIAS; DUNNING, 1992) e sua capacidade de promover uma excitação, provocada pela fruição de um produto simbólico sob perigo e risco controlados; a “quase-interação” (THOMPSON, 2002a) propiciada pela mídia, que produziria um novo tipo de intimidade e uma expansão da capacidade do indivíduo de ter acesso a experiências sem precisar arcar com o ônus da reciprocidade da interação face a face; o “sofrimento à distância” (BOLTANSKI, 1993), em que o altruísta é sensibilizado para a causa humanitária ao abrigo dos perigos que ameaçam os desafortunados; e o “hedonismo autoilusivo” (CAMPBELL, 2001), a habilidade tipicamente moderna de extrair prazer da própria imaginação, apontam nesse sentido. Esse conjunto de interpretações para a natureza das experiências emocionais suscitadas no contexto mediado sugere essa tendência de *pacificação* da forma de viver essas experiências<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Essa argumentação é desenvolvida mais detalhadamente em Condé (2010).

Essas ideias sugerem que a modelagem da experiência emocional mediada corresponderia a uma mudança de sensibilidades. Os materiais simbólicos da mídia proporcionariam uma experiência emocional conduzida pela imaginação. Isso parece ser uma via de acesso produtiva para a compreensão do tipo de experiência proporcionado pela mídia em geral e pelo jornalismo em particular.

A ascensão de uma “cultura terapêutica” (FUREDI, 2003) organizada em torno do discurso emocional e de novas formas de espaços públicos dedicados à exposição e ao exame das emoções, ou a expansão de um “capitalismo afetivo” (ILLOUZ, 2011) na cultura ocidental, teria provocado uma perceptível “emocionalização da esfera pública”. As ciências sociais e as humanidades estariam se voltando para esse fenômeno, tendência acadêmica que tem sido denominada, como já referido, de virada afetiva (CLOUGH; HALLEY, 2007), com o objetivo de examinar o trabalho que os afetos desempenham nas mais variadas esferas da vida social. As emoções deixam de ser consideradas apenas como manifestações psicobiológicas para serem examinadas como um dos elementos de motivação da ação social.

A antropologia das emoções, que se desenvolveu no ambiente acadêmico norte-americano, é uma das disciplinas que se alinham a essa tendência, dedicando-se a constituir os afetos como objeto de reflexão antropológica. Como mostram Rezende e Coelho (2010), a construção das emoções como objeto autônomo atravessa a formação das ciências sociais, em razão do seu caráter dúbio, sendo consideradas por muito tempo estados subjetivos e não sociais, o que as colocava como um assunto principalmente da psicologia.

A consolidação das emoções como objeto autônomo das ciências sociais permitiu, no entanto, como argumenta Coelho (2010, p.3), o avanço dos estudos socioantropológicos principalmente sobre as experiências que a etnopsicologia ocidental considera da esfera do “íntimo” e do “privado”, como as relações familiares, amorosas, de amizade, o corpo, o gênero e a saúde/ doença. Num segundo momento, as emoções passaram a ser examinadas também quanto a sua dimensão pública. A observação de Coelho (2010, p.4) de que “não sentimos apenas na vida privada”, de certa forma, sugere que a mídia também poderia ser considerada como um dos fenômenos de ordem “macro” – como os movimentos sociais, a guerra e a violência urbana – nos quais as emoções, integrando a esfera pública, realizam um trabalho subjetivo. A mídia, de modo geral, propiciaria essa experiência de sentir em público, coletivamente, num tipo específico de

interação.

Há pelo menos dois aspectos que reforçariam essa tentativa de aproximação. Primeiro, a dimensão pública das emoções nas experiências mediadas é inegável; segundo, os três fenômenos que servem de exemplo – os movimentos sociais, a guerra e a violência urbana – são, em certa medida, “vivididos” muito além do contexto em que ocorrem por um número de pessoas muito superior ao dos envolvidos como uma experiência mediada propiciada pelo jornalismo. As emoções públicas mobilizadas nesses três fenômenos, como em tantos outros na sociedade moderna, seriam atravessadas de várias maneiras pelos discursos midiáticos, em particular o do jornalismo.

## Considerações finais

A investigação da etnopsicologia do jornalismo, como sugerem essas considerações, precisaria contemplar as múltiplas perspectivas a partir das quais as emoções são concebidas nesse campo. O propósito deste trabalho foi esboçar um quadro de entendimento da dinâmica das emoções e da concepção de emocionalidade subjacente que leve em conta as articulações entre as práticas jornalísticas, os valores que as orientam, os discursos sobre elas e os contextos em que se desenvolvem.

As emoções tenderiam a ocupar um lugar secundário nas teorias que procuram explicar a conformação das notícias e seus efeitos sobre os consumidores. De modo geral, estruturadas em torno da oposição razão/emoção, essas teorias concentrariam suas explicações nos aspectos “racionais” da produção, da veiculação e do consumo de notícias. Nesse sentido, as emoções seriam elementos a serem controlados nas práticas e nos produtos jornalísticos em consonância com os preceitos que orientam o “jornalismo de qualidade”. As manifestações emotivas provocadas pelas notícias nas audiências, por sua vez, seriam um efeito “colateral” do consumo racional de informação. O produto jornalístico, por ser dirigido à razão, causaria principalmente efeitos cognitivos e comportamentais. No entanto, as considerações sobre o poder de mobilização do jornalismo, questão que atravessa mais ou menos explicitamente essas teorias, apontam para a existência de uma dinâmica emocional entre a mídia jornalística e seus consumidores capaz de levar estes últimos ao engajamento numa ação efetiva ou discursiva. A posição ambígua ocupada pelas emoções

no jornalismo, de certa forma, coloca o problema da oposição cognição/emoção como motivação individual para o agir.

Os estudos examinados sobre a concepção de emocionalidade dos jornalistas e a avaliação que fazem da "emocionalização" do noticiário propõem algumas questões importantes que reforçam a percepção de ambiguidade quanto ao lugar que as emoções ocupam no jornalismo. Ao mesmo tempo em que há uma rejeição por parte dos profissionais aos aspectos emocionais do jornalismo – sendo as emoções tomadas como critério negativo de hierarquização e de qualificação de produtos, profissionais e audiências – é corrente a percepção das emoções – na verdade, discursos emocionais e sobre as emoções – como recursos estilísticos a serem empregados na dosagem adequada e em determinadas circunstâncias, a fim de se produzir certos efeitos sobre as audiências. Essa tensão entre repúdio e aceitação, que seria constituinte da concepção de emocionalidade do jornalismo, parece reverberar aquela entre as práticas e os valores de que os profissionais lançam mão para justificá-las entre o que efetivamente fazem e as normas que dizem seguir.

A terceira perspectiva exposta ampliaria o horizonte da investigação da etnopsicologia do jornalismo na medida em que examina a dinâmica das emoções no contexto amplo da “experiência mediada”. Além de sublinhar a *desconfiança* das correntes críticas da modernidade quanto a esse tipo de experiência, sugere-se que isso pode ser contrabalançado por um conjunto de ideias de extrações teóricas diversas que confluiriam no fato de permitirem lançar um olhar compreensivo sobre o fenômeno. Busca-se, desse modo, uma abordagem que contemple a tensão entre “experiência vivida” e “experiência mediada” na modernidade e a dinâmica emocional do contexto mediado. A mídia seria uma instância das sociedades modernas que produz “encenações” de discursos emocionais e discursos sobre as emoções em escala planetária. A compreensão da economia das emoções nessas sociedades necessariamente passa pelo exame das práticas e dos produtos da mídia.

Esse conjunto de considerações embasaria uma investigação da etnopsicologia do jornalismo atenta às articulações entre os contextos “micro” e “macro”, entre a concepção de emoção que orienta as práticas e os produtos jornalísticos e a “esfera pública emocional” das sociedades modernas. A ideia é que a concepção de emocionalidade corrente no jornalismo, construída pela concorrência de diferentes fontes discursivas, deve ser examinada à luz do estatuto da “experiência mediada” nessas

sociedades. A etnopsicologia do jornalismo teria como pressuposto um modelo de fruição “racional” das notícias pelas audiências que as considerações sobre a experiência mediada problematizam.

A mídia seria um agente social pleno que desempenha papel central na economia emocional dessas sociedades – expandindo no espaço e no tempo as possibilidades de interação dos indivíduos – em que a “experiência mediada” assume cada vez maior importância ao complementar a “experiência vivida”. Contudo, a natureza da experiência emocional decorrente da fruição da mídia seria diferente daquela das situações de copresença, ao propiciar ao indivíduo, por exemplo, nos termos de Boltanski (1993), o “sofrimento à distância”. Nesse quadro, os produtos do jornalismo constituem uma importante instância de experiências emocionais dos indivíduos. Uma investigação da etnopsicologia do jornalismo precisaria, além de contemplar os diferentes discursos que a constituem, pôr em relevo o trabalho das emoções na experiência mediada.

## Referências

- ADORNO, Theodor Wiesengrund; HORKHEIMER, Max.  
(1985). A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In: *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- AGRIMANI SOBRINHO, Danilo.  
(1995). *Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa*. São Paulo, Summus.
- AMARAL, Márcia Franz.  
(2011). *Jornalismo popular*. São Paulo, Contexto.
- AUCLAIR, Georges.  
(1982). *Le mana quotidien: structures et fonctions de la chronique des faits-divers*. 2. ed. Paris, Anthropos.
- BARTHES, Roland.  
(1999). Estrutura da notícia. In: *Crítica e verdade*. 3.ed. São Paulo, Perspectiva, p.57-67.
- BASSANEZI, Carla Beozzo.  
(1996). *Virando as páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher, 1945-1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- BAUMAN, Zygmunt.  
(2009). *A arte da vida*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.  
(2007). *Vida líquida*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- BOLTANSKI, Luc.  
(1993). *La souffrance à distance: morale humanitaire, médias et politique*. Paris, Métailié.
- BOURDIEU, Pierre.  
(1997). *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- CAMPBELL, Colin.  
(2001). *A ética romântica e o espírito do consumismo moderno*. Rio de Janeiro, Rocco.

- CLOUGH, Patricia Ticineto; HALLEY, Jean. (2007). *The Affective Turn: theorizing the social*. Durham, Duke University Press.
- COELHO, Maria Claudia. (2010). As emoções e a ordem pública: uma investigação sobre modelos teóricos para a análise sócio-antropológica das emoções. In: *Anais da XXVII Reunião Brasileira de Antropologia*. Belém, ABA.
- (1999). *A experiência da fama: individualismo e comunicação de massa*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- CONDÉ, Geraldo Garcez. (2010). *A felicidade mediada: um estudo do imaginário da felicidade na mídia*. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- (2004). *A imprensa conselheira: comunicação de massa, indivíduo e cotidiano*. Dissertação de Mestrado em Comunicação Social apresentada à Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- ELIAS, Norbert. (1994). *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. (1992). *A busca da excitação*. Lisboa, Difel.
- FUREDÍ, Frank. (2003). *Therapy Culture: cultivating vulnerability in an uncertain age*. London, Routledge.
- GIDDENS, Anthony. (2002). *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- GROTH, Otto. (2011). *O poder cultural desconhecido: fundamentos da ciência dos jornais*. Petrópolis, Vozes.
- ILLOUZ, Eva. (2011). *O amor nos tempos do capitalismo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- NEVEU, Érik. (2006). *Sociologia do jornalismo*. Rio de Janeiro, Loyola.
- LUTZ, Catherine. (1988). *Unnatural Emotions: Everyday Sentiments in a Micronesian Atoll and their Challenge to Western Theory*. Chicago, The University of Chicago Press.
- PANTTI, Mervi. (2010). The value of emotion: an examination of television journalists' notions on emotionality. *European Journal of Communication*, v. 25, n. 2, p. 168–181.
- REZENDE, Claudia Barcellos; COELHO, Maria Claudia. (2010). *Antropologia das Emoções*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- RICHARDS, Barry; REES, Gavin. (2011). The management of emotion in British journalism. *Media, Culture & Society*, v.33, n.6, p.851–867.
- RODRIGO ALSINA, Miquel. (2009). *A construção da notícia*. Petrópolis, Vozes.
- SODRÉ, Muniz. (2009). *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis, Vozes.
- SOUSA, Jorge Pedro. (2005). Construindo uma teoria multifactorial da notícia como uma Teoria do Jornalismo. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 2, n. 1, p. 73-92.
- (2000). *As notícias e os seus efeitos: as “teorias” do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos*. Coimbra, Edições Minerva.
- THOMPSON, John Brookshire. (2002a). *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. 4.ed. Petrópolis, Vozes.
- (2002b). *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis, Vozes.

TOCQUEVILLE, Alexis de.  
(1998). *A democracia na América: leis e costumes*. São Paulo, Martins Fontes.

TRAQUINA, Nelson.  
(2005). *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são*. V.1. 2.ed. Florianópolis, Insular.

(2001). *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo, Editora Unisinos.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira.  
(1993). *O mundo dos jornalistas*. São Paulo, Summus.

WEBER, Max.  
(2005). Sociologia da imprensa: um programa de pesquisa. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v.2, n.1, p.13-21.

**Recebido em**  
dezembro de 2016

**Aprovado em**  
março de 2017

# Resenha

## **Anthropology and Nostalgia.**

Angé, Olivia, and David Berliner (eds.)

New York: Berghahn Books, 2015. 235 pp.

A modernidade possui como uma de suas chaves de compreensão a noção de movimento. No que se refere à consciência do sujeito moderno, moveu-se orientada pela bússola da razão, ferramenta de domínio da natureza e da sociedade. Já o mundo moderno é aquele que se projeta ao futuro, em oposição a uma época histórica tradicional, na qual o passado fornecia as bases de reprodução e repetição da cultura e da política.

O espírito do tempo (*Zeitgeist*) caminha a partir do presente na era moderna, presente que se desdobra como “novos tempos”, em renovação contínua em relação ao que se é. Considerando o moderno como a época que se movimenta tendo o presente como referência, cabe questionar qual o papel que o passado exerce como forma de orientação às sociedades. Refere-se ao problema da nostalgia, cuja origem do termo remonta ao grego *nostos*, “retorno ao lugar de origem”, e *algos*, que significa “dor ou tristeza” daqueles conscientes da condição irreversível daquilo que passou.

Aparece aqui a nostalgia como problema teórico das ciências sociais, discutido nas páginas de *Anthropology and Nostalgia*, livro organizado por Olivia Angé e David Berliner (2014). A obra lança uma provocação ao campo das ciências sociais: qual a relação que se estabelece entre o sentimento de nostalgia e a disciplina? Em que medida o trabalho de sociólogos e antropólogos constituem diagnósticos da perda em suas análises, tendo como referência uma época passada? Aqui, vale considerar certa inquietação suscitada pelo contraste entre o passado e o presente, a sensibilidade em face ao que se perde ou está em vias de se perder no tempo, seja pela emergência da sociedade industrial, no caso da sociologia, seja pelo contato desigual entre culturas, no caso da antropologia.

A noção de nostalgia como um anseio ou desejo pelo que está em falta em um presente transformado, inalcançável em função do caráter irreversível do tempo, atravessa discursos e práticas na era moderna. O livro propõe pensar a nostalgia com base em duas perspectivas: como atitude intelectual

subjacente aos esforços teóricos de autores clássicos da sociologia em geral e da antropologia em particular (antropologia *como* nostalgia); e como campo de investigação cuja construção aponta para um tempo e espaço específicos: o pós-socialismo no leste europeu (antropologia *da* nostalgia).

Quanto à composição, o livro está organizado em nove artigos e um posfácio. Segundo Angé e Berliner, assim como o Holocausto se tornou um paradigma para os estudos da memória, os trabalhos sobre a nostalgia estão posicionados no leste da Europa, em particular, a partir dos anos 1990, após o fim da era socialista. É a partir desse momento que se constitui, enquanto área de investigação, o que se pode chamar de uma antropologia da nostalgia. Voltados para esse contexto, os trabalhos procuram explorar o tema da nostalgia a partir de quatro pontos: 1) a multiplicidade de significados que correspondem a um leque de investimentos cognitivos e emocionais; 2) como se formam as nostalgias a partir de contextos políticos, culturais e ideológicos; 3) como a nostalgia opera em transformações sociais, isto é, a capacidade desse sentimento produzir ações e; 4) para além da relação que a nostalgia estabelece com o passado, compreende o modo pelo qual pode ser pensada dentro de outras temporalidades, isto é, articulada ao presente e ao futuro.

A questão sobre a sociologia e a antropologia no plano de suas inspirações nostálgicas chama atenção para um aspecto que permaneceu relativamente distante dos debates acadêmicos. Inscreve o problema da subjetividade do pesquisador à luz de uma temporalidade. Em termos práticos: o que esperar sobre a duração relativa das coisas criadas pelos humanos? Os trabalhos são envolvidos por uma dose de lamento, marca da modernidade e sua irresistível dinâmica de rupturas, transformações e sobreposições. No século XIX, a nostalgia deixa de ter uma conotação clínica e adquire um sentido metafórico de história como declínio, dramatização da descontinuidade ou desejo de recaptura do que a vida fora antes. A velocidade das transformações econômicas e sociais impulsionadas pelos processos de industrialização e urbanização provocava um senso de aceleração temporal, tendência capaz de acentuar a sensação de perda daquilo que se localiza no passado.

Considerando certa concepção de modernidade imbuída desse espírito, interessa perguntar se algumas teorias críticas da sociedade industrial, ao identificarem movimentos de ruptura política e cultural marcados por um senso de destituição, não estão próximas de posições nostálgicas. Aqui, vale lembrar as teorias de Durkheim, Weber, Tönnies e Simmel como

diagnósticos do moderno atravessados, cada qual em sua medida, por uma consciência de perda em relação a um modelo tradicional.

Paralelamente, os autores apontam para uma nostalgia primitivista como posicionamento de alguns antropólogos no período de fundação da disciplina. Uma preocupação particular com o desaparecimento do “outro distante” conduziu antropólogos ao esforço de restauração de culturas. Uma vez sob o impacto do contato com as sociedades europeias ocidentais, deflagram a fragilidade da cultura local e seu iminente desaparecimento em face da postura colonizadora. É o que David Berliner chama de *exonostalgia*, isto é, sentimentos ou discursos sobre a perda do outro, um traço que persiste nos dias de hoje entre antropólogos. Ao considerar trabalhos como os de Franz Boas, Bronislaw Malinowski e Evans-Pritchard, observa-se a presença de retóricas permeadas por um senso de degradação na medida em que culturas locais entram em contato com a atmosfera predominante instaurada pelo Ocidente colonizador.

Nas sociedades modernas, a cultura da nostalgia ganha corpo e se espalha a variadas dimensões da vida. As retomadas de movimentos religiosos, a indústria do turismo histórico, os nacionalismos, o consumo *vintage*, a preocupação com a restauração do ecológico correspondem a formas de se relacionar com o irreversível. Nos anos 1960 e 1970, com o crescimento das mídias de massa e das estratégias de mercado, expressões contemporâneas de nostalgia ganham espaço no cotidiano. As atenções se dirigiam a técnicas de parto natural, incorporação de comidas orgânicas na alimentação, crescimento do design “retro” e adoção de tendências que apontam para o passado na moda e no comportamento.

A nostalgia se estabelece no Ocidente em íntima relação com o indivíduo moderno. Como na definição de Fred Davis, a reação nostálgica é fruto da consciência de continuidade da identidade no contexto dos presentes medos, descontentamentos e incertezas. Constituiria, assim, uma resposta da identidade afetada pelo tumulto provocado pelos tempos acelerados.

O capítulo de abertura contém a pergunta que provoca o leitor a pensar nas bases de fundação da antropologia. Ao questionar se os antropólogos são nostálgicos (*are anthropologists nostalgist?*), Berliner parte da condição de irreversibilidade do passado para uma reflexão sobre as disposições psíquicas que orientam as etnografias e que resultam, em diferentes graus de evidência, em diagnósticos da perda cultural. Uma atenção particular ao risco de desaparecimento e, diante disso, um desejo de preservar e transmitir a cultura que está em observação.

O segundo capítulo aborda as representações do passado através de uma experiência de sobrevivência em um parque temático na Lituânia, onde os visitantes se submetem ao modelo de opressão soviético. O trabalho de Gediminas Lankadusas se concentra na “experiência de imersão” dos visitantes do parque e faz uma crítica ao paradigma da nostalgificação da Lituânia pós-soviética ao defender que as paisagens de memórias são construídas através de múltiplas referências negociadas, capazes de formar um cenário ambíguo entre a lembrança e o esquecimento. Compreende que, após um período de celebração das liberdades e tentativa de apagar o comunismo da memória, surge um curioso *revival* da época passada, na forma de trabalhos acadêmicos, artes plásticas e documentários.

Ainda no registro dos múltiplos significados da nostalgia, Schevchenko e Nadkarni’s abordam o passado e as suas diversas formas de tratamento como referência, de modo que nem todas se constituem como nostálgicas. A Rússia e a Hungria dos anos 90 formam o cenário a partir do qual as autoras empreendem uma análise conceitual, identificando certa confusão nos estudos da nostalgia. Consideram as variações de sentidos da nostalgia de acordo com os atores mobilizados por desejos de se relacionar com o passado. Ocorre, assim, um enredamento entre práticas nostálgicas e agendas políticas, o que torna o conceito de nostalgia algo relacional, produto de vínculos com a cultura e com a política dentro de contextos específicos.

Chris Hann faz uma análise comparativa do cenário pós-socialista na Hungria, tomando como referência a nostalgia da Alemanha oriental, no quarto capítulo. Levanta aspectos da história húngara que o leva a identificar uma nostalgia que se declara voltada para o período imperial, baseada em mitos capazes de representar a ideia de uma grande nação, tais como o cristianismo, a unidade linguística e a posição excepcional, na fronteira entre o oriente e o ocidente. Por outro lado, o período que corresponde ao socialismo, segunda metade do século XX, não é incorporado por essa mitologia, sendo representado publicamente como época a ser esquecida. Paradoxalmente, os habitantes, em particular os moradores de áreas rurais, declaram em âmbito privado uma nostalgia em relação ao período socialista, quando experimentaram um crescimento econômico combinado com relativas liberdades.

O capítulo cinco discute a nostalgia do ponto de vista da cultura material, em especial, o consumo e mercantilização de elementos do passado socialista. A dinâmica que reinsere objetos e imagens do passado

produz novos significados, diferentes daqueles pretendidos originalmente. Constitui formas de transmissão de conhecimentos a partir da atribuição de novos valores a velhos objetos. Segundo Jonathan Bach, ao contrário do que ocorre na Hungria, no caso germânico a nostalgia está menos associada a apropriações de partidos políticos, do mesmo modo que escapa de qualquer posição fixa, seja de afinidade ou rejeição ao socialismo.

Joseph Josy Lévy e Inaki Olazabal partem de uma passagem da Odisseia com o objetivo de introduzir a noção de “volta para casa” (*homecoming*) e suas formas de apropriação pela herança sefardi na Espanha contemporânea. Explora o legado de gerações de espanhóis judeus que tiveram que deixar sua pátria em 1942, depois da unificação do reino espanhol e conquista do reino de Granada. Para os sefardis exilados, a nostalgia possui um sentido de terra perdida, na medida em que toma a forma de anseio pelo regresso à casa. Os autores identificam as formas através das quais essa memória é reativada, entre rituais, textos históricos e novelas. Os autores investigam a persistência por parte das famílias sefardi em manter a chave da casa que seus antepassados habitaram na Espanha, um objeto arquetípico do passado, um atestado da herança ancestral, símbolo acionado por políticos espanhóis e como recurso de desenvolvimento do turismo.

O esquecimento é trazido à luz de uma análise da nostalgia no norte do Chipre, onde os conflitos de 1974 provocaram a partição do país e o deslocamento de centenas de milhares de turcos cipriotas em direção ao norte da ilha. Diante uma noção corrente de nostalgia enquanto esforço contra a irreversibilidade do tempo, Rebecca Bryant identifica a nostalgia turco cipriota como a luta pelo resgate de algo ainda a se realizar. Trata-se de uma nostalgia alimentada por um horizonte de expectativas sobre o futuro. Parte do reconhecimento da perda irrecuperável para uma representação da falta enquanto forma de definir identidades e fornecer orientações para o que virá.

Nesse sentido, uma relação ambígua ocorre nos discursos nostálgicos. Por um lado, são acionados para o esquecimento diante do irreversível; em contrapartida, definem limites e diferenças, fortalecendo identidades e valores. Para Bryant, a nostalgia aqui assume a forma de um “anseio por essencialismo”. Volta-se para certa imagem de si, a essência de uma identidade perdida capaz de dar sentido e alimentar esperanças.

No oitavo capítulo, Olivia Angé descreve aspectos das *barter fairs*, as feiras de trocas entre agricultores das planícies e pastores dos planaltos, na região dos Andes argentinos. Ao olhar para as trocas econômicas na cordilheira

argentina, observa um modelo baseado no passado dos pastores cretenses que, no entanto, não está orientado por um princípio de reciprocidade equilibrada, como acontecia em tempos remotos. Nessa feira, existe um padrão de troca caracterizado como nostálgico, uma vez estruturado em um formato do passado. Entretanto, não está necessariamente vinculado a um envolvimento afetivo, considerando que seus participantes estão mobilizados em aumentar suas recompensas. Angé faz uma distinção entre “disposições nostálgicas”, quando envolvem sentimentos, e “dispositivos discursivos nostálgicos”, referindo-se a estratégias com fins de maximizar benefícios. Ocorre, nesse sentido, uma instrumentalização econômica de experiências nostálgicas paralelamente a uma disposição afetiva voltada para o passado, o que revelaria um sentido moral, capaz de revigorar os valores ancestrais.

No plano das articulações entre a nostalgia e os anseios sobre o futuro, Petra Rethmann discute como o socialismo ainda pode lançar um horizonte imaginativo de esperanças atualmente. Uma vez pensado como ruína ou em termos de extinção, os eventos sobre o socialismo guardam um aspecto inverso ao serem pensados como sonho ou utopia a que se aspira. A partir de um evento sobre o tema, ocorrido em 2010 em Berlim, Rethmann questiona a capacidade de fornecer novos horizontes contida no socialismo. Ao analisar a nostalgia da esquerda, nota uma preocupação particular em criticar a própria esquerda a prevalecer sobre a análise das possibilidades de mudança social, por parte da intelectualidade. Tal ponto opera com a relação entre a nostalgia e a construção cultural de temporalidades.

O volume se encerra com um *afterword* de Willian Cinningham Bissel que compreende a nostalgia como fenômeno inescapável da antropologia. Se na abertura encontramos David Berliner chamando atenção para o passado da disciplina antropológica e seu fascínio em relação a disposições nostálgicas, agora Bissel convida o leitor a pensar na modernidade tardia e suas implicações para o estudo da nostalgia. Para Bissel, os antropólogos são desafiados a abordar a nostalgia não como modo de entender o passado, mas como um compromisso crítico com o presente.

O livro fornece uma grandiosa contribuição ao estudo da nostalgia, descrevendo-a alternadamente sob os mais diversos aspectos. Nostalgia como memória ou como esquecimento, como sentimento ou dispositivo de barganha, como discurso ou prática, como apego ao passado ou expectativa de futuro, como afirmação de identidade ou atividade política. O alargamento conceitual permite a abertura de questões valiosas e desafiadoras sobre os

modos de pensar e sentir um tempo que, como advertiu Georg Simmel há mais de um século, escapa cada vez mais à nossa apreensão.

Eduardo Oliveira\*

**Recebido em**  
março de 2017

**Aprovado em**  
maio de 2017

---

\* Eduardo Moura Pereira Oliveira é mestre e doutorando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: eduardomoura@gmail.com.